Comunicação e Política

Direção Geral
Henrique Villibor Flory
Supervisão Geral de Editoração
Benedita Aparecida Camargo
Diagramação
Rodrigo Silva Rojas
Capa
Rodrigo Silva Rojas
Revisão
Letizia Zini Antunes

Conselho Editorial Acadêmico
Coordenação Geral
Suely Fadul Villibor Flory

Ana Gracinda Queluz – UNICSUL
Anamaria Fadul – USP/UMESP
Antonio Celso Ferreira – UNESP
Antonio Hohlfeldt – PUC–RS
Antonio Manoel dos Santos Silva – UNESP/ UNIMAR
Arilda Ribeiro – UNESP
Benjamim Abdala Junior – USP
Jussara Suzi A. Nasser Ferreira – UNIMAR
Letizia Zini Antunes – USP/UNESP
Levino Bertan – UNICAMP/UNOESTE
Lucia Maria Gomes Corrêa Ferri – UNESP/UNOESTE
Maria Aparecida Brando Santilli – USP/ CEE
Maria de Fátima Ribeiro – UNIMAR
Maria do Rosário Gomes Lima da Silva – UNESP
Raquel Lazzari Leite Barbosa – UNICAMP/UNESP
Romildo A. Sant'Anna – UNESP/UNIMAR
Soraya Regina Gasparetto Lunardi – UNIMAR
Sueli Cristina Marquesi – PUC – SP
Tereza Cariola Correa – USP/UNESP
Terezinha de Oliveira – UNESP/UEM

Carly Batista de Aguiar

Comunicação e Política

Atores, momentos e estratégias

ARTE & CIÊNCIA
EDITORA

2006

© 2006 by Autor(a)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Acácio José Santa Rosa (CRB - 8/157)

A 282c

Aguiar, Carly Batista de. Comunicação e política: atores, momentos e estratégias/ Carly Batista de Aguiar. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

p. 252, 21 cm

Bibliografia

ISBN - 978-85-7473-330-2

1. Comunicação nos processos eleitorais. 2. Mídia e eleições - Brasil. 3. Eleições – Brasil – Estratégias políticas. 4. Jornalismo – Atuação – Espaço político. 5. Política eleitoral na mídia. 6. Presidente da República – Brasil – Eleição, 2006. 7. Luiz Inácio Lula da Silva – Campanha Eleitoral, 1989, 2006. 8. Ciência política – Interação – Meios de comunicação. I. Título.

CDD- 301.16
- 301.161
- 302.23

Índices para catálogo sistemático

1. Meios de comunicação de massa: Abordagem eleitoral: análise crítica	301.16
2. Ciência política: Interação : Mídia	301.161
3. Mídia: Aspectos sociais e políticos	302.23
4. Comunicação e política	302.23

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

Todos os direitos desta edição, em língua portuguesa, reservados à Editora Arte & Ciência

Editora Arte & Ciência
Rua Treze de Maio, 71 – Bela Vista
São Paulo – SP - CEP 01327-000
Tel.: (011) 3258-3153
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR
Av. Higyno Muzzy Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br

Unimar
FORMANDO EMPREENDEDORES

Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.

7 **Prefácio**

19 **Notas Preliminares –** Comunicação, violência política e democracia

Capítulo I - Comunicação e terrorismo na
27 Espanha: atores e cenários
41 O espírito de Ermua
57 A apologia e a lei
70 A contrapropaganda do terrorismo
79 Linguagens e incomunicabilidades

Capítulo II - Sciascia e o "caso Moro"
e a (in)comunicação política
113 Sangue e retórica
129 A perspectiva
136 Conexões e desconexões
150

161 **Capítulo III** - Continuidades e rupturas: na imprensa
168 brasileira do pós-64
177 Aliados, dissidentes e oposicionistas
185 O controle compartilhado: a autocensura
Distorção, legitimação e identidade
197
204 **Capítulo IV** - Mídia e eleições em 1989: mitos e mitologias políticas
212 O momento, os atores, o imaginário
223 Da conspiração à salvação
228 Do povo cordial ao eleitor ideal
O grau zero da História
241
Referências

PREFÁCIO

Recuperando arquivos, revisitando textos: explicando relações entre comunicação e política

Os resultados das trajetórias e dos percursos que faz um pesquisador para aprimorar a sua formação, não aparecem necessariamente, nas declarações e nos relatórios que costumam morrer nos arquivos das instituições, a quem prestam contas dos recursos recebidos para, por exemplo, realizar seus estudos pós-doutorais.

As provas – ou pista – dos produtos destes processos podem aparecer em outros lugares, com visibilidade maior e pertinente: nos textos refletidos durante este estágios de atualização, discutidos "interpares" no calor de seminários acadêmicos, transformados em materiais de trabalhos dos alunos, quando regressamos destas viagens acadêmicas e, em livro, como é o caso do texto-objeto destes comentários.

Talvez pressionados pela nossa estrutural condição receptora de temas e de problemas (hipótese a ser desenvolvida por algum estudo que se atreva a examinar a história das condições de produção científica da área da comunicação midiática), não desenvolvemos, conforme acadêmicos de outras culturas, salutares hábitos de interação nos quais se estruturem possibilidades de debates e diálogos – contendo elogios, mas também objeções sobre nossos "achados". Os coletivos pensados

e criados para estruturar espaços de debates e, por conseqüência canais de construção da cooperação acadêmica – são progressivamente transformados em ambientes de confraternização e, de modo mais específico, movem-se através de eventos permeados pela lógica da produtividade estabelecida, cuja performance é ditada, de maneira hegemônica, pelas expectativas das agências regulatórias.

Afortunadamente, tais "engenharias" (cujos ambientes produzem também coisas interessantes, sejamos justos) não fazem desaparecer de todo (embora restrinjam os processos de visibilidades) outros formatos de elaboração intelectual, construídos em ambiente de "abjeção", o que não deixa de ser uma estimulante condição solitária na qual se estruturam diálogos e outros protocolos de interlocução com o conhecimento, por meio dos seus autores, conceitos e objetos.

O diálogo que se estabelece entre o autor destas notas e o texto – objetivo dos comentários aqui desenvolvidos – é um bom exemplo de como vigorosos e cuidadosos textos podem aparecer, rompendo as mesmices dos relatórios científicos de "missões acadêmicas" e de algumas dinâmicas de grupos de trabalhos, onde o conhecimento deveria ser posto, efetivamente, à objeção e aos comentários analíticos dos pares.

Trata-se de um trabalho da professora Car1y Batista de Aguiar (instalada em uma das "periferias" do Brasil acadêmico, em uma universidade do interior do Paraná), durante seus estudos pós-doutorais, na Espanha. Possivelmente, seus "achados e escritos" sobre o tema da Comunicação Política não figuram nos grupos de trabalhos existentes, sobre o assunto, nas sociedades científicas da área. Poder-se-ia objetar afirmando que, uma vez que o trabalho de pós-doutoramento exige um recuo nas condições de elaboração de questões, determinados textos não poderiam figurar no espaço conjunturalístico dos eventos das

associações científicas. Por um lado, concorda-se com tal argumento, se levarmos em conta que as comunicações apresentadas nestes eventos, se estruturam em torno de questões que são transformadas em objetos de estudos, seguindo a lógica de uma determinada temporalidade, ou seja, o intervalo de realização anual de uma reunião à outra. Entretanto, é preciso que textos, possivelmente mais densos – em termos teóricos e criativos nas suas angulações metodológicas – possam migrar para o espaço destes eventos, pois são espécies de "retaguardas" que tratam de orientar, agendar e renovar as rotinas, os estilos e as interrogações dos grupos de trabalho, para não dizer, da própria sociedade científica que os acolhe. Aliás, diga-se de passagem, que uma sociedade científica que restringe sua função à tarefa, apenas de "acolher" (no sentido gestionário da organização) "um evento", abandonando a responsabilidade de sua "pilotagem teórica e científica", está condenada a figurar dentre aquelas que restam apenas como lugares – performáticos, como pode acontecer com entidades ou ambientes confraternizadores.

Enquanto isso não acontece, estes textos circulam "em dispositivos periféricos", como os livros, formato este que o desenho que estrutura e formaliza a lógica da cientificidade dos relatórios, não consegue (ainda) dele se separar ou descartá-lo.

Levando em conta estas e outras condições, o texto aqui comentado, além de ter sido produzido numa tarefa institucional acadêmica, se fez num ambiente universitário, mas em contato com problemáticas estratégicas e vitais da comunicação midiática em diferentes cenários políticos-simbólicos-midiáticos. Envolve um objeto temático-comunicação e política – pensando-o, porém, a partir de arranjos e de estratégias que envolvem uma problemática central, diríamos mesmo que atravessa as fronteiras de nossas geografias, ao tratar das relações em comunicação x violência e política.

Parece-nos muito interessantes e desafiadores à criatividade e a disciplina do pesquisador, os temas emergentes, que não pedem licença para habitar a mesa de trabalho do analista. Muitas vezes entram pela "porta da cozinha", ou habitam de modo latente a ambiência destes universos de estudo. Parece-nos que o tema examinado pela autora se constitui numa das "latências" de sua produção e de suas preocupações, embora o objeto em si, por ela estudado nasce de um modo inteiramente distinto, conforme se pode depreender dos conteúdos que constituem cada um dos capítulos desta obra.

Conforme já se assinalou, os capítulos, no seu todo fazem parte de uma processualidade, conforme a autora bem lembra. Parte de um eixo que se preocupa com as conexões entre processos políticos e de informação no ambiente internacional (Espanha e Itália) e no Brasil, desafio que exigiu uma diversidade de metodologias e de elaboração teórica – além do contato mesmo com fatos e experiências complexas vivenciadas pela autora. Em "Comunicação e violência na Espanha: atores e cenários" (capítulo 1), examina as relações sobre comunicação e terrorismo, fazendo "um convite à reflexão sobre significados e valores que a relação entre comunicação pública e violência põe em questão". Procura referências para compreender a importância da comunicação pública nos processos políticos envolvidos nos conflitos entre o movimento independentista Basco e o Estado espanhol após o autoritarismo franquista. A ênfase de sua preocupação metodológica visa compreender, a partir de um olhar panorâmico, os processos de articulação de sentido que estiveram presentes nas ações dos cidadãos contrários à militância terrorista; o entendimento dos poderes públicos sobre a utilização da mídia pelas forças terroristas e pelas forças do Estado, como parte do enfrentamento do terrorismo e do seu questionamento. Um dos objetivos deste capítulo é chamar atenção para a complexidade dos

nacionalismos de Estado ou daqueles que os estudiosos chamam de nacionalismos periféricos e para as diversas faces que se interpenetram no encontro entre comunicação política, mediada pelas tecnologias modernas, e a representação da violência política, nas sociedades contemporâneas. Toca numa problemática sensível e atualíssima, a das políticas e de estratégias de comunicação governamental, informando que "a primeira tentativa de internacionalização da comunicação pública governamental como estratégia de enfrentamento da luta armada no âmbito nacional", da parte do governo espanhol, trouxe "mais problemas internos para o governo, do que efeitos positivos, acaso esperados, na formação ou reforço de opiniões desfavoráveis às ações da organização [ETA]".

A autora está no centro de fenômenos de midiatização da política, ao tratar das estratégias dos grupos terroristas e as do governo, ao se valer de tecnologias audiovisuais (vídeos e outras) como apologia de suas ações e como atitudes de veemente condenação à determinada modalidade de midiatização do processo político. Diz:

> Na crítica à produção e difusão do vídeo ["O Rosto do ETA"] havia é certo, alguma perplexidade, em relação ao novo e completo horizonte criado pela crescente centralização da mídia na vida política, tanto nas estratégias de busca, como naquelas exercidas na vigência do poder, com a qual Aznar parecia não se incomodar (p. 75).

Continua:

> vislumbrava-se (...) a percepção do risco de vir o governo a por em prática uma política autônoma de comunicação, no terreno da luta contra o terrorismo, o que quebraria a interação entre Governo e a sociedade política, na condução da questão do nacionalismo extremista (...) (p. 44).

No bojo esta estratégia da midiatização, a reação da sociedade política, que acreditava que o vídeo governamental condenando o terrorismo, "expressaria a construção de um discurso único, de uma Espanha una", sim, mas algo que "equivaleria um diagnóstico: o da ausência de um espaço público plurinacional interno".

Como resposta ao processo de midiatização da crise – pelo Estado, pela mídia, ela mesma e pelo ETA –, o silêncio da sociedade espanhola, enquanto "contraste entre a fala gritante, e constante, do terror e o silêncio publicamente expressivo nos momentos em que ocorriam atentados fatais".

Tentando interpretá-lo, pergunta a autora se o silêncio significa uma alternativa de minimização de riscos, ou pode ser visto como um sinal de impotência. Ela mesma responde, talvez frustrando os que esperavam, como reação, discursos e efeitos de uma sociedade politizada: a comunicação antiterrorista, explicitada em simbologias como o silêncio "era publicamente percebida apenas como um ritual, destituído de conseqüências práticas" diante da violência efetiva (...) Mas apesar de "não exibir resultados expressivos (...) a contribuição mais significativa que a comunicação antiviolência traz (...) é constituir-se como parte das condições de possibilidade de ampliação e de consolidação do poder comunicativo da sociedade".

A autora, situada numa analítica, distinta da análise política, desloca para a instância simbólica – e comunicativa – as possibilidades que uma sociedade pode realizar para enfrentar seus desafios: "institucionalizar menos os movimentos, mas (...) permitir que toda a sociedade assuma, como seus, os dilemas que a atravessam".

No capítulo 2, "Sciascia o "caso Moro" e a incomunicação política", retoma o seqüestro e assassinato do líder italiano Aldo Moro,

em 1978, no rol de múltiplas interpretações que se retomam acontecimentos, especialmente das angulações que envolvem a política e seus processos de comunicabilidade. Chama atenção para o desdobramento do fato, através de novos protocolos de midiatização como filmes recém lançados, arquivos e documentações nas novas redes, onde Moro desponta como uma das personalidades mais importantes. Elege um livro como objeto do capítulo, chamando atenção para o trabalho do autor, enquanto mediador de um processo de observação no qual retrata, dentre outras questões, as possibilidades e limites dos compromissos do "jornalismo de atualidade".

No foco da proposta do autor (Leonardo Sciascia), o reconhecimento do fato de que o jornalismo "não esteve à altura da identidade que costuma proclamar de um poder independente a serviço da sociedade". O mais importante episódio terrorista ocorrido em solo italiano deste 1976, tem no texto de Sciascia "uma reflexão sobre o funcionamento da linguagem política".

Decorridos trinta de anos de sua publicação, em tempos que a midiatização inova a sociedade nas estratégias de novos relatos, essa obra é eleita pela pesquisa da autora, como um "lugar de observação" do que chama "processo truncado de comunicação política", enfatizando que a natureza desta peculiar pesquisa de Sciascia que, além de retratar as complexas relações entre Estado e as Brigadas Vermelhas faz uma entrada no cenário do seqüestro de Moro: "recolhe pistas nas cartas de Moro, nos comunicados divulgados pelas Brigadas (...) examina os indícios, na forma como a polícia (...) foi preparada, dirigida e orientada pelo Ministério do interior (...), preenche lacunas (...) tentando imaginar a "leitura" que os discursos do seqüestrado e de seus seqüestradores recebiam pelos (...) interlocutores de ambos os lados".

O trabalho da autora é incursão não apenas ao texto de Sciacia, envolto na pesquisa literária e na documentação, mas algo que atravessa aspectos históricos, políticos e comunicacionais da vida italiana. Uma vez um dos focos principais da pesquisa se volta como ênfase para o trabalho jornalístico sobre o "caso". Avalia, com clareza, as estratégias postas em cena, chamando atenção para denúncias de Sciascia, como a que lembra que a percepção dos jornalistas sobre a crise, foi "a de reforçar a postura governamental". Ou ainda, ao dizer que os jornais eram "produzidos como se o fossem para não serem lidos", isto é a partir do dado ou da suposição de que o leitor não existia, na incapacidade de juízo, de discernimento, de crítica (Sciascia, 1984, p. 236).

O texto de Aguiar não é apenas uma recuperação da memória dos escritos de Sciacia, este enquanto um peculiar "mediador" de um processo que nem o Estado, nem a mídia e nem as forças políticas souberam ser. Encadeia-se nos escritos de uma outra memória, ao lado dos produtos da indústria cultural, trazendo, porém, para perto de nós a problemática nem tanto distante - a política tratada na forma de "caso", mas a elucidando da perspectiva de um estudo acadêmico.

Fazendo travessias, num longo ensaio sobre a imprensa brasileira no período pós 64, examina no capítulo 3 ("Imprensa brasileira no Brasil pós 64: continuidades e rupturas"), as relações entre mídia e política no Brasil, trabalhando hipóteses sobre a questão da autocensura. Indicando momentos em que a censura e a autocensura se mesclam, ressalta, contudo, que esta ultima se destaca como "uma dimensão constitutiva do entrelaçado formado por relações entre o poder autoritário, poder econômico e poder jornalístico, não limitada aos marcos cronológicos dados pelos regimes de exceção formalmente estabelecidos".

Esta afirmação parece uma incitante hipótese e que caminha na contramão dos estudos que viram sempre a censura como o óbice para a construção das liberdades públicas e democráticas. A autora desenvolve um longo e cuidadoso caminho para sustentar esta hipótese sobre a origem autoritária destes formatos de regulação, apontando suas origens nos Estados Unidos, após a guerra do Vietnam aos dias que sucedem à queda das Torres. Mas o fenômeno, segundo ela, passa pela Inglaterra, pela Alemanha, ainda dividida, e pela Itália, enquanto "exemplos de democracias liberais que agem também sob parâmetros militares de segurança nacional, em momentos de instabilidade ou ameaça de instabilidade".

Ao examinar estas questões, a autora toca abertamente na qualidade de pesquisa que caracteriza os estudos sobre mídia e política no Brasil, dizendo que ocorre uma "insuficiência" de estudos sistematizados que considerem, criticamente, certas características políticas dos regimes supressores de direitos, que possibilitam sua articulação com o campo econômico da informação". No mínimo, esta seria uma boa questão a ser estudada pelos grupos de trabalho que se dedicam às reflexões sobre as articulações entre a comunicação e a política.

O tema da autocensura representa para ela um desafio que permanece para estudiosos do jornalismo, pelo menos por duas razões: inicialmente, porque "a autocensura faz parte da dinâmica das condições sociais do jornalismo brasileiro". E segundo, porque ao se examinar os efeitos da autocensura "sobre o produto jornalístico (...), parece não haver muita diferença, em relação aos resultados da censura exógena". Sem dúvida, espécies de hipóteses para retomadas de um tema observado, muitas vezes, atravessado por vários reducionismos.

As eleições presidenciais de 1989 – a primeira após o ciclo autoritário volta ao debate no capítulo 4 ("Mídia e eleições mitos e mitolo-

gias políticas"), porém de uma angulação praticamente, pouco trabalhada pelos estudos realizados ao longo destes anos. Mesclando dimensões históricas, políticas, psico-sociais e dimensões teóricas sobre o "pragmatismo midiático", examina, apoiada em bons documentos, o longo processo e estratégias simbólicas através das quais os jornais de referência dominante constroem a candidatura Collor. Segundo ela, este trabalho de tessitura gira em torno de estruturas e operações simbólicas assentadas em mitologias e construções imaginárias, sejam aquelas do universo político brasileiro, ou então outras que emanam de outros sistemas de representações. Sem necessariamente discutir categorias que usualmente são tomadas por pesquisadores para explicar os possíveis "efeitos das mídias", focaliza dimensões em "que certas faces do imaginário (...) nitidamente se sobrepõem àquele tipo de discurso [argumentativo e racional]?".

Desta perspectiva, vários mitos fora evocados pelas construções jornalísticas, nas matérias e colunas estudadas, como os o da "grande conspiração", o da "conspiração branca", o do "salvador da pátria", particularmente no espaço ocupado pelo que chama de "ensaístas, justamente postados na função de explicadores do sentido das eleições". É no contexto destas "tramas" que a imagem de Collor foi construída como o "salvador da pátria". Não só as fotografias como recursos gráficos procuraram fixar sua imagem como personagem em tudo talhado para liderança do país, pela forma de se expressar e se comportar". Ao mesmo tempo em que se procurava construir uma vinculação entre o candidato e uma suposta idéia, vagamente enunciada de "modernidade", na medida em que Collor era apresentado como um fenômeno de excepcional de líder e de salvador, que ia transformar o Brasil, Lula era desqualificado, com suas imagens associadas ao atraso e caos, principalmente. A opção Lula "era considerada como expressional, porém, do reino da transgressão da ordem, da perturbação da normalidade existente, depois da ultrapassagem do regime auto-

ritário". Nestas estratégias a mídia tratava de afetar também o chamado "mercado discursivo-simbólico" ao territorializar o universo das eleições constituído por dois tipos de contingentes peculiares: "o eleitor inculto" e o "eleitor cordial". Ou então o "moderno" contra o "arcaico". São tais observações que levaram a autora a concluir dizendo através destas estratégias, "a imprensa dominante, na sua forma de agir interveio no processo eleitoral, expôs-se e integrou-se às forças em jogo", segundo o que chama de "leituras imaginárias", fazendo com que "mitos, estereótipos e falas tradicionais tivessem "correspondência significativa com as formas mobilizadas", por esta outra forma de debate construída segundo outras angulações da linguagem política. Quais os efeitos destas estratégias, inclusive aqueles de longo alcance, pergunta que se faria a autora em um debate, mas que por ela é respondida, deixando pista para continuidades de reflexões sobre o papel das elaborações do imaginário para a construção dos atores e o funcionamento da política?: "naquele momento, uma das principais conseqüências da evocação mitológica no debate sucessório, foi contribuir para o delineamento de uma constelação de idéias que configuraram o "antilulismo" que viria a ter vida longa na política brasileira".

Se os problemas examinados por este livro são distintos, e se os temas habitam um território constituído por problemáticas de campos que estão sempre estabelecendo "pontos de contatos" – como o da política e o da mídia – parece-nos que o eixo central do estudo, está no procedimento metodológico em reunir fenômenos aparentemente, "dispares", visando instituir uma "estrutura" – enquanto exercícios de inteligibilidade – que os articule. Manuseando fatos, a autora lida com "estruturas profundas" para fazer entender as estratégias, algumas das quais passam despercebidas ou, então são esquecidas. Uma boa lição de como se pode retomar textos, ou fazer novas visitas ao surrados arquivos, por sinal, maltratados pela repetição.

Antonio Fausto Neto

NOTAS PRELIMIRAES

Comunicação, violência política e democracia

As relações entre a comunicação e a política são abordadas nessa obra por uma perspectiva que busca compreender de que modo, em alguns momentos históricos, atores sociais se valem de estratégias de expressão e manifestação, através da mídia, ou de outras formas de visibilidade pública, cujos resultados estão implicados, de alguma maneira, na manutenção e aperfeiçoamento do estado de direito democrático e na constituição, ampliação e consolidação da cidadania democrática, que lhe está vinculada.

Produzidos em circunstâncias diferentes, os estudos aqui reunidos focalizam a interação entre processos de articulação/difusão pública de significados e práticas políticas pontuais ou mais prolongadas no tempo. Especificamente, são discutidas conexões de dois tipos: aquelas que se efetivam no âmbito da apologia ou condenação da violência física (por meio de atentados contra a vida de pessoas e destruição de patrimônio material) ou simbólica (por meio de impedimento ou controle da expressão de idéias ou opiniões), por motivos políticos e aquelas que comprometem as possibilidades de acesso a conhecimento útil para a plena realização dos direitos da pessoa e de segmentos sociais, igualitariamente respaldados, vistos de um modo geral, e a tomada de decisões importantes em processos eleitorais.

Questões relacionadas, tanto com a democracia, quanto com o autoritarismo (formalmente instalado, no poder vigente, ou perpetuado em alguns dos seus traços de identidade) e, ainda, com a transição entre ambas as formas de governo, são aqui evocadas no seu entrelaçamento com a ação da mídia de informação de atualidades ou outras formas de manifestação pública da opinião não mediadas por tecnologias de difusão massiva.

Os dois primeiros estudos abordam duas modalidades de violência física, no campo da política. A que ocorre por meio da luta armada insurrecional e a que se orienta por projetos revolucionários, ambas localizadas no interior do estado democrático de direito. Boa parte da pesquisa para estes trabalhos foi realizada quando a autora cumpria um estágio de pós-doutoramento na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), entre 1996 e 1998, na Espanha. Ambos são retomados e reelaborados neste livro.

O primeiro deles é parte de uma pesquisa mais ampla para uma abordagem comparativa sobre o protagonismo da mídia de informação da atualidade na ultrapassagem do autoritarismo, focalizando semelhanças e diferenças no modo como o debate foi instaurado e conduzidos na Espanha e no Brasil, já que ambos os países recuperaram a democracia, nas décadas de 1970 e 1980.

Como o estudo privilegiava mais as diferenças do que as semelhanças entre os dois casos, o recorte escolhido foi a observação da abordagem jornalística das pendências, ou seja, aqueles pontos da agenda política da transição, consensualmente consideradas, por um amplo público ou por estudos sistematizados, como questões não completamente resolvidas no processo de redemocratização, já que seu equacionamento definitivo demandaria um longo prazo de construção institucional. No caso espanhol a escolha recaiu sobre as difi-

culdades detectadas no debate sobre as demandas independentistas dos chamados nacionalismos periféricos, social-econômica e culturalmente aceitáveis pelos coletivos redemocratizadores e pelas comunidades nacionais que as protagonizam.

A questão fundamental para a democracia espanhola era, e ainda é, a violência separatista constitutiva do nacionalismo basco, uma vez que seu recrudescimento se deu no bojo dos desdobramentos das transformações políticas que se seguiram à ultrapassagem do autoritarismo. Daí o interesse ter sido despertado pela questão de como se entrecruzam, no âmbito da comunicação pública, tanto o funcionamento do terrorismo, quanto o seu enfrentamento, nos marcos do estado de direito democrático.

São focalizados acontecimentos diretamente relacionados com a esfera da comunicação pública que precederam o anúncio da trégua na luta armada pelo movimento separatista basco – ETA e da abertura de negociações com o governo espanhol, no final de 1999, com vistas a um fim dialogado do conflito étnico-nacionalista no País Basco. São eles:

1) uma mobilização sem precedentes da sociedade espanhola contra o terrorismo, com repercussões internacionais nunca havidas até então;

2) o julgamento pelo Supremo Tribunal de Justiça e a condenação da direção nacional de uma coalizão partidária, que era o braço político do movimento armado e

3) a tentativa do então governo conservador de José Maria Aznar de atuar na contrapropaganda internacional do terrorismo do seu próprio país.

Os episódios dão uma idéia do protagonismo da comunicação pública, no biênio 1997-1998, no funcionamento do terrorismo e no

seu enfrentamento pela sociedade política, pelo Estado e pela população espanhola.

Principalmente por ter tido sua origem na resistência franquista (na qual a presença estudantil junto a grupos católicos formava seu principal eixo, o que se manteve por vários anos), a luta armada, na Espanha, foi vista durante muito tempo como parte de um movimento internacional de libertação do autoritarismo ou de estruturas opressivas de qualquer tipo. Neste sentido, foi encarada, até recentemente, pela mesma perspectiva geral que outras formas de ação política produzidas em outros países da América do Sul e da Europa, e, notadamente, nos movimentos de algum modo relacionados como o "Maio de 68".

O interesse pelo caso do seqüestro e assassinato, pelas Brigadas Vermelhas, do político italiano Aldo Moro no final dos anos1970 e, mais particularmente pelas questões sobre a comunicação política que suscitou, veio na seqüência dessas percepções. Uma primeira versão[1] deste estudo, no todo e em algumas partes, foi discutida com dois estudiosos italianos. Foi lida na íntegra pelo professor de Filosofia, Leonardo Prota, da Universidade Estadual de Londrina-PR. E alguns dos seus tópicos foram discutidos por correspondência com o jornalista Stéffano Fratini, que foi o primeiro a criar um site na internet e o manteve, nos anos de 1998 e 1999, para abordar o caso.

O trabalho naquele estágio foi apresentado também em um encontro com professores e estudantes da UAB, ocasião em que foi discutido pelo jornalista uruguaio e professor da UAB, Hector Borrat. Nenhum desses interlocutores, no entanto, tomou conhecimento do estudo na forma aqui publicado[2].

A decisão de retomar este estudo deveu-se ao desafio de testar a sustentabilidade de uma leitura específica do crime que vitimou o líder político italiano em 1978, produzida pelo jornalista, autor de renome

de obras literárias e parlamentar italiano Leonardo Sciascia, falecido, por sua vez, em 1989.

A narrativa de Sciascia, pioneira no seu enfoque, foi importante a seu tempo sobretudo pela crítica que fez à ação da mídia informativa no episódio, visto posteriormente como um divisor de águas na política italiana do pós-guerra. Seu pequeno livro inaugurou uma galeria de obras que trataram o tema com paixão. Desse modo foi uma obra pioneira de um tipo de abordagem que vem complementando o relato mais sistematizado do acontecimento produzido nos meios acadêmicos. Dentre as narrativas apontadas aqui como apaixonadas, destacam-se livros com reportagens jornalísticas investigativas, livros de memórias de testemunhas, produções de cunho ficcional que de modo direto ou indireto se referem ao caso.

Enfim, como ocorre com acontecimentos que não cessam de desafiar o raciocínio e a sensibilidade, ano após ano, novas abordagens buscam não só explicações para detalhes factuais, ainda não esclarecidos, mas, também, significados que permitam compreender atores, estratégias e motivações. Além disso, e, talvez um pouco por causa disso, no âmbito de poderes estatais continuam sendo tomadas decisões atingindo pessoas e instituições implicadas, pelo menos até o momento em que este livro foi concluído.

O curioso nos últimos anos é o protagonismo que um tipo de relato vem assumindo. Trata-se do cinema que, transitando entre o ficcional e o documental tem revisitado o assunto com freqüência. Dois exemplos de filmagens muito elogiadas, que tematizaram o acontecimento, podem ser apontados: "Bom dia, noite" (Bongiorno, notte), escrito e realizado por Marco Bellocchio, de 1999 (mostrado no festival do Rio de 2003), e o premiado pelo Festival de Veneza como a melhor contribuição artística individual, "A praça das cinco luas" (Piazza delle cinque lune), de Renzo Martinelli.

O entrançado dos atos de força perpetrados no controle da informação de interesse público pelo regime autoritário brasileiro e a absorção do seu legado pelas empresas jornalísticas, que a sonegam ou de alguma forma a deturpam, é a temática desenvolvida no terceiro estudo. Apoia-se no texto que serviu de base a uma intervenção da autora em uma mesa redonda realizada na Universidade Estadual de Londrina, em 2004. A versão aqui apresentada acolhe pequenas alterações ao texto anteriormente publicado[3].

Nesse trabalho, são questionadas conexões entre processos políticos, processos de informação e seus desdobramentos após o golpe de estado de 1964, que instalou o regime autoritário militar, no país. Focaliza a autocensura como um padrão de ação, na prática jornalística da imprensa de referência dominante, que não desapareceu após a recuperação da democracia. Rastreia justificativas apresentadas para o procedimento como ponto de partida para hipóteses de pesquisas que contribuam para a formulação de um quadro teórico-metodológico para o estudo desta forma de controle da informação, na atualidade.

O quarto trabalho baseia-se em uma parte da tese de doutoramento defendida pela autora, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) [4], na qual é examinada a dimensão específica do discurso de segmentos das elites políticas e econômicas brasileiras, pela imprensa de referência dominante no país sobre as eleições presidenciais de 1989, cuja marca diferenciadora é a recorrência ao imaginário mítico.

O interesse em publicar este estudo, tem a ver com o fato de serem percebidas linhas de continuidade na abordagem do pleito de 1989 e o que se realizou no ano de 2006, ainda com respeito à disputa pela Presidência da República. Essas linhas, que podem ser nomeadas como “antilulismo” e “pós-lulismo”, correspondem a duas matrizes

conceituais, complementares, de oposição ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira pode ser largamente constatada em textos produzidos por atores em posição de destaque no exercício direto da política, ou no campo da sua crítica, ao longo do período que antecedeu o pleito anterior. A segunda desde que o tema da disputa eleitoral passou a ocupar espaços mais significativos na mídia, em meados de 2005.

Cumpre ainda fazer alguns apontamentos sobre as fontes de informação utilizadas no primeiro estudo. A pesquisa demandou consultas a uma grande variedade de produtos e materiais diferentes em origem e constituição, bem como se valeu da observação e reflexão possibilitadas pelo acesso a eventos, testemunhas e experiências pessoais diversificados. Algumas dessas fontes foram marcadamente informais, como, por exemplo, entrevistas individuais ou conversas com grupos de pessoas, participação em atividades culturais ou acadêmicas e exame de artefatos culturais.

O acesso a tantas e diferentes formas ao mesmo tempo em que representou um vasto terreno de possibilidades, também trouxe dificuldades para o registro adequado destas fontes. Contudo, no que se refere às pessoas consultadas, registre-se que cabe à autora toda a responsabilidade pelo conteúdo e pelas idéias desenvolvidos neste trabalho, pelo qual responde integralmente.

Finalmente, o que leva uma estudiosa a se preocupar com as relações entre violência e comunicação políticas, na Espanha, nos anos 90 e na Itália dos anos 70? Não certamente a pretensão de explicá-las, mas a certeza de que é preciso aprender a compreender as formas que tais interações assumem dia após dia, uma vez que, elas se transformam no tempo, adquirindo novas roupagens, incorporando novas tecnologias, novos procedimentos políticos e assim por diante. No caso espanhol,

considere-se a própria sobrevivência, até este momento, do contencioso entre a violência separatista basca e o Estado, que continua desafiando a democracia na sua terceira década, com novas formas de expressão e manifestação públicas, das quais, eventualmente, também se valeram os atores que se dedicam ao seu enfretamento. E no caso italiano, leve-se em conta o caráter problemático de um episódio da história política que, no seu tempo, foi cercado de gestos e atitudes de incomunicabilidade e continua a gerar tantas e tão diferentes práticas narrativas voltadas para o grande público. Seriam estas convites para "um diálogo – acerto de contas" ainda necessário entre a sociedade e a política?

Notas

1 Ver artigo publicado: Aguiar, 1999.

2 Este estudo contou com a inestimável colaboração dos funcionários do Instituto Italiano di Cultura de Barcelona, que tornaram possível a pesquisa em documentos fundamentais para o entendimento do caso. A eles a gratidão da autora.

3 Aguiar, 2004.

4 Aguiar, 2003.

Comunicação e terrorismo na Espanha: atores e cenários[1]

– Quién era Miguel Ángel Blanco?
– Um Chaval. Um golpe de aire fresco que llamaba al asesinato, asesinato, y al chantaje, chantaje. Tenia su gracia.
Pero diria que fundamentalmente lo que le gustaba era la música, más que nada.

Carlos Todorica[2]

Tem sido largamente reconhecido que a percepção do terrorismo, por diferentes segmentos da população, em grande parte do mundo, mudou após o atentado nos Estados Unidos em 2001. Considera-se que isto tenha ocorrido independentemente do grau de conhecimento que as pessoas em geral possam ter sobre o contexto geopolítico do acontecimento e sobre as implicações sócio-político-culturais que se revelam no campo dos extremismos patrocinadores do ataque. Também é plausível supor que atitudes políticas e militares (pelo menos aquelas de conhecimento público) adotadas pelo país atacado, de alcance interno ou externo (aí com respaldo de seus aliados), depois do acontecimento, tenham sido os fatores que contribuíram mais significativamente para a formação de novos pontos de vista sobre a violência por motivos políticos.

É admissível, portanto, a irradiação ampla e diversificada de um sentimento de vulnerabilidade sustentado pelo temor de que

nenhum país estaria livre, dali em diante (mesmo que, naturalmente, se admita que o risco seja maior para uns do que para outros, dadas os vínculos de cooperação ao nível da política internacional pós-atentado), de experimentar uma tragédia nas proporções registradas naquela manhã de setembro.

Cumpre, no entanto, reconhecer a relutância da maioria dos países europeus em avalizar a opção preferencial pelas armas como forma de deter o avanço do terrorismo, liderada pelos EUA. Isto não significa desprezar as possibilidades de que a opinião européia mude a médio prazo. Cabe lembrar que, pelo menos a partir dos anos 80, estudiosos como Wieviorka (1997) já haviam constatado mudanças significativas na forma como o terrorismo na Europa, um fenômeno que tem persistido, por décadas em alguns países da região, vem sendo visto e compreendido pelas populações atingidas, por este fenômeno, direta ou indiretamente, nos últimos anos.

Um aspecto importante observado quanto às mudanças de mentalidade concernentes à violência política na Europa, principalmente a partir dos anos 80, é que o espaço intelectual e político, no qual a violência poderia ser objeto de tomadas de posição compreensivas, limitou-se de forma singular a partir desse período. O fenômeno passou a ter exatamente a marca do que é preciso recusar, sobretudo pelo custo humano da luta armada, reconhecido, política e culturalmente nos que revisitam, periodicamente, a memória do Maio de 68 francês e suas continuidades, até tardias, como ocorreu na Itália, de forma mais acentuada. E o consenso passou a ser muito grande, no sentido da deslegitimação da luta armada.

Argumentou-se que os intelectuais – num mundo que não seria mais estruturado a partir da polaridade leste/oeste, em sociedades onde o princípio de divisão e conflito inerente às relações de produção

industrial teria se tornado secundário, confrontado com identidades nacionais ou religiosas, cujos combates eles se recusavam a apoiar, em geral – distanciaram-se da idéia da violência (Wiwiorka, 1997).

Numa perspectiva geral, a principal característica da violência política que a Europa suportou por longos anos e, em menor escala, ainda suporta, é a sua diversidade. Periódica ou ininterrupta, ela é perpetrada por diferentes grupos, com diferentes objetivos e variadas formas de manifestação. O leque vai dos extremismos de origem étnica àqueles de fundo ideológico, passando pelos lingüísticos e religiosos, ou pela combinação entre si de alguns desses fatores. [3] Para uma lista sumária de países, além da Espanha, que até poucos anos sofriam a ação de grupos extremistas, ou ainda sofrem, mencionem-se a Alemanha, a Itália, a França, a Grécia e a Grã Bretanha, sem contar os casos em que países europeus foram utilizados como base logística de grupos terroristas que atentavam contra interesses de outros países e agora atuam, também, nos Estados Unidos da América do Norte. O caso dos grupos extremistas islâmicos, que ameaçam países aliados liderados pelos EUA, na sua política antiterrorista, é o exemplo mais conhecido. Aliás, a própria Espanha foi alvo de atentado deste tipo em 2004.

Sobre as características mais claramente perceptíveis do terrorismo, na atualidade, vale reter duas idéias principais. A primeira é a diluição ou estreitamento das fronteiras nacionais, regionais e continentais de atuação dos grupos terroristas, cujos objetivos, estratégias, vítimas ou autores de atentados estão cada vez mais desvinculados em termos de espaços geográficos e institucionais. A segunda é que, da mesma maneira como o avanço tecnológico redefiniu as formas de os estados nacionais fazerem a guerra, no sentido convencional, a incorporação de instrumentos e sistemas tecnológicos modernos está transformando-se em um dos elementos centrais do terrorismo.

Talvez seja este um dos fatores que mais contribuem para que as práticas violentas sigam transcendendo fronteiras dos estados nacionais, como alvo ou como sede de atuação. E, neste plano, pode-se também evocar o chamado *cyberterrorismo*, para indicar que não se trata apenas da tecnologização da luta armada, tal como esta se desenrolou através da história, mas de um tipo específico de violência, cujos alvos e objetivos são mais difusos e podem, ou não, estar conectados com demandas políticas, enquanto tais.

Em muitos dos seus aspectos, toda esta nova realidade desafia o próprio arcabouço institucional dos estados-nação, tal como foram longamente configurados, no momento em que se crê que estes se encontrem, de algum modo e em alguma instância, fragilizados pelas transformações que vêm ocorrendo no campo do governo internacional da economia, da mundialização dos processos tecnológicos de geração e difusão de produtos culturais e da circulação internacional de pessoas.

Da mesma maneira como a atenção dos estudiosos vem sendo requerida no tocante ao papel central da mídia convencional e das novas tecnologias da informação, nos processos políticos contemporâneos, o tema da relação entre comunicação e terrorismo também vem sendo posto em destaque. E isto ocorre, principalmente, por causa da velocidade em que se dá a expansão de novas formas de difusão de dados, voz e imagem, que multiplicam as possibilidades de interação social, mas, também, ampliam a vulnerabilidade de pessoas e instituições.

Este trabalho é um convite à reflexão sobre significados e valores que a relação entre comunicação pública e violência põe em questão. A comunicação é vista, em sentido amplo, como um conjunto de práticas discursivas exercidas no âmbito que Hanna Arendt chamou de espaço público de aparição, identificando-o como o espaço político. Já

a violência é encarada em sentido mais restrito, que é a sua manifestação na forma de terrorismo[4], entendido como um sistema baseado na intimidação ativa, cujos graus variam da violência física à simbólica, dirigida principalmente a civis ou não-combatentes, sob argumentação política. Focaliza-se aqui um espaço específico, e um momento especifico, onde tais interações colocaram-se em cena com um vigor admirável. A Espanha é tomada como um caso exemplar. Quer isto dizer que o que foi observado naquele local, e no momento focalizado, não é pensado aqui numa perspectiva generalizável para qualquer outro país ou momento.

Mas, se não cabe falar de correspondência empírica, cabe falar de possibilidades de conexões teóricas importantes para delimitação e melhor compreensão das complexas relações (e há que insistir na acentuação dessa complexidade) entre a comunicação, a sociedade em geral, os poderes instituídos e a violência política. No caso espanhol, em que a violência política contemporânea está associada, fundamentalmente, às demandas nacionalistas, tais relações parecem nunca terem sido postas tão em evidência, no período pós-Franco, quanto o foram no biênio 1997 e 1998.

Três acontecimentos são aqui enfocados:

1) uma mobilização da população em repúdio à luta armada separatista, sem precedentes, na história política recente da Espanha, por ocasião do seqüestro e assassinato de um jovem político pela organização ETA- Euskadi Ta Askartazuna, em julho de 1997;

2) o enquadramento jurídico de uma ação de comunicação pública midiática, como prática associada ao terrorismo, iniciada em 1997 e concluída no ano seguinte e

3) a primeira tentativa de internacionalização da comunicação pública oficial, como estratégia de enfrentamento da luta armada, na forma de produção e veiculação de um vídeo-documentário, pelo governo de centro-direita de José Maria Aznar, do Partido Popular, destinado ao exterior, em setembro de 1997.

São acontecimentos diferentes na sua constituição, na sua abrangência social e nos seus desdobramentos políticos e institucionais. Mas, vistos ao longo do tempo, revelam, no seu conjunto, que o contencioso entre o Estado espanhol e o separatismo basco alcançou, naquele momento, um patamar a partir do qual a comunicação pública, como prática social, na sua variedade de formas de ação, significados e conseqüências, pode ser encarada como um ator importante no processo. Destaque-se o protagonismo do judiciário. Agindo como um dos instrumentos gestores da sociedade e, por extensão, parceiro na condução do enfrentamento ao terrorismo, este Poder fixou limites hierárquicos precisos entre valores e princípios em jogo na relação entre comunicação e política, no estado de direito democrático em face da violência e criminalidade.

Este estudo não tem a pretensão de focalizar o arco formado pelos diversos ângulos do entrelaçamento entre a política e a violência nacionalista naquele país mediterrâneo. Tão somente, localiza referências para a busca de uma compreensão da importância da comunicação pública nos processos políticos envolvidos no conflito entre o movimento independentista Basco e o Estado espanhol, em certo momento, dadas às características desta relação após a superação do autoritarismo franquista. Desse modo, observa aspectos, por meio dos quais o protagonismo da comunicação a transformou, naquele momento, em um importante ator político, no funcionamento do terro-

rismo e no seu enfrentamento. De um lado, a comunicação foi objeto de esforços preventivos por parte de instituições do Estado. De outro, foi requerida por setores da sociedade para manifestação contundente de sua recusa às mesmas práticas.

Mas, antes, porém, de examinar com algum detalhe os acontecimentos, é preciso situar ainda que de forma esquemática o movimento separatista e o posicionamento do Estado, nesta questão, na história política recente da Espanha.

A maior parte dos grupos armados existentes no período ditatorial de Franco (independentistas, na sua maioria), ou contemporâneos da transição, desapareceu ao longo dos primeiros anos de reconstrução da democracia. Pelo menos, durante as últimas três décadas [5], o terrorismo na Espanha se identifica fundamentalmente com ETA, cujo nome vem de uma sigla formada pelas palavras que compõem a frase *Euskadi Ta Askatasuna*, no idioma euskera, falado pelo povo basco, que traduzida significa *Pátria Basca e Liberdade*.

Ao contrário de outros movimentos nacionalistas radicais, extintos ou auto-extintos e transformados em partidos legais, ao longo destas últimas décadas, ETA não depôs as armas com a redemocratização, não aceitando a via posta pela anistia de 1977. Inclusive chegou a causar 70% dos atentados mortais registrados, na segunda metade dos anos 70, e, nove de cada dez produzidos nos anos oitenta. Seu primeiro atentado mortal se produziu em 1968 e até janeiro de 1997 assassinou 804 pessoas, 43 até a morte de Franco e as outras durante a transição à democracia e posteriormente na vigência desta. Isto quer dizer que ETA, não só não se dissolveu com a redemocratização e obtenção dos níveis de autonomia locais (garantidos pela Constituição de 1978), como ampliou seus traços terroristas. [6]

De inspiração étnico-nacionalista, o movimento separatista basco é o fenômeno histórico insurrecional mais importante dos surgidos na era do general Francisco Franco (1939-1975), cuja ditadura combateu. Independentemente dos acordos políticos resultantes da recuperação da democracia, ETA e outros grupos nacionalistas seguiram lutando pela independência de suas regiões. Contudo, nenhum outro teve influência política, social e cultural na história contemporânea da Espanha, que seja comparável a ETA.

Na realidade, o nacionalismo basco (movimento que vem desde o século XIX) não defende um projeto único em todas as suas ramificações. A proposta de ETA, a mais radical, reivindica a unificação de toda a população de língua basca, que se encontra não só na parte denominada País Basco, no extremo Norte da Espanha, incluindo a região de Navarra e povoados situados no sudoeste no território francês. O projeto mais restrito, defendido pelos nacionalistas considerados mais moderados, almeja a formação de um estado-nação próprio, nos limites da configuração atual da região autonômica. Isto é, o atual País Basco, uma região com cultura própria e uma das mais prósperas da Espanha.

Após a ultrapassagem da ditadura franquista, as regiões que já haviam tido experiência anterior de estado próprio foram definidas como unidades governativas, com uma série de prerrogativas, no âmbito do "Sistema Autonômico, que foi a alternativa encontrada pelos coletivos redemocratizadores, na transição negociada à democracia"[7], na década de 70, para evitar a secessão. As outras nacionalidades históricas, como Catalunha e Galícia, por exemplo, ao contrário do País Basco, aceitaram o reconhecimento da demanda nacionalista estabelecido pela Constituição de 1978, na forma do sistema autonômico.[8]

Para além do protagonismo de ETA, em crises políticas dos anos posteriores à transição e nas tentativas de desestabilização da monarquia parlamentária e, conseqüentemente, do Estado espanhol, analistas como Cortazar y Vesga (1994) vêem nesta organização, não só a raiz de substanciais transformações no interior da sociedade basca mas, também, o prolongamento do impasse a que chegaram tanto as aspirações do nacionalismo de Estado, quanto as reivindicações dos chamados nacionalismo periféricos na Espanha. [9]

Tais especificidades explicam, naquele país, a perpetuação deste tipo de ação política, que, por algum tempo, guardou certas semelhanças, na forma, com as lutas de libertação nacional, eventualmente associadas a orientações marxistas leninistas, cujo auge em escala mundial se deu entre os anos 50 e 70.

Três fatores são apontados como responsáveis pelo impasse no caminho de uma solução democrática, cultural e economicamente aceitável para os nacionalistas radicais e o Estado espanhol, para o conflito no País Basco, ao longo dos anos pós-transição:

1. O amplo respaldo social que a luta armada possui, decrescente nos últimos anos, mas, ainda, significativo;

2. Os efeitos realimentadores da violência resultantes da política antiterrorista ilegal levada a cabo em âmbitos do aparato estatal, via atuação para-militar, na chamada "guerra suja", na década de 80 e

3. A ambigüidade do nacionalismo democrático, na região, em parte alimentado pela base social que a luta armada ainda desfruta.

É razoável supor que, tanto a mobilização da população (a maior já registrada na história da Espanha, até aquele momento, e com o mais expressivo apoio internacional) contra o terrorismo, por ocasião

do seqüestro e assassinato do jovem político por ETA, como a ação do Estado, no plano jurídico, que compreendeu o julgamento da mesa diretora da coligação partidária Herri Batasuna – HB (braço político do movimento armado), tiveram implicações profundas para o processo político espanhol. Os dois acontecimentos podem ser vistos desta maneira, diante, principalmente, do que pode ser considerado como ganho efetivo, na busca de condições para a construção e consolidação de uma via democrática para a solução do conflito.

Quanto à ação comunicativa realizada pelo Governo, mencionada como o terceiro acontecimento, registrado em 1997, mesmo admitindo sua importância menor em relação aos outros dois, seu exame se justifica pelo que revela sobre a percepção que a sociedade política tinha naquele momento a respeito da peculiaridade da ação pública governamental, nesta área, no contexto do enfrentamento do terrorismo, independentemente de posições existentes em relação ao então governo do primeiro ministro José Maria Aznar, ou à militância nacionalista em si.

E quanto às implicações para o processo político mais amplo, se a constatação não é válida para os três episódios na sua totalidade, ao menos o é em relação a certos elementos ativos que neles estiveram presentes. O fato de que, em algum sentido, tenham sido vistos dessa perspectiva por vários atores sociais ou pela sociedade política em particular, que se manifestou, consensualmente, por manifestações públicas diretas ou por um extenso leque de intérpretes políticos, o comprova.

Daí o entendimento de que tais eventos apontam para a importância da comunicação no conjunto de fatores implicados na consolidação da democracia que, nos sentimentos da maioria dos espanhóis contemporâneos, representa a convivência pacífica entre as naciona-

lidades e o reconhecimento das diferenças existentes entre elas pelo governo central. Tal convivência repousaria no compromisso com o fortalecimento das instituições que respaldem conquistas de autonomia e, conseqüentemente, resultem do aperfeiçoamento de uma cultura política democrática inclusiva e plurinacional, formada no exercício de uma cidadania adequadamente informada das questões de interesse público e aparelhada para intervir na sua condução.

Sob o risco de simplificar em demasiado a questão, pode-se evocar o lugar comum, mas nem por isto menos importante, expresso em linguagem tomada emprestada ao sistema educacional espanhol, de que esta convivência é a *signatura pendiente*, ou seja, a disciplina que um estudante fica "devendo", quando ultrapassa um determinado nível escolar formal, sem ter sido nela aprovado, ficando na obrigação de cumpri-la.

Esse é em resumo, as principais linhas do pano de fundo a partir do qual devem ser vistos os acontecimentos, guardadas as devidas proporções, de cada um deles, em termos de alcance e intenção das práticas levadas a efeito e seus desdobramentos. E o objetivo aqui perseguido é compreender o que aqueles acontecimentos revelam sobre formas de percepção das relações entre comunicação, política e violência, seja aquela que se exprime na apropriação e uso de formas de comunicação pública antiterrorista, por cidadãos, homens, mulheres e crianças; seja a que se revela no manejo que a esfera pública (dos poderes constituídos institucionais ou insurrecionais) faz tanto da comunicação *anti* quanto da comunicação *pró*-terrorista.

Pretende-se lançar um olhar panorâmico que permita observar, ao mesmo tempo:

a) algo do processo de articulação de sentido que esteve presente nas múltiplas ações que resultaram da postura ativa dos cidadãos quando se manifestaram contrários à militância terrorista;

b) aspectos do entendimento que os poderes públicos tiveram, naquele momento, sobre a utilização da mídia em ações comunicativas perpetradas pelo entorno extremista, bem como as conseqüências deste entendimento em forma de intervenção do Estado para desestabilizar tal instrumentação e punir as ações, com vistas a agir preventivamente nesta área por considerá-la vital para perpetuação da violência e

c) finalmente, os significados desencadeados pelo esforço de apropriação, pelo governo, de uma prática de comunicação institucional, como parte do enfrentamento do terrorismo e seu questionamento pela sociedade política.

Delimitar a temática desta maneira equivale a interrogar, mais detidamente, o significado da manifestação multitudinária dos cidadãos por ocasião do acontecimento de Ermua, considerando **o como** e **o porquê** fizeram-no daquela maneira e naquele momento. Como uma população de 6 milhões de pessoas, externando sua visão condenatória à luta armada e sua exigência pelo desaparecimento de tal prática, colocou-se publicamente diante da sociedade política, do movimento nacionalista radical e do Estado, por exemplo? E, no caso do sistema judiciário, é preciso refletir sobre o significado da construção do arcabouço jurisdicional que permitiu criminalizar uma prática de comunicação aparelhada na ação do terror.

Outras questões se colocam. Referem-se, de um lado, e em primeiro lugar, ao fato de que, em alguma medida, explicitou-se um modo de visualizar as possibilidades da comunicação, tanto no campo da sustentação da prática do terror, quanto no de sua inibição, incluin-

do a operação de governo, que marca a passagem do entendimento (teórico, por assim dizer) da importância da comunicação, como fator de combate ao terrorismo, para uma intervenção concreta, que o tornava "comunicador" antiterrorista. E, conseqüentemente, referem-se, ainda, ao modo como, no cenário de representação da política, os diferentes atores encararam seus mútuos procedimentos. E ao fato de que o movimento de opinião pública, o encaminhamento judicial e a decisão do Governo de atuar no terreno da propaganda político-ideológica colocaram a comunicação pública como objeto específico da reflexão sobre o terrorismo.

Há de se levar em conta que as interações entre a comunicação e o terrorismo, na Espanha, não constituem, no período estudado, uma temática freqüentemente focalizada na vasta literatura oriunda das Ciências Sociais, embora também a avaliação que nesta área se faz dos estudos sobre os nacionalismos periféricos e sobre o terrorismo em particular, também não seja muito alentadora, como em várias ocasiões alertou Linz.[10]

Sobre o tema da base social do terrorismo, destaque-se um estudo do próprio Linz (1986) sobre processos de opinião pública e terrorismo no País Basco, nos quais, basicamente, se interessou pelas percepções do fenômeno e das aspirações autonômicas e independentistas da população, como se verá adiante. E, no campo específico dos estudos da Comunicação, recorde-se que estudos sistematizados publicados naquele país, por Rodrigo Alsina (1989) e Fernandez (1992), por exemplo, têm privilegiado a abordagem da forma como os meios de comunicação tratam as ações geradas pelo terrorismo, sob um fundo de atenção à responsabilidade dos meios frente à abordagem da violência no campo da política, em níveis conjunturais.

Quanto a questões relacionadas com a evolução do poder comunicativo da sociedade, com a recepção da informação por parte do público e, principalmente, com a ação do Estado no que diz respeito à comunicação no combate a violência política, até recentemente não se encontravam referências de estudos sistematizados publicados. Contudo, observou-se um debate significativo sobre estes assuntos no período que vai de 1997 a 2003, pelo menos, nos jornais de referência dominante, naquele país.

Alguns estudiosos, como Perez-Agote (1989) e Jáuregui (1997), reconhecram a importância de aportes que áreas do conhecimento, como a Psicologia social e a Antropologia[11], podem trazer, e já o faziam, para uma adequada compreensão do fenômeno do terrorismo, além da própria teoria política, o que pode significar uma atenção para outros fatores constitutivos desta prática, além dos tradicionalmente considerados na literatura existente.

Os três acontecimentos selecionados para este estudo remetem diretamente a fatores que não tem sido suficientemente abordado nos estudos sistematizados e acessíveis sobre o terrorismo, o que revela dificuldades no reconhecimento do quanto as diferentes formas de comunicação, expressão e manifestação pública são elementos constitutivos do campo político, na história contemporânea espanhola.

Na realidade, é preciso insistir em que mesmo o tema geral do terrorismo, por si só, já e uma dificuldade. Há quem creia na impossibilidade da sua abordagem, sob o argumento de que os entraves conceituais de seu estudo se avolumam. Conjugado o problema com a questão da comunicação, isto é, com o incremento das formas de expressão e manifestação pública modernas, tratar-se-ia, então, de uma sociologia impossível, como admitiu Amando de Miguel (apud Fernandez, 1982, p. 131), para quem o que se poderia fazer seria uma sociologia do sentido comum.

Sem entrar no mérito da observação (até porque este trabalho recebeu contribuição significativa de estudos sociológicos importantes, particularmente sobre a questão da opinião pública, no contexto do terrorismo), não há como subestimar as dificuldades que se atravessam nos esforços de entendimento do fenômeno do terrorismo e, principalmente, para dar conta da sua inter-relação com a comunicação.

A abordagem aqui adotada é, com a ajuda interdisciplinar, que se supõe necessária, para minimizar as impossibilidades existentes, o rastreamento de significados e valores presentes no entrançado formado pelas interações entre violência política e comunicação pública tal como podem ser percebidas, considerando o seu contexto. É um estudo exploratório que procura reunir alguns problemas importantes e deles extrair idéias e questões adequadas para discussão.

Na seqüência, focaliza-se, inicialmente, a mobilização da população em repúdio à luta armada separatista; em seguida será abordado o episódio do enquadramento jurídico da comunicação pública, como prática associada ao terrorismo. Finalmente será lembrada a primeira tentativa de internacionalização da comunicação pública governamental, como estratégia de enfrentamento da luta armada em território espanhol. Ou seja, a busca da contracomunicação em relação à mensagem que o terrorismo, a partir das sucessivas transformações experimentadas por uma organização modestamente surgida como um grupo de jovens comprometidos com a resistência à ditadura franquista, dissemina.

O espírito de Ermua

Foi nos primeiros dias do mês de julho de 1997 que ETA seqüestrou Miguel Ángel Blanco Garrido, vereador em sua cidade natal. Foi

dado ao governo, um prazo de 48 horas para que trasladasse ao País Basco todos os presos da organização (na época, cerca de seiscentos), espalhados em cárceres por toda a Espanha, caso contrário, o jovem seria executado.

Durante aqueles dois dias, por seu lado, o governo do Partido Popular declarou que não atenderia à exigência e que o acercamento, gradual e individual, dos presos, era parte de uma política carcerária, que não previa uma operação generalizada. A decisão de não negociar tinha o apoio da chamada "Mesa de Ajuria Enea", cujo nome oficial é *Acuerdo para la Normalización y la Pacificación de Euskadi*, criada em 1988 e integrada por vários partidos.

Mesmo que os segmentos democráticos concordassem com o acercamento, objeto inclusive de campanhas de várias organizações defensoras de direitos humanos, a forma da exigência era vista como uma chantagem. É certo que o acercamento era um dos poucos pontos que dividiam os democratas na política antiterrorista em vigor naquele momento. Os que se atinham ao plano jurídico defendiam o acercamento puro e simples. Os que sustentavam um ponto de vista mais político, admitiam conversações para este fim, desde que houvesse o abandono das armas, já que qualquer negociação com o grupo tinha como pressuposto básico o abandono da violência, como fora pactuado entre as militâncias pela pacificação.

Mas, de todo modo, a constatação de que a providência seria tecnicamente impossível de ser adotada no prazo estabelecido, dava à exigência de ETA o caráter de mera fórmula de demonstração de força.

Por sua parte, a população foi em massa, naqueles dias, por várias vezes, às ruas, por toda parte da Espanha (e não somente em grandes capitais, como Madri e Barcelona, mas também em cidades pequenas

e médias, inclusive no próprio País Basco, onde Bilbao, uma cidade, na época, com cerca de um milhão de habitantes, registrou a maior manifestação pública de sua historia, com cerca de meio milhão de pessoas nas ruas), pedindo ou exigindo que ETA não cumprisse as ameaças. Paralelamente, os meios de comunicação de massa difundiram testemunhos de repulsa à violência terrorista e apelos em favor do seqüestrado, por personalidades representativas do pensamento acadêmico, do mundo artístico, cultural, político e religioso de toda Espanha, notadamente, do País Basco e de outros países.

Foi tudo em vão. No sábado, dia 12 de julho de 1997, o corpo de Miguel Angel Blanco Garrido, de 29 anos, foi encontrado agonizando, nas cercanias do povoado de 17 mil habitantes em que vivia, na região de Vizcaia. A notícia teve forte impacto sobre a população espanhola, já mobilizada no prazo em que duraram as ameaças, enviando apelos pela não execução, de diversas formas. Cumprida a ameaça, multiplicaram-se as manifestações contra o terrorismo.

Refletindo naqueles dias sobre o acontecimento, vários analistas coincidiram numa interpretação, difundida por diversos meios: foi a exaustão provocada pelo sentimento de repulsa a um saldo, até aquele momento, de mais de 800 mortes, vítimas de seqüestros e posterior assassinato, assassinato direto ou atentados com bombas, dentre as quais estavam magistrados, políticos, parlamentares, membros dos corpos de segurança pública e familiares destes, jornalistas, de várias partes da Espanha, além de homens, mulheres e crianças, transformados em vítimas aleatórias, em atentados como o do início de 1987, em um supermercado de Barcelona.

Houve coincidência, também, na interpretação de que a "gota d'água" fora a forma como se deu o crime. Isto é, sua feição de pena de morte, a prazo fixo e em caráter inapelável, tal como, tantas vezes, a

decretara e cumprira o General Franco, o ditador falecido no final dos anos 70. A comparação com algo protagonizado por ele em setembro de 1977 foi inevitável.

Na memória dos que viveram ou dos que cresceram ouvindo que a pena de morte era símbolo de quarenta anos de ditadura, ETA trazia de volta a triste memória do passado. Fazia vinte anos que uma avalanche de apelos de clemência de personalidades reconhecidas no mundo das artes, dos espetáculos da educação, da religião e da política, do país e do exterior, e coletivos dos mais diversos matizes, incluindo organizações radicais dos anos 60 e 70, como é o caso do Movimento Guerrilheiro Uruguaio, Tupamaro, chegou ao ditador Franco, para que não executasse os quinze membros de ETA, condenados no famoso "Processo de Burgos".

À semelhança daquele tempo, uma onda de solicitações foi dirigida, vinte anos depois da redemocratização, desta vez a ETA, exatamente a vítima do passado, para que não matasse o jovem político de Ermua. A relação foi estabelecida, por exemplo, pelos próprios Tupamaros, que lembraram, em sua mensagem a ETA, o apelo que dirigiram ao general Franco, em seu tempo, para que não executasse os "etarras" condenados pelo assassinato de um comissário de polícia. Franco pretendia fazer um juízo geral contra a organização mas se deu o contrário, ou seja, a repercussão interna e no exterior foi tão significativa que, perante a opinião pública internacional, seu regime é que foi posto em questão. Daí a opção do ditador pela conveniência do indulto (Cortazar y Vesga, 1994, p. 622).

Na carta aberta dirigida a ETA, antes do desfecho do seqüestro, os antigos dirigentes tupamaros Eleutério Fernández, Julio Arenales e José Mújica, que fazem autocrítica da própria violência que o movimento cometera a seu tempo, afirmam que lutaram, no passado,

contra as condenações do franquismo e atualmente lutam contra as que decretam outros regimes e por isso não podiam se calar e pediam pela vida de Miguel Angel.[12]

Não faltaram, portanto, alusões ao que foi considerado como a perda do traço de identidade que garantiu a ETA apoio da esquerda internacional: sua identificação com o anti-franquismo. O escritor basco nacionalista, Ramón Saizarbitoria (1997), chegou a recordar a angústia vivida na fila dos correios para o envio do telegrama a Franco, solicitando clemência pelos condenados a morte, na madrugada do dia 27 de setembro de 1977. E sua perplexidade, em 1997, ao não saber, ao menos, a que endereço da Espanha redemocratizada enviar a petição por Miguel Angel Garrido.

É certo que, como qualquer acontecimento moderno, que impulsiona a chamada opinião pública, a mídia dedicou grandes espaços à cobertura, transformando-o, como é da sua natureza, em um tema obrigatório de discussão pública. E não faltou a tentativa de aproveitamento da sua repercussão por figuras do partido no poder, que tentaram identificar, no clima de repulsa à violência, um apoio ao governo conservador de Aznar. Pode-se também acreditar que aí esteja a origem da discreta atitude de reticências, quanto à importância da mobilização, manifesta em uma ou outra entrevista por intelectuais de oposição ao governo, nacionalistas ou não, receosos, inclusive de que as manifestações pudessem orquestrar uma condenação simplista aos nacionalismos em geral e um apoio à gestão do Partido Popular, principalmente na condução da política antiterror.

A quase totalidade dos mais importantes meios de comunicação, que, em suas publicações ou emissões retrospectivas do final do ano, denominaram 1997, como "o Ano de Ermua", como, por exemplo, *El País* e *La Vanguardia (*28/12/97), respectivamente, os diários de maior

tiragem e influência em Madri e em Barcelona, investir fortemente na cobertura das manifestações, antes e depois do assassinato. Destaquem-se, ainda, por exemplo, passagens inusuais em radiodifusão, como o "minuto coletivo de silêncio", que as emissoras de rádio e de televisão (estas, ostentando apenas o símbolo da luta contra o terrorismo – o laço azul – em lugar de seus logotipos corporativos) "mantiveram" pouco antes das 16 horas, prazo final do ultimato de ETA.

Nas ruas, os pequenos laços azuis, símbolo do protesto silencioso contra o terrorismo no País Basco, portados nas lapelas de multidões anônimas por toda a Espanha e nas vitrinas ou fachadas de estabelecimentos comerciais, políticos ou culturais, que nos dias anteriores pediam pelo jovem, foram substituídos pelos de cor negra depois da execução.

Se é certo que os meios de comunicação e os partidos políticos possam ter auferido popularidade, com o episódio, nas grandes manifestações, principalmente das capitais, é certo, também, que tal efeito só foi possível pela maciça presença da população nas ruas, manifestando-se contra o terrorismo. Assim, ao falar da espetacularização do acontecimento, não se pode deixar de levar em conta a mobilização popular efetiva que o acontecimento provocou. Pode, inclusive, ter razão o historiador Santos Juliá (1997), para quem a magnitude das manifestações, na maior parte das vezes, silenciosas, nas ruas de pequenas ou grandes cidades, ou capitais como Barcelona e Madri, pegou de surpresa os meios de comunicação, bem como o próprio Governo e não poucos políticos.

Pela dimensão numérica e geográfica, a mobilização foi um evento sem precedentes na Espanha pós superação do franquismo, surpreendendo os analistas, que nela viram a revelação de que algo se movia no que era considerado como um longo processo de desmobilização

da opinião pública espanhola. Tal desmobilização, reconhecia-se, inclusive, resistia às mudanças, não só nos cenários político econômico nacionais, que reinseriram o pais, de fato, no conjunto europeu de nações democráticas do pós-guerra, e o integram na Comunidade Européia. Admitiu-se, ainda, que esse algo apontava para uma direção claramente explicitada: a constituição de novos atores políticos.

Falar de um novo ator político era, portanto, negar a idéia da insolubilidade da sempre reiterada queixa da apatia política dos espanhóis, fruto de 40 anos de ditadura, que teria sido apenas parcialmente superada no período da transição à democracia. Basta lembrar que, terminada a guerra civil, Franco destruiu tudo que lhe parecia rastro da pluralidade dos tempos republicanos e propôs-se a reconstruir o país, na realidade, o nacionalismo de cunho imperialista. Além de isolar o País, centralizou o Estado, impôs o castelhano em todo o território e começou a liquidar os adversários. Para se ter uma idéia do tipo de autoritarismo implantado, basta lembrar alguns fatos: em 1946, ainda funcionavam três campos de concentração e cento e quarenta de trabalhos forçados e a pena de morte foi aplicada até 1975, ou seja, 39 anos depois que Franco assumiu o poder. Quase todos os artistas, intelectuais e políticos adversários exilaram-se, quando não foram assassinados. Os que permaneceram mantiveram-se sob o signo do silencio e do isolamento de toda e qualquer atividade cultural pública.[13]

A repressão alcançou em cheio a imprensa. Tanto os jornais, como as emissoras de rádio e as editoras que não apoiavam o regime, passaram para o controle direto do Estado. No caso de resistência, veio a pura e simples extinção ou desapropriação, passando o empreendimento a fazer parte do sistema de comunicação do regime.

É conhecido, também, o protagonismo da imprensa espanhola na ultrapassagem do autoritarismo na Espanha na década de 70, como

aliada e representante dos coletivos redemocratizadores na dissolução dos entraves institucionais e constituição das bases para reinserção do país no espectro dos estados democráticos contemporâneos. Considerada e assim nomeada como o "Parlamento de Papel", a imprensa, por meio de um conjunto de periódicos substituiu, na prática, as cortes espanholas, dóceis ao franquismo, que não tiveram como opor resistência à redemocratização.[14]

Em 1997, portanto, duas décadas depois, a população é que se fez presente, de maneira mais notória, na forma de um conjunto tornado visível, sobretudo pela atitude de sair às ruas como coletividade, já que, na maioria das manifestações, nem mesmo representantes do governo, dos partidos políticos ou organizações de diretos humanos assumiram papel de liderança relevante. Quem revê as fotos das passeatas multitudinárias, percebe que, em geral, frases e símbolos portados não remetiam diretamente a instituições ou organizações políticas existentes. Os jornais distinguiram tais manifestações, daquelas que foram consideradas paralelas, por terem sido convocadas por partidos políticos e organizações defensoras de direitos humanos, que também foram numerosas.

Excepcional pela quantidade de participantes, que compareceram repetidas vezes e por vários dias às ruas das mais diversas cidades e povoados, o movimento apresentava a feição geral de um conjunto heterogêneo de pessoas que, desse modo, se apresentavam para serem vistas, naquele instante, como cidadãos presentes na vida política espanhola. E tinham algo a dizer, não só aos cultores da violência, mas àqueles que claudicavam, no seu enfrentamento, no âmbito da elite política, no governo ou no parlamento. E a mensagem era a de que, majoritariamente, estavam comprometidos com a democracia e com a

defesa do respeito e integridade da vida humana, porém vulneráveis à ação da armas dos extremistas.

As manifestações que se espalharam por todas as regiões da Espanha, de pequenos lugarejos a metrópoles, como Madri, Barcelona e Bilbao, por exemplo, e em outros países europeus, de certo modo, também fizeram aflorar uma espécie de desconserto das autoridades.

Os políticos espanhóis, num primeiro momento, fizeram uma espécie de *mea culpa*, pelo que lhes pareceu ser uma cobrança explícita da sociedade, dirigida a eles, ao mesmo tempo em que se engajavam da forma que podiam nas manifestações. Nas declarações que forneciam aos meios de comunicação, tanto estes, quanto intelectuais independentes viam nestas manifestações uma demonstração inequívoca de que novos atores da comunicação política, efetivamente, começaram a assumir o risco de entrar publicamente em cena, contra a violência nacionalista.

Em nenhum outro momento iniciativas cidadãs de condenação ao terrorismo, nos anos anteriores, alcançaram a visibilidade pública dessa mobilização, que reuniu as forças democráticas espanholas, nacionalistas ou não, quando do assassinato do político municipalista e empresário Miguel Ángel Blanco Garrido, do partido governista, no povoado de Ermua, no País Basco. Ali, colocou-se em evidência o que ficou conhecido como o "espírito de Ermua", ou seja, a expressão de uma mentalidade contrária à violência política pela maior manifestação pública já havida, não só em toda a Espanha até então, mas, inclusive, no próprio País Basco, onde predominavam, até pouco tempo antes, expressões públicas em favor do nacionalismo radical.

Adotada pelo vocabulário político corrente, a expressão "espírito de Ermua", foi justificada, por exemplo, pelo historiador Santos Juliá (1997, p. 20).

Para ele, a saída da população à rua teve, naquele momento,

> (...) um significado mais além do lugar e do tempo em que ocorreu, porque ali se produziu o que pode chamar-se com toda propriedade, a presença de um espírito, no sentido que esta palavra tem em política, ou seja, como fusão de vontades, para além das legitimas opções partidárias existentes na sociedade espanhola.

"Espírito de Ermua houve", escreveu, "porque a vontade dos manifestantes se fundiu em um objetivo comum e concreto: levantar uma barreira contra a barbárie nacional/fascista que a sociedade basca e o Estado espanhol sofrem desde já faz muito tempo."

Há que reconhecer que algo, efetivamente, se moveu no plano da expressão pública da opinião em relação a ETA, a partir daquele momento, dada a complexidade da questão do ponto de vista histórico, que o tipo de transição pactuada não conseguiu solucionar. É claro que não se pode esquecer que os nacionalismos periféricos, para mencioná-los pelo vocabulário consagrado na literatura, são o legado de uma larga história política, social e econômica, o que não garante soluções fáceis para os conflitos que patrocinaram até então, ou nos quais se viram envolvidos.

Como também, não há como desconsiderar, aí, já num plano mais geral, porém, convergente, a mobilização daqueles dias como prova da maturidade ou ressurreição de uma sociedade civil, destruída pela guerra civil e pela ditadura franquista. Há quem pense que a desmobilização da sociedade espanhola seria uma das mais perduráveis e perigosas heranças do franquismo (Cortazar y Vesga, 1994, p. 56).

Um outro ponto a ser destacado é que a manifestação também revelou o grau de ruptura com a tolerância ao terrorismo, de algum modo, exercida com a justificativa de que condená-lo era rejeitar o

nacionalismo, defendido pelas nações sem estado. “Bascos, sim, terrorismo, não”, foi o lema muitas vezes repetido naqueles dias, numa demonstração de que não se tratava de negar apoio à resistência do nacionalismo basco, mas de rejeição absoluta ao assassinato de pessoas, à extorsão e a violência física e simbólica.

Para se ter uma idéia da profundidade do enraizamento social de ETA, basta lembrar que os “etarras” conseguiram vincular a consciência basca, o “ser basco”, ao sentimento repressivo e à recusa às forças de ordem pública. E de tal modo que a comunidade basca, principalmente, aceitou com facilidade, como senhas de identidade diferenciadoras, a interiorização do fato repressivo e a repulsa aos agentes da repressão, cultivada nos longos anos do franquismo (Cortazar y Vesga, 1994, p. 56).

Nem a transformação do entorno político que a Espanha experimentou, isto é, a redemocratização, com toda as suas conseqüências, no plano interno e na suas relações com o exterior, nem as mudanças que a própria organização sofreu ao longo de duas décadas, incluindo suas crises internas e cisões, tiveram influência suficiente para alterar e mentalidade de parte da população basca em relação à luta armada, como forma de solucionar o contencioso que mantém com o Estado.

Os traços de identificação entre a aspiração independentista (no que concerne aos elementos aglutinadores fundamentais de identidades coletivas) e o fenômeno ETA explicariam as dificuldades de separação entre a luta armada e o nacionalismo basco. Mesmo condenando os métodos da organização, as lideranças democráticas nacionalistas não encontravam formas de consolidar alternativas de condução da reivindicação de livre determinação que se contrapusessem à luta armada.

Condenar o terrorismo para uma parte da sociedade basca ainda equivaleria a rejeitar o nacionalismo e, consequentemente, abrir

mão do que considera a única maneira de manter sua identidade como nação diferenciada. Daí o reconhecimento de que a compreensão do fenômeno do terrorismo depende que se levem em conta as raízes culturais e psicológicas da violência política.

Embora não caiba, nos limites deste trabalho, um esforço para explicar a complexidade da questão do nacionalismo de Estado e os nacionalismos periféricos espanhóis [15], vale a pena abrir um parêntesis sumário para uma comparação simples com a Catalunha. Ao contrário do que ocorreu no País Basco, os movimentos independentistas catalães encerraram a luta armada, ao longo dos primeiros anos da consolidação democrática, e aceitaram a configuração para as nações sem estado, estabelecidas pelo novo marco constitucional.

O chamado "catalanismo", incorporado, independentemente de posição ideológica, por todas as forças da sociedade, canaliza a demanda nacionalista nos termos de luta pela consolidação do reconhecimento pelo Estado espanhol da identidade da Catalunha, como nação diferenciada, pela via do que se convencionou chamar de resistência cultural e não pelo enfrentamento armado. Isto se dá pelo uso de todo tipo de símbolos de identidade resgatados, dentre os quais o resgate do idioma catalão é o aglutinador principal.

A chamada identidade catalã é defendida em esferas públicas e privadas, por meio de ações coletivas ou atitudes isoladas de grupos ou de organizações, com amplo apoio da população e respaldo institucional do Governo Autonômico, por sua vez garantido pelos Estatutos de Autonomia da região e pelos quais respondem suas autoridades constituídas. Tendo à frente seus aparatos judiciários, legislativos e executivos, a Catalunha construiu mecanismos capazes de manifestar a existência de qualquer tipo de descontentamento da população, por

possíveis constrangimentos relacionados com o sentimento nacionalista em chave de luta constitucional por crescente autonomia.

Como centro aglutinador da nacionalidade, o catalanismo conduz sua demanda por reconhecimento em nível de um programa comum de reivindicação por aprofundamento da autonomia outorgada pela Constituição, que estabeleceu o modelo de Estado sspanhol, expresso no sistema autonômico. As dezessete Comunidades Autonômicas, estabelecidas pela Constituição de 1978, desfrutam de um certo grau de autogestão, cuja competência lhes foi transferida pelo poder central e contam com parlamento, governo e presidente eleitos democraticamente.[16]

Dentre as chamadas comunidades históricas, definidas assim pela existência anterior de autogoverno, o Pais Basco, a Catalunha e a Galícia estão entre as regiões mais desenvolvidas da Espanha. Catalunha e Galícia (aquela ainda mais do que esta, no período estudado) demonstram um alto nível de integração de sua população em torno de elementos culturais tradicionais ou modernos, a partir do qual se mantêm coesas, considerando mais importante o reconhecimento como nações diferentes, com identidade própria, do que a busca de um estado próprio, embora não abram mão do ideal de ampliação e consolidação dos níveis já alcançados de autogoverno.

Com relação ao País Basco, ao contrário, há um consenso entre os estudiosos de que constitui uma nacionalidade dividida, a qual, por uma série de especificidades sociais, econômicas e culturais, não possuiria um centro aglutinador compartilhado, como reconheceram Linz (1986), Perez-Agote (1989) e Jáuregui (1997). O próprio projeto nacionalista não tem uma correspondência comum nas propostas dos diversos grupos independentistas, nem quanto à nova organização político territorial, nem quanto ao processo a ser adotado para a sua

constituição efetiva. Pesa nesta condição, o fato de que grande parte da população da atual região seja formada de imigrantes de outras partes da Espanha.

Dentre as propostas nacionalistas, a defendida por ETA é a mais radical. Para este grupo, a constituição da grande pátria basca, compreende a unificação de toda a população de língua basca (o euskera), que se encontra não só na Espanha, como em território francês. E o projeto mais restrito defende a independência do País Basco, na configuração atual da região autonômica.

Jáuregui (1997) dividiu o apoio da população basca à luta armada, historicamente em seis fases. Uma primeira, de apoio explícito ao longo do franquismo e dos primeiros anos da transição democrática, seguida de uma segunda, de apoio implícito, que situa entre 1971 e 1981, e de uma terceira, de indiferença, que se estende até o assassinato de uma militante, que renunciou à luta armada, sob a acusação de traição, em 1986. A recusa implícita marcaria uma quarta fase, que situa entre os atentados brutais que ocorrerem em Barcelona e Zaragoza em 1987, e constituíram, na opinião do estudioso, o detonador de uma quinta fase de recusa ativa, expressa na aparição de grupos pacifistas ou movimentos similares. E a sexta e última fase, iniciada com o seqüestro de Júlio Iglesias e vigente até o momento em que o autor escrevia, isto é, meados da década de 90 (seu livro foi publicado em 1997), converteu-se em recusa ativa e generalizada.

Seguindo e extrapolando o raciocínio de Jáuregui, os acontecimentos de 1997 apontariam para uma sétima fase no desenvolvimento da atitude da população diante da ação terrorista: a extensão da recusa ativa e generalizada a praticamente toda a Espanha, com repercussões internacionais mais significativas do que as evidenciadas até então. Neste último caso, uma simples leitura dos principais jornais europeus nos dias

que se seguiram ao crime de julho de 1997, e desencadeou a mobilização, serve de exemplo. Unanimemente, periódicos dos mais diversos matizes ideológicos, como, por exemplo, *Le Monde*, *The European*, *The Economist* e *La Repubblica* destacaram a importância desta mobilização popular, como a mais importante na Espanha contra o terrorismo.

O que chamou a atenção, naquele momento, foi a unanimidade no conteúdo da mensagem e a sua abrangência social. Não havia aparência de regiões enfrentadas, mas de uma demonstração de unidade nacional, rara na história da Espanha; algo que, mesmo escrito neste trabalho tantos anos depois, não deixa de soar com certo estranhamento, diante das fraturas históricas e da memória de um passado pleno de agravos.

A importância da manifestação está, sobretudo, no fato de que os partidários da luta armada exerceram por muito tempo um virtual monopólio da expressão pública, no País Basco, como constatou Linz, citado adiante. Os nacionalistas ou não, de esquerda ou direita, que desaprovam a violência política, e mesmo os coletivos que apelam para o fim dos conflitos com o Estado espanhol, eram e, provavelmente, voltaram a sê-lo, em alguma medida, depois do acontecimento, via de regra, silenciosos ou bastante comedidos quando se expressavam. Ao contrário, os que apoiavam ETA e entidades afins eram extremamente ágeis em convocações para manifestações públicas, ou em registros gráficos ao largo do espaço urbano, seja em ambientes públicos, como praças, ou comerciais, como bares, clubes de dança e assim por diante.

Esta situação vinha sendo objeto constante de denúncias em trabalhos jornalísticos, em que se repetiam fatos como a expulsão de repórteres de atos públicos convocados por associações vinculadas a ETA, além de ameaças de morte. E havia registros de negativas por parte da população de declarar opinião sobre a violência política, ao mesmo tempo em que se multiplicavam-se cartazes espalhados pelas

ruas ou bares, alguns verdadeiros guetos, onde "adversários, isso é, 'espanholistas', não entram", e é conhecida a divisão espacial, à semelhança dos territórios marcados por gangues juvenis.

Um dos estudos mais amplos sobre manifestação da opinião sobre o terrorismo, realizado nos anos 80, pode ajudar a compreender tal situação. O trabalho, já citado, foi produzido pelo cientista político Juan Linz (1986), que aplicou o conceito de "espiral do silêncio", de Noelle- Neumann, que por sua vez o utilizou para descrever um fenômeno que detectou em seus estudos sobre a formação da opinião pública, em processos políticos na Alemanha.

No País Basco, nos anos do estudo de Linz, nem todas as opiniões se expressavam com igual liberdade; não faltava o temor às pressões de toda ordem, tradicionalmente exercidas pelos ativistas militantes ou simpatizantes de ETA. Os que sustentavam a idéia de que os terroristas eram patriotas da causa basca sentiam que esta definição era aprovada por um amplo setor da opinião, ainda que, na realidade, era mais provável que fosse a que se expressava mais livremente na comunidade; o que, por sua vez, levava seus defensores a manifestar-se publicamente e cheios de confiança. Os que não opinavam da mesma maneira se sentiam isolados e se refugiavam no silêncio. Tais percepções, portanto, cumpriam o ritual do círculo vicioso, reforçando a tendência de alguns a manifestar-se publicamente e de outros a calar-se.

Concluiu o investigador que, em certa medida, o fenômeno estava presente nos dados que foram coletados. Parecia-lhe inverossímil, neste contexto, a constatação, nas respostas às sondagens, de que as opiniões se inclinavam para um lado, sem contrapartida clara para o outro, o que seria de esperar dada a distribuição do voto e a identificação nacional revelada em outros estudos em modelos de confrontação tão polarizados como o que oferecia a realidade basca naquele momento.

Que elementos ativos estariam na base desta verdadeira cultura do silêncio, para utilizar a expressão tão forte que Paulo Freire usou para referir-se ao sufocamento da palavra em contexto diferente de dominação social, mas aplicável ao fenômeno aqui comentado? Dentre a gama de fatores, que se poderia evocar, para além das questões relacionadas com identidades coletivas, certamente é significativo considerar o poder comunicativo acumulado pelo grupo armado ETA e pelo seu círculo de influência.

Por meio de um conjunto de organizações e formas de manifestação públicas, geridas direta ou indiretamente pelo grupo, através de coletivos políticos partidários e educacionais, algumas de grande porte como jornais revistas, emissoras de rádio, o poder simbólico do nacionalismo radical foi sempre um elemento fortemente ativo no País Basco.

Para manter a espécie de monopólio da fixação do significado da violência, pelo qual se esforçava, ETA, como costuma ocorrer com os movimentos extremistas, dependia não só do armamento e da militância comprometida coma a luta armada, mas também do exercício de um significativo poder comunicativo. Daí a importância dos desdobramentos jurídicos do episódio em que membros da organização, numa operação conjunta com seu principal veículo político, a coligação partidária Herri Batazuna (HB), aparecem em um programa eleitoral veiculado pela televisão, com sua linguagem bélico-militar, o próximo acontecimento examinado neste estudo.

A apologia e a lei

O enquadramento jurídico da comunicação pública, como prática associada ao terrorismo, compreendeu um conjunto de atos judiciais que colocaram em evidência as relações entre comunicação, terrorismo

e sociedade política, em 1997. Além disso, o julgamento e o envio ao cárcere, pelo Supremo Tribunal de Justiça, de toda a diretoria da coalizão Herri Batasuna - HB, a expressão partidária coletiva do movimento separatista basco, constituiu um dos episódios mais conseqüentes no campo da intervenção do Estado nas relações entre comunicação de massa, poder e violência política, na Espanha redemocratizada.

Mais do que isso, a ação do poder judiciário foi considerada a mais importante, pela sua concretude e abrangência no âmbito institucional, de enfrentamento ao terrorismo, até aquele momento, no campo das conexões simbólicas que, através da mídia de informação, davam suporte à luta armada, no âmbito mesmo do sistema político institucionalizado. Isto porque colocou em questão a capacidade do Estado de fazer cumprir a lei existente, no terreno subjetivo da criminalização da apologia do terrorismo, no País Basco. E no próprio terreno da comunicação pública partidária.

O processo remontava às eleições gerais anteriores (1996), quando HB distribuiu entre os meios de comunicação e exibiu, em seu horário gratuito de propaganda eleitoral, um vídeo, de 25 minutos de duração, contendo imagens que a justiça considerou apologéticas da luta armada perpetrada por ETA. Produzida, segundo se soube posteriormente, pela própria organização, a peça incluía uma declaração de oferta de negociação para paz, exposta pela primeira vez, a viva voz, em um comunicado do grupo terrorista, por dois militantes encapuzados, com suas metralhadoras ostensivamente expostas. Na mesma oportunidade, o grupo assumia a tentativa de assassinato, perpetrada contra o então Presidente de Governo, José Maria Aznar, quando este era ainda o líder da oposição, no governo socialista que o precedeu.

A oferta de paz, acompanhada da confissão do atentado e exposição de armamento pesado e de símbolos referentes à ação extremista

do grupo, foi visto como parte inseparável da estratégia do terror, de semear o medo como pré-condição e argumento a favor da negociação política. Em tais condições, portanto, a proposta contrariava o próprio pacto de "Ajuria Enea", que, como já foi comentado, estabelecia, como pré-condição para a negociação, o abandono definitivo da luta armada, que em nenhum momento, até então, ETA aceitara.

Aqui não é o lugar para uma abordagem detalhada das relações entre o sistema político e a luta armada, na Espanha, mas são necessárias algumas referências sobre a representatividade de HB, dado o significativo apoio que o movimento radical recebeu, em anos anteriores, inclusive fora do País Basco.

Já foi dito que a percepção sobre o terrorismo começou a mudar, internacionalmente, entre o final dos anos 70 e os anos 80. Convém recordar que a própria ONU não conseguiu reunir maioria suficiente para aprovar a adoção de medidas internacionais contra esta prática, ao longo dos anos 70 (Laqueur, 1980). Só em 2003, o Governo norte-americano incluiu a agremiação na lista de grupos terroristas, sujeitos, nesse caso, a várias sanções, em princípio de caráter diplomático. Quanto à ETA, a organização já havia sido incluída na lista de grupos terroristas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, justamente, em 1997.

Herri Batasuna – HB (expressão que, em *euskera*, quer dizer "Povo em União"), até anos próximos aos acontecimentos aqui abordados, recebeu respaldo em várias partes da Espanha em eleições para o Parlamento Europeu. Em 1987, por exemplo, esta agremiação, cujo vínculo com ETA era reconhecido e na qual tinham guarida, de maneira limitada, correntes minoritárias de esquerda extra-parlamentar, colocou-se acima de outras formações nacionalistas que concorreram sozinhas ou coligadas à representação européia, em circunscrição úni-

ca. Inclusive, venceu em regiões em que concorriam partidos nacionalistas próprios, como em Catalunha, Andaluzia, Galícia e Canárias. A situação mudou em 1994, em algumas daquelas regiões. Em Catalunha, por exemplo, em 1987, quarenta mil catalães apoiaram a opção radical basca. Em 1989, esse número baixou para pouco mais de quinze mil e, em 1994, só alcançou a quatro mil quinhentos e dez votos.

Com esta resposta eleitoral, HB perdeu oficialmente seu espaço no Parlamento europeu, embora tenha mantido ali uma espécie de representação informal, pelo menos até 1996. Seu desempenho nas urnas mostrava que, paradoxalmente, fora de seu âmbito direto de atuação, despertava mais simpatia que qualquer outro grupo ou formação independente ou nacionalista que não se destacara por justificar atos de violência (como sistematicamente a agremiação fez ao longo de sua existência), quando jogava em campo neutro (Castro et al., 1997, p. 16-18).

Quando, no dia, 13 de outubro de 1997, o Supremo Tribunal de Justiça (porque sete dentre os acusados eram parlamentares) iniciou o julgamento de vinte e três membros da mesa diretora nacional de Herri Batasuna, sob a acusação de favorecer o terrorismo, na forma de propaganda eleitoral, predominava o ceticismo entre os analistas políticos, nos periódicos de referência dominante na Espanha. Além disso, o juízo prestou-se a polêmica, principalmente, porque os julgados constituíam, em seu conjunto, a direção de uma organização política, na época, legal.

A causa contra HB foi aberta no inicio de 1996, pelo juiz Baltazar Garzon, que, mais tarde, tornou-se conhecido internacionalmente por causa do processo aberto contra o ex-presidente autoritário chileno, general Pinochet. No dia 21 de fevereiro, daquele ano, foi encarcerado o militante Jon Idígoras, como responsável pela comunicação da coli-

gação e lhe foi imposta uma fiança de 300 milhões de pesetas, a moeda espanhola da época. Porém, o partido se negou a pagá-la. Passadas as eleições, o juiz reduziu a fiança, que mais uma vez não foi paga, o que só veio a ocorrer numa segunda redução, em junho, quando foram pagos quinze milhões de pesetas e Idígoras foi posto em liberdade.

Pelo delito de colaboração com grupo armado, foram citados, como imputados, os membros da mesa diretora do partido que emitiu o vídeo. A este motivo foi acrescentada, mais tarde, a difusão de comunicados, pela agremiação, justificando os assassinatos cometidos por ETA e uma carta circular orientando a ação de seus membros em favor de estratégias da mesma organização. Posteriormente, tais materiais foram recusados pelo Supremo, como ação penal.

Nas discussões públicas, que se realizaram em torno do julgamento, transpareceram as dificuldades envolvidas, oriundas não só da complexidade jurídica da questão, por causa das implicações políticas, agravadas pela própria natureza do fenômeno da comunicação pública massiva, diretamente implicada no processo. Mas, sobretudo, havia também o peso representado pela existência de certas constelações de opinião que priorizavam a atenção para implicações políticas da ação judicial.

Foram levantadas dúvidas não só quanto aos fundamentos para uma sentença de condenação, mas, também, questionou-se a adequação da iniciativa judicial. Determinadas correntes consideraram um erro o processo porque iria fazer publicidade da luta armada. Em janeiro de 1997, por exemplo, os jornais publicaram críticas à iniciativa do poder judiciário, inclusive de partidos de esquerda, como Izquierda Unida (IE). Segundo representantes da agremiação, julgar dirigentes da coligação por delitos que seus membros viam como políticos, seria

contraproducente, porque, justamente, favoreceria o "vitimismo dos radicais", que necessitariam de mártires para manter sua base social.

Um outro argumento foi o de que a abertura de ações penais contra HB poderia resultar na ilegalização dessa formação política, o que complicaria mais a situação, visto que seguia havendo unanimidade, no campo partidário, quanto à inconveniência de tal resultado. Só muito depois, precisamente em 2003, a agremiação foi ilegalizada pelo Supremo Tribunal Federal. [17]

Já os membros da coligação partidária foram mais longe: sustentaram que se tratava, efetivamente, de um julgamento político, uma vez que se julgava não a agremiação, mas o nacionalismo basco, o que vinha a confirmar a exploração da idéia do vínculo entre a reivindicação do resgate da identidade cultural, anseios de independência e a luta armada.

Como outro elemento complicador haveria de acrescentar a própria expectativa do aumento da vulnerabilidade dos juízes, considerados como "objetivos de ETA" que, inclusive, já contavam várias vítimas em suas fileiras. Supunha-se que as ameaças ou outras intimidações aos magistrados, publicamente divulgadas, pudessem paralisá-los. A preocupação era tão grande que, em julho, por exemplo, isto é, três meses antes do julgamento, o Conselho Geral de Poder Judiciário reuniu-se e emitiu comunicado de respaldo institucional aos juízes.

Uma outra discussão importante surgiu de uma preocupação manifesta por alguns setores sobre o risco de cerceamento da liberdade de expressão, que derivou para a alegação de que a ação judicial poderia sugerir o prenúncio de uma tentativa do Estado de normatizar a difusão de informação no âmbito na luta contra a atividade terrorista. Quanto à agremiação, atenta ao que lhe interessava, no contexto institucional, sustentou, mais fortemente, a tese de que os acusados não

praticaram qualquer delito, limitando-se, em sua estratégia eleitoral, a fazer uso da liberdade de expressão, garantida constitucionalmente.

Para além das dificuldades do ponto de vista jurídico para lidar com a questão, dadas as implicações políticas e dada a inter-relação entre princípios, normas, valores e hierarquias, cabe lembrar algo importante. Talvez pelo fato de ser muito viva, ainda naquele momento, na memória dos democratas espanhóis, a censura implacável do regime franquista, a dificuldade do judiciário ampliava-se. Aliás, em favor desta interpretação está o fato de que não tenham sido adotadas medidas de controle da informação contra o terrorismo, após a transição, à semelhança das que foram adotadas por outros países como a Alemanha e a Inglaterra [18], nos anos 70 e 80.

Mas não seria fácil manter uma acusação de controle da liberdade de expressão na Espanha, naquele momento, até pela existência de emissoras de rádio e do próprio jornal *Egin*, considerado porta-voz de HB e do próprio ETA, que confirmava a autoria dos seus atentados cada vez que se efetivavam e ainda os justificava. Normalmente editado no País Basco, o jornal, que era vendido livremente em quiosques de várias cidades da Espanha, segundo dados da Oficina de Justificación de Difusión (OJD) tinha, em 1995, uma tiragem de 52.308 exemplares. O semanário existia desde a redemocratização, tendo sido criado em 1977, na Espanha recém-democratizada, quando pela primeira vez, desde a Guerra Civil, foram autorizados meios de comunicação de tendência nacionalista, e, inicialmente, não apoiava a luta armada. Inclusive, já havia contado com apoio judicial em demandas contra discriminação publicitária.

Proibida, como todos os meios de comunicação opositores, durante a ditadura de Franco, a imprensa nacionalista evoluiu significativamente e, nos anos 90, era amplamente majoritária no País Basco.[19]

Desse modo, nem mesmo cabia a argumentação de que o nacionalismo, naquele momento, não dispunha de expressão pública, na região.

Até então, mesmo que *Egin* já tivesse sido acusado pelo governo autonômico basco de chantagear empresários e fosse considerado veículo de captação de recursos para a luta armada, nem o governo central nem o autonômico impediram sua publicação.[20] Nem mesmo o funcionamento da emissora de rádio com o mesmo nome (*Egin Irratia)* sofreu qualquer restrição. Isto só viria ocorrer, com *Egin*, pela via do Judiciário, em 1998, quando foram comprovadas suas ações de financiamento à atividade terrorista e o jornal foi impedido, por seis meses, de circular, como etapa prévia a um fechamento definitivo. Em 1999, ambos os veículos tiveram suas atividades encerradas, pela Audiência Nacional, mas foram substituídas, imediatamente, por novos meios de difusão e publicações.

Mas vale insistir nas contradições que se entrelaçam nas relações entre comunicação e terrorismo. Atente-se, pelo menos, para um episódio que demonstra a dificuldade reinante naquele momento para distinguir o exercício do direito constitucional, que sustenta a liberdade de expressão das identidades culturais, daquilo que constituía uma estratégia de utilização dos meios de comunicação para o sustento e a justificação da luta armada, que, em última análise, existe para atentar contra os direitos humanos fundamentais.

Não se tratava de uma dúvida paroquial. A ambigüidade era cultivada em meios bem pensantes da indústria cultural. Recorde-se o mal-estar que provocou nos meios governamentais e, por pouco, não resultou em incidente diplomático, a veiculação de um vídeo-documentário, de Giuseppe Ferrara, no dia 9 de novembro de 1997, pela televisão estatal italiana – RAI, defendendo a tese da existência de restrições à liberdade de expressão da causa nacionalista basca. Dentre

outras distorções que serviram de base ao material, estava a de não levar em conta o fato de que, de acordo com a Constituição Espanhola em vigor, o sistema de comunicação, era regido por legislação própria, nas comunidades autônomas. Além disso, no caso do País Basco, os nacionalistas, naquele momento, dividiam o poder com o Partido Popular. O caso motivou um pedido de desculpas do governo italiano no final daquele ano.

Finalmente, em círculos espanhóis, existiu o temor de que todos esses estados de opinião amparassem os desafios à justiça, perpetrados pelos dirigentes de HB em forma de ofensa às leis e desprezo pelas instituições, que redundaram em negativa de comparecimento, quando convocados, sob a alegação de não reconhecimento da autoridade dos tribunais.

Tal cenário foi considerado desolador na avaliação dos analistas políticos, para os quais seu efeito consistiria na manutenção de um halo de impunidade em torno de uma organização, cuja missão atual principal, e possivelmente única, viam como a de dar cobertura política aos crimes do ETA e reforçar o efeito amedrontador do terrorismo.

Admitiram, consensualmente, os representantes das forças democráticas que riscos efetivamente existiam, mas, contra-argumentavam que a única alternativa oferecida era a impunidade. Como reconheceram os principais jornais espanhóis, o importante era que o processo contra a coligação partidária se realizasse, tal era o temor de que não fosse adiante. Lembrou-se que, cada vez que se tentava aplicar a lei, surgiam vozes, "que, estando de acordo "em geral" com a necessidade de evitar a impunidade, acrescentavam seu desacordo "em concreto" com sua aplicação agora". [21]

A decisão do Supremo, segundo teria declarado o Juiz Gomes de Liaño, (*La Vanguardia*, 20/07/97), seria um espelho em que se mira-

riam os juizes, no sentido de que sua doutrina poderia ter conseqüências encadeadas na aplicação da lei, precisamente por emanar da mais alta instância penal do país, cujas resoluções criam jurisprudência.

Representantes das forças democráticas parlamentares constitucionalistas, de um modo geral, argumentaram que, durante anos, critérios políticos determinaram que não fossem denunciados fatos e indícios delituosos claros, protagonizados por dirigentes desta coalizão ou que, denunciados, não prosperassem os processos abertos.

Também se manifestaram os que criam que a situação de impunidade frente à apologia do terrorismo, motivada por considerações conjunturais, podia estar chegando ao fim. Isto é, o julgamento podia revelar que a sociedade espanhola e o Estado pareciam, por fim, coincidir em que a aplicação estrita das leis contra o terrorismo e seus colaboradores não deveria depender de considerações políticas conjunturais. Amparavam-se os que assim pensavam no fato de que no ano anterior, isto é, em 1996, quando os dirigentes da coligação se negaram a apresentar-se ante o juiz, foram presos e saíram em liberdade condicional, somente após pagarem fianças correspondentes.

Concretamente, os dirigentes de Herri Batazuna foram acusados de colaboração com a luta armada por haver cedido seu espaço eleitoral a ETA para emitir um vídeo elaborado pelo organização terrorista e pelo conteúdo dos comunicados justificando os assassinatos de políticos, cometidos pelo grupo.

Os debates públicos durante o processo inclinavam-se para a consideração de que o processo, em realidade, poria de manifesto o vínculo (as manifestações governistas insistiram na tese da total identidade, o que não era endossado pela opinião política independente) entre HB e ETA. A opinião geral, compartilhada na Espanha e na

região do País Basco, era a de que existia colaboração entre ambas as organizações, implícita em comunicados e declarações da coligação.

Assim, no processo, tratava-se de estabelecer judicialmente, e em um caso concreto, a certeza, pela evidência, de existência clara de delito na justificação dos assassinatos. Sobre este ponto, ainda foi levantada a objeção de que a colaboração com a luta armada não corresponderia à própria luta armada, que seria outro delito, conquanto significasse cooperação para facilitar os fins perseguidos, o que suavizaria a atuação dos acusados. Mas não os eximia, uma vez que ceder espaço eleitoral à luta armada foi considerado como colaboração com esta, no sentido do fornecimento de recursos para a atividade.

Em meio ao emaranhado jurídico-discursivo, discutiu-se ainda se o delito estaria na difusão do vídeo em si, o que suporia considerar que não estivesse no seu conteúdo, isto é, na mensagem, mas na cessão do espaço comunicativo propriamente dita. O Supremo Tribunal levou em conta as duas coisas. A sentença que levou ao cárcere os vinte e três membros da direção de HB, impondo-lhes sete anos de prisão, por delito de colaboração com ETA, considerou que, no espaço reservado para a campanha eleitoral dos partidos democráticos, compareceu uma agremiação terrorista que expressou sua estratégia militar devidamente aparatada como tal.

O Judiciário considerou que não se tratava da criminalização da manifestação de uma opinião, defendendo a luta armada, como oferta própria de ação partidária dos dirigentes de HB, mas que estes cometeram delito ao ceder a ETA seus espaços gratuitos de propaganda, na campanha eleitoral de 1996. Isto é, o espaço que legitimamente HB desfrutava, junto com as representações democráticas em geral, teria sido cedido a uma organização não democrática.

Mesmo que o juízo tenha se prestado a polêmicas antes e ao longo de sua realização, principalmente pela condição política dos julgados e pela natureza do delito, o escasso debate público jurídico e parlamentar, no primeiro momento posterior à sentença, pode significar o reconhecimento de que esta foi solidamente fundamentada.

Ao final, a assimilação do ato do Poder Judiciário, apesar de questionado em algumas de suas partes, principalmente por tratar-se de um partido político, por representantes do nacionalismo democrático, legitimou-se em face da conclusão de que, pela primeira vez, prosperou uma causa em que a utilização dos meios de comunicação para apologia da luta armada foi tratada judicialmente. Até então, se cria difícil tipificar ações delituosas fora do campo material de colaboração direta com a luta armada.

É aceitável, da ótica da reflexão sobre a comunicação, que o debate em torno do julgamento tenha simplificado as inter-relações entre o fenômeno da expressão e manifestação pública e a atividade terrorista, o que pode ser em parte explicado pela maneira como o processo foi montado, suprimindo um aprofundamento nas questões mais propriamente decorrentes da sustentação simbólica da violência política pela mediação da comunicação de massa.

Contudo, haveria que considerar o fato elementar de que o judiciário atua com base em princípios de justiça, tal como são formulados e discutidos na filosofia moral e política, não se apoiando em redes conceituais com as quais lida a reflexão crítica da cultura. Mas é importante reter que o acontecimento acabou chamando a atenção para a necessidade de uma maior reflexão sobre as diversas faces que se interpenetram no encontro entre a comunicação política, mediada pelas tecnologias modernas, e a representação da violência política, nas sociedades contemporâneas.

Só para ficar em um exemplo de problematização implicada no cenário do fato julgado, de interesse para os estudos da comunicação: é possível compreender a representação da violência política, nos meios de comunicação, sem levar em conta características da recepção? E se esta for diferenciada em função da experiência concreta que o público tenha com o fenômeno? No caso do País Basco há quem sustente, por exemplo, que a influência da televisão tem sido menor de que em outras regiões da Espanha, devido a fatores sócio-estruturais que permitiram a permanência de modelos tradicionais de socialização política.[22]

O que importa registrar é que o enquadramento jurídico da comunicação pública associada ao terrorismo foi uma medida cujo significado pode ser aquilatado pela sua complexa construção no campo do Direito, forjada em um amplo diálogo com a filosofia política, registrado naquele momento pela imprensa de referência dominante. O ganho desse processo, tema fascinante, por sinal, apenas pode ser suposto por este trabalho, já que é impossível discuti-lo aqui.

Nessa discussão há indícios de que ficou muito clara a consideração de que, em última análise, no caso, estava em jogo a necessidade de não se perder de vista o risco do comprometimento do judiciário no tocante à manutenção, proteção e consolidação da liberdade de expressão constitucionalmente asseguradas, desde a redemocratização. Mas, também, a necessidade de conduzir a discussão da existência de limites para a liberdade de expressão da opinião.

Para o judiciário, o princípio da dignidade da pessoa humana estaria acima da liberdade ilimitada de opinião, o que faz lembrar debates jurídicos e decisões importantes em casos de crimes na área do racismo, por exemplo, na forma dos chamados "escritos de ódio" (*hate speech*), na história política contemporânea. O Supremo, no "caso Ba-

tazuna", fez a ponderação dos princípios e tratou do tema dos valores e da sua hierarquia, na sociedade democrática.

A contrapropaganda do terrorismo

A primeira tentativa de internacionalização da comunicação pública midiática governamental, sobre o extremismo nacionalista de ETA, independentemente de suas supostas possibilidades de efeito, no plano internacional, provocou polêmica e deixou a dúvida de que pouco ou nada tenha agregado ao encaminhamento interno do antiterrorismo.

A iniciativa oficial do governo Aznar resumiu-se à produção do vídeo-documentário intitulado "El Rostro de ETA", em setembro de 1997, pelo Ministério do Interior, responsável pela política antiterrorista. Destinado à divulgação, visava, como o título sugere, mostrar a "verdadeira identidade" do grupo armado, pretendendo, antes de tudo, combater a imagem favorável, tida como uma aura romântica, construída em torno da organização, que lhe rendia apoios em alguns países europeus e da América do Sul.

Todo o conteúdo estava voltado para informar sobre os crimes do grupo terrorista e assim demonstrar que não se tratava mais de lutadores pela libertação do povo basco na Espanha ditatorial, forjada no regime do General Franco, quando nenhuma iniciativa política de oposição era permitida. Daí a ênfase dada ao fato de que o grupo manteve a luta armada, mesmo depois da redemocratização, quando os demais movimentos nacionalistas já haviam deposto as armas. A produção mostrava, com imagens, o que já fora tentado pelo PSOE (Partido Socialista Obreiro) de Gonzáles, que antecedeu o Partido Popular no poder, em discursos para assembléias selecionadas, e mesmo por manifestações de intelectuais independentes, em passagens pelo exterior.

Apresentada como esforço para influir na opinião pública em nível internacional, como parte das gestões que já vinham sendo empreendidas, no campo da colaboração externa, jurídica e policial, para o enfrentamento da luta armada, é possível que essa incursão pela propaganda tenha trazido mais problemas internos para o governo, do que efeitos positivos, acaso esperados, na formação ou reforço de opiniões desfavoráveis às ações da organização.

Sobressaiu a manifestação de que, no plano interno, nada indicava que a iniciativa pudesse contribuir de algum modo para o manejo da política institucional com vistas à solução do conflito. E, no plano externo, cogitou-se sobre a dificuldade em saber o efeito real de uma mensagem isolada e eventualmente apresentada pela mídia a receptores distanciados do problema e do seu contexto.

A esta altura dos acontecimentos, pela longa convivência da sociedade espanhola com o terrorismo, afinal eram quase quatro décadas que o suportava, já estava claro que a autopropaganda de ETA impressionava menos a opinião pública em âmbito geral, do que os próprios cultores da violência. No plano internacional, dar-se-ia o mesmo?

Mesmo que, na percepção da violência política, já houvesse erodido muito da aprovação que ETA chegou a gozar nos anos duros do franquismo e no rastro do Maio de 68, na visão do governo espanhol, ETA ainda tinha muito apoio internacional. Com efeito não se podia negar isto taxativamente, em se tratando de países europeus, onde era ainda muito forte a memória da resistência ao fascismo, campo em que ETA fora um parceiro, lutando na Espanha contra a ditadura que lhe fora aliada.

É nesse contexto que precisa ser compreendida a atitude do governo de centro-direita, Aznar, de abrir um canal de comunicação com sociedades de outros países, com a intenção de revelar o que considera-

va a verdadeira face do movimento separatista. Foi a primeira tentativa expressiva de internacionalização da comunicação publica governamental como estratégia de enfrentamento da luta armada no âmbito nacional.

Ainda sem entrar no mérito das implicações da atitude e da percepção que a sociedade política espanhola teve da ação, principalmente capitaneada pelo nacionalismo democrático ou não, vale considerar que, talvez no cálculo governista, estivesse uma suposição: a de que a importância da mídia para a percepção do terrorismo pela opinião pública pode ser muito maior, onde o público tem menos experiência direta com o fenômeno ou conhecimento de suas causas. [23]

O trabalho, exibido por vários canais de televisão na Espanha e divulgado com a informação de que seria enviado a embaixadas, no exterior (e, efetivamente, o foi para algumas, pelo menos) foi recebido com muitas críticas por lideranças políticas democráticas de centro e de esquerda e absolutamente recusado no País Basco, por nacionalistas, ou não, de todos os matizes ideológicos. Seu conteúdo englobava tópicos da história política contemporânea da Espanha e veiculava imagens de atentados terroristas do Movimento Separatista Basco, insistindo na tônica de que o nacionalismo radical rejeitava as soluções pactuadas pelas forças democráticas, a partir da transição, e que sua imagem de militantes pela democracia, nos tempos do franquismo, estava sepultada no passado.

A resistência foi tão significativa que figurou como um dos tópicos da reunião do Pacto de Madri, no final de setembro de 1997, que reuniu, além do Partido Popular (PP) do Primeiro Ministro Aznar, o PSOE (Partido Socialista Obreiro), Izquierda Unida, PNV (Partido Nacionalista Vasco), CiU (Convergència i Unió), Coalición Canaria, Unidad Valenciana e Bloque Nacionalista Galego. Todos os grupos,

salvo o PP, registraram sua repulsa ao vídeo, criticando duramente o então Ministro Jaime Mayor Oreja, do Interior, sob cuja responsabilidade o material tinha sido produzido e pediram sua retirada do plano de difusão internacional previsto.

Houve também concordância em que, em alguns casos seu conteúdo poderia prejudicar a imagem do País Basco. O ministro Oreja, que é basco, convocou em seguida a imprensa para uma entrevista coletiva e limitou-se a assegurar que se utilizaria cuidadosamente o vídeo, mas não se comprometeu com a sua retirada. [24]

Se o acontecimento não teve a magnitude dos dois casos já mencionados, no que diz respeito às interações práticas entre a comunicação, o poder governamental e a violência política, vale a pena evocá-lo pelo teor do debate que provocou sobre a ação do governo, no terreno da propaganda e da contrapropaganda política.

Para os analistas independentes, a estratégia suscitou uma divisão que poderia ter sido evitada entre os aliados democratas, nacionalistas ou não, representando um dispêndio de forças no campo da busca de soluções para o conflito. E visto hoje, quase uma década depois, pode ter sido um detonador de uma polêmica dispensável, já que a opinião internacional continuou dando mostras de seguir, evoluindo na direção da rejeição da violência política, da mesma maneira como a colaboração jurídica e policial também se consolidou como parte de um consenso internacional sobre o combate ao terrorismo. O caso da vizinha França foi o mais expressivo, mas outros países também contribuíram para que militantes de ETA não utilizassem, com facilidade, territórios no exterior, como base operacional para cometer atentados, nestes, ou mesmo na Espanha.

A peça institucional poderia ter passado despercebida como um esforço a mais do governo do Partido Popular para complementar a

estratégia levada a efeito em viagens de parlamentares governistas a vários países, principalmente onde vivem exilados militantes da luta armada, para uma pretendida desmistificação de ETA. Ou, como efetivamente aconteceu, foi vista como um esforço propagandístico para fortalecer o juízo de HB (Tremlett, 1997), que se aproximava.

Resta considerar que seu aspecto de contra-informação oficial, uma vez que membros da agremiação terrorista rotineiramente visitavam lideranças nacionais e instituições independentes, no exterior, na tentativa de angariar condenação à atitude do judiciário espanhol, nem foi considerado seriamente pelos que criticaram a produção. Nem mesmo a esperança de que a iniciativa neutralizasse a série de depoimentos que os membros de ETA faziam a lideranças expressivas na área da defesa dos Direitos Humanos, e mesmo a representações diplomáticas, foi considerada relevante.

Para os parlamentares parceiros na luta contra o terrorismo, o giro constante pela Europa de parlamentares, naquele e em governos anteriores, já se destacara nesse mister, inclusive reforçado por intelectuais identificados com o PSOE, como o escritor e ex-ministro da Cultura, Jorge Semprun que, naquele momento, vivia em Paris e, em diversas declarações públicas, dedicou-se a desmistificar a "imagem romântica do terrorismo basco, cultivada por intelectuais franceses". Pelo menos duas vezes, o escritor o fez, justamente por ocasião do seqüestro, assassinato e sepultamento do político de Ermua.[25]

Mas o que justificaria a veemência da condenação? Teriam sido rejeitados os moldes como foi perpetrada a iniciativa do governo Aznar? Nesse caso, qual seria a diferença entre esta e as outras tentativas "oficiais", "semi-oficiais" e "independentes" de "desmistificação" da imagem de ETA? A resposta poderia, sem dúvida, ser encontrada nas especificidades do espaço político espanhol. Mas, também, poderia ser levado em

conta o desconforto que causava o traço de espetacularização da política, que se revelava no estilo do então Presidente de Governo.

Na crítica à produção e difusão do vídeo havia, é certo, alguma perplexidade, em relação ao novo e complexo horizonte criado pela crescente centralização da mídia na vida política, tanto nas estratégias de busca, como naquelas exercidas na vigência do poder, com a qual Aznar parecia não se incomodar. Recorde-se que a sua campanha eleitoral havia sido criticada, neste sentido, por comentaristas da política e adversários, que consideraram abusivo o uso da mídia, num desempenho considerado de caráter populista.

Mas os parlamentares não estavam sós em seus pontos de vista. Na imprensa de referência dominante, de tendência social-democrata, como era o caso do jornal madrileno *El Pais*, em que a atuação do governo, no campo da luta contra terrorismo, raramente era criticada, ao contrário, era apoiada em suas linhas majoritárias, a iniciativa propagandística foi considerada inaceitável. E até por ter sido considerada inócua, sob a alegação de que em nada contribuiria para a solução do conflito.

No campo da recusa contundente explícita, os argumentos foram de diversas ordens. Alguns eram de natureza mais pragmática em termos econômicos ou mesmo culturais, apontando para aspectos relacionados com um suposto orgulho plurinacional dos espanhóis. Mas outros argumentos revelaram preocupações de caráter institucional, mais profundo.

No primeiro caso, prevaleceram alegações de que o material pudesse construir uma imagem negativa da Espanha, no exterior, numa alusão clara à idéia de que prejudicaria o turismo (que é importantíssimo na conta externa do país, como um todo). O PNV, Partido Nacionalista Basco, chegou a interpretar o vídeo como uma propaganda contra o País Basco, cuja imagem no exterior era uma preocupação constante do Governo Autonômico[26], em primeiro lugar, e também

uma propaganda contra o nacionalismo basco em geral, que igualmente seria atingido nos seus ramos liberal e de esquerda democráticos.

No segundo caso, embora o terreno fosse mais delicado, as razões não foram expostas claramente. Revelaram-se especulações no sentido de que o vídeo, ao desagradar os sócios nacionalistas, poderia ser visto como uma provocação que ameaçava a governabilidade administrativa do PP, que contava com o apoio deles para governar.

Mas, para além dos motivos mencionados, a crítica soou como sintoma explícito de que qualquer iniciativa relacionada com a questão basca, não respaldada pelos acordos vigentes e Estatuto de Autonomia e não adotada nos marcos de um amplo consenso, não poderia subsistir. Nos comentários, vislumbrava-se, ainda, a percepção do risco de vir o Governo a pôr em prática uma política autônoma de comunicação, no terreno da luta contra o terrorismo, o que quebraria a interação entre o Governo e a sociedade política, na condução da questão do nacionalismo extremista, que se desejava manter politicamente plural.

Um outro ponto, nessa perspectiva, se colocou no campo da reação suscitada em forma de temor do pensamento crítico, de que governo do PP (e não somente Aznar), que teria consagrado sua face populista, ao longo da campanha (que terminou por desbancar os socialistas do poder), viesse a maximizar a propaganda do seu governo por meio dos recursos públicos existentes, como o sistema de comunicação, capitaneado pela TVE (Televisão Espanhola). E, desse modo, viesse a instrumentalizar o conflito no País Basco para fins político-partidários.

Por fim, revelou-se uma interpretação, seja qual for a sua correspondência com os fatos reais, de que o vídeo, de algum modo, expressaria a construção de um discurso único, de uma Espanha una, cujos "nacionalismos", efetiva e suficientemente reconhecidos, a desenha-

riam plural. Daí a sua não aceitação até por nacionalistas moderados. Mesmo os não nacionalistas concordaram que ostentar um nacionalismo espanhol, no exterior, equivaleria a revelar um diagnóstico: o da ausência de um espaço público plurinacional interno. E isto revelaria o abandono de um item importante da agenda da redemocratização, isto é, a construção efetiva de chamado estado plurinacional.

Para muitos democratas defensores dos nacionalismos coloca-se aí, concretamente, a tal *signatura pendiente* (a disciplina que, em linguagem de ensino formal, fica faltando e precisa ser concluída pelo estudante) da "transição pactada", que a Espanha construiu com a ultrapassagem do franquismo. Para outros, a questão estaria superada com a redefinição da situação dos estados nacionais e do status das regiões definidas por suas especificidades, ao longo da construção da unidade política na Comunidade Européia.

Mas há um outro argumento que pesou nas avaliações da iniciativa governamental, que pode ser mais ou menos descrito como o risco de que a propaganda contra o terrorismo redundasse em fortalecimento do próprio terrorismo. É certo que, neste aspecto, mesclam-se um pouco de teoria e um pouco de história. De um lado, haveria de referir-se à visão tradicionalmente evocada, diante de ataques terroristas, de que a publicidade é parte dos objetivos desejados pelos seus promotores. Ou seja, quanto mais se divulgam seus atos, mais os terroristas alcançam seus objetivos: semear o temor difuso de que podem atacar e que tanto os governos, como qualquer segmento da sociedade, são incapazes de detê-los. Não há como negar este substrato no campo estratégico da violência política, mas cabe lembrar a possibilidade do efeito contrário, isto é, a ampliação da rejeição da luta armada como recurso de ação política, mesmo diante de reivindicações historicamente tidas como justas.

Existe a interpretação, muito difundida, de que a "propaganda" franquista maximizadora de ETA é que o tornou um movimento importante. Há quem defenda a idéia de que o poder ditatorial, em forma de manipulação da informação sobre a violência política, criou uma imagem poderosa de ETA, quando esta era ainda uma organização juvenil formada por estudantes e ex-seminaristas.

A tese em si é conhecida e vincula-se à idéia da criação do inimigo interno. No caso, inflando a imagem da organização, Franco teria convertido um adversário vulnerável em inimigo perigoso muito útil no arsenal das justificações do autoritarismo, já que oposições democráticas não as favorecem. Embora não haja consenso sobre esse ponto entre os historiadores, há o reconhecimento da importância do argumento com base na memória de militantes da época. [27] A percepção manifestada por muitos deles é que o crescimento da organização deveu-se exatamente ao tipo de "legitimidade" que a ditadura lhe concedeu.

Como se sabe, ETA surgiu no final de 1959, como movimento de resistência ao poder ditatorial e, principalmente, à repressão que este impôs aos nacionalismos, cujas expressões (língua, manifestações culturais) sofreram implacável perseguição da polícia franquista. Além de contribuir para efetivar a "propaganda" sobre a organização, os meios de comunicação foram utilizados pelo Estado para justificar a repressão como forma de eliminar reais ou supostas oposições desestabilizadoras.

Também aqui conviria não esquecer referências históricas de que, tanto a direita quanto a esquerda totalitária ou autoritária, em muitos momentos e lugares, se serviram da propaganda maximizada, ou quando não inteiramente fictícia, do poder dos opositores. Os exemplos são tantos que bastaria lembrar o caso emblemático da propaganda política no contexto da chamada Guerra Fria e os

acertos de conta em episódios de movimentos revolucionários, no passado recente.

Contudo, a prudência recomenda considerar a existência de uma ampla gama de elementos ativos no interior do separatismo basco que não avaliza uma supervalorização isolada da comunicação pública nos processos relacionados com a evolução do ETA.

Mas sobre o protagonismo negativo, involuntariamente conseguido pela estratégia midiática do Partido Popular naquele, já distante 1997, há ainda algo a observar. No final dos anos 90, pelo menos na Espanha, a utilização direta da mídia, no exercício da política em geral e não apenas nos processos eleitorais, não havia chegado aos patamares alcançados nos anos seguintes, com uma produção e difusão significativa de vídeos-documentários, por meio dos quais os adversários políticos passaram a enfrentar-se.

O uso deste instrumento para a mobilização da opinião pública, no enfrentamento do terrorismo ou mesmo na definição de posições partidárias da agenda política como um todo, generalizou-se. E a lista de episódios em que este produto cultural foi o principal elemento deflagrador de debates políticos é significativa, na atualidade. Também o entorno da luta armada lançou mão da estratégia no seu incremento ou justificação. A década atual já registra uma grande quantidade de materiais desse tipo produzidos por organizações vinculadas a ETA.

Linguagens e incomunicabilidades

No seu conjunto, os episódios, aqui referidos, com alcance e intensidade variados, contribuíram, mais ou menos ativamente e em diferentes aspectos, para o reconhecimento da importância de uma instância que tende a ser relegada a segundo plano, na gestão política

e cultural de conflitos nacionalistas, na Espanha contemporânea, que é a comunicação.

A contribuição situa-se, sobretudo, em três esferas. A primeira é a que se refere às condições de possibilidade de consolidação ou regressão de formas de expressão e manifestação públicas dos diferentes segmentos implicados, direta ou indiretamente, na manutenção ou superação dos conflitos oriundos dos nacionalismos enfrentados. A segunda é aquela que se refere ao plano da definição, ou seria mais adequado dizer, re-definição, em face de uma situação concreta, do marco jurídico por meio do qual a democracia lida com o terreno da comunicação pró-terrorismo. E, finalmente, a terceira é a que se refere à definição do papel que, no universo do estado de direito democrático, é exercido pela comunicação pública governamental, no campo da política antiterrorista.

Os episódios comentados tornam perceptíveis os mecanismos que agem no desenvolvimento, orientação e sustentação do protagonismo que a comunicação, na sua capacidade de construir e articular, publicamente, o significado da violência, exerce na gestão do conflito.

Uma noção utilizada na sociologia política e em trabalhos interdisciplinares e em contextos diversos por autores como Habermas, por exemplo, nesta exata expressão e numa variedade de formas, por outros, caberia ser empregada aqui. Trata-se da idéia de constituição do poder comunicativo dos cidadãos.

Em primeiro lugar, para o caso estudado, considere-se que esse poder comunicativo dos setores majoritários democráticos da sociedade constitui o principal instrumento de resistência democrática ao poder comunicativo do nacionalismo extremista. Tem-se aqui algo como uma plataforma de paralelismos, em que atores sociais, práticas

ou instituições articulam e difundem valores e significados contrários à violência.

Esse poder pode ter sido mais perceptível nas mobilizações no contexto do episódio de Ermua, mas já vinha sendo articulado no interior de organizações existentes anteriormente, em manifestações repetidamente realizadas, como resposta a ações violentas. E sua trajetória não foi interrompida, até o momento em que este trabalho está sendo escrito, em organizações, posteriormente criadas, de algum modo vinculadas a esse acontecimento. Dois exemplos podem ser destacados: a atuação das organizações "Gesto por la Paz", criada por estudantes bascos em anos anteriores, e "Foro de Ermua", que surgiu após o evento que lhe deu o nome. [28]

Uma das conseqüências desse poder social, nos episódios estudados, foi tornar mais notável a especificidade da comunicação antiviolência política, no espaço da democracia, na medida em que deu visibilidade a alguns traços que a distinguem da comunicação próterrorismo. Tanto uma como a outra organização mobilizam e atuam por meio de atores, instituições, práticas e significados, eventualmente mencionados ao longo deste estudo.

De seu lado, a comunicação antiviolência tende a ser plural, já que concorre para a liberdade do "fazer-se representar", como se expressa Melucci (2001, p. 138), distinguindo pertencimento de representação. O pertencimento é direto e a representação, indireta. Neste sentido, o pertencimento, que se vincula às identidades coletivas compartilhadas, é de fruição imediata e a representação, de fruição demorada.

Daí a importância de destacar o fato de que o poder comunicativo de caráter democrático é exercido no espaço público de representação. Ao mesmo tempo em que ajuda a construir este espaço, ele necessita do seu funcionamento para que possa participar de forma

legítima da definição do político, enquanto tal. Há, portanto, uma mútua constituição entre este espaço e a comunicação antiterrorismo.

Quanto à comunicação pró-terrorismo, na sua especificidade, que contempla demandas minoritárias de identidade a serem defendidas em relação à sociedade espanhola, observa-se que, apesar da variedade de formas, ela expressa, em comum, um tipo de linguagem, que vale a pena distinguir. Trata-se da utilização predominante de um vocabulário belicista. E é importante notar que, a partir do caso Ermua, ampliou-se a percepção de que a comunicação antiviolência deve a sua singularidade, sobretudo, à capacidade de "competir" com a linguagem, verbal ou não verbal, que, por ser, em si mesma, avalista da violência, contribui para a manutenção do conflito ou, pelo menos, da matriz de fixação do significado da violência.

Não se trata apenas de uma escolha estilística. Atente-se, por exemplo, para o modo como ETA "respondeu" às manifestações multitudinárias e ao isolamento político que se seguiram, por algum tempo, ao assassinato do político e à decisão judicial que atingiu seu braço político no parlamento: com a decretação de uma trégua, meses depois (precisamente, e estrategicamente, em setembro de 1998, perto das Eleições Autonômicas daquele ano), que denominou "indefinida", parcialmente cumprida e rompida "oficialmente" algum tempo depois com novos atentados.

A utilização do verbo "responder" é pertinente, inclusive porque a ação "político-militar" não se configurou apenas (o que não quer dizer que seja pouco) como uma manobra isolada, mas como um ato integrante de uma forma de comunicação, adotada no âmbito de uma estratégia política. O anúncio da trégua foi precedido de toda uma conversação com os diferentes ramos do nacionalismo basco, como foi

mencionado, em notas curtas, na ocasião, pela imprensa, que parece não ter tido acesso a todo o conteúdo abordado.

De resto, se "cessar-fogo" é um recurso utilizado em situações-limite, por combatentes em situação de guerra convencional, declarado conforme "regras" historicamente estabelecidas, não caberia falar dessa maneira diante de crimes premeditados, de crimes cometidos, de chantagem emocional e econômica e violência simbólica generalizada, contra não combatentes, por exemplo.

Na "guerra" de ETA, no intervalo entre o "antes" e o depois de uma trégua decretada, toda a sociedade abrangente torna-se vítima em potencial da volta de atentados. Ou seja, incorpora-se a condição de vulnerabilidade, imposta por uma organização que toma, para si, o direito de ordenar matança de pessoas, suspendê-las e retomá-las, quando, onde e como entender.

A propósito da "trégua indefinida", anunciada por ETA em 1998, haveria alguns pontos a considerar. Não foi o primeiro, nem o último "alto fuego" a que o grupo recorreu várias vezes. Além da erosão das bases sociais de apoio à violência política, outros elementos que determinaram, ou precipitaram, esta virada estratégica foram consensualmente reconhecidos, como por exemplo:

1) o êxito policial (colaboração francesa incluída) e, sobretudo, judicial, destacando o desenredamento das tramas civis de sustentação do terrorismo;

2) o exemplo, naquele momento, do arrefecimento da luta armada na Irlanda do Norte, no Reino Unido, cujo efeito-demonstração teria fortalecido o anseio do eleitorado nacionalista pelo término da luta armada e

3) a autoridade institucional do Supremo Tribunal que, contra todos os prognósticos, impôs o império da lei, condenando, tanto a

direção da agremiação Herri Batasuna (HB), como a cúpula do Ministério do Interior (por ações antiterroristas ilegais, no Governo do socialista Felipe Gonzales, em cujo mandato se voltou a produzir a "guerra suja" contra o terrorismo, já levada a efeito anteriormente em outros momentos pós-transição democrática).

Mas se essa trégua não foi a primeira que o grupo decretava, certamente foi a mais significativa, até aquele momento, pois não atendia apenas aos interesses do grupo, que a decretava e a descumpria quando assim o decidisse. Por isso, cresce em validade a idéia da importância, junto a outros elementos, do conjunto de ações comunicativas que deram visibilidade pública aos sentimentos políticos de rejeição social ao terrorismo.

É certo que a "abertura de conversações com vistas a um final negociado do conflito", como rezava o vocabulário "guerreiro" da época, já tinha sido anunciada em outros momentos, nos intervalos em que o grupo diminuíra ou suspendera seus atentados, depois de anunciar uma trégua com ou sem prazo fixo, e voltara a matar.

Como antes, a luta armada não cessou em setembro de 1998. E a trégua foi suspensa pelos terroristas, quatorze meses depois, insatisfeitos com os resultados de efetivas ou supostas "conversações", mantidas com o governo do Partido Popular, então no poder, criticado posteriormente, sob o argumento de que sua atitude teria sido marcada pela debilidade e ambigüidade mostrada pelo primeiro ministro Jose Maria Aznar. Neste sentido, pesa, sobretudo, a acusação a ETA de que teria continuado assassinando pessoas, extorquindo empresários na região em que reivindica a independência, mas, também, ao Governo, com base na suspeita de ter mantido conversações com lideranças da

organização, sem sua renúncia às armas, o que naquele momento, a sociedade não tinha como avaliar.

ETA anunciou "oficialmente" o fim da trégua em novembro de 1999, explicada pelo não atendimento da exigência de transferência de seiscentos ativistas para presídios no País Basco e da realização de um referendo sobre a independência da região. Retoma, então, a luta armada, e, em janeiro de 2000, mata um militar. A ação provoca protestos em todo o país, que culminaram em uma manifestação de um milhão de pessoas na capital, Madri. Em setembro dequele ano, já eram treze os mortos em atentados.

Nos anos que se seguiram a tais acontecimentos, foi possível seguir o vaivém das informações sobre abertura e encerramento de negociações entre representantes do Executivo em Madri e membros da organização, mediadas por observadores de governos europeus, buscando o chamado "fim negociado para o conflito" e a violência. Enquanto isto, todo um mundo administrado de sentimentos, decisões e estratégias não deixou de se produzir. Também familiares choraram seus mortos nos atentados, retomaram-se os aparatos jurídicos policiais em ações porventura suspensas e, mais uma vez, aqui e ali, direta ou indiretamente, veio a público o veredicto, dito e repetido, de que um dia seria encontrado o entendimento para este aspecto da vida política, naquele lado do Mediterrâneo.

Mas, seja como for, aqueles acontecimentos parecem marcar o fechamento de um ciclo e a abertura de um outro, no que se refere aos poderes comunicativos da sociedade. É certo que, vista posteriormente, em perspectiva comparativa em relação a outras tréguas, decretadas e igualmente rompidas pelo grupo, a iniciativa de suspender as operações em 1998 parece ter sido um simples anúncio de intervalo. Para alguns, foi apenas uma pausa de que a organização precisava para apa-

ziguar o cerco policial e pausar a ação no plano judicial, recompor sua infra-estrutura e dar continuidade a uma luta por um estado nacional basco independente, em nome da qual já tinha, até então, assassinado, ameaçado e coagido um numero tão expressivo de pessoas em território espanhol.

Ainda quanto ao contraste entre as formas de expressão, tem-se que, ao contrário do pluralismo existente na comunicação antiterrorista (cujo único veto importante é à aceitação da violência), um dos pontos de referência da comunicação pró-terrorismo basco é a absolutização da idéia da diferença cultural. E é em nome dessa diferença, ou seja, da identidade basca, que são definidos os inimigos a serem tratados como tais, destinados à destruição, junto com todo o entorno que não faça parte do projeto político ancorado e inspirado pela dimensão que assume esta diferença.

Uma outra característica da comunicação pró-terrorismo é que sua origem se apóia em um fundo conceitual, que reúne experiência social, estabelecida e em processo, além de crenças e sentimentos sistematizados ou dispersos, mas sempre ativos e em conflito. E na tensão que se produz no funcionamento do conjunto desses elementos, desenha-se o alvo empenhado para o futuro. Este passava, até aquele momento, pela recuperação do que foi perdido ou sufocado no passado e não se concebia um futuro que, reconhecendo este passado, levasse em conta possibilidades abertas no presente histórico.

O mapa do presente mantinha-se firmemente ancorado no passado, dada a maneira como estava sendo trabalhado, simbólica e materialmente, pela violência, com seus desdobramentos efetivamente dolorosos, relegando à memória a função de suportá-los. Por isso, o ator comunicador é o agressor, o vingador. Na realidade, perpetua-se o princípio do vitimismo, já que a vítima do passado de repressão

imposto pelo regime franquista, mantém-se viva nas agressões do presente, que faz novas vítimas.

Nas diversas formas de comunicação contra o terrorismo, a linguagem tendeu a ser variada, mas teve pontos comuns, nas suas diferentes práticas, instituições e significados mobilizados ou difundidos, no período estudado. Para começar, o comunicador, ou seja, o ator da comunicação, vítima concreta do presente, protesta e não aceita o papel de vítima. Enterra os mortos, lança mão de símbolos, por meio dos quais reafirma a unidade do projeto de lutar pelo fim da violência e pela paz. E embora não convenha ignorar o peso que possam ter as simplificações que todo processo de construção de uma plataforma comum tem de carregar, há que reconhecer a sua validade.

Por mais diferentes que sejam as organizações e personagens que participaram das manifestações de recusa ao terrorismo, incluindo aí, com destaque, a mídia informativa democrática (cujo jornalismo toma posições muito claras, nos debates sociais, ao contrário do tipo de jornalismo que se espelha no modelo norte-americano, que procura não tomar partido explicitamente nos conflitos sociais, respaldado em idéias reguladoras como objetividade e neutralidade), o marco referencial é a salvaguarda dos direitos da pessoa humana, constitucionalmente estabelecida nas democracias representativas modernas. E é este mesmo marco que forneceu instrumentos de comunicabilidade, no biênio 97-98, dos parâmetros democráticos para o respeito às diferenças, que se expressam nos nacionalismos "espanhóis".

Dentre as frases mais repetidas nas manifestações, pronunciadas ou ostentadas nos cartazes, houve uma que se distanciou um pouco das palavras de ordem mais comuns em manifestações anteriores: "Basco, sim, ETA, não". Há um teor politicamente inclusivo nesta frase, que remete ao respeito à diferença. Mas, sobretudo, marca a posição de que

o reconhecimento das identidades coletivas é congruente com o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana. Não só pelo teor desta afirmação, mas, pela expressividade das manifestações, muitos viram ali a realização, de fato, de um plebiscito, no qual a sociedade inclinou-se majoritariamente pela rejeição ao nacionalismo extremista.

A idéia do plebiscito se destaca nos títulos de editoriais, manchetes principais ou de páginas internas, publicadas pelos periódicos nos dias 12 e 15 de julho de 1997, sobre as manifestações, no acontecimento de Ermua, aqui exemplificados com o matutino espanhol mais conhecido fora da Espanha, o *El País*: "A sociedade manifestou-se de forma livre em um plebiscito que não tem parâmetro na historia da Espanha"; "A rebelião dos cidadãos"; "O Plebiscito pela paz se estende desde Ermua a todo país" (*El Pais*, 15/07/97) "Todo o país contra ETA"; "Um grito unânime" (12/07/97).

Talvez se possa falar que o espaço público de representação seja aquele que cria embriões de uma identidade coletiva não anuladora de nenhuma outra identidade e que a linguagem, nele forjada e dele constituidora, possua potencial transformador porque torna uma questão, a diferença, em princípio, inegociável, em um tema problematizável no nível político e não no da antipolítica, por excelência, que é a violência.

Cabe também observar que a forma de expressão mais comum do discurso antiterrorista, da população espanhola, organizada ou não, tradicionalmente, é o silêncio. Na realidade, o que impressiona é o contraste entre a fala gritante, e constante, do terror e o silêncio publicamente expressivo nos momentos em que ocorriam os atentados fatais. Quem visitou o País Basco, nos anos aqui focalizados, percebeu, muito claramente, a profusão de mensagens de violência nos meios de comunicação públicos nacionalistas extremistas, nas pichações nos espaços físicos públicos das cidades, enfim, que a comunicação pró-

terrorismo era muito visível em quantidade e contundência, como, aliás, já foi mencionado neste trabalho.

De seu lado, durante vários anos, a comunicação antiterrorista mais constante em Bilbao, por exemplo, era a manifestação da organização Gesto por la Paz, que, a cada ataque, com mortes cometido por ETA, reunia-se em uma manifestação silenciosa. E não há dúvida do quanto o silêncio pode falar, quando está inserido em espaço emblemático que o circunscreve. Mas, também, é irrefutável o significado do quanto este silêncio revela da própria carga semântica de temor a represálias, que, em última análise, é a sua origem.

Mas antes de ser considerada um estilo, e uma alternativa possível de minimizar os riscos de respostas hostis, a forma pode ser vista também como um sinal de impotência. Muitos democratas, inclusive depois das grandes concentrações de manifestantes, por ocasião do evento de Ermua, não conseguiam esconder o desalento, diante da aparente inutilidade de qualquer forma de protesto ou mesmo de mobilização, contra a ação violenta. Questionava-se não só a falta de conseqüências práticas de ações de caráter simbólico, mas, também, a aparente ausência de valor que pudessem agregar à cultura política da antiviolência.

Dizia-se, fartamente, antes do período aqui focalizado, e voltou-se a dizer depois de Ermua, embora, talvez, com menos intensidade (as cartas de leitores e os comentaristas políticos por meio da mídia alinharam-se na reprodução deste pensamento), que as pessoas se manifestavam prontamente e em número expressivo, exibiam toda uma simbologia, mas voltavam às suas vidas normais, até atenderem a uma nova convocação depois de um novo atentado. Enfim, a comunicação antiterrorista era publicamente percebida apenas como ritual, destituído de conseqüências práticas diante da violência efetiva, tan-

to ocasional como pontual, de ETA, propriamente, seja dos grupos de jovens envolvidos na chamada "*violência callejera*", que atentavam contra alvos comerciais e industriais e aparatos de serviços públicos. Quem sabe, até, um desencargo de consciência. Daí o desalento e o protesto, daí o luto realizado e ritualizado pelas vítimas e instituições, na Espanha contemporânea, a cada nova investida da violência.

No entanto, apesar de não exibir resultados expressivos imediatos, a contribuição mais significativa que a comunicação antiviolência traz, mesmo nos seus elementos menos valorizados, é constituir-se como parte das condições de possibilidade de ampliação e consolidação do poder comunicativo da sociedade. É esse poder comunicativo que transforma o conjunto de atitudes, significados e valores postos em ação, em elementos ativos para a consolidação e ampliação de um espaço público de representação do conflito nacionalista.

Evoca-se aqui uma idéia de esfera política, que muitos autores têm enfocado por meio de uma variedade de nomeações. A formulação de Melucci é útil porque, apesar de não remeter diretamente aos movimentos extremistas, nesta passagem, está lidando com uma questão crucial para os nacionalismos enfrentados: a das identidades coletivas. Ele definiu o espaço público de representação como algo que constitui um ponto de encontro entre instituições políticas e demandas coletivas, entre funções de governo e representação dos conflitos. Sua função principal, como escreveu, "é a de tornar, visíveis e coletivas, as questões consideradas importantes pelos movimentos; não de institucionalizar os movimentos, mas de permitir que toda a sociedade assuma, como seus, os dilemas que a atravessam".

Assumir os dilemas, para Melucci, teria uma dupla implicação: que a sociedade os submeta a negociação e decisão e os transforme em

possibilidades de mudança, sem anular, com isso, a especificidade e a autonomia dos atores conflitivos.

Ainda haveria de acrescentar que não se pode falar em espaço público de representação, diante da recusa sistemática de criação ou aceitação de meios adequados de expressão no interior dos sistemas político e cultural, mas, apenas, em cooptação dos recursos que ativam os antagonismos. A tríplice relação entre ETA e as agremiações políticas nacionalistas que lhe dão suporte e os meios de comunicação nacionalistas, criados ou apropriados pela organização, no acontecimento de Ermua, pode ser evocada para demonstrá-lo.

Dois exemplos dão idéia da dimensão da falta de sintonia e do déficit comunicativo deste triângulo. Muitas declarações do entorno de ETA, de militantes presos ou parentes de militantes, representantes de seus apoios no meio político partidário, também pediram pela vida do jovem político de Ermua e, inclusive, que nada fosse exigido do governo para libertá-lo. Atente-se para a atitude de um militante de HB, o parlamentar Patxi Zabaleta, que deu um depoimento desconcertante à imprensa, no qual nega que seu partido houvesse dialogado com ETA, sobre o seqüestro e pede "... *exprezamente à ETA que liberte al concejal".* [29]

Perguntado se não houve busca por esse contato, Zabaleta respondeu:

> *Hemos lanzado señales de humo a ETA.*
> *(...)*
> *hemos [os membros do seu partido] puesto en marcha la txalaparta [instrumento de percussão basco que se usava tradicionalmente para comunicação à distância] para ver se la oyen los que tienen que hacerlo. A ver si con estos medios se puede llegar a los oídos de quien tiene que liberar a Miguel Angel.*

Finalmente, admitiu o mesmo político, que ele mesmo, não falara com nenhum detentor de cargo importante de ETA, dizendo que como *nadie sabe como tocar, se lanzan proclamas* (...). [30]

Também é significativo o caso de *Egin.* Nasceu como jornal nacionalista, porém independente, em 1977, mas ao longo dos anos seguintes, em disputas internas entre tendências, acabou tendo sua direção assumida pela ala militar de ETA e tornou-se apenas um instrumento de comunicação pró-terrorismo. [31]

Jáuregui chegou a comentar que o periódico significava duas tendências antagônicas e contraditórias. Por uma parte era a expressão solene do sistema democrático, que o permitia e admitia com sua natureza por tanto tempo. No entanto, a liberdade era utilizada para, em conivência com o terrorismo, superar seus direitos e incorrer no Código Penal (idem). O tom deste líder político basco mostra o tamanho da dificuldade em normatizar a liberdade de expressão em relação ao terrorismo na Espanha. *Egin* acabou sendo fechado (embora imediatamente substituído por periódicos com a mesma vocação), depois de ter sido, por quase 20 anos, o eixo vital do entrançado nacionalista radical dominado por ETA. No entanto, nascera para representar o povo basco com a justificativa, provavelmente, legítima de que sua identidade cultural não era bem compreendida por jornais não nacionalistas ...

Comentário final

O questionamento sobre o potencial de qualidade que práticas de expressão, reflexão e sua avaliação normativa e crítica acrescentam à luta contra o terrorismo, nos marcos do estado democrático de direito,

na Espanha, firmou-se como uma questão central e necessária, ao longo do percurso percorrido neste estudo.

Quanto aos argumentos deduzidos da observação da ação inequívoca da população de conceder visibilidade máxima ao repúdio à violência, do enfrentamento laborioso no judiciário, da apologia da violência, por meio da mídia e da recepção/percepção da intervenção midiática arriscada do governo, no terreno da contrapropaganda do terrorismo, cabe uma observação inicial. Somente uma abordagem de caráter longitudinal, que perseguisse a evolução dos processos de opinião pública, nos últimos anos, poderia avaliar, em profundidade, o alcance das experiências vividas no biênio1997-1998.

As conclusões aqui apresentadas não se limitam a constituir uma síntese dos argumentos alinhados no desafio de aquilatar a extensão e a consistência dos valores agregados ao processo de consolidação da democracia, legados pelas práticas estudadas e alguns dos seus desdobramentos, mas ampliam a questão da base conceitual requerida para sua compreensão, cujos limites a própria reflexão tornou perceptíveis.

Desta maneira, as proposições que seguem circunscrevem os eventos focalizados, mas, também, buscam sintetizar questões teóricas úteis para a análise, mesmo que algumas destas tenham sido dimensionadas deste modo só no final do estudo. São apresentadas neste comentário com a pretensão de que possam vir a ser avaliadas, talvez como pontos de partida para outros estudos sobre comunicação e terrorismo, como aliás foi presumido no início deste texto.

1. Refletir sobre as relações entre comunicação e terrorismo é, na verdade, refletir sobre uma gama de poderes enfrentados. Daí a tendência dos estudos a abordá-las por meio de polarizações, implícitas ou explícitas, derivadas de um par central, que opõe comunicação

a terrorismo como: "linguagem *vs* violência", "linguagem pró-terrorismo *vs* linguagem antiterrorismo", "violência legítima *vs* /violência ilegítima" e assim por diante.

Atentar apenas para as polarizações, limita, porém, a compreensão desse enfrentamento, pois cada um dos opostos mobiliza uma diversidade de elementos ativos, provocando toda uma dinâmica de circuitos integrados de sentidos. Não se trata, portanto, de contrastar os opostos, tão somente, mas de examinar suas inter-relações, tanto antigas, quanto atuais, naquele momento, rastreando explicitações ou vestígios nelas existentes de contigüidades de significado, e, por meio do conjunto, procurar compreender vulnerabilidades e possibilidades subjacentes tanto ao projeto terrorista, quanto ao seu afrontamento em práticas discursivas específicas e de ação direta.

Tal forma de proceder impele a uma reflexão que, reconhecendo a natureza dialética desses opostos, possa abrir caminho para a recuperação do sentido de uma unidade sintética para além da polaridade, já que o confronto entre os campos não permite a supressão de um pelo outro. Tarefa fascinante, porém demasiada, evidentemente, para os recursos teóricos mobilizados pelos estudos da comunicação pública, carecendo então de um trabalhoso diálogo com outras disciplinas, notadamente a filosofia. Com esta, em primeiro lugar, porque não haveria como contornar o ponto de partida, na ordem da ontologia da subjetividade, posto pela idéia fundamental de que a violência pertence ao ser do eu, daí desprendendo sua caminhada para terrenos diversos como a cultura, a política e outros.

A tarefa fica apenas anunciada nos seus traços mais imediatamente destacáveis, com a ajuda inestimável de um estudo de Maceiras (1997) sobre a tríade "violência, linguagem, interpretação", em que recupera, ao longo da obra de Ricoeur, pontos importantes de sua on-

tologia da subjetividade, empreendendo, inclusive, uma análise de sua contribuição, dialogando, ainda, em alguns momentos, com autores com os quais o próprio Ricoeur dialogou.

O ponto principal a reter, então, é a consideração de que não haveria de perder de vista o fato de que a violência, inerente à existência humana e social, habita as realizações políticas e culturais. Logo, é preciso, de antemão, admitir que o princípio violento está presente na manifestação das convicções fortes e, assim, nas ações culturais e nas deliberações judiciais e políticas, que por elas são geradas ou com elas se deparam. Portanto, enfocar os episódios nos quais estão envolvidas formas ativas de expressão pública, além de ação e deliberação, é, na verdade, observar um espaço ativo de encontro/desencontro entre poderes hierárquicos estabelecidos, legítimos e ilegítimos, nos campos pró e contra a violência, postados em segmentos da sociedade em geral, da sociedade política em particular e do estado.

Todo um vasto espectro de sentimentos políticos, identidades culturais e projetos sociais que se entrecruzam nesse espaço, é parte substantiva de um processo histórico que é fundamental. Nele processam-se continuidades e alterações na interpretação da violência, mantenedoras de mentalidades tradicionais ou geradoras de novas percepções sobre relacionamentos entre instâncias pró e anti-nacionalismo extremista.

Enfatize-se, porém, que reconhecer a realidade e a historicidade do princípio violento não significa admitir que as convicções nacionalistas e mesmo separatistas sejam sempre depositárias da violência. Com isso, violência e não-violência devem ser tomadas em conjunto por uma reflexão que não exclua a validade, a realidade e a possibilidade do empenho pela redução e inclusive eliminação da violência.

2. As manifestações multitudinárias, no caso Ermua, foram um importante impulso, necessário à resistência ao terror, naquele momento. Novas organizações intermediárias, no campo da cidadania, surgiram ou foram revitalizadas a partir deste acontecimento, que oportunizou reflexões sobre as práticas de intervenção direta da população, parceira visível, naquele momento, na ação antiterror. O ganho aí é notável, se se considera que, diante de a uma vigência tão longa da comunicação pró-violência, configurada e estabelecida como natural, o próprio sentimento de rejeição não encontra instrumentos para expressar-se, inibindo o surgimento de práticas efetivas de desarme da ação e do imaginário extremista.

Ao longo da trajetória do conflito, esse foi um momento em que a linguagem anti-violência alcançou um ponto alto na exposição de uma mensagem poderosa: a de que o grupo armado ETA representava a mais grave ameaça às liberdades de todos, repercutindo o que tantas vezes os periódicos de referência repetiram, em depoimentos de juristas, estudiosos da política, políticos democratas e vítimas diretas do terror.

Em resposta ao crime de Ermua, esta mensagem adquiriu uma conotação peculiar na forma como a sociedade reclamou, diretamente das autoridades, um compromisso sem ambigüidades com o fim da criminalidade contra cidadãos, o que reforçou, embora não tenha sido suficiente, para encerrar a violência, naquele momento, o isolamento da base política de ETA. O gesto completou-se depois com a inaceitação taxativa da militância pró-terrorismo ativa, mediante a comunicação pública, via entorno partidário.

A tomada de consciência de que parte da ambigüidade era, se não alimentadora, pelo menos, impassível, diante do extremismo, foi um dos pontos destacados nas formas de expressão que se efetivaram no

momento culminante da vigência do chamado "espírito de Ermua". Ali se chamou assassinato de assassinato, chantagem de chantagem.

Nesta fala, reiterava-se, de forma contundente, a disposição dos cidadãos espanhóis de cobrar de nacionalistas ou não, independentistas ou não, governistas ou não, socialistas ou não, um efetivo comprometimento com a busca do fim da violência, no marco do estado de direito democrático. Manifestava-se pela dignidade e pelos direitos humanos, mas também pelos direitos de cidadania, algo que ficou muito nítido nas mentes das pessoas, em muitos lugares, onde nenhum protesto público contra o terror do grupo havia sido realizado antes, surpreendendo os analistas. Muitas vezes estes se referiram à apatia política dos espanhóis, inclusive diante dos crimes de uma organização que "lutara contra um totalitarismo, mas que instalara o seu totalitarismo particular, e que procurava impingi-lo a toda a sociedade espanhola".

3. A ação judicial, no caso Batazuna, foi a contribuição mais abrangente ao enfrentamento do terrorismo, no marco do estado de direito democrático civil, mesmo considerando a especificidade do objeto em questão e a dimensão em que se localiza, isto é, o campo da comunicação pública. O que era percebido, nebulosa, impotente e passivamente, como linguagem avalista da violência, por cidadãos e parlamentares, transformou-se, pelo procedimento, em objeto de interpretação e distinção pública, no interior de um processo passível de uma sentença, isto é, de uma decisão judicial.

Isto foi possível porque o direito constitui um lugar conceitual, normativo e especulativo, simultaneamente irredutível ao moral e ao político, para usar os termos de Ricoeur (1997, p.161-162). É irredutível, ao âmbito da moral, como enfatizou, seguindo Kant, porque representa, relativamente à interioridade da obrigação, a exterioridade,

o que implica a conformidade a uma regra exterior, supondo, além disso, a legitimidade da coerção. Quanto ao político, é irredutível na medida em que a questão da legitimidade nunca se deixa absorver pela do poder. O próprio poder está à procura da legitimidade e, portanto, na situação de litigante relativamente ao jurídico, o que é expresso pela idéia do direito constitucional.

Não se tratava mais de uma opinião, mas de deliberação da "ilegitimidade" do uso, por ETA, de um espaço da comunicação pública partidária, na sociedade democrática, para atentar contra esta mesma sociedade atentar, justificando crimes contra pessoas e instituições discordantes do seu projeto social.

O procedimento judiciário tornou emblemáticamente perceptíveis as implicações do uso de expressões como a "apologia da violência", "justificação de assassinatos", "cumprimento da lei", "respeito ao marco constitucional", "restauração dos valores democráticos institucionalmente estabelecidos" e assim por diante. Por fim, a materialidade da violência é confrontada normativamente com o sentido hierárquico, que é um dos pilares do estado de direito democrático.

O assassinato, a tortura, a chantagem e demais formas de exercício extremo da violência não são confrontadas com teorias, idéias, crenças, inclusive sobre agravos passados ou presentes. No campo judicial, que opera uma natureza discursiva peculiar do estado constitucional, amparada pelo princípio da coação, a violência é afrontada por deslocamento, enquanto que a linguagem anti-violência, operada pela militância civil pacifista, por mais importante que seja, apenas materializa simbolicamente a violência.

Também não há como desaperceber a manifestação do paradoxo do estado, que não pode prescindir da violência que lhe cabe erradicar,

o que se convencionou distinguir como a diferença entre violência legítima e violência ilegítima, um tema apenas tangenciado aqui.

O discurso jurídico, portanto, não é assimilável à linguagem por mais que se possa reconhecer o seu peso, até porque toda violência, seja a violência direta, seja a violência intelectual, procura uma linguagem. Daí que a luta contra a violência, como assinalou o próprio Ricoeur (Maceiras, idem), é parte da mesma historia violenta que pretende superar, cotidianamente, afrontando-a com técnicas de caráter ativo (e o direito é talvez a mais importante destas técnicas sociais), em ações concretas pacíficas e pacifistas, diretamente enfrentadas com a ação direta da violência.

Realisticamente não se pode negar que princípios da justiça talvez sejam insuficientes, por si sós, para fazer frente à violência, posto que esta é inerente à vida social, o que eliminaria a pretensão ilusória do seu desaparecimento. Até porque permanecem os fatores que lhe deram origem e a fortalecem. Recorde-se que, no caso País Basco/ Espanha, trata-se de conflitos étnico-nacionalistas. Mas cumpre reconhecer que o discurso judiciário é que possibilita o deslocamento da violência pela ação concreta constituída por reflexão e interpretação institucionalmente conseqüentes do seu significado.

4. A controvérsia em torno do vídeo produzido oficialmente no governo de Aznar se situa no âmago de uma rede de ambigüidades, em parte inerente ao fenômeno do nacionalismo. Chamar os crimes de ETA de crimes, mesmo, e mostrar os disfarces de sua linguagem violenta é uma ação reflexivo-discursiva, na sua face interpretativa de significados, nem sempre claros à percepção dos que estão distanciados da realidade do nacionalismo extremista basco, e parece razoável. Mas, antes de ter sido vista desta maneira, a ação foi objeto de

cálculos oriundos de verdades políticas, econômicas e culturais que inviabilizaram a avaliação do projeto comunicativo em si mesmo, o que o desonerou de uma crítica, quais fossem seus supostos equívocos de conteúdo, forma ou de oportunidade de sua produção, no âmbito específico da política antiterrorista.

O fato de ter a polêmica se instalado no âmbito da sociedade política, mostrou algo significativo, para além da mensagem em foco e seus possíveis efeitos. Revelou que a validação de uma prática de comunicação oficial anti-terrorismo, para ser considerada legítima, pelos coletivos integrantes do projeto anti-terror, deveria constituir, antes de tudo, uma ação de partilha de uma consciência coletiva.

Um ponto a observar é a existência de um certo "acomodamento", fruto, talvez, de um vago temor do efeito não premeditado de ações antiterror. É o medo do recrudescimento da violência em represália a ações, cuja expectativa de resultados não justifica o risco, no entendimento dos sócios parlamentares da luta antiterrorista.

Mas há ainda uma outra questão: a atitude de rejeição à iniciativa governamental teve seu aspecto enganoso, na medida em que revelou a preocupação com supostos interesses sócio-econômico-culturais, em princípio não hierarquicamente alinhados com o problema do terrorismo. Portanto, incorporou uma redução de sentido do significado da comunicação antiviolência, no interior da administração do conflito.

5. Não só nos acontecimentos pontuais focalizados, mas no seu contexto complexo, há uma diversidade de percepções e sentimentos, de algum modo geradores e potencialmente capazes de contribuir para a consolidação de idéias, atitudes e práticas identificadas com a antiviolência, que vale a pena observar. Inicialmente são elementos propulsores, mas sua persistência pode ser enganosa se não puderem, ou

não conseguirem, incorporar-se ou associar-se com alguma prática ou movimento social imediato ou concreto de enfrentamento ao terrorismo. Dois exemplos podem ser citados.

Em primeiro lugar, o silêncio ritualizado, no seio de um pratica comunicativa como a de Gesto por la Paz. De um lado, é uma atitude impulsionadora porque revela que, diante do ao terrorismo, algo publicamente perceptível precisa ser feito, dentro das possibilidades reais. Mas pode ser enganosa ao contribuir para a persistência de extremos do subjetivismo e fatalismo, já que concorre para o fortalecimento da idéia abstrata de que não havendo, no presente, possibilidade de solução da violência, caberia à sociedade apenas conviver com ela. Porque, nesse caso, o que pode restar é a ação de dar à antiviolência apenas uma linguagem, precisamente a do ritual, por mais importante que este seja no contexto de administração psicológica do sentimento de revolta.

Contudo, vista ainda por um outro ângulo, a ritualização pode inspirar e abrir caminho para uma postura analítica, que é o ponto de partida de uma atitude programática, fundamental em direção a processos sociais concretos de pensamento ou de ação, de curta ou longa duração, possibilitando um "seguir adiante" que vá além do entorno do tipo psicológico de protesto antiterror pela população.

O outro exemplo, desta vez no plano das idéias mais gerais, é a aspiração, manifesta por diversas formas, de que só a constituição de um estado plurinacional, como coroamento da transição à democracia, poderia pôr um fim ao nacionalismo extremista. A idéia é alavancadora em princípio, porque reconhece que a diferença cultural não anula o direito ao usufruto das condições sociais laboriosamente construídas pelo estado de direito democrático civil após a superação do estado autoritário. Isto é, dos recursos possibilitados pela reintrodução da Espanha no conjunto das democracias representativas contemporâneas e

sua inserção no moderno cenário europeu. Mas pode também resultar enganosa, no que respeita à expectativa de ausência definitiva do conflito de nacionalidades, numa dimensão abstratamente concebida.

Em variadas ocasiões, e por meio de analistas diversos, tem sido reconhecido que uma vaga idéia de comunidade plurinacional, mescla de fusão, justaposição ou integração de culturas nacionais, tende a tangenciar aí algo como uma espécie de espiritualização comunitária ou, uma variação da idéia de comunidades, que apenas transporta a idéia de comunidades pequenas para os âmbitos da sociedade civil e do estado.

Isto não quer dizer que, também largamente, não se admita que não possa ser pensada a construção de uma expressão formal de um estado plurinacional, amparada na conquista de níveis crescentes de autonomia, cujo ideal se diferencia de algo que poderia ser definido contrastivamente como um projeto "anarquista utópico". Os termos podem ser úteis para destacar o fato de que o que conta, no final das contas, é a realização da democracia e da soberania popular como garantias de que os grupos possam expressar suas opiniões e participar da tomada de decisões que os afetem, seja optando pelo aperfeiçoamento da fórmula, já existente, da autonomia, ou pela independência, que geraria uma organização política nova.

Um impulso ativo, da idéia inicial do estado plurinacional, se constituiria com base na constatação de que a consolidação do estado democrático de direito toma corpo mais realista no desafio do empreendimento de uma resistência constante à deterioração da própria democracia, presente na ação terrorista.

Dito de outro modo, a comunicação antiterror coloca-se como forma decisiva e necessária entre as práticas que concorrem para a consolidação constante do estado de direito democrático e seu corolário,

que é a ampliação e consolidação da cidadania democrática. Nada, no horizonte do enfrentamento do conflito, justificaria uma aposta única na derrota de toda a violência, de fundo nacionalista, e na erupção definitiva do pacifismo, incrustado em um projeto fechado, que se perseguiria na forma de um programa, como é o caso completamente diferente da reconstrução do estado de direito democrático, na ultrapassagem do autoritarismo na década de 70.

6. A constatação mais evidente é que, tanto a mobilização, em torno do acontecimento de Ermua, quanto o da construção intelectual e deliberativa, no caso Batazuna, concorreram para tornar mais perceptível a existência de condições de possibilidade para a consolidação das liberdades comunicativas, consoantes com o estado de direito democrático, ante o conflito extremista nacionalista. Isto é, orientadas para contribuir para a articulação de estruturas de sentimentos sustentadoras de projetos políticos de reconhecimento e respeito mútuo de todas as "nacionalidades" existentes.

Cabe reconhecer que, nestas e em outras práticas, que comportaram uma mescla de impulsos geradores de ação antiterror, há sinais da presença de fatores úteis a formação/consolidação de uma cultura capaz de levar em conta, tanto o substrato historicamente constituído pelo anseio de autonomia e independência e pelas conseqüências concretas da luta, em termos de resposta violenta do Estado, quanto a incorporação do significado do patrimônio constituído pela memória das vítimas do nacionalismo extremista.

Este trabalho sustenta a convicção de que a compreensão das implicações dos episódios aqui abordados pode contribuir, de algum modo, para a formação de uma consciência sobre a importância de práticas de comunicação pública, já existentes, ou que possam vir a

ser propostas, capazes, efetivamente, de gerar e consolidar elementos desativadores de configurações de idéias e sentimentos sustentadores e auto-sustentáveis do imaginário da violência.

7. Quanto às interrogações que aquele momento colocava tanto à sociedade em geral, quanto ao entorno de ETA, uma das mais significativas se refere a uma mudança que já ocorrera no plano da representação política da população basca. Recorde-se que, desde 1998, pelo menos, o mapa resultante das eleições autonômicas de 25 de outubro confirmou esse pluralismo político, ideológico e cultural do País Basco. Tais dados justificam a observação de que "(...) nacionalistas, constitucionalistas; direita e esquerda; independentistas e autonomistas, falantes de *euskera*, castelhanos-falantes, conservadores e radicais, pessoas nascidas dentro e fora da Comunidade Autônoma, devem acostumar-se a conviver dentro do mesmo espaço social e cultural" (Pradera,1998).

Projetada a evolução deste pluralismo, de que forma se asseguraria o desmanche do signo das comunidades separadas e se impediria a fratura cívica e territorial que não tem sido avalizada pelos resultados eleitorais? A resposta pode estar na capacidade de nacionalistas e constitucionalistas criarem as regras de jogo e os mecanismos institucionais adequados para adotar consensualmente decisões políticas que afetem as questões básicas de sua convivência e de seu futuro.

Daí que o entrelaçado "comunicação-democracia-identidades coletivas" se coloque, cada vez mais, como um espaço formativo importante. Seria ele capaz de avançar em abrangência suficiente para envolver as novas gerações, que não enfrentaram o horror da guerra civil e a perseguição ao nacionalismo, que se lhe seguiu, na construção de uma identidade coletiva, nacionalista, porém desvinculada do autoritarismo encarnado na violência intolerante?

Mas a chamada *violencia callejera*, perpetrada por organizações de jovens, principalmente contra equipamentos urbanos de administração pública ou organismos econômicos, parecia indicar que novos embates do presente se mesclam com os agravos do passado e realimentam a violência. Para além da complexidade própria que este aspecto comporta, ressalte-se sua mensagem de desconfiança no espaço político instituído e na força da vontade política para rever as pendências da ditadura ultrapassada e não resolvidas ao longo dos desdobramentos pós-transição.

É certo que os episódios aqui mencionados dão apenas uma idéia do protagonismo de um conjunto variado de formas de expressão e manifestação pública que, no biênio 1997-8, tornaram-se visivelmente constitutivas do enfrentamento do terrorismo no interior do conflito étnico-nacionalista na região do País Basco. Abordá-los foi uma decisão de voltar a atenção para o papel que a atividade discursiva desempenha nas diversas faces em que se relacionam a violência separatista e o seu afrontamento pelo poder judiciário, pela sociedade política e pela sociedade, na Espanha redemocratizada.

*****

Este estudo já estava concluído quando ocorreram dois fatos importantes. O primeiro deles, em junho de 2006, foi protagonizado pela liderança de ETA. Em uma produção em vídeo, enviada ao canal espanhol TVE, a organização anuncia a renúncia ao movimento armado e um "cessar-fogo permanente", desde que o governo espanhol concorde com o início de discussões pacíficas sobre o aumento da autonomia e uma possível independência do País Basco. Na seqüência, a mídia menciona, esporadicamente, encontros mediados por lideranças

de outros países da comunidade européia, mas oficialmenete não se divulga nenhuma decião conjunta importante.

Observe-se que a principal diferença formal entre esta proposta de trégua e a de 1998 está no vocabulário utilizado, posto que, pela primeira vez, ETA fala em abandono das armas, se é que "cessar fogo permanente" queira dizer o que este agrupamento de palavras exprime: final definitivo da violência.

O segundo fato ocorreu três meses depois e está diretamente relacionado com a área da comunicação pública governamental e o enfrentamento do terrorismo. Valeria estender-se um pouco mais sobre ele. Trata-se também de um vídeo documentário, desta vez divulgado pelo Partido do primeiro ministro José Luis Rodríguez Zapatero, PSOE, pela televisão por internet (PSOE.tv, a primeira de um partido político, na Espanha, que estreou em setembro deste ano de 2006).

Seu conteúdo não só revela as divergências entre o PP e o PSOE, na política de combate ao terrorismo, como reabre a discussão da condução do conflito no período focalizado por este estudo. Contendo denúncias contundentes contra José Maria Aznar, o ocupante anterior do cargo, justamente pela conduta adotada por ele durante seu mandato, que cobre o período compreendido pelo biênio 1997-1998.

Em posição de destaque no documentário está a questão dos contatos entre o governo e os membros de ETA, antes (principalmente em 1997) e durante a trégua decretada pela organização em 1998, a primeira que foi denominada como "indefinida", pelo próprio grupo, logo depois do caso Ermua.

São denunciadas as "numerosas concessões" que teriam sido feitas a ETA pelo Governo de José María Aznar durante aquele período. A peça está recheada de imagens e discursos comprometedores, no

sentido de que o governante teria agido de maneira completamente diversa da que a sociedade política e a opinião pública conheciam e avalizavam. Principalmente, se destaca o fato de que a oposição apoiava integralmente a política antiterrorista oficial, mas, na realidade, ignorava as ações secretas.

A peça foi preparada como resposta às criticas de Aznar, naquela altura na oposição, à política antiterrorista do PSOE, que o substituiu no poder, com a vitória nas eleições de 2004. E abriu um grande debate na mídia, tanto na convencional, como na internet, que não se referiu apenas às questões políticas importantes que compõem a linha principal da argumentação. Por isso, é válido mencionar as intervenções no debate pelo que revelam sobre diferenças na percepção das relações entre comunicação e política que se manifestam nos ambientes comunicativos em que se dão os debates.

A mídia informativa de referência, representada pelos grandes diários impressos, preocupou-se muito mais com o conteúdo das afirmativas do PSOE, enquanto na WEB, diferentes segmentos fixaram sua argumentação no entorno da questão das implicações da comunicação política midiática. Quanto aos periódicos de referência dominante e de maior penetração, recorreram a atores políticos e cronistas políticos para o exame das questões discutidas. Por sua vez, em uma grande variedade de sítios [32], jornalistas, intelectuais de diversas áreas e internautas em geral preocuparam-se com o que inúmeras vezes foi tachado como o risco da videopolítica. Inclusive, foi largamente citado o cientista político Giovanni Sartori (2001), que em obra muito discutida sobre a cultura da televisão, alerta sobre os perigos para a democracia do que chama "política teleplasmada".

Com isso, agrega-se mais uma observação às proposições apresentadas no final deste trabalho. A comunicação governamental anti-

terror careceu de um contexto de transparência regrada dos negócios públicos, posto que ações secretas, não autorizadas pelo parlamento, estavam sendo realizadas ao mesmo tempo em que um ponto de vista era publicamente divulgado, como parte da política antiterrorista do Estado. É certo que gestões do tipo, avalizadas ou não pela sociedade política, não podem ser feitas em público e ao vivo. Mas, tanto sua existência à luz dos princípios "pactados" para a negociação com ETA, quanto a sua não divulgação posterior ao suposto momento justificador do segredo comprometem a luta pela diminuição e finalmente erradicação da violência extremista basca, na Espanha redemocratizada.

O episodio veio também confirmar o quanto a identidade política de José Maria Aznar tem sido definida no binômio comunicação/terrorismo. Talvez nenhum outro político espanhol pós-redemocratização tenha se envolvido em tantos episódios de sua carreira relacionados com a comunicação no contexto do enfrentamento do terrorismo. Recorde-se sua derrota para o governo em 2004, que teve sua explicação centrada nos esforços para atribuir a ETA o atentado perpetrado por um grupo extremista islâmico nas proximidades de Madri, que vitimou centenas de pessoas, às vésperas das eleições daquele ano. Evoque-se aqui o testemunho do sociólogo catalão Manuel Castells (Mello, 2004), utilizado no interior de um argumento a propósito da importância política das novas tecnologias em um contexto de manipulação da informação. Vale a pena apresentar na integra o testemunho do estudioso pelo instigante substrato reflexivo presente em sua fala.

> *Quando as pessoas não encontram a informação buscada, ou a recusam, saem à procura de novas informações entre as próprias comunidades. Em certos momentos, se mobilizam autonomamente utilizando esses canais. Isso pôde ser visto recentemente na*

Espanha, em dois momentos: entre o atentado de Madri, no dia 11 de março, e as eleições três dias depois, no 14 de março. Muito sinteticamente, foi o seguinte: no dia 11, ocorreu o bárbaro atentado da al-Qaeda. Desde os primeiros momentos, a polícia indicou que o crime fora obra de um grupo terrorista islâmico. Mas o governo de José María Aznar, aliado íntimo de George W. Bush, estava às vésperas das eleições gerais. Aznar decidiu, então, que essa revelação seria muito prejudicial a ele, pelo fato de ter entrado na guerra sem o apoio da população. Então, resolveu ocultar a verdade, mentir. E a mentira veio diretamente de Aznar, que ligou para os diretores dos principais meios de comunicação da Espanha e lhes deu sua palavra que ele teria provas de que o grupo terrorista basco ETA era o autor do atentado. O jornal El País *chegou a mudar sua manchete. Como a mídia iria desconfiar que o chefe do governo espanhol estava mentindo? Aznar havia calculado que, depois dos atentados, haveria apenas um dia, a sexta-feira, para circular informações, uma vez que no sábado a propaganda eleitoral estava proibida e domingo já era a votação. Mas, já na manhã de sábado, grupos de jovens, espontaneamente, se conectaram pela internet e começaram a difundir mensagens eletrônicas por seus celulares sobre o atentado. Esse tráfego na internet e nas mensagens de celulares de jovens com menos de 30 anos aumentou em 30% no sábado e em 40% no domingo. E, com essa rede, começou a ser criada uma consciência pública, que dava novas informações, rechaçava a versão governamental e ainda convocava manifestações. Havia nessas eleições dois milhões de novos eleitores. Portanto, jovens que geralmente votam em partidos alternativos. Mas, dessa vez, foram eles que disseram ao governo: "mentirosos, mentirosos! Nós o tiraremos." O principal foi a negação à mentira e à manipulação dos meios de comunicação. Esse movimento permitiu que uma eleição que estava empatada virasse totalmente para uma vitória inesperada dos socialistas.*

Notas

1 Parte substancial deste trabalho foi realizada pela autora em estada na Espanha nos anos 1997 e 1998, no âmbito de estudos de pós-doutorado, com apoio da Capes e da Universidade Estadual de Londrina-PR.

2 A declaração do prefeito Carlos Todorica, da cidade de Ermua, está em entrevista a Damborenea (1997).
3 O fenômeno, pelo menos na sua configuração mais recente, está razoavelmente documentado e o acesso à documentação e dados oficiais, que era o mais difícil, sobre o tema tem sido muito facilitado nos últimos anos. No caso da Espanha, tematizado neste trabalho, pode ser consultado, por exemplo, o Instituto Español de Estúdios Estratégicos.
4 A dificuldade de definição do terrorismo é comentada em outro capítulo desta obra. Considerando a falta de acordo entre os estudiosos e mesmo autoridades, adota-se aqui uma definição abrangente, suficiente para os objetivos visados, para uma abordagem adequada aos estudos da comunicação.
5 A exceção significativa foi o ataque do grupo islâmico Al-Qaeda, ocorrida em março de 2004, amplamente divulgado pela mídia na ocasião.
6 Para um panorama sobre o terrorismo e a questão basca, difundido exatamente no período estudado, ver Unzueta (1997).
7 A bibliografia sobre o modelo adotado pela transição espanhola é ampla. De interesse para o leitor brasileiro pode ser a abordagem comparativa entre os processos institucionais de ultrapassagem do autoritarismo adotados lá e aqui, tendo em vista o apontamento de semelhanças e diferenças entre os dois casos por parte de alguns estudiosos. Ver Paramio (1989) e Munch; Leff (1997).
8 São dezessete as "Comunidades Autônomas" estabelecidas na ocasião a partir do seu reconhecimento como "Comunidades Históricas". Foram assim chamadas devido à experiência anterior de autogoverno. Todas elas desfrutam de certo grau de autonomia cultural, política e econômica, contando com parlamento e governo próprios com seus representantes, e presidente eleitos democrativamente. Já o sentimento nacionalista varia. É destacadamente mais forte no País Basco, na Catalúnia e na Galícia.
9 Também a bibliografia sobre os nacionalismos de estado e periféricos é ampla. Ver LLobera (1994), Guibernau (1996). Para uma abordagem detalhada do caso espanhol, ver Hernández y Mercadé (1986) e para uma visão de conjunto das contribuições espanholas ao tema, ver Perez-Agote (1989).
10 Sobre o terrorismo na Espanha e sobre ETA em particular, cabe observar a recomendação de Linz (1986) quanto à existência de uma bibliografia desigual, produzida, em sua maioria por militantes. Para compreendê-lo no marco geral do nacionalismo basco e seu desenvolvimento na ditadura de Franco, ver Perez-Agote (1987).
11 Um estudo abrangente neste campo é o do antropólogo Zulaika (1988) sobre as origens simbólicas da violência basca.
12 Estas e outras manifestações de pessoas representativas no cenário político, científico e cultural de diversas nacionalidades foram publicadas por *El Pais* e *La Vanguardia* em 12/07/97.
13 Sobre o cenário cultural da Espanha franquista, ver de Marco (1995).
14 Para um panorama bastante amplo da participação dos meios de comunicação no processo de desmontagem do regime franquista e construção da monarquia parlamentar consultar, por exemplo, Moragas Spa (1982).
15 Para uma abordagem dos nacionalismos periféricos na Espanha e a questão das chamadas "nações sem estado", ver Guibernau (1996) e Llobera (1994).

16 A bibliografia sobre a organização política e territorial da Espanha é ampla. Mas, para uma avaliação da situação das autonomias, no momento em que se deram os acontecimentos aqui estudados, ver Blanco, J. A . y Simancas, J. M.

17 Sobre este assunto, ver Echary (2003).

18 Recorde-se que, até não muito pouco antes das negociações no âmbito do conflito irlandês, em meados dos anos 90, por exemplo, na Inglaterra, o acesso do braço político do IRA era bloqueado no sistema de radiodifusão pública. De acordo com as normas, cuja eliminação foi divulgada pelo ex-ministro conservador Mayor, em 1994, as vozes dos integrantes do Sein Fein não podiam ser levadas ao ar, mesmo em noticiário em que fossem citados.

19 Para um panorama geral da comunicação no País Basco, ver Garitaonandia (1989), que mostra uma situação bem próxima à do período aqui focalizado.

20 Ver depoimento de um então membro do Governo Basco, Juan Maria Atutxa. O político nacionalista afirma que o jornal *Egin* arrecadava recursos ilegais para ETA (Ibañez,1996).

21 Sobre o final do julgamento pelo Supremo Tribunal, por exemplo, *El País*, de 02/12/97, p. 12-18.

22 Sobre estes aspectos ver, Arranz (1997).

23 Uma ampla discussão sobre o impacto do terrorismo na opinião publica está em Hewitt (1992).

24 Disponível em: http://www.elmundo.es/1997/10/01/espana/01N0020.html Acesso em nov.2005.

25 Ver *El País*, 12/07/1997, p. 33 e 15/07/97, p. 16 e 23.

26 Sobre a importância que o Governo Basco dispensava naquele momento à opinião pública internacional, ver, por exemplo, um estudo muito citado em declarações oficiais, que o Governo autonômico patrocinou sobre o tema da imagem do povo basco na América (Lopez-Aranguren e Ibarrondo, 1991).

27 Ver, por exemplo, o estudo realizado por Romero (1998), um dos fundadores de ETA e um dos condenados à morte no "Processo de Burgos", posteriormente indultado e extraditado.

28 Sobre o movimento, "Gesto por la Paz", ver Larrauri (1996) e sobre o Foro de Ermua ver o sítio na internet mantido pela organização: http://www.foroermua.com/html/.

29 Intxausti (1997).

30 Idem.

31 Gastamiza (1998).

32 Material veiculado pela edição eletrônica do jornal *ABC* e seus diversos links.

Sciascia, o "caso Moro" e a (in)comunicação política

> *... abandonada la verdade a la literatura, cuando apareció aquella dura y trágica, em el espacio cotidiano y ya no fue posible tergiversarla, pareció generada por la literatura*
>
> Leonardo Sciascia

O seqüestro e assassinato do líder político italiano Aldo Moro, em 1978, é um desses acontecimentos que não cessam de desafiar o raciocínio e a sensibilidade. Ano após ano, novas abordagens interrogam o caso, buscando não só explicações para detalhes factuais, ainda não esclarecidos, mas, também, significados que permitam compreender atores, estratégias e motivações. O mesmo pode ser dito quanto a decisões que ainda continuam a ser tomadas, no âmbito dos poderes estatais, atingindo pessoas implicadas.

Militantes de diversas organizações que integraram o grupo terrorista, julgados e condenados na Itália, por sua participação na morte do então ex-primeiro ministro e líder do partido da Democracia Cristã, ainda estão presos. Outros, acusados e foragidos, têm perdido o abrigo que desfrutaram, até recentemente, em países como a França e

buscam refúgio em outros, inclusive no Brasil, segundo informações da mídia, onde alguns viveriam na clandestinidade.[1]

Se, de um lado, o Judiciário, Governo e aparatos policiais protagonizam ações de alcances nacionais e internacionais; de outro, o mundo acadêmico, a literatura, o cinema e o jornalismo seguem construindo narrativas. Conseqüentemente, segue-se tecendo e articulando sentidos, em torno de personagens, contexto e desdobramentos do crime perpetrado pelas Brigadas Vermelhas, um dos grupos mais atuantes da luta armada, na Europa dos anos 1960-70.

Dentre as formas narrativas mencionadas, o cinema, em particular, chama a atenção, por vários motivos, mas, sobretudo, pelo tipo de público que atrai; composto, majoritariamente, pelas novas gerações, portanto, por pessoas ainda não nascidas quando o atentado ocorreu. Pelo menos dois filmes italianos alcançaram repercussão internacional. Em 2003, o público brasileiro, que já teve a oportunidade de ver outras películas sobre o tema, pôde assistir, no Festival do Rio, a dois filmes que revisitaram o acontecimento: "Bom dia, noite" (Bongiorno, notte), escrito e realizado por Marco Bellocchio, de 1999, premiado pelo Festival de Veneza como a melhor contribuição artística individual, e "A praça das cinco luas" (Piazza delle cinque lune), de Renzo Martinelli.

"Bom dia, noite" é o mais subjetivo, cinematograficamente falando, dos dois e talvez o seja, também, dentre os que foram produzidos antes deles sobre o tema[2]. A película, porém, não dispensa recursos de documentário, evocando o contexto histórico mais amplo, como a Revolução Russa e outros referentes emblemáticos da violência extrema na política e, naturalmente, a luta armada no movimento insurrecional dos anos 1960. O longa metragem, muito elogiado pela crítica, começou a ser exibido nos cinemas de Brasília, São Paulo e Rio de Ja-

neiro, no início de 2005, graças ao esforço do Grupo Estação, que abre espaços alternativos para exibição de filmes importantes e polêmicos que não atraem o interesse comercial das grandes distribuidoras.

Bellocchio teve como referência o livro "Il prigionero", de Anna Laura Braghetti, a única mulher, entre os brigadistas, que participou da operação, na qual se baseou para criar a protagonista Chiara (Maya Sansa). Bellochio, cuja juventude nos anos 60 foi marcada pela militância marxista-maoísta, também inclui imagens violentas de arquivo, tanto do nazismo como da URSS stalinista, explicitando uma clara posição diante dos fatos. É rigoroso no retrato que faz dos brigadistas, embora centralize sua maior carga crítica sobre os políticos.

Chamou a atenção de certa crítica o fato de que o cineasta, que destaca os aspectos humanos de ambas as partes, não faça nenhuma referência ao que se seguiu aos acontecimentos, nem ao desaparecimento das Brigadas Vermelhas como organização, nem à condenação à prisão perpétua de seus responsáveis, muitos dos quais já diante da possibilidade de continuar cumprindo a pena em regime semi-aberto.

Já o filme de Martinelli é uma proposta diferente. Explora o caminho das articulações entre os serviços secretos nacionais (como o próprio italiano e o de outros países), supostos envolvimentos de órgãos internacionais como a OTAN e agências como a CIA, por exemplo, e segmentos do conjunto de grupos de luta armada, reunidos sob o manto das Brigadas Vermelhas.

Embora diferentes no tom e nos aspectos focalizados, estes dois filmes têm em comum o fato de deixarem mais perguntas do que respostas nos corações e mentes daqueles que os assistem, de algum modo impulsionados pelo interesse por um episódio que não testemunharam. Igualmente, ambos os filmes mantêm um pé na realidade atual, no sentido forte do termo. Na obra de Martinelli, que leva a marca de

ter sido o mais questionado dos dois, Luca Moro, neto do ex-primeiro ministro italiano, faz uma rápida aparição cantando *Maledetti vo*i. Por sua vez, o longa metragem de Bellocchio recebeu elogio público de Giovanni Moro, "pela forma respeitosa" com que o pai fora tratado. [3]

Também a imprensa de referência dominante, naquele país e em outros espaços de reflexão e debate das questões políticas da contemporaneidade, não deixa de demonstrar, seja pela divulgação de estudos sistematizados recentes, seja pelo acompanhamento do caso pelo noticiário cotidiano, o interesse do público pelo assunto. Diversos órgãos eletrônicos de informação também não cessam de ampliar os espaços de abordagem e documentação dos desdobramentos do episódio[4]. Para se ter uma idéia do que isso significa, considere-se que um dos observatórios mais reconhecidos, dedicado ao acompanhamento comparativo da presença de material cultural na rede mundial de computadores, no item "Personalidades da Política Contemporânea", demonstra a multiplicação desse interesse. Registrou que os lugares dedicados a Aldo Moro deram um salto significativo entre os anos de 1995 e 2005.[5]

No seu conjunto, este variado espectro de formas de linguagem que encarnam objetivos, justificativas e uma gama variada de produtos do acúmulo de memória, atesta, enfim, que o mais espetacular atentado da organização (desaparecida, como tal, no início dos anos 1980), além de não ter cessado, em todo este tempo, de gerar interpretações de diversos ângulos, ainda é um campo fértil de indagações, interpretações. E engajamentos.

Mas é para uma única narrativa que estas notas se voltam: *L'affaire Moro.* O livro foi publicado na Itália em 1978, pela Editora Sellers, de Palermo, apenas quatro meses depois do desfecho do caso, pelo escritor siciliano Leonardo Sciascia. Na Espanha sua primeira edição saiu em novembro de 2006 e a segunda no mês seguinte.

Plasmando a preocupação e a perplexidade que tomou conta dos cidadãos italianos, a obra formulou perguntas e costurou constatações que, ao longo dos anos seguintes, constituíram-se nas mais relevantes sobre o caso, algumas delas sem resposta até o momento em que foi concluído este estudo. Até porque o amplo contexto político que deu forma ao episódio foi aos poucos relegado a um segundo plano e os espaços policiais e jurídicos, pouco perceptíveis pelo cidadão comum, passaram a ocupar o campo informativo sobre o episódio.

As formulações de Sciascia, mesmo ancoradas no acontecimento concreto, se destacam pela amplitude e profundidade do quadro de referência evocado. Elas se referem ao protagonismo de atores fundamentais, situados no Estado, na sociedade política e na sociedade civil, mas o transcende.

A questão mais ampla remete, em primeiro lugar, à razão por que o Estado não salvou a vida de Aldo Moro e às elites políticas que não desempenharam o papel que lhes cabe numa democracia representativa moderna. Mas, também, se refere ao jornalismo de atualidades. Esse ator da política moderna, que não deixa de ampliar seus espaços, entre os quais aquele representado pela reivindicação do papel de testemunha e fonte privilegiada da escrita da história e o de mediador multíplice, solidamente postado no interior dos processos políticos, não esteve à altura da identidade que costuma proclamar de um poder independente a serviço da sociedade.

Na realidade esta obra, que é uma análise acurada da dimensão público-comunicativa da política, constitui, ainda, uma denúncia da cobertura do tema pelos principais jornais italianos. Para o autor, naquele momento, os diários, na sua maioria, principalmente os de grande tiragem e influência, não compreenderam a verdadeira natureza do acontecimento, seus desdobramentos no tocante ao funcionamento do

estado de direito democrático e não conseguiram lidar adequadamente com os desafios que se colocavam ao entendimento das implicações de decisões editoriais adotadas.

Sciascia, que também cumpriu mandato como parlamentar, é, nesse escrito, mais do que observador de uma ação pontual da mídia em um momento de stress político. Ele se interroga sobre as interações mais amplas e mais sutis entre o jornalismo de referência dominante, o sistema político, a democracia e a violência, tal como se configuraram na Itália dos anos 70. Seu olhar é o de quem se depara com um instante em que se pode perceber, nítida e inequivocamente, a natureza mais profunda da comunicação pública. Isto é, vê-la para além do seu funcionamento corriqueiro de produzir, articular e difundir informação de interesse público, no momento mesmo em que se dá o acontecimento. Ele se depara e encara a comunicação pública como espaço de constituição do político, no seu leque de conseqüências.

Obra anterior deste escritor já havia suscitado acirrada polêmica, pelas referências à história política contemporânea em seu país, só que, daquela vez, tratava-se de literatura de ficção. *Il contesto* é uma narrativa policial, na qual, em última instância, é perceptível, nas entrelinhas, uma crítica implacável do poder político, mantido e gerado pela Democracia Cristã, o partido então dominante. Também pode ser lida como uma crítica ao Partido Comunista Italiano, PCI, pela forma como ele estava relacionando-se com o partido dominante. Alguns estudiosos a consideram uma espécie de premonição dos acontecimentos, que estão no bojo da crise política, implicada no caso Moro.

Reconhecida como a mais ousada operação terrorista ocorrida no país, desde 1976 – quando se acirrou a violência política revolucionária, que já vinha de anos anteriores, com uma série de atentados contra juristas, empresários e jornalistas – o "episódio Moro" está no

centro dos acontecimentos que precipitaram o reordenamento do sistema político italiano. Isto é, o agravamento da crise de representação da política, a liquidação dos movimentos armados revolucionários, a decadência das agremiações tradicionais, que culminaram no protagonismo do sistema judiciário e a reorganização do quadro partidário. Em suma, é possível reconhecer que o episódio se encontra no centro do processo de modernização do sistema partidário italiano, já que foi um divisor de águas na política, tornando-se um dos maiores temas de debates públicos do pós-guerra, naquele país.

Moro, na época com 62 anos, era presidente do Partido da Democracia Cristã e foi seqüestrado no dia 16 de março de 1978 quando se dirigia ao Parlamento. Lá, seria votada uma moção de confiança ao então premier Giulio Andreotti, apoiando seu plano de governo. Aquele seria o terceiro mandato de Andreotti, pela Democracia Cristã, mas o primeiro a contar com a participação do Partido Comunista Italiano.

Desse modo, esperava-se a consolidação da estratégia de coalizão, que negociara entre o seu partido e os comunistas. Mas o carro que o conduzia foi interceptado por um comando das Brigadas Vermelhas, Moro foi levado e, pelo menos, cinco membros de sua escolta foram assassinados. Por 55 dias, ele esteve em mãos dos seqüestradores, período em que Andreotti rejeitou qualquer tipo de negociação com os captores e desconsiderou apelos de personalidades e instituições nacionais e internacionais, como a Anistia Internacional e a ONU, cujo secretário geral, Kurt Waldheim, ofereceu-se para atuar como mediador. Também as Brigadas recusaram os apelos em favor da vida de Moro, inclusive os três que, publicamente, lhes foram dirigidos pelo então papa João VI. Finalmente, selada sua sorte, o corpo de Moro foi encontrado, no dia nove de maio.

Exploro a hipótese de que o relato do escritor, falecido em 1989, além de uma radiografia da conexão entre terrorismo, vítima, mídia e espaço político, constitui, ainda, uma reflexão sobre o funcionamento da linguagem política. E, nesta perspectiva, poderia ser tomado como um ponto de partida para uma abordagem da comunicação política, no sentido em que se pode referir ao caráter discursivo da formação pública da opinião e da expressão da vontade política necessárias à vida social, no marco do estado de direito democrático.

Esse marco foi considerado pelo autor em termos do manejo dos recursos institucionais adequados ao enfrentamento de uma crise de caráter insurrecional, na qual está implicado o desafio à capacidade do estado democrático de garantir o respeito à vida humana e o funcionamento de um espaço público de discussão e formulação da política.

De que mundo entendeu tais instâncias? O autor não explicita referências teóricas. Mas parece tê-las entendido dentro de uma moldura mais ou menos consensual entre os estudiosos. Ambas são entendidas, principalmente, com base em seus fins, que são tantos quantos são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias e no sentido normativo, na confluência que possam ter com realizações que interessam aos membros de uma sociedade. E isto, sejam quais forem suas segmentações, como felicidade, liberdade, igualdade, por mais controversas que possam ser.

Passadas quase três décadas de sua publicação, o trabalho do escritor siciliano permanece como um testemunho, não contestado, de um processo truncado de comunicação política e uma recordação de que existiram condições para um diálogo entre o Estado italiano e o movimento armado, potencialmente capaz de gerar um final diferente para o acontecimento, que foram desperdiçadas. Concretamente, o relato configura a face que assumiu, naquele momento, o espaço político

italiano, entendido genericamente[6] como a área de conflito posta pelos atores e cenário do "drama Aldo Moro", contribuindo, assim, para a compreensão daquele conturbado período da história política contemporânea daquele país.

Retenha-se, em primeiro lugar, o caráter de história imediata da obra: uma narrativa produzida no calor dos acontecimentos e, de desse modo, prenhe de paixão. Pois é deste prisma que adequadamente se percebe outro significativo feito do autor. O de ter plasmado uma apaixonada análise da natureza do poder político, na especificidade do seu exercício na Itália daquele tempo e na sua confluência com os limites e possibilidades da comunicação pública diante da violência. E o desafio de fazê-lo, em tempo real, se se permite o uso destes termos. Isto porque o dilema das formas de expressão e manifestação públicas colocou-se diante da necessidade de convergência entre a manutenção da legitimidade política e a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Mas foi visto como uma premência ocasionada por uma presumida impossibilidade que isolava os fatos, aprisionando seus contornos e tornando difusas suas implicações e reverberações.

Finalmente, de um lado, a validade do trabalho está na contribuição que traz para a abordagem da responsabilidade que têm os cidadãos, principalmente aqueles voltados para informar a sociedade (no sentido de colocar à disposição desta os elementos necessários para compreensão do presente histórico) e dos dirigentes políticos, diante da vulnerabilidade do discurso político, enquanto forma particular de emprego da linguagem. E, de outro, seu valor está no fato de que permite compreender a maneira como a crise foi gerida, no plano da deliberação política propriamente dita e no horizonte de valores que informaram ou respaldaram instituições e pessoas envolvidas, de algum modo, nas atitudes e decisões adotadas.

Embora a abordagem do "caso Moro", por Sciascia, esteja distribuída, pelo menos, em três livros (excluídas suas referencias em obras de ficção), a parte fundamental está no ensaio-reportagem *L' affaire Moro*, que ele mesmo denominou de *pamphlet*, datado de 24 de agosto de 1978, portanto, pouco mais de três meses, depois do desfecho do caso. A este texto, em edições posteriores, foi anexado o relatório apresentado por ele à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o caso, por sua vez, datado de 22 de junho de 1982. As outras duas obras, nas quais o tema é tratado são: *La Sicilia como metafora. Interviste di Marcelle Padovani* (1979), publicado em co-autoria com um jornalista, e *Negro sobre Negro* (1984), uma espécie de diário em que recolhe parte de suas memórias. [7]

Este estudo toma como material básico de análise a primeira obra, isto é o "pamphlet" utilizando a edição espanhola intitulada *El caso Moro*, de 1996, que será citada pelas iniciais ECM, que já inclui, portanto, o relatório mencionado, mas rastreia as outras duas obras para complementar alguns tópicos específicos, referidas, por sua vez, pelo ano de publicação. [8]

Na primeira parte de *El caso Moro* o escritor reconstrói o movimento de idéias que integrou o acontecimento, apresentando em seqüência as manifestações dos atores envolvidos, analisando-os detidamente. Focaliza, principalmente, os documentos produzidos no período em que durou o seqüestro, descrevendo-os, contextualizando-os com base na sua recepção no espaço político e no espaço público discursivo. A segunda parte, compreendida pelo relatório, complementa a narrativa anterior, principalmente com informações que vieram à tona na própria comissão parlamentar. A redação é mais direta e estão ausentes as digressões e as referências literárias fartamente presentes na parte anterior. Mas o tom avaliativo e o acento poético continuam pre-

sentes, de modo que é razoável considerá-lo como um escrito pessoal de Sciascia, que, mesmo validado por uma comissão, na qual, certamente, não reinava a unanimidade de posições, manteve a perspectiva narrativo-analítica do escritor.

No primeiro material, fica perceptível que Sciascia atuou como quem adentra um cenário do qual, inicialmente, só se vêem sombras. Recolhe pistas nas cartas de Moro, nos comunicados divulgados pelas Brigadas e nas manifestações públicas dos representantes do poder instituído e de alguns setores da sociedade civil que se posicionaram. E, também, examina indícios, na forma como a polícia, por exemplo, foi preparada, dirigida e orientada, pelo Ministério do Interior, que oficialmente centralizou a condução do caso.

Ao mesmo tempo, o escritor preenche lacunas, inclusive tentando imaginar "a leitura" que os discursos do seqüestrado e de seus seqüestradores recebiam pelas atitudes adotadas por aqueles que, dada a situação, poderiam ter sido os interlocutores entre ambos os lados. Isto porque, na realidade, não houve um amplo debate com a apresentação de um arco de alternativas e de pontos de vista divergentes, que ditaram ou justificaram as decisões oficiais tomadas, nos dias em que durou o seqüestro, nem na Democracia Cristã (espaço que, aliás, foi dramaticamente reclamado por Moro em suas cartas) nem no Parlamento como tal. Nem mesmo a mídia informativa de atualidades tentou promovê-lo.

Sciascia propôs-se a ler e a interpretar o conjunto de cartas[9] enviadas por Moro a personalidades políticas italianas e à sua família, cotejando-as com as diversas manifestações públicas sobre o caso. Só lamentou, posteriormente, não ter tido acesso, antes de escrever, à documentação preparada e divulgada pelas Brigadas depois da eliminação de Moro, com o registro das coisas que teriam sido ditas e escritas por ele, no que foi chamado pelos seqüestradores "um dos cárceres do povo" (1984, p. 246).

El caso Moro não é um livro fácil de ler. Parábolas, analogias, personagens literárias e seus criadores (entre outros, Tostoi, Pirandello, Poe e, especialmente, Pasolini e Borges) comparecem, como se o autor deles necessitasse para ressaltar detalhes ou implicações desapercebidas entre os liames do caso. E aí, em um trabalho aprofundado, seria o caso de recordar obras de ficção do próprio autor, nas quais estão fartamente presentes evocações de algo próximo ao que se pode chamar de "caráter nacional italiano".

De especial importância, nesse sentido, é, por exemplo, a novela policial *Todo Modo*, publicada na Itália em 1974. Levada ao cinema, em 1976, com Gian Maria Volonte (um ator, inclusive, fisicamente, muito parecido com Moro), a obra, na qual um dos personagens, nitidamente evocador do líder assassinado tem um fim trágico, foi considerada uma parábola da cultura política italiana. A vinculação desta novela com o processo político já era apontada antes do "caso Moro", como o próprio Sciascia menciona, por exemplo, pelo historiador Giorgio Galli, em sua *Storia della Democrazia Cristiana*, publicada cerca de um mês antes do seqüestro (*ECM*, p. 27).

Escritor que tematizou, nas suas obras, a máfia, principalmente a da Sicília, sua terra natal, Sciascia ataca a "máfia" que opera num nível mais abstrato. Como notou Jackson[10], ele refere-se à máfia dos valores morais, a máfia das atitudes psicológicas e sociais. Num certo sentido, esse é agora um tipo abstrato de máfia, desde que o comportamento mafioso não possa ser descrito como um comportamento específico regional ou contido numa área social ou geográfica. Isto aponta para a percepção última de que, em qualquer tempo, sendo o homem agressivo e violento contra outro homem, ele é, para Sciascia, um mafioso.

E, especificamente sobre *L'affaire Mor*o, talvez se possa dizer, com Magalhães e Coelho (2003), que Sciascia ao voltar-se para personagens verídicos criou suas próprias condições narrativas para fazer sua literatura dialogar com a história. Foi reconhecido que o interesse

por este tipo de literatura, aliado à crônica com fatos históricos, deve-se a recusa de Sciascia pela dita *bela literatura*, pois lhe teria parecido urgente oferecer ao público-leitor uma contínua e tenaz narrativa, baseada neste tipo de linguagem, a fim de acompanhar e premência daqueles tempos.

Entenderam as mesmas autoras que o escritor em sua obra posicionou-se como personagem e observador de uma sociedade repleta de contrastes, cuja realidade verdadeira narrou e contrapôs à realidade, que se permitiu considerar como "romanesca". Para ele, esta realidade romanesca estaria sempre presente nas aspirações do imaginário popular. Para estas estudiosas, a experiência do histórico em tal dimensão dar-se-ia na proporção em que todo acontecimento seria visto como um fenômeno da humanização do homem (idem)

Sobre a associação entre o acontecimento em questão e a literatura, o próprio Sciascia escreveu um parágrafo, à primeira vista, enigmático, já que aparece no início da obra:

> *La sensación de que en el affaire Moro todo ocurra, por decirlo así,* ***en literatura****, proviene principalmente de esa especie de fuga de los echos, ese abstraerse de los echos – en el momento mismo en que ocurren y más ahún al contemplarlos después en un conjunto – en una dimensión de consecuencia imaginativa o fantástica indefectible, de la que reiteradamente se desborda una constante y tenaz ambigüedad.* (*ECM*, p.28-29)

Sciascia talvez seja um dos mais proeminentes escritores cuja literatura se alimenta, exatamente, do fascínio que sobre eles exerce a realidade política. Como lembrou Plebe[11], ele foi um escritor para quem a literatura nada mais era que "representação fiel da verdade". Gandara (1989), por sua vez, comentou algo que pode explicar a razão deste ponto de vista. Lembrou que muitos escritores contemporâneos

têm defendido a tese do compromisso político, social ou literário da obra que escrevem, porém, muito poucos se atreveram a falar da verdade como fim último de suas pesquisas e seus propósitos.

Daí a suposição de que o contraponto com a literatura não é apenas um recurso estético, como poderia parecer de antemão, mas o fio de Ariadne que permitiu ao escritor orientar sua narrativa no labirinto do acontecimento, pleno de significações sócio-históricas, sem tematizá-las detidamente, mas evocando-as metaforicamente. Este fio está nas alusões que faz, ao longo do texto, à identidade política de Aldo Moro e à cultura política italiana, principalmente a que via exercida nos círculos de poder, cuja síntese encontrava em obras literárias diversas.

Para Sciascia, Moro, visto pela televisão,

> *(...) parecía presa del más antiguo cansancio, del más profundo tedio. Solo por momentos, en los ojos y los labios, dejaba ver fugazmente un relámpago de ironía o de desprecio, en seguida velado por cansancio, por ese tedio. Daba la sensación de que conociese "algo más, algo distinto": el secreto italiano y católico de dispersar lo nuevo en lo viejo, de utilizar todo instrumento nuevo al servicio de antiguas normas, y, sobre todo, de un conocimiento de la naturaleza humana todo puesto en tono negativo, en negatividad. Cosa que para él había sido una aflicción y una arma. Arma utilizada con dolor: evidentemente. Pero utilizada.* (*ECM*, p. 34-35)

Do mesmo modo que constrói o perfil de Aldo Moro em pinceladas como estas ao longo do texto, o autor desenha um esboço da política italiana daquele tempo, nelas inserindo tanto o líder assassinado, como seu partido, evocando suas estratégias individuais e as peculiaridades da agremiação para lidar com crises internas e assim por diante.

Não por acaso, Antonio Negri, o filósofo militante da luta armada na Itália dos anos setenta, em artigo de 1998 apontou Sciascia e

Rosana Rossanda como os dois autores que, "mais que autores", foram "testemunhas" da Itália daqueles tempos, destacando o primeiro por ter conseguido garantir o registro sem perder-se no labirinto e a partir deste, e Rossanda, pelo compromisso com a informação pública, não distorcida pela militância política (Negri, 1998).

Difícil de classificar como gênero, o livro de Sciascia evoca a literatura, mas se apóia em rigorosa base documental, constituída pelo que estava disponível naquele momento, podendo, então, ser considerado uma espécie de ensaio-reportagem. Pode-se pensar em ensaio recorrendo a Adorno (2003), pela compatibilidade da interpretação e a força desta para levar juntos a linguagem e os elementos do objeto, entrelaçando-os aqui e ali para dar maior visibilidade a traços e sinais reveladores.

E pode-se falar em reportagem por três razões: primeiro, pelo tratamento investigativo, orientado para a busca da informação relevante, de interesse social, vista exatamente como um serviço público a ser prestado, que transparece ao longo do texto e em outras obras, nas quais esse trabalho é mencionado. Recorde-se que o escritor exerceu o jornalismo profissional, condição em que denunciou a corrupção na política italiana e as relações entre políticos e a máfia.

A segunda razão está no modo como evoca a perplexidade geral dos italianos, diante do fato de que não se sabia "nada", quatro meses depois do desfecho do seqüestro (1984, p. 233) e diante da necessidade (e do direito) da sociedade de ser adequadamente informada sobre o caso. Nesse sentido, chama a atenção a ênfase que dá a perguntas, como as seguintes, sendo a segunda considerada, por ele, a questão essencial a ser respondida pela Comissão Parlamentar:

> Moro, antes de 16/03/79, havia formulado uma teoria ou uma opinião favorável ao intercâmbio de prisioneiros entre o Estado e os grupos subversivos? (1984, p. 233)

> *Por qué Moro no há sido salvado, en los cincuenta y cinco días de su secuestro, por esas fuerzas que el Estado destina a la salvaguardia, a la seguridad, a la incolumidad de cada ciudadano, de la colectividad, de las instituciones?* (*ECM*, p. 166)

E, finalmente, pelos traços de "história imediata", presentes no texto, que perscruta e narra os acontecimentos no momento ou logo depois que ocorrem seus desdobramentos iniciais. Como já foi mencionado, o livro foi publicado apenas três meses depois que o cadáver do líder político foi encontrado.

Mas é com uma espécie de alegoria que o livro começa. São reminiscências e referências metaforicamente mencionadas sobre a história política contemporânea da Itália; um tecido sutil em que se entrelaçam alusões à antiga vida no campo, às transformações sócio-econômicas, mudanças e evoluções no processo político e representações de tudo isto, no pensamento e na arte do pós-guerra. Personagens como Moro, Pasolini, fatos como a violência social e a cultura política daquele momento, coletivos como os democratas cristãos, aparecem ora citados diretamente, ora sugeridos pela referência a contextos inter-relacionados com tudo isto na história política contemporânea.

Vale a pena destacar alguns trechos da abertura do livro, pois há ali todo um contraste entre algo chocante, que se acaba de produzir, e o testemunho de um caminho de diagnóstico que considere o peso do passado, naquele presente; uma relação que parece enevoada, em uma chave metafórica que remete o leitor a espaços inanimados, cercas maciças e brechas abertas, como que por acidente. E seres vivos que se movem, ora reluzentes, ora completamente sem luz: vaga-lumes.

> ***Anoche**, al salir para dar un paseo, vi una **luciérnaga** em la **hendidura de un muro**. No veía luciérnagas, en estos campos, desde hace por lo menos cuarenta años; y, por lo tanto, en un primer momento creí que podría tratarse de algún esquisto del yeso con que habían unido las piedras o de una astilla de espejo; y que la luz de la luna, bordándose entre las frondas, le arrancase esos reflejos verduscos. No podía, de buenas a primeras, pensar en un regreso de las luciérnagas, tras tantos años de haber desaparecido. (...)*
> *Era verdaderamente una luciérnaga; allí, en la grieta del muro. Me produjo una alegría intensa. Y como duplicada. Y como desdoblada. La alegría de un **tiempo reencontrado** – la infancia.* (*ECM*, p. 9-10)[12]

Sangue e retórica

É certo que a diversidade de abordagens que o caso recebeu ao longo dos anos permite perceber os modos como a sociedade italiana "construiu" essa crise política e social[13] e como essa construção foi manejada, no âmbito do poder público bem como, o papel que indivíduos e instituições desempenharam no processo e assim por diante. Contudo, deve-se ressaltar no relato do escritor seu caráter de testemunho da existência daquilo que está sendo chamado aqui de certas condições de possibilidade de mediação entre a esfera da violência política e o espaço público político, não aproveitadas. É o que este estudo se propõe a fazer.

Observe-se, antes de tudo, que o núcleo central do conflito, cristalizou-se ao redor da oposição "negociar ou não negociar" com os seqüestradores.

Recorde-se que Aldo Moro foi seqüestrado no dia 16 de março de 1978, justamente no momento em que se dirigia ao Parlamento,

onde Giulio Andreotti faria a apresentação do seu quarto programa de Governo. Seria o primeiro governo da Democracia Cristã que contaria com a sustentação do Partido Comunista Italiano (PCI), fato gerador de inquietude, tanto no âmbito nacional, como internacional. No primeiro caso, as dúvidas situavam-se em ambos os círculos partidários: no PCI pela presença no governo de velhos personagens da Democracia Cristã não muito estimados pelos comunistas e nesta pela hostilidade tradicional devotada por algumas de suas lideranças expressivas a setores do PCI. No segundo caso, os problemas eram os supostos receios internacionais em relação à idéia do "compromisso histórico", como foi chamado o arranjo que permitia a partilha do poder entre aqueles adversários clássicos. Moro fora o paciente e sagaz artífice desta construção política, o que o colocava sob suspeita para certas alas partidárias e entre engrenagens político-institucionais-militares no campo das superpotências. Para além do significado político conjuntural do seqüestro e ainda das incógnitas pouco ou mal esclarecidas, até o momento, principalmente, nas ações do Estado (o entramado da relação entre o serviço secreto italiano e as Brigadas Vermelhas, por exemplo), a questão se Aldo Moro podia ou não ser salvo dividiu por muito tempo as interpretações.

Este estudo não tem a pretensão de detalhar o acontecimento no seu contexto complexo, mas, talvez, seja necessário recordar ao leitor, ainda que em poucas palavras, o essencial do horizonte em que se movia a política italiana da época, na qual os grupos revolucionários armados tinham um relevo especial.

Corriam os tempos da "guerra fria", os governos internacionalmente se enfrentavam ou se entendiam sob, ou em meio, à ação dos serviços secretos. E nas ruas de importantes cidades italianas, ações terroristas de esquerda e direita, nas quais, eventualmente, se mesclavam

movimentos armados de outros países ou, de algum modo, envolvidos em conflitos e interesses transnacionais, confundiam a população.

Cabe lembrar, ainda, que a Itália foi o país onde o ímpeto de maio de 1968 durou mais tempo, quase toda uma década, fato reconhecido por analistas de diferentes postos de observação e em diferentes momentos.[14] Foi ali, portanto, que se sustentou, por mais tempo, a politização de uma geração estudantil rebelde, em alguns casos com vínculos variáveis com intelectuais, políticos de esquerda e líderes operários, voltada para os inspiradores aceitos da revolução radical e total transformação social. Como admite Hobsbawn (1995, p. 433), as Brigadas Vermelhas italianas podem ter sido os mais importantes dentre os grupos europeus de origem bolchevista.

A década de setenta, como recorda o curioso detalhe cultural anotado pelo historiador, foi a era de ouro para escritores de histórias de espionagem e de terror, numa referência ao poderio e à extensão transnacional dos serviços secretos das grandes potências e ao terror nacionalista ou social-revolucionário, ou as duas coisas juntas. Mas, sobretudo, foi o período, incluindo parte dos anos sessenta, da repressão extremada às manifestações insurrecionais. E o historiador social inglês não manifesta dúvida ao referir-se a esse tempo como "a era mais sombria de tortura e contraterror, na história do ocidente, cristalizando o período mais negro da história moderna da tortura" (1995, p. 433).

De fato, basta recordar a brutalidade sem par com a qual foram liquidados os movimentos armados revolucionários, herdeiros do maio de 68, nas chamadas guerras sujas, no terrorismo de estado e nas negociações escusas, tidas como parte normal das operações de segurança pública em estados modernos. Enfim, por tudo isto, não há como discordar da definição-síntese da década de 1970, cunhada por

ele: “anos de sangue e de retórica patriótica, de execuções, massacres e do exílio em massa” (1990, p. 3).

Principalmente por causa deste contexto, falar da relação entre comunicação política e terrorismo envolve pelo menos dois riscos: em primeiro lugar, o de se acabar discutindo o que é terrorismo, por si só, já uma árdua tarefa, que demanda recursos conceituais de vários campos do conhecimento. O segundo risco deriva em parte do primeiro e compreende o enfrentamento com todo um campo de idéias básicas, primárias, que, em princípio, seduzem, mas acabam por paralisar o entendimento e podem levar a tautologias. Por exemplo: violência é ausência de comunicação, política é comunicação; logo, terrorismo é incomunicação e, portanto, antipolítica e vice-versa.

Há quem pense e insista, como Wiviorka e Wolton (1987), por exemplo, que o terrorismo, mesmo aquele dos anos 70 e 80, não faz parte da comunicação política, em oposição aos que consideram que ele é, antes de tudo, comunicação, no sentido em que, fundamentalmente, pretenderia chamar a atenção para um dado fenômeno político. Mas, se a discussão hoje, em meados da primeira década do século XXI, é muito mais ampla, até porque a violência vinculada a projetos políticos assume a cada dia novas formas de ação, provocando também novas formas de argumentação e novos elementos de análise, no final dos anos 70 não era assim.

Ainda havia muita perplexidade, nas percepções partidárias e nas atitudes das democracias representativas, sobre a questão da violência, inclusive até do ponto de vista analítico, independente. A partir da década seguinte percebeu-se uma mudança na perspectiva dos países da Europa, que culminou com generalização de leis nacionais e internacionais de condenação e recusa à proteção de cidadãos que hajam co-

metido crimes contra a pessoa em seus países de origem, mesmo que tenham sido beneficiados, em algum momento, com asilo político.

Sciascia, por sua vez, não procurou resolver os problemas conceituais do terrorismo, mas é inegável que, ao debruçar-se sobre o episódio Moro, na sua complexidade, acaba por realçar o fato (em nenhum momento reconhecido pelo *establishment*) de que as Brigadas Vermelhas, de algum modo, constituíam, naquele momento, um segmento do sistema político italiano, no sentido, mais amplo do termo. Ou seja, no sentido em que se pode referir à conformação da área de conflito que constitui a base da relação entre sistema político e sociedade. Tal ponto de vista, conseqüentemente, reconhecia a legitimidade do diálogo, que não houve, entre o Estado e a organização ou, pelo menos, do esforço na sua direção.

Assim fazendo, o escritor explicita um entendimento da relação entre comunicação e violência política, ainda que possa ser considerado limitado ao horizonte posto em questão pela situação concreta que buscava compreender. Não se crê forçar seu pensamento numa direção inaceitável ao supor que tal caminho fundamentou-se na convicção de que uma maneira de abrir passagem entre os extremos consiste em utilizar como guia um pensamento que se detenha na dialética entre as duas concepções, como sustentou Ricoeur (1993, p.13) a propósito da relação entre amor e justiça. E a dialética é entendida aqui, por um lado, como a desproporção entre as duas expressões, por outro, como a busca das mediações práticas entre dois extremos.

Parece ter sido este o modo como Sciascia examinou o caso, possibilitando o reconhecimento de que, no acontecimento Aldo Moro *versus* Brigadas, as condições de possibilidade de mediação entre violência política e sociedade política, embora frágeis, existiram e foram desperdiçadas. Isto é, existiram oportunidades de comunicação políti-

ca que não se realizaram efetivamente, com prejuízo para a sociedade, dado o custo em perdas de vidas humanas e para o processo político como um todo.

É certo que, de algum, modo, a comunicação política esteve presente entre as preocupações que geraram as diversas abordagens do acontecimento ao longo dos anos. Esteve presente, por exemplo, já no questionamento do papel desempenhado pelos meios de informação, que deram (se bem que enviesada) visibilidade aos atores diretos do drama humano e político vivido pelo então presidente da Democracia Cristã, naqueles cinqüenta e cinco dias.

A preocupação, aliás, foi explicada por profissionais do ramo, que foram os primeiros a abrir a discussão sobre a cobertura do seqüestro, quando Moro ainda estava em poder do grupo armado.[15] Mas o teor de qualidade política, no sentido forte do termo, desta discussão, poderia ser medido pelo sentido das decisões adotadas. Na verdade, a postura dos jornalistas, apontada por Sciascia, foi a de reforçar a postura governamental. Desconsiderou-se, portanto, que, no contexto da luta por um jornalismo independente, a lição aprendida historicamente pelos primeiros pensadores liberais e líbero-democráticos foi a de uma imprensa capaz de reportar e comentar eventos com um mínimo de interferência e controle estatais, e que isto desempenhou um papel importante na evolução do estado constitucional moderno.

Em suma, para dizê-lo da maneira simples, que, se verá adiante, combina com a que foi a escolhida por Sciascia, deveria dizer-se que os jornalistas se esqueceram de que o poder não carece de ajuda, mas sim de vigilância.

Da parte de Sciascia, no entanto, há que considerar-se que sua análise ao longo do estudo contém severas críticas à atuação da mídia em geral, no episódio. Para ele, a ausência de ações mais acertadas e produtivas das próprias autoridades deveu-se, em parte, ao condicio-

namento da mídia, não da opinião pública e deixou bem claro que esta, "*cuando verdaderamente la hay y se hace escuchar, es menos informe, está menos dispuesta a conformarse con cualquier cosa; em outras palabras, es capaz de critica y de elección* (...)" (*ECM*, p.188).

Naquele momento havia um certa preocupação com o que era considerado como um aspecto fundamental da prática terrorista: a espetacularização das ações, entre outras táticas, por meio da utilização dos meios de comunicação[16].

Há quem pense que em 1978 combinaram-se as carências do sistema político e do Estado e uma imprensa sem controle. Controle aqui se refere ao fato de que não havia, na Itália, medidas de embargo à informação ou restrições, por parte do Governo, a fontes e informação sobre o terrorismo, como as que já haviam sido adotadas na Alemanha e Reino unido.[17] Não obstante, haveria de recordar que o questionamento ético profissional explicitado redundou em autocontrole.

Por iniciativa dos próprios meios de comunicação italianos, foram adotados, por consenso, critérios de orientação para abordagem jornalística do "caso Moro", considerada situação de emergência.[18] Moro, porém, ironizou tal atitude em suas cartas, conhecedor do que significava o condicionamento da informação de interesse público, naquele momento, na Itália e dada a situação em que ele, pessoalmente, se encontrava.

Combinados, todos esses elementos conduziam à inevitável conclusão de que, no seu conjunto, contribuíram para que o "caso Moro" configurasse o apogeu do terrorismo e um momento forte na história dos meios de comunicação [19] naquele país.

Mas há um ponto ainda a considerar, embora não usufrua de unanimidade entre os estudiosos. A cobertura italiana do terrorismo

nos meios de comunicação não foi uniforme, no período do auge do fenômeno, inclusive durante o caso Moro. Isto porque variaram as formas e a extensão dos acordos realizados nessa ocasião. Falou-se de acertos entre veículos de informação entre si e entre alguns destes e algumas autoridades. A cobertura do assunto como um todo variou de um meio para outro, como mudou significativamente no âmbito alguns deles, durante a evolução do acontecimento.

Quanto a Sciascia, por ora, vale lembrar que este viu alguma diferença na narrativa dos fatos, por parte de alguns jornais, por exemplo, mas muito pouca diferença no que se refere ao juízo sobre eles. "Um medo indefinível parece atazanar os diários", afirmou.

> O medo de possuir uma linha, de assumir os fatos com um juízo preciso... medo de fazer o jogo de alguém ou algo, de por em discussão o que é perigoso discutir, de por em perigo esse mínimo de segurança ao qual aferrar-se. E na realidade o maior perigo está precisamente nisto: em ter medo de um perigo. (1984, p. 223)

A perspectiva

Antes de comentar o modo pelo qual Sciascia teria dado conta de fotografar a fragilidade da esfera pública e, especificamente, das contradições do espaço político, no caso Aldo Moro, vale a pena considerar dois aspectos relacionados com a recepção do seu trabalho, na época. Não se deve esquecer que Sciascia, um adversário político de Aldo Moro, quando se ocupou do caso, atraiu a crítica dos que detinham o poder político, dos analistas conjunturais da política na imprensa, sem falar do mal-estar provocado entre os membros do Partido Comunista Italiano – PCI, ao qual ainda estava próximo.

Já retirado, àquela altura, do PCI, pelo qual havia sido eleito, como representante da região de Palermo, mas com o qual ainda se identificava de alguma maneira, Sciascia chegou a polemizar com a agremiação, por causa do "caso Moro" (Arias, 1989). Mas a polêmica que se destacou foi a que manteve com o *Corriere della Sera* e o *La Repubblica,* sobre o mesmo tema. Este último publicou três artigos do então diretor Eugenio Scalfari, sendo um antes e dois depois da saída de *L'affaire Moro*, que mereceram a resposta de Sciascia (1984) na obra em que publica parte de suas memórias.

É esta ultima que deve ser anotada, principalmente, por suas implicações. Scalfari fixou-se no fato de que Sciascia, cuja obra a crítica situa a meio caminho entre o ensaio e a narrativa ficcional, por meio da livre invenção de tramas politizadas ou reelaboração de fatos reais, havia lançado mão, em sua narrativa, de alguns recursos mais usuais em literatura. Mas Scafari não levou em conta que Sciascia não deixou de demonstrar o caráter documental de suas fontes e remeteu o relato do "caso Moro" à literatura, contrapondo-a à realidade.

Opondo-se a tal ponto de vista, Sciascia faz uma rigorosa defesa das relações entre literatura e verdade, porém manteve que seu escrito não era ficção (1984). Neste ponto ele entendeu que a crítica no jornal *La Repubblica* era desqualificadora, não da posição sustentada em si, mas do seu propositor, isto é, do autor da narrativa em questão. Quanto à posição sustentada, a crítica atingiu, também, o Partido Socialista que, juntamente com partidos menores, propôs a negociação entre o Estado italiano e os seqüestradores. Daí, a vigorosa contestação de Sciascia que, aliás, já havia denunciado a tentativa de desqualificação do Partido Socialista (*ECM*).

Mas o que ainda atrai nesta obra que, até hoje, pode ser uma referência para a reflexão daquele período da vida italiana?

A sensibilidade pela relação entre a linguagem e a política e, principalmente, pelo papel da linguagem na constituição do político enquanto tal, levou o autor a fixar-se nas formas de discurso, geradas pelo caso. E, com base nelas, a perceber que havia um personagem-chave que "falava" e era necessário "ouvi-lo", numa "discussão política real", isto é, havia um elemento ativo a ser levado em conta, no âmbito que Hanna Arendt chamou de "espaço público de aparição".

Seu ponto de mira, fundamental, portanto, foi o da vítima, vendo-a, antes de tudo, da perspectiva da responsabilidade do Estado para com ela. E aí entendeu que a questão dos direitos fundamentais de um ser humano em jogo estava entretecida com a própria idéia reguladora da vida social, de acordo com o entendimento do que seja a razão da política. Por isto, haveria de encontrar a resposta na sabedoria prática para uma situação singular, na qual tanto existia o risco de se chegar a um situacionismo moral, algo muito próximo ao que se convencionou chamar depois, de "teatro da moralidade", quanto à insensibilidade diante de uma pessoa em concreto.

Sciascia viu que a história de Moro era terrível, não só por causa do trágico final, mas porque se encontrou imersa em "um universo de retórica e mistificação" (1984). Por isto peregrinou pela trama, lendo as cartas do prisioneiro das Brigadas, impressionado pelo modo como o homem-personagem-vítima viveu seu drama, em sua singular identidade e em seu inútil esforço de dialogar com as forças envolvidas no conflito. Ao mesmo tempo, fez um diagnóstico da maneira como o *establishment* e as forças que lutavam para constituir um contrapoder manejaram a linguagem política. E o fez questionando a face mais dura que podem assumir, de um lado, a convergência entre a manipulação da realidade, por meio da linguagem (ao fim e ao cabo, transformada em violência simbólica); de outro, o

recurso à violência das armas. Por isto mesmo, o ponto de partida foi a denúncia da própria vítima, considerada digna de crédito, apesar das condições em que fora formulada.

Seu trabalho é, portanto, uma imersão profunda na parte da qual sempre sabemos menos, neste tipo de drama. Porque a vítima dificilmente é narradora de sua própria história, pelo desenlace fatal, ou porque, sobrevivente, emudece na impossibilidade de "dizer", seja qual for a causa. E, neste ponto também, Sciascia trilhava um caminho pouco explorado, até então. [20]

A raridade deste caso é que a vítima (papel que Moro recusa até o fim, no que está a sua coerência), antes de ser totalmente silenciada, luta publicamente para ser escutada. Ausente do teatro de decisões está presente com suas mensagens, sejam elas dirigidas ao núcleo de poder, ou à sua família. E elas não eram delirantes, como sustentou Sciascia contra todo o *status quo*. É este, aliás, o núcleo principal que, junto com outros elementos, nas atitudes de Aldo Moro e dos integrantes das Brigadas Vermelhas, formou a base das condições de possibilidade de mediação entre os atores.

Sciascia defende para Aldo Moro, apesar de reconhecer que este tenha sido treinado na escola da linguagem retorcida "do dizer para não fazer-se entender" (*ECM*, p. 22), o direito, que ele mesmo reivindica, de mediar seu próprio drama. Por isto, tal reivindicação e, mais precisamente, o seu registro nas cartas são um testemunho contra as razões que destituíram o líder democrata cristão da identidade política pacientemente construída em trinta anos de vida pública e, justamente, no momento em que fora posto em uma esfera em que cumpria lutar para salvar a própria vida. Uma luta que, Sciascia reconhecia, foi percebida por Moro como uma luta pela salvação do projeto político em que acreditava.

A importância do compromisso ativo que uma democracia deve ter com a transparência dos assuntos públicos, largamente evocada em sua literatura de ficção, na qual refletiu sobre a falsificação histórica, é enfatizada por Sciascia de duas maneiras neste livro: no estudo do caso, propriamente dito, e no relatório que, como deputado, apresentou na Comissão Parlamentar que investigou o crime por quatro anos, anexado pelo autor, na segunda edição de *L'affaire Moro,* como já foi comentado.

No tocante ao fornecimento de informações que instigassem interpretações mais profundas do caso, Sciascia notou o quanto falharam os meios de comunicação. Evocando o trabalho de Silj (1978), confessa-se impressionado e deprimido, ao mesmo tempo, com o quadro que se desprendia do comportamento dos cinco diários mais importantes da Itália diante do caso, "produzidos como se o fossem para não serem lidos; isto é, a partir do dado ou da suposição de que o leitor não existia, na incapacidade de juízo, de discernimento, de crítica (...)" (1984, p.236).

Não se tratava, fundamentalmente, de ausência de informação (considerados os limites de uma situação excepcional), mas de certa qualidade informativa que possibilitasse a compreensão do quadro novo que se colocava com as mensagens de Aldo Moro. O escritor siciliano sentiu falta do que chamou de "clarificação", entendendo que, na Itália do seu tempo, de "homogeneização e perda de clareza da linguagem política, havia a necessidade do restabelecimento de identidades" (1894, p. 228).

E, em se tratando de identidade, um paradoxo. De um lado, a Democracia Cristã ostentava sua desconexão com postulados tradicionalmente evocados, como a capacidade para o diálogo, na busca de soluções pluralistas, por exemplo. De outro, Moro mantinha, sob

o poder das Brigadas, sua confissão de fé naqueles mesmos princípios, afirmando sua identidade política, forjada na herança do cristianismo social, humanista e democrático. Por isto mesmo, seus biógrafos, além da espiritualidade [21], destacam sua habilidade para a negociação e o acordo, característica exercitada por ele desde a Assembléia Constituinte. Admite-se (Campanini, 1989, p. 42), aliás, a possibilidade de ser esta a chave que permite compreender sua atuação política e, provavelmente, as razões de sua morte.

Sciascia, por sua vez, evoca a confluência do político e do religioso em Moro. Por exemplo, quando afirma que este foi fiel à *sua* (destacado no original) Democracia Cristã.

> *(...) Y esto significa que mientras nosostros, aqui, tratamos de resolver la que Pasolini llamó de 'enigmática correlación', él, para si, no la resolvió del todo. La resolvió frente a Dios, desnudo de poder y reconeciendo el carácter diabólico del poder. No la resolvió ante los cidadanos de la República italiana.* (*ECM*, p. 130-131)

No comunicado que apresentou à Comissão Parlamentar Sciascia referiu-se ao panorama de erros e contradições das investigações policiais e às deficiências da própria comissão, pleno de indícios de que a resposta à pergunta já mencionada constitui a questão fundamental do caso, ponto de vista não compartilhado por todos seus membros:

> *Por qué Moro no há sido salvado, em los cincuenta y cinco dias de su secuestro, por esas fuerzas que el Estado destina a la salvaguardia, a la seguridad, a la incolumidad de cada ciudadano, de la colectividad, de las instituciones?* (*ECM*, p. 166)

A questão inclui e ultrapassa o levantamento de informações pontuais e alcança a dimensão mais profunda do processo de constru-

ção, pelos atores significativos, do cenário de representação da política que prevaleceu. Ao buscá-la, Sciascia procura identificar a urdidura de sentidos, no momento de gestação e conexão dos fios, que integraram o conjunto de idéias, significados e valores que constituíram o acontecimento. E, assim, instala a comunicação no lugar da própria constituição do político, no espaço compartilhado pelos círculos de poder e contrapoder naquele momento, na Itália.Poder-se-ia perguntar: Qual Itália? Qual momento? Certamente, não mais a de Aldo Moro.

Em outras palavras, Sciascia explora a fundo o processo de produção de sentido e a gênese do processo de "articulação da opinião", que respaldou as decisões, o condicionamento dos meios de comunicação e justificou o conjunto de elementos ativos nos muitos âmbitos que configuraram o desfecho do acontecimento.

A busca de uma compreensão mais fina dos fatos fez Sciascia interrogar, em profundidade, o escrito, o dito e o mostrado, por diversas formas, naqueles cinqüenta e cinco dias. Além disso, como Charles Dupin, o investigador de Poe, que considerava princípio de toda investigação a capacidade de identificar-se com os atores do caso, o escritor procurou fazer o mesmo. Concretamente, isto implicava compreender tanto as Brigadas, como Moro, nas suas respectivas contradições.

Desse modo, pode, imaginariamente, colocar-se no lugar do seqüestrado, lendo-o através de suas mensagens, que o escritor encontrou "plenas de amor à vida e de lúcido juízo político", em contraste com a "mortífera burocracia" e com a esquálida e espantosa racionalidade ideológica e humana "das palavras do Governo e das Brigadas" (Sciascia e Padovani, 1979, p.132). Além disso, Sciascia colocou-se no centro da perplexidade do conjunto dos italianos que se interrogavam sobre quem poderia salvar Aldo Moro. E por que não salvar um homem que não queria morrer?

O autor de *L`affaire Moro* conduz o leitor àquele primeiro fio colocado que, em arquitetura aracnídea, se poderia dizer, sustentaria os demais, em uma teia. Estava convencido de que o impedimento mais forte, o mais autêntico problema, a perturbação mais insidiosa foi fornecida pela decisão ("porque poderia haver sido tomada outra") de não reconhecer, no seqüestrado, o Moro de grande sagacidade política, reflexivo de eleições e juízos que lhe reconheciam possuir até o momento do seqüestro. Estuda, então, as cartas (cerca de cinqüenta, segundo cálculos de alguns, na época; setenta, para outros) que o líder político escreveu para personalidades do Governo e do Partido (individuais ou coletivas) e sua família, divulgadas na íntegra ou em parte pelos meios de comunicação.[22]

Convencido de que este "labor postal" era um esforço de entabular comunicação política, ainda que vinda dos espaços da incomunicação, Sciascia lê atentamente os escritos de Moro e vê que aquele que escrevia, fazendo e não fazendo o jogo das Brigadas, era o de sempre. Era alguém que, pelo menos naquele assunto específico, estava em condições de atuar como interlocutor no contencioso entre o Estado italiano e a luta armada.

Com esta atitude, o escritor postou-se contra todo o *status quo,* que considerava as manifestações do velho líder sem autenticidade, efeito dos maus tratos ou, simplesmente, fruto das pressões dos seqüestradores, talvez sob o efeito de drogas alucinantes (o que, em verdade, não ocorreu, como se soube depois, já que a autópsia do cadáver de Moro demonstrou que estas não lhe foram ministradas). Para Sciascia, no entanto, os indícios do "estilo carcerário" das Brigadas não apontavam para atitudes deste tipo. Além disso, Moro, tal como era, não seria "o problema" para a organização.

O que desejou compreender Sciascia?

> O que acontece a um homem que em meio de tudo, e lucidíssimo (inclusive, com essa lucidez que, em certo ponto, é produzida pelo esgotamento das energias) tem a oportunidade de escrever (...) a alguém que possui os recursos que poderiam livrá-lo, e de modo que possa expressar o que os seqüestradores querem que diga e deixe perceber algo do que não lhe permitiriam dizer (...). Um homem que se vê, repentinamente, retirado do vértice do poder para a mais absoluta impotência. (*ECM*, p. 43-4 e p. 130)

Afinal, o que viu Sciascia? Que Moro creu possível atuar neste processo (ainda que retorcido) por ele mesmo, por seu partido e por seu país. Pensando, quem sabe, que o líder político tenha tomado aquele como um momento forte para pôr em prática os princípios que sempre defendeu, mesmo entre um e outro ziguezague que, ao longo de sua militância, caracterizaram sua atitude de cerrar fileiras em defesa do partido [23]. Seu apreço por tais princípios foi ainda registrado quando se divulgou o artigo escrito por ele para o diário *Il Giorno*, encontrado no carro abandonado depois que o levaram. Em seu texto Moro, "dizia que a ação política sempre deveria fazer-se em favor do homem" (Campanini, 1989, p.72).

Sciascia desvela o universo incrível em que Moro tenta comunicar-se com seu partido e até com a Santa Sé, que indiretamente esteve próxima do *establishment,* ao mesmo tempo em que tentava fazer, no cativeiro, o que sabia fazer bem, isto é, política, agora, no campo mais difícil. E traz à luz o véu da monstruosa operação que aqui poderia ser chamada de *destituição da identidade de Aldo Moro*, na política oficial. Isto é, assassinato civil e, em última análise, o sinal verde para a morte física, nos intramuros brigadista. Mas poderia também ser descrita como o pacto sinistro da violência simbólica

com a luta armada nos interstícios da democracia, atravessada por uma multiplicidade de interesses.

Sabe-se que a ação política, no manejo de diferentes formas de expressão e manifestação pública, cria identidades, quando forja atores, articula imaginários e os situa em cenários propícios a interesses estabelecidos. Porém, há de considerar-se que, com a mesma eficácia, também destrói identidades, como ocorreu no "caso Moro". E a operação é desvendada por Sciascia ao observar a maneira como funcionou a linguagem política, nas esferas do poder e nos âmbitos de sua representação pública, naquele momento.

Particularmente, acerca da evolução do discurso da Democracia Cristã, ao longo dos anos, Sciascia evocou o amigo Pasolini, àquela altura já falecido, que teria, em texto publicado em 1975, identificado a década de 60 como o momento em que os políticos, no poder, adotaram uma linguagem nova. Focalizara especialmente Aldo Moro.

O cineasta teria percebido, na linguagem, o surgimento dos sintomas da carreira para o vazio do poder democrata-cristão, que havia sido "a continuação sem tropeços do regime fascista" (*ECM*, p. 15).

Por sua vez, Sciascia achava que Pasolini, mesmo não sabendo traduzir a linguagem, teria entendido que, nesta incompreensibilidade, se estabelecia a enigmática correlação entre Moro e "os outros", correlação que, reconheceu Sciascia, se saberia depois, era uma contradição que o líder pagaria com a vida, tendo, no entanto, se obrigado, antes, a viver quase dois meses em um suplício: tentando *dizer* com a linguagem do *não dizer, fazer-se entender* utilizando os mesmos instrumentos que havia adotado para *não fazer-se entender* (*ECM*, p. 15 e 18).

Como se deu a destruição da identidade política e civil de Aldo Moro? Contrastando o dito nas cartas, com a retórica do governo e das elites estabelecidas, e situando ambos os discursos no contexto das

operações jurídicas e policiais, Sciascia permite perceber que se tratou de uma operação de manipulação da realidade, pela via de um modo particular de utilização da linguagem. Para dizer em poucas palavras: um discurso que aparentou não ter origem identificada, algo como que surgido da cabeça de todos e de ninguém ao mesmo tempo.

Sciascia recorda, por exemplo, o surgimento da expressão "o grande estadista", referida ao político, que acabou substituindo o nome de Moro, ou as expressões como "o grande líder" e "o prestigiado líder" (*ECM*, p. 30-35). Foi o que possibilitou que quase toda a referência a este viesse a conter a tácita, porém efetiva, comparação entre o que Moro *havia sido* e o que *já não era mais* (*ECM*, p. 76-77 e p. 107-111).

Para Sciascia, na verdade, Moro jamais fora um grande estadista. Era, e continuava sendo, um grande político, atento, sagaz, calculador, aparentemente dócil, porém, na prática irremovível, que conhecia as debilidades da vida italiana. Porém, a expressão "grande estadista", tomada como vara medidora aplicada ao prisioneiro, permitia deduzir que aquele que estava em um dos "cárceres do povo", defendendo um acordo com seus seqüestradores, não poderia ser o mesmo Moro, possuidor do "sentido do Estado".

Daí a importância de ser considerada a questão da anterior aceitação da tese da negociação entre o Estado e grupos subversivos, por parte de Moro, sustentada por ele em suas cartas. Por esse ponto, no entanto, não se interessou a mídia, que especulou em outras direções, como se verá adiante. Em outras palavras, o que o seqüestrado pensava antes do seqüestro, o que havia dito, sustentado e tudo pelo qual lutara, já não contava.

A Moro restou lamentar que sua tese não tivesse sido confirmada por nenhum dos seus antigos aliados a quem recorreu. A recusa foi

tratada com sarcasmo por Moro, mas também com uma tristeza impressionante. Sciascia chama atenção para estas afirmações do prisioneiro, como uma "verdade esplêndida", considerando-a como aquela verdade que Moro, já tragicamente livre, havia finalmente alcançado. E recorda as palavras dele em uma das cartas: "Sinto um imenso prazer por tê-los perdido – disse a seus amigos de um tempo que lhe parecia longínquo – e desejo que todos os percam, com a mesma alegria com a qual os perdi (1984, p. 246).

Palavras, conclui Sciascia, que "parecem chegar-nos desde a antiga e eterna tragédia do poder" (1984, p. 246).

Enquanto isto, já estava, então, preparado o terreno para o que Sciascia chamou de "grandiosa representação do melodrama do amor ao Estado", descrevendo com fina ironia o que considerou o ressurgimento da "estadolatria", diante de um Estado que convivia com a máfia, com a corrupção política e econômica (*ECM*, p. 66-67). Tal representação esparramou-se do dia 16 de março até o dia 9 de maio, quando o corpo de Moro foi encontrado em uma rua situada entre dois endereços emblemáticos: o da sede da Democracia Cristã e o da sede do Partido Comunista, uma referência simbólica ao arranjo político que Moro construíra e que apresentaria ao parlamento no dia do seqüestro.

A escolha do local revela, junto com outras tantas referências captadas nos gestos dos seqüestradores, o apreço de certos tipos de herdeiros dos cenários políticos de maio de 68 por simbologias no campo da ação política. Na verdade, ela será lembrada como uma macabra representação político-discursiva, no sentido teatral do termo, disparada com endereço certo: ou seja, o "sonho" de Aldo Moro, de um governo de coalizão, entre adversários tradicionais, é transformado no pesadelo representado pelo próprio cadáver do autor.

Mas aí valeria a pena lembrar outro detalhe relativo ao momento em que Sciascia, que tanto perscrutou atitudes, pensamentos e ações dos brigadistas, efetivamente, encontrou neles sinais de sensibilidade humana. Muito antes, portanto, que alguns deles escrevessem livros, dessem entrevistas, revelassem detalhes da operação nos processos judiciários, inspirassem filmes.

No movimento de inserção que empreende, o escritor procura compreender, também, o universo das Brigadas Vermelhas, não só no que chamou de "demente pretensão jurídico-ideológica" da organização (reitere-se que Moro, na linguagem das Brigadas, era um prisioneiro, que, julgado e condenado, foi executado), mas, também, na sua meticulosa eficácia e, finalmente, nas suas contradições, tal como se revelavam em manifestações públicas durante o seqüestro. Interroga gestos e atitudes dos militantes reveladoras de sensibilidade humana, enquanto ressalta a percepção da carreira para a decadência [24] que a organização empreendeu com o seu mais espetacular atentado (*ECM*, p. 99, 135 e 166).

E caberia notar que Sciascia, em muitos momentos do seu texto, faz longas digressões e faz uso de alegorias, mas opta em certa passagem por um registro jornalístico literal de coisas ditas, tal como o publicaram os jornais, cujos nomes não cita. Trata-se do relato do telefonema das brigadas para a pessoa amiga da Família Moro, com a qual os seqüestradores, mesmo sabendo que a linha estava controlada pela policia, estabeleceram contatos algumas vezes. O seqüestrador diz que a pessoa deve ir, pessoalmente, dizer algo à família Moro.

Desta forma, as Brigadas, davam "cumplimiento *a las ultimas vontades del presidente, comunicandole a la familia donde podrá encontrar el cuerpo del honorable Aldo Moro*". Na confusa conversa, o brigadista diz que não pode repetir, mas repete *"(...) entonces usted tiene que comunicarle a la familia que encontrarán el cuerpo del honorable Aldo Moro*" na rua

que especifica e no carro que descreve, inclusive com a menção do primeiro algarismo da placa (*ECM*, p. 132-134).

Em face do pranto em que cai o ouvinte desta mensagem, o brigadista diz, ou "melhor, deixa escapar", como escreve Sciascia, um "*lo siento*" e insiste para que o interlocutor não deixe de cumprir os encargos que expressamente lhe havia deixado o presidente. Finalmente, o brigadista, como Sciascia não deixa de comentar, demorara-se um tempo enorme em um comunicado que requeria escassos minutos, revela o porquê das instruções: "*(...) porque las vontades, la última vontade del honorable es esta: que se lo comuniquem a la família porque la família tenia que recuperar su corpo (...)"* (*ECM*, p. 134).

Sciascia não deixa de notar as referências do brigadista a Moro, com termos como "presidente" (duas vezes), "honorable" (quatro vezes). Vale lembrar que ao longo do livro toma-se conhecimento da linguagem utilizada pelo grupo em seus comunicados, com palavras pesadamente ofensivas ao sistema capitalista internacional, ao sistema político italiano e aos políticos, em particular.

Comenta que essa voz é fria, porém, que as pausas e as hesitações revelam a existência de um sentimento de piedade e de respeito. Nota ainda Sciascia que essa linguagem, que descreveu como uma linguagem entre estudantil e de seção suburbana do Partido Comunista, que as Brigadas utilizavam para referir-se a Moro desaparecera. Pareceu-lhe que os italianos nunca haviam pensado que "*honorable*" vem de "honra" ou "(...) *por lo menos hasta cuando lo escucharon em la voz del brigadista acompañando el nombre de Moro"*. Finalmente Sciascia encerra este tópico com uma espécie de desabafo:

> *Acaso aún hoy el joven brigadista cree que es posible vivir de ódio y contra la piedad: pero esse dia, en ese* ***'cumplimiento,***

la piedad penetró en él como la traición en una fortaleza. Y confío en que la devaste. (*ECM*, p.136)

Quanto ao destino das Brigadas, o movimento, surgido em 1972, entrou em crise logo depois da execução de Moro. As numerosas ações armadas que se sucederam até 1981 foram já produtos da pulverização e do declive de um grupo que, no seu apogeu, não contava com mais de 120 militantes "regulares", isto é, armados e na clandestinidade. Um dos seus últimos líderes foi preso em 1997. E, muito esporadicamente, foram divulgados tentativas ou atentados de pouco alcance perpetrados por grupos que reivindicaram pertencer ao grupo armado.

Conexões e desconexões

Reconheceu-se, depois, que a decisão do governo democrata-cristão de negar-se *a priori* a qualquer atitude em direção aos seqüestradores poderia ter fortalecido uma suposta intenção destes de assassinar Moro, não por considerá-lo moeda de troca por prisioneiros dos grupos brigadistas (Campanini, idem), mas como estratégia determinada de bloquear o chamado "*compromesso storico*". Nesse sentido, há quem pense que, para além de qualquer intenção imediata do seqüestro, a estratégia de quebrar física e "civicamente" o homem-símbolo da política italiana do pós-guerra, servia menos aos interesses das Brigadas que a outros interesses nacionais e internacionais.

Recorde-se que, na agenda da "guerra fria", uma aproximação ao grande partido da classe operária ocidental tornava o ex - primeiro ministro, no mínimo, uma figura incômoda, quando não preocupante, para as potências aliadas contra o mundo socialista. Registre-se o potencial de golpe em que se movia o Governo italiano, já desde os primeiros anos da década de 70, em vista das possibilidades de ascen-

são do PCI. Vale lembrar que, pelo menos desde 1973, a agremiação vinha propondo insistentemente a própria candidatura a partido de governo, por meio da estratégia do compromisso histórico, chegando, inclusive, a igualar-se em votos com a Democracia Cristã, em meados dos anos 70 (Hobsbawn, 1995).

De todo modo, se Aldo Moro encarnava a idéia do Estado, ou ao menos o Estado que existia na Itália dos anos 70, tê-lo em mãos era algo significativo, por si mesmo, para as Brigadas (novamente, "muito atentas a simbologias"), para além de qualquer objetivo imediato que buscassem para o seqüestro. Então a recusa, de antemão, a negociar ("o que não queria dizer trocar prisioneiros, necessariamente", para Sciascia) já se configurava como uma prova de debilidade do Estado, não de força (Silj, 1978). E a definição a respeito do lado onde poderiam ter estado a força e a debilidade, naquele momento, foi uma das que mais gerou controvérsias nos anos que se seguiram.

Em todo tempo, para Sciascia, Moro foi um autor de mensagens interpretáveis, inclusive para ajudar as autoridades a conseguir tempo, negociando, enquanto investigavam seu paradeiro. O primeiro ponto foi descartado pelo Governo em função do descrédito a que relegou as cartas. Quanto ao segundo, avolumaram-se as críticas aos procedimentos policiais, desde os primeiros momentos que se seguiram ao seqüestro. E restam questões sem respostas, principalmente no tocante ao comportamento do serviço secreto italiano no episódio. Em qualquer dos casos, porém, falharam, também, de um modo geral, as formas de expressão e manifestação públicas, partidárias e independentes, na avaliação de Sciascia. Estas últimas, paradoxalmente, abandonaram sua posição tradicional de vigilância do poder e saíram em defesa do Estado, quando a vítima era, na realidade, Aldo Moro.

Particularmente no caso da mídia, Sciascia menciona passagens incríveis, como a suposta declaração da mulher de Moro, defendendo a tese de que seu esposo não deveria ser objeto de troca a nenhum preço, taxativamente negada por ela, que exemplifica a preocupação dos meios de informação em respaldar a postura de intransigência do governo. Mas o pior foi o recurso adotado após o categórico desmentido de Eleonora Moro: admitiu-se que não importava se ela havia dito ou não tal coisa, pois "*(...) La señora era digna de aquella frase jamás pronunciada, que estava 'implicita' em la gran dignidad cívica de su conducta*." (ECM, p. 48-49).

Esta rara homogeneidade, numa imprensa conhecida, até então, como uma das mais pluralistas das sociedades democráticas, chamou a atenção de Wagner-Pacifici, que fez em uma abordagem antropológica do caso (1987). O "drama social", como descreveu o episódio, é único na extensão da sua capacidade de revelador da cultura política italiana e do aspecto de encenação política, tal como dela se utilizou o terrorismo daqueles anos.

De seu lado, completamente desconectado da Democracia Cristã, Aldo Moro, o professor que não abandonara as concorridíssimas aulas universitárias apesar das tarefas no Parlamento, colocava-se, em suas cartas, como defensor do princípio da validade da busca de salvação da vida humana contra princípios abstratos. Sciascia considerou que, nestes escritos, o ex primeiro ministro demonstrou mais lucidez que em seus trinta anos de atividade política, possivelmente por sua recusa em ver o estado como algo místico e metafisicamente concebido, aversão que o próprio escritor confessou compartilhar (1984, p.212).

A esta altura, vale a pena trazer à consideração o fato de que os meios de comunicação não são apenas os nexos centrais entre terrorismo-governo-público (Paletz e Schimid, 1992), podendo ser também

uma conexão entre todos estes e ainda o próprio seqüestrado. E de muitos modos. No relato de Sciascia pode-se ver como foi fundamental este enlace. Ele notou, por exemplo, que, na leitura dos periódicos, Moro não encontrava nenhum alento que pudesse confortá-lo: a total solidão e impotência do homem, que até então ocupava o vértice do poder, saltavam claramente das cartas.

Sobre esta questão, aponte-se a insuficiência de estudos sistematizados, deste e de outros casos. É certo que a relação entre terrorismo e meios de comunicação vem sendo estudada do ponto de vista da cobertura dada pela mídia. Recorde-se, por exemplo, o trabalho de Wieviorka e Wolton (1987), que, inclusive, constroem uma tipologia e sugerem um modelo para análise do comportamento da imprensa. Contudo, o aspecto aqui mencionado não foi considerado pelos autores. Isto é, o fato de que a mídia, no contexto do funcionamento das formas de expressão e manifestação pública da política, é parte dos acontecimentos e não apenas observadora.

Atendo-se às cartas e ao conjunto de circunstâncias, Sciascia constrói o perfil de Aldo Moro, cada vez mais severo em seu juízo da atitude de seu partido e do Governo. Sua crítica destacou o que considerou um cego respeito às razões de estado e desprezo pela vida humana na decisão de não resgatá-lo, respaldada pela quase unanimidade estatolátrica, como chamou a esta modalidade de "pensamento único". Como se sabe, essa unanimidade foi rompida apenas pelo Partido Socialista, que, com apoio de partidos minoritários de esquerda e seus órgãos de informação, propôs e lutou pela negociação.

Em última análise, Sciascia vê dois "estalinismos frente a frente" e, sobretudo, o homem, o ser humano concreto, no meio esmagado, impotente, reivindicando o sentido cristão que poderia ter a presença da própria palavra "Cristã", no nome de um partido, que também se

chamou "Democracia". Partido, aliás, que era como uma "família", palavra que aparece fundida com a idéia de "partido nas cartas". "Meu partido" escrevia Moro até o fim, primeiro pedindo-lhe, depois, acusando-o por não devolvê-lo à família, condenando-o à morte (*ECM,* p. 145-147).

O relato de Sciascia ajuda a compreender por que o "caso Moro" foi um acontecimento paradigmático, no âmbito das relações entre comunicação pública, democracia e violência em uma variedade de aspectos. Em seu conjunto, por exemplo, permite perceber a paulatina erosão das perspectivas de um diálogo que poderia ter resultado em um fim diferente para o caso Aldo Moro, que não era apenas o drama pessoal de um líder político. Como foi questionado, se a República não tivesse sido tão dubitativa, naqueles cinqüenta e cinco dias, teria sido outro o caminho da modernização política italiana.

E, quem sabe, parte da explicação esteja no que foi sugerido por uma das fundadoras do jornal militante *Il Manifesto*, Rossana Rossanda (1997), quando se referiu aos anos 70, "tão distantes e ao mesmo tempo tão vivos", como uma "má consciência". Daí talvez a importância da peregrinação que as artes da expressão, principalmente, o cinema fazem periodicamente ao tema, sem contar, evidentemente, a Historiografia, o Direito e a Ciência e a Filosofia Política.

Seja como for, é admissível, na embaralhada disputa instalada entre o poder e o contrapoder, que as condições de possibilidades de um diálogo político tenham existido, ainda que precariamente e, talvez, por tempo limitado, já que à certa altura do seqüestro, as Brigadas optaram por não fornecer mais informações. As investigações posteriores revelaram a existência de dois momentos na condução do seqüestro por parte das Brigadas, resultado de divisão interna e reorientação no

comando das operações. No início, por exemplo, teriam características mais políticas e, em seguida, fundamentalmente, militares.[25]

Mais do que um primeiro testemunho público, inegável, de que as condições para o diálogo existiram, não há como também desprezar o fato de que, em principio, tais condições foram criadas ou propostas pelo terrorismo, não pelo sistema político. Se não fora assim, nenhuma carta teria saído do "cárcere do povo", onde se encontrava prisioneiro o líder da Democracia Cristã, o ator que, na inusitada posição em que fora posto, do "não lugar" representado pelo paradoxo de estar, ao mesmo tempo, *fora* e *dentro* do sistema político, tentou agir politicamente. Como? Estabelecendo as bases para o que, indubitavelmente, ainda constitui uma grande dificuldade para a democracia: o diálogo entre o estado de direito e a contrapolítica de matiz insurrecional.

Finalmente, não há substancial diferença entre as apreciações que Sciascia faz do papel desempenhado, no episódio, pela comunicação pública, na sua primeira narrativa (de agosto de 1978) e aquelas que ele inclui no relatório da Comissão de Inquérito, elaborado quatro anos depois. Neste último conclui que ações mais justas e mais produtivas, não foram adotadas em função de visões equivocadas, ditadas em parte, como já foi mencionado, pelo condicionamento da mídia, não da opinião pública, que quando existe, é capaz de crítica e de escolha, como reconheceu Sciascia. (*ECM*, p. 188).

Que condicionamento? E quais as suas conseqüências? Sciascia sustentou, em seu relatório, a tese de que "houve uma *decisão:* formalmente imprecisa, porém, substancialmente exata. Espontânea ou fruto de vontade, repentina ou gradualmente brotada, em poucos ou em muitos (...)". Seja como for, tratou-se de *uma decisão*.

Sciascia admitiu a impossibilidade "de provar documentalmente que uma decisão semelhante – oficialmente jamais declarada – tenha

provocado efeitos diluidores, para dizer pouco, sobre os tempos e modalidades da investigação policial que foram levados a efeito". Mesmo reconhecendo que os efeitos desencadeados possam não ter ocorrido em níveis de consciência e de conhecimento do que se fazia, havia-se estabelecido – e seria suficiente olhar a imprensa daqueles dias – um clima, um estado de ânimo que levou à secreta sensação de que o Moro "de antes" estava morto. E, assim, "encontrar com vida um 'outro' Moro seria quase o equivalente a encontrá-lo morto em um porta-malas de um carro" (idem, p. 190).

Estas e outras constatações levaram Sciascia a concluir que a vida e a morte de Aldo Moro perderam realidade, no mar de retórica que se instalou pouco a pouco, revelando o grau de erosão do debate político italiano naquele momento.

Rever, hoje, estas considerações, mesmo depois que o eixo da violência no contexto da política julgadora e reivindicatória, diante dos poderes hegemônicos estabelecidos, alterou-se em muitos dos seus aspectos, ajuda a compreender a fragilidade da linguagem política, para usar os termos de Ricoeur (1997, p.162-170). A reflexão ainda segue necessária, nestes anos, plenos de opacidade, apesar da avalanche constante das comunicações. Certamente são tempos diferentes daqueles que marcaram a tragédia Moro, mas, nem por isto, menos livres de perplexidade. E até porque a linguagem permanece essencialmente implicada no esforço e na esperança de que a deliberação pública entreteça um espaço livre de discussão política, no marco de sociedades caracterizadas pelo funcionamento do estado de direito democrático, no qual as regras do jogo sejam objeto de um entendimento amplo. Isto é, aquele espaço em que a linguagem confronta as pretensões rivais e contribui para a formação de uma decisão comum.

Daí o caráter, ao mesmo tempo, conflitivo e consensual da linguagem política. E daí, também, sua extrema vulnerabilidade às perversões próprias do mau funcionamento retórico. Mas, de certo modo, também a sua grandeza, pois, como ainda lembra Ricoeur, a propósito desse tema, "(...) o homem não tem outro órgão para interpretar a si mesmo como animal político".

O que permanece do gesto de Sciascia? Talvez, o registro mais agudo dos elementos que deram essa identidade de episódio não esgotado no plano do entendimento, isto é, não compreendido na sua integridade e nas suas implicações, que o faz, inclusive, hoje, uma espécie de prisioneiro da indústria cultural da memória, para utilizar a expressão de uma obra recente, de Beatriz Sarlo (2005). E não seria esta identidade parte do sentido da "revisita" do episódio pelo cinema? E por que um cinema que se apóia em depoimentos do vivido, sofrido e repensado individualmente, por personagens específicas do drama real, que encenam a sua própria perplexidade, como é o caso específico de "Bom dia, noite"?

Seria este o tributo que a linguagem política paga por sua fragilidade, tal como esta se configurou naquele distante final dos anos 70, para que uma outra narrativa compareça diante do público, reivindicando mais uma vez a busca de compreensão e explicação do acontecimento? Teria esta melhores chances, já que, talvez, venha movida pela esperança, prenhe de oportunidade para o diálogo e a concórdia?

Mas, também, não é esta uma oportunidade para que novas gerações, consumidores da indústria cultural, cumpram as premonições de filósofos implicados em seu tempo de juventude na luta armada, como Negri (1998), para quem os anos 70 estão sempre presentes? E do próprio Sciascia, que a propósito de um parágrafo, a seu tempo incompreensível, de uma das cartas de Moro, escreve que ele estava

destinado a: *"permanecer relegado en el mistério o en silencio. Por lo menos hasta que no se vuelva irresistible, para alguna de las* ***dramatis personae*** *de una u outra ribera, la necesidad de confesarse o la vanidad de narrar".* (*ECM*, p. 70)

Notas

1 Um exemplo é Cesare Battisti. No curso dos processos, fugiu de prisão italiana e se refugiou na França. Os processos continuaram a tramitar com advogado de defesa, escolhido e mantido por ele próprio. Foi julgado à revelia em razão da fuga e recebeu condenações. Nunca postulou uma revisão criminal, alegando inocência e perseguição política. Vivia na França, em liberdade provisória, pois uma lei do tempo do então presidente François Miterrand não permitia a extradição dos envolvidos em lutas ideológicas, desde que renunciassem à luta armada. Essa lei foi revogada no governo Chirac. Também contava com apoio do Partido Verde Francês.
2 A lista já é razoável, mas a maioria deles não foi exibida no Brasil, como o trabalho de Giuseppe Ferrara, de 1987, por exemplo.
3 Comentários sobre esses filmes podem ser encontrados em Aguiar (2003).
4 Para uma bibliografia italiana, atualizada até o final de 2002 e um acompanhamento do tema no poder judiciário, no meio parlamentar e na mídia ver http://freeweb.supereva.com/elezioni.freeweb/moro99a.htm?, que reúne diferentes trabalhos, inclusive o pioneiro do jornalista Stefano Fratini, iniciado em 1998.
5 Cf. Funredes (2006).
6 Amplia-se aqui a definição de D'Alimonte (1991) que limita os elementos integrantes do espaço político (conflitos, condições de racionalidade etc) àqueles que se presentificam no funcionamento do espaço eleitoral.
7 Há uma edição das obras completas de Sciascia, em francês. (Cf. Sciascia, 2002).
8 Adota-se um procedimento para a citação das obras de Sciascia neste estudo, tanto nas transcrições, como nas referências, para o qual espera-se contar com a benevolência do leitor. Optou-se por não traduzir os trechos de El caso Moro, da edição espanhola utilizada. Toma-se tal liberdade, porque foi neste idioma que o trabalho de Sciascia foi lido pela primeira vez pela autora. E como foi tão significativo o impacto dessa leitura, ficou difícil pensar a narrativa em português. De certo modo, compartilha-se com o leitor uma parcela da experiência de leitura vivenciada originalmente. Já a decisão de utilizar a sigla do titulo da edição espanhola nas referências das citações visou destacá-la das demais obras consultadas, para as quais foram apontadas as datas das edições.
9 Quando este estudo foi concluído ainda restavam dúvidas quanto ao número de cartas escritas e alguns dos seus destinatários, já que nem todas tinham sido divulgadas. As conhecidas do público, divulgadas inclusive, após o trabalho de Sciascia, podem ser lidas em http://freeweb.supereva.com/elezioni.freeweb/moro99a.htm?
10 Jackson, apud Magalhães e Coelho, s.d., (1981, p. 87).

11 Armand Plebe foi citado por Benitez, 1989.
12 Grifos da autora.
13 Para uma abordagem antropológica deste aspecto, ver Wagner-Pacifici (1986).
14 Cf. Eco (1989) e Rossanda (1995).
15. Sobre este ponto consultar Marcellini & Avallone (1978) e Silj (1978) e documentos como o emitido pela Radiotelevizione Italiana.
16 Cf. Elliot (1983); Wieviorka; Wolton (1987) e Paletz & Schimid (1992).
17 Para informações sobre estas medidas, cf. Wieviorka y Wolton, op. cit.
18 Cf. Marcelinni; Avallone (1978) e Radiotelevizione Italiana (1978).
19 A conclusão é de Lodge, citado por Hevitt (1992, p. 174-175).
20 Para um panorama esclarecedor sobre a rede de "vitimização" – a que são submetidos os sobreviventes (e suas famílias) de encarceramento em mãos de terroristas – imposta pelos meios de comunicação e pelos governos, consultar Crelistem (1992).
21Campanini (1988), como demonstração desta espiritualidade comenta a última carta (inconclusa) de Moro à sua esposa, escrita, possivelmente, algumas horas antes da execução: "Quisera compreender com meus pobres olhos mortais como se verá depois, seria belo que tudo fosse luz". Contudo, não é preciso muito esforço para ver nesta frase muito mais do que um comentário piedoso do seu autor.
22 As cartas, pelo menos as que foram divulgadas pelos seus destinatários e pelas Brigadas foram reunidas e publicadas, posteriormente. Podem ser consultadas "Caso-Moro": novitá gennaio-aprile – 1999, Disponível em: http://freeweb.supereva.com/elezioni.freeweb/moro99a.htm. Acesso em: out. 2006.
23 Um exemplo evocado por Sciascia foi o último discurso de Moro, no Parlamento, em defesa de um senador democrata cristão acusado de ter sido participante e beneficiário de um negócio ilícito, quando fora ministro da defesa – um caso que, para Sciascia poderia se tratar de uma versão italiana do escândalo Lockheed. Como recorda o escritor, Moro por meio de silogismos defende o acusado, sem entrar no mérito das acusações. (*ECM*, p. 35-38).
24 Para um depoimento avaliativo desta decadência, ver Rossanda (1997).
25 Para uma apreciação das primeiras fontes bibliográficas que sustentaram tais conclusões, confrontar comentários de Fratini, em 1999. Disponível em http://freeweb.supereva.com/elezioni.freeweb/moro99a.htm?Acesso em: out.2006.

capítulo III

Continuidades e rupturas na imprensa brasileira do pós-64[1]

Abordar a relação entre mídia e política, no Brasil, após 1964, é focalizar um entrelaçamento cuja identidade se vincula, significativamente, à larga tradição autoritária e à persistente resistência de segmentos econômicos e políticos à ampliação e consolidação da cidadania democrática, no país, ao longo de sua história. E, principalmente, pelo fato de que tais segmentos hegemônicos têm sido amplamente representados nessas e por essas duas áreas.

Refletir sobre essa relação, mais de quarenta anos depois do golpe que instalou o regime autoritário militar no País, à luz da seqüência dos processos de superação do estado de exceção e rearticulação do estado de direito democrático, traz uma dupla oportunidade. Possibilita perscrutar as contradições que permearam o passado brasileiro recente e ainda, no presente, tendem a permear, as conexões entre processos políticos e comunicacionais; e permite sondar caminhos e refinar instrumentos de compreensão desse tipo de relação, considerando mudanças experimentadas por esses setores ao longo do período.

Estas notas tomam impulso na constatação de que certas formas específicas de atuação dos meios de comunicação compatíveis e, por-

tanto, não antagônicas em relação a processos políticos próprios do período autoritário, formalmente estabelecido, não desapareceram na sua totalidade, embora em certos sentidos tenham sido transformadas. Trazidas ou incorporadas pelo regime militar, já que em alguns casos foram articuladas em período anterior, tais formas mantiveram-se durante a transição e sobreviveram à redemocratização. Perceptíveis através de elementos mais ou menos operativos, dependendo do momento, elas são reveladoras de percepções e prescrições sobre o papel da informação pública no funcionamento da sociedade brasileira.

Pensa-se aqui, em especial, no padrão, até certo ponto institucionalizado, de controle da informação utilizado pela imprensa de referência dominante, que se convencionou chamar de autocensura. O procedimento pode ser definido como a introjeção de formas de cerceamento à informação de interesse público, praticada por parte da própria instituição que a operacionaliza; isto é, um controle não exercido, diretamente, por autoridade estranha ao espaço jornalístico como tal.

Trata-se de uma ação, diferente, na sua origem, da censura oficial, prévia à difusão da informação, que se realiza por meio do exercício direto da força, em forma de corte de textos, palavras e imagens, por censor externo à atividade jornalística, a mandado de instâncias governamentais. Mas, por ser praticada no interior do próprio meio jornalístico, por decisão patronal ou pressões hierárquicas de caráter profissional ou quaisquer outras resultantes de pactos entre poderes, a autocensura não deixa de ser censura. O elemento diferenciador entre ambas as modalidades é a existência de um espaço para a tomada de decisão por parte da instituição que detém a informação a ser divulgada.

É certo que, em determinados momentos do regime autoritário brasileiro, a autocensura se mesclou com a censura oficial no interior das

redações, até porque o próprio regime não teve um padrão uniforme ao exercer o controle da informação, agindo, muitas vezes, de maneira informal, se é que podem ser considerados informais os comunicados, por meio de bilhetinhos ou por telefonemas às redações dos jornais, portadores de proibições, como relatam autores como Aquino (1999, p. 213-214), por exemplo. Por conta da ambigüidade dessa condição, a autocensura era tida como atitude de presumida precaução, por parte dos jornalistas, aceitável na medida em que contribuísse para a preservação de um mínimo de possibilidade de continuar veiculando informações, ainda que com restrições. Seja como for, importa levar em conta que uma ordem censória, tal como as que foram emitidas em certas situações e apresentadas aos jornais em nome do poder público, dependia do seu acatamento por parte do jornal, caraterizando a oportunidade (se bem que não isenta de riscos) para uma decisão sobre seu cumprimento.

A perspectiva destas notas é abordar a autocensura como dimensão constitutiva do entrelaçado formado por relações entre poder público autoritário, poder econômico e poder jornalístico, não limitada aos marcos cronológicos dados pelos regimes de exceção, formalmente estabelecidos. E, neste sentido, é preciso não perder de vista certas condições de inteligibilidade da própria história das relações entre jornalismo e poder no Brasil, atentando, entre outros aspectos, para a configuração social de ambos os setores e situando a ação da mídia na dinâmica geral da sociedade, na contemporaneidade.

Tal perspectiva implica, também, levar em conta que fatores confluentes, isto é, não antagônicos, na relação entre autoritarismo e meios de comunicação, nos estados de exceção, estão presentes, de algum modo e em algum momento, são perceptíveis no funcionamento das atuais democracias liberais. Quer dizer, constituem elementos

ativos da relação entre comunicação e política, mesmo na ausência do estado de exceção formalmente instalado.

Por conseguinte, e é importante insistir nisso, o controle da informação de interesse público não foi uma prática limitada aos estados de exceção no Cone Sul ou no sul da Europa, superados nas décadas de 70 e 80, por exemplo, para ficar nesses ângulos geográficos e no passado recente. E não só pela razão óbvia da existência atual desses estados (autoritários ou totalitários) em alguma parte do mundo, de modo contínuo ou retomados em momentos de crise. Mas, também, porque parte dos seus procedimentos, no tocante à limitação ou supressão do direito de expressão dos cidadãos e no impedimento de divulgação de informações sobre os atos do poder, tem sido acionada, em certas situações, por estados constitucionais.

Um exemplo emblemático da retomada, pelas democracias liberais, de elementos autoritários de controle da informação, ou passíveis de instalação de condições cerceadoras em relação à mídia, tem sido dado pelo Governo dos Estados Unidos (a despeito da extensa tradição de constitucionalidade no amparo à liberdade de expressão, ali existente), nos conflitos armados em que o país se envolveu, por exemplo, após a guerra do Vietnã. O exemplo mais recente é o potencial de enquadramento das comunicações em geral, presente em instrumentos legais criados após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que anulam, na prática, salvaguardas constitucionais que o país possui em defesa da liberdade de expressão. Estabeleceu-se uma moldura jurídica que respalda (para além dos instrumentos que as democracias liberais possuem por razões de defesa nacional) o controle da informação pública sobre temas considerados, pelo governo, como assuntos de segurança do Estado.

Tal moldura foi delineada no conjunto de medidas estabelecidas contra o terrorismo, no chamado "Patriot Act", que vem sendo considerado nos próprios Estados Unidos como um marco na violação dos direitos civis norte-americanos. Examinando a questão, Rorty (2004) chegou a considerar que, ao final desse processo de limitação das liberdades, a democracia seria substituída por uma coisa muito diferente, não uma ditadura militar, tampouco totalitarismo "orweliano", mas um absolutismo esclarecido imposto por uma nomenclatura.

O princípio norteador desse instrumento, que teve o seu correspondente britânico, no conjunto de medidas que compõem a legislação "Anti Terrorism, Crime and Security" [2], foi dar à justiça, à polícia e aos serviços de inteligência a possibilidade de vigiar as comunicações dos cidadãos americanos. Como apontaram, consensualmente, vários juristas, ouvidos por jornais deste país, na ocasião, o risco maior de toda a legislação inspirada pela lógica da segurança nacional é a extensão infinita da definição de terrorismo, de modo que venha a cobrir um amplo rol de discordâncias ativas.

Mesmo que os meios de comunicação, manifestação e expressão pública não tenham sido considerados como alvos diretos, a liberdade de informação, protegida constitucionalmente, não deixa de ficar, indiretamente, comprometida, já que a nova legislação orienta o foco para grupos ou indivíduos críticos à nova política norte-americana, vistos como "potencialmente perigosos", no interior de qualquer instituição. Alimenta-se, desse modo, a expectativa de que os meios de comunicação adotem seus próprios dispositivos de autocontrole, dentre os quais a autocensura. Também existe o risco de que a mídia se torne mais vulnerável à propaganda ideológica que possa estar embutida em informações oficiais, repassadas jornalistas. [3]

Situação anterior vivida, talvez com menos ostentação de aparatos jurídicos e reduzidos desdobramentos para outros âmbitos (como no caso dos EUA, para a política de migração, por exemplo), ocorreu na Alemanha, ainda dividida, nos anos 70, diante da luta armada, na esteira dos conflitos desencadeados no final da década de 60, e na Itália, principalmente, no episódio do seqüestro e assassinato do líder político, Aldo Moro, pelas Brigadas Vermelhas, no final dos anos 70, episódio já abordado no segundop capítulo desta obra.

São exemplos de que as democracias liberais também agem sob parâmetros militares de segurança nacional, em momentos de instabilidade ou ameaça de instabilidade, e fazem sobressair a percepção da necessidade da reflexão sobre o controle da informação pública ou autocensura, e suas condições de possibilidade, para além do quadro caracterizado pela vigência formal dos regimes de exceção. Ao mesmo tempo, tais casos ajudam a reconhecer a importância da pesquisa de instrumentos conceituais e reflexivos para compreensão dos processos em que, de algum modo, atitudes da mídia revelem identificação com princípios próprios do autoritarismo, nos regimes constitucionais.

A atenção dirigida a ferramentas de trabalho para o estudo da comunicação, no contexto dos estados de exceção, nos seus diversos aspectos, se nutre de preocupações não tão novas. Há, pelo menos, mais de duas décadas, Mattelart (1981) deu um exemplo, que espelhava a carência de instrumentos analíticos afinados para abordar tal realidade e mesmo a desatenção para o tema: em nenhuma escola de comunicação e de jornalismo da América Latina, nos anos 70, se ensinava aos alunos o que era guerra psicológica ou mesmo o que era a censura sob a chamada doutrina da segurança nacional. E desde 1964 se conhecia, na região, o primeiro estado autoritário moderno militar, o brasileiro, precisamente. Além disso, já existiam, no campo militar, muitas

publicações sobre a questão. Mesmo no Chile, durante o governo da Unidade Popular, quando se registrou um significativo esforço de ação e reflexão em busca de formas alternativas à indústria cultural, seguia-se ensinando aos estudantes noções civilizadas, civis, de comunicação e de jornalismo.

Todas as escolas de comunicação atuavam com base no pressuposto fundamental da existência de um único modelo de comunicação praticado pela burguesia e da correspondência deste modelo com a doutrina liberal da informação, na sociedade capitalista. Já se sabia, no entanto, que, desde 1961, as academias militares tinham cursos sobre a comunicação contra a subversão e aplicação da doutrina da segurança nacional ao campo da comunicação em geral, com apoio em obras de generais brasileiros e norte-americanos.

Observação semelhante foi feita, um pouco mais tarde, por Stepan (1986, p.102), referindo-se às Ciências Sociais. Ele enfatizou a ausência do estudo formal das organizações militares e das relações internacionais, incluindo a temática da geopolítica. O autor sugeriu, na época, a inclusão de disciplinas, como Sociologia Militar, voltadas para o estudo de estratégias militares, considerado, inclusive, como requisito indispensável para o controle dos militares pela sociedade civil.

No caso da comunicação, apesar do crescimento da pesquisa na área das relações entre mídia e política[4] a fragilidade pode estar na insuficiência de estudos sistematizados que considerem, criticamente, certas características políticas dos regimes supressores de direitos, que possibilitam sua articulação com o campo econômico da informação. E, nesse caso, a constatação inevitável é que fica limitada a compreensão da existência ou permanência das formas de controle da informação, na ausência da instalação formal dos estados de exceção.

Um primeiro ponto a observar é a necessidade de atentar não só para o enquadramento que os regimes militares dão aos meios de comunicação, mas, também, para o alcance político do fato de que esses meios trabalham com a lógica do mercado. O mesmo mercado que os impulsiona a ajustar-se ao perfil da democracia representativa, também pode levá-los, em situações mais ou menos excepcionais, a assimilar princípios desestabilizadores da própria ordem democrática. Neste sentido, caberia observar a atuação significativa da imprensa brasileira de referência dominante, no processo de abertura política[5] e distensão do regime militar, mas, também, seu papel anterior, em direção contrária, abrindo o caminho para o autoritarismo.

O tema é bastante amplo e cuidou-se, nestas notas, apenas de algumas marcas perceptíveis de variáveis que se entrecruzaram, potencializando o autocontrole da informação, mesmo que entremeadas por eventuais gestos de oposição ou resistência por parte da imprensa de referência dominante ao regime militar, ao longo de quase quatro décadas.

Mais que de uma reflexão concluída, trata-se de um esforço para delimitação de problemas e questões, que ajudem a compreender especificidades do sistema de comunicação pública no país e, notadamente, das suas práticas jornalísticas no pós-64. Parte-se da suposição de que a tarefa seja útil pelo que revela de indícios de continuidade *vs* rupturas em relação a procedimentos compatíveis com o autoritarismo e pela validade desta exploração, como ponto de partida para hipóteses de pesquisa no âmbito do enlace entre comunicação e política, na democracia.

Aliados, dissidentes e oposicionistas

Considerar a forma como os meios de comunicação se inseriram na nova ordem inaugurada com o golpe de 64, requer observar o tipo

de comunicação pública que o estado burocrático-autoritário militar[6] requereu e o modo como este setor se posicionou antes e durante a mudança política. E ainda caberiam interrogações sobre o modo como as forças armadas (rejeitando o modelo do caudilhismo personalista e voltando-se para uma burocracia, na distribuição do controle do conjunto dos órgãos estatais) conceberam a comunicação pública, as funções políticas que delegaram ao setor e os instrumentos utilizados para implantar o modelo pretendido.

Se se toma como ponto de partida a questão do **que** o golpe e os novos detentores do poder fizeram ou se propuseram a fazer **com** os meios de comunicação, a resposta imediata diz respeito aos gestos empreendidos com vistas ao silenciamento da oposição. E aponta, inevitavelmente, para as diversas modalidades de censura como supressão de vozes discordantes, mediante o fechamento de publicações e emissoras de radio, perseguições a profissionais e quadros dirigentes, como as prisões, desaparecimentos e assassinatos de jornalistas. E, naturalmente para o arsenal legislativo criado[7].

Enfim, pensa-se, a partir do saldo visível, duro e trágico da interrupção da institucionalidade democrática, representado pela violência contra cidadãos e instituições, e no esforço despendido pelo estado autoritário na busca de sua própria legitimação, por meio da imposição da retórica que lhe fosse favorável. Mas, sem diminuir a importância do controle da informação e das exigências de engajamento dos meios de comunicação, há que admitir-se o risco de considerá-los (particularmente, a imprensa de referência dominante, que era a mais significativa, na articulação da opinião pública, nos anos 60 e até meados de 70), apenas como vítimas do golpe e do regime instalado.

Ao lado dos fatores políticos haveria que atentar para o fato de que a trajetória desses meios também se definia no bojo do impulso

em direção à mercantilização capitalista da cultura, que acompanhou a intervenção militar na sociedade brasileira. E levar em conta a articulação entre a pretensão da hierarquia militar brasileira no poder, em relação aos meios de comunicação e os próprios projetos dos detentores destes meios em face da implantação e consolidação da indústria cultural no Brasil, que se deu no contexto da espécie de modernização autoritária, capitaneada pelo novo regime. Como Ortiz (1988) chamou a atenção, o regime militar tanto foi repressor, quanto incentivador da indústria cultural.

Finalmente, deve-se lembrar que sobressaem-se, em todo este cenário, interrogações a respeito das afinidades entre os empreendimentos do regime brasileiro para construir um novo consenso social, como já foi sugerido, e as aspirações das elites, em razão de suas próprias pretensões econômicas, com suas implicações políticas.

Sabe-se, e as análises de cientistas políticos como Dreifuss (1981) e outros se ocuparam do assunto e contribuíram para aclará-lo, os representantes dos capitais financeiro e industrial, multinacional ou associado aos setores dominantes da sociedade, já se encontravam, alguns anos antes, em uma espécie de compasso de espera, ou mesmo em articulações visando as mudanças políticas que culminaram com o golpe. De seu lado, a imprensa hegemônica, tanto nesta, quanto em outras ocasiões, cerrou fileira com os que atentaram contra a legitimidade institucional, como demonstrou Stepan (1986), no que denominou padrão brasileiro de relacionamento civil-militar em períodos de crise[8].

Desse modo, coloca-se em questão a articulação entre o modelo de comunicação pretendido pela hierarquia militar e aquele que atendia aos interesses dos proprietários do setor. Toma-se aqui a idéia de "articulação", que embora formulada em um outro contexto por Hall

torna-se útil neste estudo. Trata-se de uma conexão, ou vínculo, que não é, necessariamente, dada em todos os casos, como uma lei,

> (...) mas algo que requer condições particulares para sua emergência (...) que deve ser positivamente sustentado por processos específicos (...) que se renova constantemente, que pode, sob certas circunstâncias, desaparecer ou ser derrubado, levando à dissolução de antigos vínculos e a novas conexões–re-articulações. (2003, p. 196)

Nesse tipo de articulação, práticas distintas não se tornam idênticas, nem uma se dissolve na outra.

> Cada qual retém suas determinações distintas, bem como suas condições de existência. Contudo, uma vez feita a articulação, as duas práticas podem funcionar em conjunto, não como uma "identidade imediata (...) mas como "distinções dentro de uma unidade. (p. 196)

Dessa perspectiva, indaga-se, por exemplo, sobre a importância da imprensa brasileira na consecução do golpe de 64 e na consolidação do estado autoritário e, ainda, sobre o seu papel posterior, no momento da ultrapassagem e estabelecimento de um regime mais aberto. Não perder de vista este fio da meada traz, entre outras possibilidades a de observar a ziguezagueante identidade, assumida pelo setor ao longo do período, cujos traços são perceptíveis com maior ou menor nitidez, em certos momentos.

A linha mais geral desse perfil pode ser traçada com base em uma imagem-símbolo que os jornalistas utilizavam durante o regime militar, referindo-se ao bipartidarismo, implantado pelo novo regime, após extinguir os partidos políticos existentes antes do golpe: o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposição consentida, e a Arena

(Aliança Renovadora Nacional), situação estabelecida. Eram o partido do "sim" (a despeito da existência de alguns políticos, que mesmo dentro deste ambiente ainda faziam oposição real e pagavam o preço pela sua "rebeldia") e o partido do "sim, senhor". Do mesmo modo como, no quadro do arranjo parlamentar, sobreviveram, com menos dificuldades, as agremiações que assimilaram a extinção de mandatos e outras formas de aniquilação de inimigos políticos, os órgãos jornalísticos que não afrontaram os atos do regime mantiveram-se; precisamente, a imprensa do "sim" e a do "sim, senhor".

De maneira semelhante ao que aconteceu no campo da política partidária, também, no caso da imprensa houve momentos em que os militares toleraram apenas aquelas que eram "sim, senhor". Perseguiu-se até a que era "sim, senhor", mas, eventualmente, era "não". Chegou um momento em que, mesmo aquela que, embora não chegasse a ser "sim, senhor", mas, muitas vezes, "sim" e, poucas vezes, "não", foi aniquilada; quase como aquela que sempre fora "não".

A imprensa do "sim" e a imprensa do "sim, senhor", juntamente com os políticos conservadores, hierarquias eclesiásticas e segmentos econômicos dominantes em geral, bateram às portas dos quartéis e pediram o golpe, como se convencionou denominar a busca do braço mais forte do Estado pelas elites, que não conseguiam realizar seus projetos políticos de outra maneira. Houve jornais que não só conspiraram como preconizaram e apoiaram o regime instalado. E, mesmo sem entrar numa discussão sobre a diferença entre opinião e ação, não há como desconsiderar que membros do corpo dirigente de *O Estado de S. Paulo* se articularam em esquema conspirativo, literalmente falando[9].

Desde a década anterior à iniciativa das forças armadas, parte da imprensa de elite defendia, abertamente, a intervenção militar. Um

exemplo é o jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, ligado à ala radical da UDN (principal representante dos setores dominantes da economia). Embora de perfil mais personalista que os demais, portadores da mesma bandeira, o periódico defendeu a solução do golpe, em várias ocasiões, para afastar o que viam como uma constante ameaça: o avanço dos setores populares que consideravam representados pelos governos tidos como populistas.

Houve jornais, no entanto, que, embora não tenham conspirado, no sentido mais fraco ou no mais forte do termo, apoiaram o golpe e o regime. E outros que apoiaram o golpe, mas não a institucionalização do regime. Há, então, aliados de primeira hora e dissidências ocasionais e variadas, dentre a imprensa de elite que sobreviveu. Mas não opositores intransigentes. Isto ajuda a explicar a não-inclusão de todos os órgãos da imprensa, em todo o tempo, nas maiores ações repressivas, perpetradas pelo regime de exceção na área do jornalismo.

Na verdade, poucos jornais e revistas de referência dominante, na época, foram submetidos a um controle censorial, direto e continuado, mesmo nos momentos mais fechados do regime. No eixo Rio-São Paulo, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nunca sofreram atos de censura de força por agentes enviados à redação pelo governo. *O Estado de S. Paulo,* um dos dissidentes, foi um dos poucos da imprensa convencional que foi apreendido (duas vezes, aliás) e sofreu censura. Mas, acatou ordens telefônicas da censura até que rompeu com o grupo no poder e foi penalizado com a instauração de censura prévia, que durou de março de 1973 até janeiro de 75 (Kucinski, 2002, p. 534).

Quanto ao conteúdo censurado, Kucinski lembra que o diretor do jornal, Júlio Mesquita Neto, comentou que de 90 a 95 por cento das matérias censuradas não prejudicariam o governo e que os outros cinco por cento o próprio jornal não publicaria. Logo, não se teve aí

oposição ao estado autoritário em si mesmo, mas discordâncias relativas, pontuais, em função de divergências no cruzamento entre linhas de ação da hierarquia militar e aquelas preconizadas pelos seus apoios civis. Às vezes, não se pode negar, houve discordância até em questões importantes para a democracia, mas sempre com uma postura de oposição a "excessos" pontuais, mas não à totalidade de "excessos" que constituíam o próprio estado de exceção.

Um outro exemplo emblemático foi o matutino carioca *Correio da Manhã* que, por muitos anos, fora o grande destaque da imprensa carioca, considerado um dos jornais de maior prestígio que o país já produziu, por sua forma e conteúdo. Destacava-se por sua preocupação com a abrangência temática e melhor acabamento, em termos de linguagem, por exemplo. Também este apoiou o golpe, mas rompeu com o regime instalado e não sobreviveu. Uma reflexão mais detalhada do que este estudo, certamente apontaria diferenças de posicionamento entre este matutino e o dos Mesquitas, no que pode ser considerada "oposição e/ou dissidência" em relação ao regime militar, até por conta dos segmentos sociais representados por ambas as publicações.

O *Correio da Manhã* sofreu censura, apreensões de edições inteiras, prisão de seus dirigentes e jornalistas profissionais, além de atentados a bomba. E foi, significativamente, prejudicado economicamente com a pressão exercida sobre os anunciantes do jornal e o boicote da publicidade governamental. É claro que, sem desmerecer atitudes corajosas de defesa do estado de direito, tomadas pelo jornal, haveria de levar em conta fatores constitutivos da própria lógica da indústria cultural, em fase de expansão, conflitantes com o perfil da empresa. Nesse sentido, é convincente a tese de que, na balança do seu aniquilamento, teria pesado mais a sua própria desestruturação econômico-administrativa, além do desgaste provocado pelas pendências judiciais, que

ocorreram na relação conflituosa entre os herdeiros de seu proprietário, falecido anos antes, do que o poder político que o havia grandemente prejudicado. É a opinião, por exemplo, do jornalista Jânio de Freitas, que exerceu o cargo de diretor superintendente do jornal por um curto período em 1963 (Andrade, 1991). Fundamenta este argumento o fato de ter sido o jornal formalmente encerrado por decisão judicial em 1975, como solução do conflito familiar.

Se os estudiosos diferem na maneira de classificar o alcance da censura, no período, há, no entanto, amplo consenso quanto à aspiração dos militares de poderem contar com os meios de comunicação, na consolidação do regime e na sedimentação de uma imagem-símbolo: a da unidade das Forças Armadas, como avaliadora e sustentadora de um estado todo-poderoso, condutor dos destinos de uma nação coesa, em torno de um destino comum, com total ausência de contradições internas e interesses divergentes.

Para quem considera que a censura, no regime militar, teve mais o caráter de uma ação pontual, desprovida de regras claras, a diferença, em relação ao sistema utilizado por Getúlio Vargas, estaria no fato de que, no Estado Novo, o controle foi formal, amplo e duradouro[10]. Mesmo considerando que comparações com o Estado Novo devem ser feitas com cuidado, poder-se-ia recordar que Vargas incorporou maciçamente práticas de propaganda e educação, por meio de uma integração muito mais profunda de segmentos sociais em um projeto comum, autoritário e nacionalista. Além disso, vale enfatizar, o regime de 64 se insere em um quadro econômico totalmente distinto daquele, com implicações diferentes, sobretudo no que se refere à mercantilização dos bens culturais.

Caberia, no caso do Estado Novo, falar mais da participação de intelectuais, em geral, com engajamento variável e atendendo a con-

vocações políticas que não confluíam para a totalidade do projeto getulista, e de jornalistas em novos meios de comunicação[11]. No caso do regime militar, destacou-se a busca de articulação com órgãos de comunicação existentes antes do golpe, na construção de um projeto de estado nacional.

Quanto a 64, é preciso lembrar, ainda, que, para os empresários do setor, estava implícita, no início, a perspectiva do não-fechamento dos canais de comunicação com o novo regime. E é certo, também, que a censura jornalística e a perseguição a órgãos de imprensa, aliados anteriores dos militares, podem ser entendidas, em parte, como uma reação dos novos detentores do poder à consideração de que o apoio recebido do setor não correspondia às expectativas. Em reforço a esta consideração, está o fato de que, só numa segunda etapa, notadamente, no Governo do General Garrastazu Médici, a mídia foi incorporada de forma mais significativa no projeto dos militares. E, no caso, o meio preferido foi a televisão, em vias de transformar-se no veículo mais influente junto à população, e a Rede Globo, dos Marinhos, destacou-se na dupla condição de unidade de produção econômica privada e produção político-ideológica de caráter estatal [12]. E, apesar de ter-se dedicado à tarefa com vigor, não escapou, em certos momentos e no tocante a alguns dos seus produtos, da censura exacerbada do regime, como os veículos de comunicação, em geral.

Mas, de um modo diferente do Estado Novo, no projeto do regime militar a participação da produção cultural foi manejada para engajar-se mantendo seu caráter privado, a despeito de todo o suporte econômico efetivamente, ou supostamente, recebido do poder público (no caso da radiodifusão, o investimento em infra-estrutura em telecomunicações foi o exemplo mais significativo), que lhe garantia o governo autoritário. Na ditadura getulista, a maior parte do envolvi-

mento do setor cultural, tanto no conteúdo, quanto na forma, se deu em publicações oficiais, embora emissoras privadas de rádio tenham desempenhado importante papel de difusoras da ideologia do Estado.

Seja como for, o conjunto das atitudes e ações do estado militar, especialmente em relação ao jornalismo, concorreu, principalmente, para manter os proprietários das grandes publicações e seus profissionais intimidados o suficiente para não "ousarem", não obstante, motivados para colaborar, e as empresas independentes, totalmente incapacitadas, economicamente, de manterem publicações de oposição ao regime. Por isso, à imprensa do "não", que fez oposição intransigente ao estado de exceção, a hierarquia militar não fez nenhuma concessão. Tanto jornais como emissoras de rádio foram fechadas e os que resistiram sofreram perseguição implacável. Periódicos como os semanários *Pasquim, Opinião, Movimento* e o jornal *São Paulo*, da Cúria Metropolitana de São Paulo, sofreram tenaz censura prévia ou posterior, continuada e severa, e a mais brutal das perseguições, com vistas a torná-los totalmente incapacitados de sobreviver.

O controle compartilhado: a autocensura

Diante do cenário montado pelo regime militar, marcado pela ameaça de apreensão de exemplares e da censura prévia, implicando prejuízos econômicos e atropelos nas rotinas de produção jornalística, a imprensa de referência dominante pautou-se, sobretudo, pelo interesse empresarial imediato.

O depoimento de Mesquita Neto, já mencionado, e o de jornalistas detentores de altos cargos, nesse[13] e em outros jornais, exemplificam o que, talvez, tenha sido, efetivamente, a principal estratégia do meio jornalístico no período: o recurso à autocensura, antecipada e vo-

luntária da informação. A solução, adotada pelos proprietários, e não apenas pelo *O Estado de S. Paulo,* para que não fosse afetado o sistema de produção jornalística, teria constituído, a despeito de sua constante declaração de fé liberal, o comportamento generalizado da maior parte da imprensa no imediato pós-64. Kucinski (1998, p. 50-70) chega a admitir que o padrão de controle da informação no regime militar foi a autocensura, sendo os demais métodos, incluindo a censura prévia, acessórios instrumentais na sua implantação.

E embora a autocensura não tenha sido um comportamento exclusivo do período, haveria de considerar-se, na natureza do regime, as condições de sua exacerbação. Nesse ponto, é de grande valia atentar para elementos presentes na definição de autoritarismo proposta por Juan Linz, que contribuiu para a distinção entre "autoritarismo" e "totalitarismo", na tipologia dos sistemas políticos contemporâneos. Entre outros aspectos, o autor aponta, nos regimes autoritários, a existência de um pluralismo político limitado (mais tolerado, do que reconhecido) e a inexistência de uma ideologia elaborada e propulsiva, mas com mentalidade característica; a ausência de uma mobilização política intensa, exceto em momentos do seu desenvolvimento; e o exercício do poder por um chefe ou um pequeno grupo, que atua dentro dos limites que são formalmente mal definidos, mas de fato habilidosamente previsíveis.[14]

Poder-se-ia dizer que os estados totalitários, cujas características só nos interessam aqui no que se refere à comunicação, tenderiam a apropriar-se da imprensa e da radiodifusão para uso oficial, ou a se tornarem parceiros daqueles órgãos que estejam em mãos de setores sociais absolutamente confiáveis. Nos estados autoritários, do tipo instalado no Brasil, a "convocação" aos meios privados aliados, para uma ação conjunta ou complementar de propaganda ideológica, com cer-

tas contrapartidas no campo econômico, é mais sutil. Contudo, por maior que tenha sido a colaboração mútua, tanto o governo, como as empresas de comunicação que o apoiaram, procuraram preservar oficialmente uma distância calculada.

Há de se ter em mente o aparente paradoxo que se coloca no embricamento da racionalidade própria da doutrina da informação adotada pelo estado autoritário com os princípios da doutrina liberal da informação, à qual a imprensa brasileira tradicionalmente declara fidelidade. É nesse ponto que a comunicação deve ser vista à luz da especificidade do regime instalado, sob o estado de exceção, mas, também, da feição própria do sistema de jornalismo existente antes da mudança política, que não é abolido, mas "ajustado", em alguns aspectos, pelo novo regime. Um sistema, diga-se, por sua vez, articulado de acordo com a sociedade realmente existente, o que quer dizer, em consonância com as demandas, não integralmente satisfeitas, dos setores dominantes, implicadas na própria emergência do golpe de estado.

Com isto, se cabe ainda falar de imposição de modelos de comunicação ou jornalismo, por parte do estado autoritário, trata-se, majoritariamente, de interpelações e receituários aplicados sob um solo fértil de condições estruturais favoráveis do lado das empresas jornalísticas. Entre essas condições devem ser consideradas as características da doutrina liberal brasileira, marcada pela ambigüidade, como a historiografia tem largamente apontado. Também devem ser levados em conta os desdobramentos de tais correlações, não só na emergência do regime supressor do estado de direito democrático, mas, também, na sua superação após a recuperação da democracia, na década de 80, já que, no todo, ou em parte, condições favoráveis, de algum modo, permaneceram sedimentando-se.

Tais considerações tornam perceptível que as relações entre mídia e política, na vigência do estado de exceção brasileiro pós-64, não se definiram por uma fórmula unilateralmente estabelecida pelo então poder público, cumprida pelo sistema de comunicações existente e abolida com a volta ao estado de direito democrático. Fundamentalmente tais relações constituíram uma composição de interesses ativos, reunidos por um conjunto complexo de determinações e acomodações.

Daí a importância, no campo teórico, de situar as diferentes formas de interação entre as esferas da comunicação e da política por meio da lógica que está por trás das contradições que as geram e aquelas que estas mesmas esferas acabam por fazer emergir no campo compartilhado pelos atores significativos. As tarefas aí requeridas representam, sobretudo, um esforço para relacionar o espaço que se isola analiticamente com as dimensões históricas e macroestruturais.

Concretamente, o que se coloca é a necessidade de interrogar as praticas de comunicação no regime autoritário brasileiro e seus elementos residuais pós-transição política, levando-se em conta o ordenamento institucional abrangente e a existência de projetos econômicos e políticos sustentados pelos setores que protagonizaram o golpe ou, de algum modo, respaldaram a mudança de regime político.

Em suma, trata-se de observar a comunicação, no estado autoritário, encarando a especificidade do processo estudado no seu momento, procurando reconhecer a autonomia relativa de significados que possa ter, sem deixar de vinculá-los a implicações mais indiretas e de mais longo prazo que as que se analisam pontualmente, se se considera apenas o exercício do controle da informação em nível estatal.

Agora, a censura tem sido um tema, no mínimo, marginalizado nas sociedades liberais. Como recorda Kucinski, o assunto teria sido muito pouco tratado pela literatura sobre o controle dos meios de co-

municação, sobretudo por ser estranho à doutrina liberal da informação que respalda seus modelos jornalísticos.

E embora não caiba percorrer aqui o trajeto das conexões entre sistema de jornalismo nas sociedades mencionadas e demandas por liberdade de informação, alguns fatores poderiam ser especificados para demonstrar a complexidade da questão. Dada a articulação entre censura e autocensura, há necessidade de mencionar, ainda que sucintamente, o assunto.

Em primeiro lugar, atende-se para o fato de que a própria noção de liberdade de imprensa, que se identificou com um meio particular – o jornal diário –, é um misto de conquista das lutas populares e uma espécie de "resposta obrigada da classe dominante"[15] à necessidade de integrar outras classes sociais a seu sistema.

Haveria ainda de considerar o argumento de que a luta, pela qual se bateram os primeiros pensadores liberais e liberais socialistas por uma imprensa independente, capaz de reportar e comentar eventos com um mínimo de interferência e controles estatais, desempenhou um papel importante na evolução do estado constitucional moderno.

Poderiam ser lembrados momentos importantes na incorporação do direito à imprensa livre e as garantias legais de liberdade de expressão adotadas em parte do solo europeu, de tal maneira que, pelo fim do século XIX, a liberdade de expressão já se tinha tornado uma questão constitucional em muitos estados ocidentais, como enfatizou Thompson (1998, p. 67).

Quaisquer aspectos que poderiam ser evocados não anulam, porém, o fato de tratar-se da pretensão de determinar esse "direito do homem" e invocá-lo como se a liberdade de imprensa e de expressão não estivesse condicionada, tanto pela evolução da tecnologia de produção e de difusão da informação, como pelas condições econômico-sociais

que determinam sua aplicação. E, deste modo, a idéia de liberdade de imprensa herdada do século passado baseia-se, cada vez mais fundamentalmente no eixo compreendido pelo reconhecimento e garantia da propriedade privada (e de suas formas de funcionamento).

Como se considerava que a propriedade privada formaria a base da liberdade do indivíduo separadamente e do desenvolvimento das forças econômicas, assim, também, o caráter privado do jornalismo seria tido como pressuposto insubstituível da liberdade de imprensa. Marcondes Filho (1984), examinando este ponto e documentando-o com base na experiência alemã, reconhece que, se, a forma de produção é o pressuposto da liberdade de imprensa a garantia da liberdade seria, então, o seu caráter privado e não o direito constitucional do cidadão.

Deste modo, o entendimento histórico da liberdade de imprensa, no capitalismo, significaria o controle da imprensa pelos setores hegemônicos, como ponto pacífico nas democracias liberais, exemplo da Inglaterra desde meados da década de 50 do século XIX, da França desde a década de 80 e dos Estados Unidos, tendo ali surgido praticamente com a independência e assim por diante.

Mas, apesar desta ambivalência, considere-se a linha de continuidade, em ação ou prontamente evocada, derivada em maior ou menor grau diretamente do iluminismo, recebendo forma moderna com pensadores como Stuart Mill, por exemplo, que associa liberdade de expressão à existência de democracia, como tem sido largamente reconhecido.

Por conta desta tradição – e apesar das debilidades da relação entre imprensa e democracia, em prejuízo desta, cada vez mais evocadas, nos últimos anos, por estudiosos dessas sociedades – persiste a convicção de que nos regimes tidos como mais representativos e pluralistas há menos controle sobre a mídia, mediante cerceamentos legais e pressão

econômica. Seria preciso, também, levar em conta, e aí, efetivamente, beirando o paradoxo, uma das conseqüências desta convicção, lembrada por Lima (2001): o fato de muitos estudos acabarem (no caso dos EUA) por descartar a possibilidade de que a mídia, ela própria, com freqüência e deliberadamente, distorça e promova informação com objetivo político.

É esta linha de continuidade do pensamento de não-aceitação pela sociedade do controle da informação por parte do poder público, ou no resguardo de interesses deste, nas democracias liberais mencionadas, que parece estar perdendo sua feição de idéia reguladora padrão para a independência dessa área. E não diretamente diante ao poder público, mas diante ao poder privado, principalmente, por um tipo de autocensura que passa por questões econômicas gerais da sociedade e alcança sua maior significação no silêncio, quase absoluto, de informações sobre o acelerado controle centralizado da própria mídia. E, conseqüentemente, na ocultação do perigo social que isto representa.

Desta maneira, os impérios nacionais de controle da mídia, surgidos praticamente na infância do capitalismo americano, por exemplo, e seus sucedâneos, em forma de conglomerados internacionais, não são objetos de informação pública, tal como o são os escândalos, envolvendo corrupção, atividades ilegais e inconstitucionais e o fracasso de programas governamentais. Como reconheceu Bagdikian (1993), os impérios gigantes da mídia não teriam o que temer uma vez que se tornaram tão grandes que nenhum governo, naquele país, cogitaria de controlá-los. Referia-se aos Estados Unidos da América, mas o diagnóstico, sem dúvida, é válido para a maioria dos países de democracia representativa da atualidade.

Na esteira dessas contradições, recorde-se que, se o jornalismo se organiza nos moldes da forma privada de produção, a informação é

uma mercadoria, mesmo que considerada sua natureza especial. Logo, poder-se-ia dizer, a censura afeta a sua aparência de valor de uso específico, o que, de algum modo, repercute economicamente, já que ameaça a credibilidade do produto jornalístico. Pode-se exemplificar isso com as queixas de executivos brasileiros da área, recolhidas por Goldeinstein (1986), sobre supostos efeitos dessa ação do poder público sobre sua atividade produtiva, ao longo do regime iniciado em 1964.

No caso da autocensura, sobre a qual, evidentemente, os testemunhos são mais raros por parte das mesmas fontes, caberia indagar se elas teriam o mesmo ponto de vista, não só dado o caráter "oficioso" da ação, mas porque ela gera padrões de manipulação intencional e de omissão calculada de informação, que estão presentes, no produto final, mas com probabilidade de serem menos perceptíveis que a censura governamental.

Um estudo produzido, no final da década de 80, por Perseu Abramo, mas só publicado, postumamente, em 2003, documenta, com alguns detalhes, modalidades de censura praticadas no interior das redações dos principais jornais brasileiros, naquele período. Para o autor, a manipulação de informações não é um procedimento isolado, mas é a principal característica do jornalismo no País. A maior parte do material publicado teria algum tipo de relação com a realidade, mas uma relação indireta. Tudo se passaria como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade.

Abramo (2003) explicita quatro padrões (e mais um específico, utilizado pelo telejornalismo), por meio dos quais as informações são alteradas no processo da sua produção e difusão ao público. Mencionem-se dois deles, pela sua abrangência. O primeiro é a ocultação de fatos ou aspectos destes, não por desconhecimento, mas por decisão, na fase de planejamento das coberturas jornalísticas, de ignorá-los, com

base em critérios de classificação do que "é" ou "não é jornalístico"; o segundo, a fragmentação da informação produzida, pela descontextualização dos fatos em questão, por meio da seleção e desconsideração, que elimina aspectos particulares, correspondendo a uma racionalização *a posteriori* do padrão de ocultação.

Ressalte-se, no entanto, e o autor o adverte, que, em se tratando de padrões, devem ser vistos como tipos ou modelos, cujo grau de proximidade e distanciamento pode variar. Como anotou, não é *todo* o material que *toda* a imprensa manipula *sempre*. (O que, de certo modo, contribui para assegurar a aparência de valor de uso do seu produto.) A gravidade do fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa, embora muitos exemplos possam ser apresentados para contestar a característica geral.

O desafio, portanto, é o estudo da autocensura como parte dinâmica das condições sociais do jornalismo brasileiro. Por isso, sem negar as nuanças da autocensura jornalística como comportamento, no âmbito da subjetividade humana, e as implicações do campo jornalístico, no plano que Bourdieu chamou de *habitus*, trata-se de refletir sobre uma ação social e, como tal, simbolicamente mediatizada. E nesse sentido, há de considerar-se a questão da ideologia.

Distorção, legitimação e identidade

Para um rápido enquadramento conceitual de ideologia, a ajuda aqui requerida foi a de Paul Ricoeur (1986). Ele discute a ideologia como distorção de significados, legitimação de estruturas de poderes e integração de significados, com vistas à preservação de identidade. E o faz dialogando com perspectivas como a da obra inicial de Marx e a

do marxismo posterior (como o de Althusser, por exemplo), passando ainda por Weber, Habermas, Geertz e outros, observando sempre estruturações epistemológicas.

Mas, para os objetivos destas notas, é considerada apenas a rede que o autor arma entre três conceitos de ideologia: *distorção*, formulado por Marx (em *A Ideologia Alemã*); *legitimação*, deduzido da sociologia de Weber e *integração*, formulado por Geertz. Para Ricoeur, trata-se de considerar três camadas ou níveis da ideologia, não necessariamente antagônicos, nos quais se podem delimitar funções, não no sentido do funcionalismo sociológico, mas no sentido da hermenêutica da ação, proposta por este autor[16].

Como "distorção", estão implícitos, no conceito, interesses ou estrutura de classe e as noções de classe dominante, e idéia dominante tendo como referência *A Idelogia Alemã.* Já no nível da "legitimação", está presente a idéia de pretensão de legitimidade, o que, por sua vez, compreende a preservação de formas de autoridade ou poder constituído e o campo de argumentação é o de Max Weber. No nível em que a ideologia é vista como integração, o diálogo é com a perspectiva antropológico-semiótica de Geertz, na qual está incluída a noção de preservação ou conhecimento de identidade.

Observar empiricamente as formas da manipulação da realidade pelo jornalismo brasileiro, como Abramo faz, localizando padrões como ocultação e inversão, significa tratar da questão da ideologia na relação entre mídia e política, como "distorção". Analisa-se essa relação em termos de contraste entre os fatos, acontecimentos e discursos, na forma de idéias, no jornalismo, e como existem na realidade. Isto é, em termos da diferença entre o modo como tais coisas se efetivam como representações e como *praxis* (entendida como atividade produtiva humana).

Para além desse nível, ou melhor, agregando-lhe antecipações, pode-se indagar como, no pós-64, se dá a estruturação, como construção simbólica, da ação jornalística que se serve de tais padrões. E, com isso, colocam-se em questão os referentes da autocensura, o que significa perscrutar o modo como a ideologia, mesmo que ainda como distorção, exerce sua função legitimadora, incorporando e revalidando outros sentidos, que conformariam a ação integradora de significados.

Formular a questão desse modo permite, utilizando de forma muito simplificada os termos de Ricoeur (1986), que se percebam, além da distorção como um componente da ideologia (portanto, no nível da escolha entre o falso e o verdadeiro), os termos da deliberação acerca da relação entre representação e *praxis* (nível em que a distorção passa a funcionar como legitimação) e da busca pela preservação da identidade da prática jornalística (nível em que a ideologia exerce uma ação integradora).

Dessa maneira, é possível avançar na verificação de como se dá a congruência entre as condições gerais econômicas e políticas, em que é exercido o jornalismo, e a mediação simbólica empreendida com vistas a manter, no nível do discurso, a identidade desta prática, isto é, o estatuto de reconhecimento da atividade produtiva humana, consagrada historicamente sob o nome de jornalismo, nas democracias liberais.

O caminho aqui escolhido foi o exame das justificações da autocensura, cujo poder reside em abstrair o louvor e a recriminação, pelos quais se qualifica esse *fazer* em termos de moralidade, como se poderia dizer à maneira de Ricoeur (1988, p.11). E, por conseguinte, seguir a pista dos argumentos, por meio dos quais se atestaria a legitimidade da ação, garantindo-lhe condições de aceitabilidade, passando pelos diferentes governos e diferentes meios de comunicação, ao longo do pós-64, até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

Nas anotações que se seguem, explora-se esta hipótese, não de forma exaustiva, mas a título de exemplificação, sem entrar em conexões mais amplas no interior dos processos políticos que constituíram a superação do estado autoritário, a transição a um regime mais aberto e a reconstituição do estado democrático de direito, o que demandaria um estudo mais aprofundado.

Veja-se um exemplo paradigmático de justificação da autocensura de vasta aplicação ao longo do período autoritário: o argumento do "risco de agravamento da ruptura institucional". Entenda-se: o regime autoritário, se provocado, podia endurecer. Restava à imprensa tomar todo o cuidado para não agir como elemento provocador. A fórmula esteve presente, em todo o estado de exceção, mas principalmente, na fase da distensão ("chamada de lenta segura e gradual") e da abertura política, proposta por Ernesto Geisel, o penúltimo general presidente. E aí, com uma nova roupagem: o "risco do retrocesso", trazendo implícita a idéia de que a imprensa poderia contribuir para o retraimento dos acenos em direção à liberalização do regime.

Desta maneira, a imprensa colocou-se como parceira, pactuando com a corrente que propunha a liberalização, sob a salvaguarda de não fazer provocações aos militares "duros". E foi sob o manto desse pacto que se respaldaram os expurgos das redações, que já vinham ocorrendo desde o golpe, mas intensificaram-se na fase da abertura controlada. A depuração dos quadros jornalísticos, com o afastamento dos que não concordavam com a autocensura, foi considerada como parte da estratégia de aceitação da liberalização pelos militares que não a queriam (Kucinski, 2002).

Saltando aqui algumas etapas e cenários políticos, econômicos e culturais, observa-se que a justificação da autocensura sobreviveu à ultrapassagem do regime militar e à fase de transição. O procedimen-

to é encontrado como peça de sustentação do programa eleitoral, nas duas campanhas do então candidato Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República e na defesa da sua atuação nos dois mandatos conquistados. Nestes momentos lançou-se mão do argumento de "grave risco econômico" decorrente da rejeição nas urnas e da política adotada na presidência.

Um pequeno estudo do jornalista Aloyseo Biondi (2003), publicado originalmente em 1999, no *Anuário de Jornalismo* da Faculdade de Comunicação Casper Líbero, documentando vários momentos em que a informação sobre fatos e acontecimentos econômicos foram distorcidos e o modo como o foram, no noticiário da economia brasileira, na época, dá uma idéia das implicações desta forma de autocensura.

Não é difícil identificar, em comentários e editoriais, a fórmula justificadora com a novíssima roupagem do "perigo da volta da inflação", respaldando a política econômica e funcionando como reforço as estratégias utilizadas para tal, no noticiário em geral. O procedimento foi largamente utilizado nos discursos que ajudaram a driblar criticas à política econômica em ambos os mandatos de Fernando Henrique. A idéia martelada, tanto anteriormente pelo candidato, quanto posteriormente, já como presidente, era a de que não havia alternativa para o Brasil, a não ser o modelo, de inspiração significativamente liberal-conservadora, preconizado e/ou adotado por ele. Quaisquer saídas, como as debatidas pela oposição, eram consideradas agravadoras da situação. Logo, seria um perigo aceitá-las.

Note-se que nas eleições, que deram os dois mandatos a Cardoso, a grande imprensa considerou dispensável o próprio debate sucessório, na medida em que jogou pesado na marginalização de qualquer confronto mais profundo de programas de governo dos candidatos. Um exemplo desse procedimento foi o episódio ocorrido em 1994, em que um repór-

ter da Rede Globo de Televisão[17], engajada na campanha em favor da eleição de Fernando Henrique Cardoso, inadvertidamente é posto no ar em plena conversa reservada com um Ministro do Governo, que confessava manipular informações para beneficiar o candidato.

Já a defesa do continuismo, presente na idéia do "risco do caos", que ajudou a embalar o apoio da imprensa de referência nacional à campanha pela reeleição de Cardoso, não era nova. O argumento já tinha sido evocado pelos que não queriam mudanças significativas na política econômica brasileira, no momento da primeira eleição presidencial direta, após a saída dos militares. Seria Fernando Collor (o candidato do *status quo*) a garantia da normalidade e Luiz Inácio Lula da Silva (o candidato da oposição), o risco da imprevisiblidade. Ou a fórmula simplificada: "Collor ou o caos" [18]. Vê-se aqui a junção da ameaça de perigo institucional, com a ameaça do risco econômico. "Caos" significava, para os autores defensores da idéia, tanto o risco da volta dos militares, que supostamente não aceitariam um governo do Partido dos Trabalhadores, cuja liderança foi combatida pelo regime autoritário, quanto o de uma mudança drástica no modelo econômico, em direção contrária aos interesses da maioria da sociedade.

O contraponto "situacionismo *vs* perigo, no mais alto grau", embutido na fórmula, respaldou a política neo-liberal anunciada e iniciada por Collor e retomada por Fernando Henrique, praticamente sem críticas substanciais da imprensa de elite, durante seus dois mandatos.

Quanto a esta forma de dar a uma ameaça de risco, para os interesses de certos grupos sociais em particular, a aparência de um perigo de grandes proporções para todo o conjunto da sociedade, caberia abrir aqui paralelismo com as controvérsias em torno das conseqüências da doutrina do "perigo atual e evidente", contida na decisão judicial de

Holmes, nos EUA, em 1919. Deliberou-se que a livre expressão não se achava protegida pela Primeira Emenda se:

> a) fosse "de tal natureza que gerasse um perigo eminente";
> b) fosse empregada em "circunstâncias especiais" e
> c) ocasionasse "os males concretos que o Congresso tem o direito de evitar."

A amplitude, implícita na argumentação, abriu caminho para interpretações restritivas sobre a difusão de informações, a qualquer pretexto, com prejuízos para a liberdade de expressão, naquele país, naquele momento[19]; o que, mais uma vez, exemplifica a fragilidade do aparato de proteção a liberdade de expressão nas democracias liberais, mesmo considerada a natureza de sua alegada excepcionalidade, no caso a guerra.

Para se ter uma dimensão do quanto a idéia do "risco" tem sido conseqüente, na história política brasileira recente, valeria considerar, ainda, o episódio do impedimento ao acesso a documentos sigilosos, em legislação de 2002, revogando decisão anterior que o permitia. A decisão polêmica foi adotada por Fernando Henrique Cardoso antes de deixar a presidência, com a assinatura do Decreto 4.553, disciplinando o acesso a informações que colocassem em risco a segurança da sociedade e do Estado (revogando um outro de 1997), que permitiu acesso irrestrito a tais fontes, atingindo em cheio os pesquisadores que vasculhavam os arquivos em busca de dados sobre o regime militar. O assunto só foi revisto, no segundo ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme noticiário jornalístico.

Não seria descabido supor que a evocação da "idéia do risco" – que, no plano institucional, exemplifica a transformação de formula-

ções militares, correspondentes aos objetivos do estado de exceção, no tocante à informação de interesse público, em linguagens civis – fortalece as condições de possibilidade de existência de censura e seus desdobramentos na forma de manipulação da realidade, nos processos eleitorais e no governo da economia.

Se no período militar, propugnar a democratização efetiva do regime trazia o risco da perda do alcançado em "liberalização política" e "distensão militar" (para utilizar os termos do vocabulário institucional da transição), no discurso dos governos civis de Cardoso, demandar por desenvolvimento econômico e redistribuição de renda, por exemplo, envolvia o risco da "perda do controle da inflação". No caso do decreto mencionado, o que se fortalece é o temor a eventuais aspirações radicais dos setores militares.

E se, no período militar, a autocensura acabava tendo como horizonte a consolidação do projeto político do regime autoritário (no todo ou em parte), concluída a transição, ela ratifica a concentração do poder, concorrendo para a continuidade de alguns dos seus traços, na ordem vigente. O argumento do risco tem servido para isto, na medida em que contribui para o estreitamento do debate político que, em última analise, concorre para o estancando de possibilidades de avanços sociais sob a alegação de que a sua busca implicaria perdas irremediáveis de algo já conseguido, na gestão da economia.

Por meio desta forma de controle da informação (e da memória, quando se dificulta a pesquisa histórica sobre o regime militar), reforça-se a estratégia de fomentar e preservar o medo da mudança, detonador mais significativo dos instrumentos bloqueadores da emancipação social. As várias roupagens às quais a autocensura recorreu revelam o quanto esse "sentimento político" tem sido evocado pelas elites para manter a sociedade brasileira sob controle, e

funcionado como elemento poderoso, no processo constitutivo de hegemonia do conservadorismo, no principal núcleo formador de opinião pública brasileira.

De resto, quanto ao efeito da autocensura sobre o produto jornalístico apresentado ao público, parece não haver muita diferença, em relação aos resultados da censura exógena. Em outras palavras, para além da origem do poder imediato que determina o controle da informação, talvez a diferença esteja apenas no tipo de formalização do discurso relativo ao procedimento. Se os militares, por exemplo, se reportavam diretamente à doutrina da segurança nacional e ao aparato jurídico, as explicações da grande imprensa apontam referências econômicas conjunturais. O sentido mais amplo, porém, é o mesmo: o recurso de atribuir, publicamente, a certas ações, cujas motivações permanecem ocultas, o "status" de legitimidade, acima de qualquer questionamento.

Em ambos os casos sedimentam-se o autoritarismo, no impedimento do cidadão comum ao acesso a informações, dados relevantes ou formulações portadoras de sentido sobre acontecimentos, fatos e tendências, enfim, à representação do real, com todas as conseqüências que isso possa trazer para o exercício de uma cidadania efetivamente democrática.

É inevitável reconhecer quer os indícios aqui focalizados, na forma de justificativas da autocensura, apontam para o comprometimento da democracia, no que diz respeito às relações entre mídia e poder, no Brasil pós 64, até o período estudado. Quer isto dizer que a balança dessas relações pende, mais acentuadamente, para as continuidades do que para as rupturas, no que se refere ao padrão vigente no regime autoritário. O prejuízo para a formação e a expressão de uma opinião pública digna deste nome, isto é, uma opinião esclarecida, em relação

tanto aos atos públicos exercidos pelos órgãos supremos decisórios do Estado quanto ao exercício dos poderes privados em áreas de interesse público, é evidente.

A estagnação do processo emancipador social e político se fortalece por via de outras continuidades estruturais concretas no sistema de mídia vigente, marcada pela concentração da propriedade dos meios de comunicação, já existente, mas acentuada depois do golpe de 64, e antes mesmo, do agravamento da concentração do setor, que é típica do atual estágio do capitalismo global.

Notas

1 Este estudo amplia as considerações apresentadas pela autora, na mesa redonda "Memórias do Golpe", no ciclo de palestras "40 anos do golpe militar: continuidades e rupturas", promovido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (31/01 a 02/04/2004).

2 O "Patrioct Act" foi aprovado por maioria absoluta no Congresso no dia seguinte aos atentados e o seu homólogo britânico também foi aprovado, embora com dificuldades, pelas instituições legislativas britânicas, na mesma época. No caso dos EUA, pelo menos 1250 municípios americanos apoiaram resoluções contra o "Partioct Act" nos três anos seguintes (Rorty , 2004).

3 Recorde-se a criação do chamado escritório de Influência Estratégica, pelo Pentágono, também sob a comoção dos atentados terroristas de setembro, 2001, nos EUA. Suas pretensões de manipulação da informação a serem enviadas ao exterior chegaram a um grau que levou especialistas em propaganda militar, como Stephen Hess, por exemplo, a manifestar estranheza diante de procedimentos táticos comumente utilizados apenas em campos de batalha, em estado de guerra convencional e que transcendem, inclusive, objetivos militares, já que tinham como alvos civis em regiões inteiramente desligadas dos combates (Aith, 2002).

4 Na bibliografia existente há alguns trabalhos que possibilitam uma visão de conjunto de estudos empíricos e da reflexão teórica e metodológica na área. Cf. Lima, (2001), Rubim e Azevedo F. (1998), Miguel (2001), Caparelli (1997).

5 Sobre a participação da imprensa em episódios que integraram as demandas em prol da democracia no Brasil e superação do regime militar, ver Singer (1994).

6 A definição de estado burocrático autoritário, de Gillermo O' Donnel (1979), tem sido largamente utilizada porque permite apontar não só especificidades do autoritarismo em relação ao totalitarismo, como outras formas de autoritarismo anteriores à década de 70, na América do Sul.

7 O instrumento mais amplo foi o Ato Institucional no. 5 (AI 5), editado em 1968, cujo artigo 14 estabelecia como crime ou delito de opinião a divulgação, por qualquer meio de comunicação social, de notícias falsas, tendenciosas ou fato verdadeiro truncado. Ou seja, o Estado colocava-se como árbitro absoluto entre a realidade e a sua representação, no caso, aquela construída pelo jornalismo. E o mais específico foi o Decreto Lei 1077 que instituiu a censura prévia.

8 O autor analisou cinco movimentos vitoriosos e frustrados que redundaram em tentativas de golpe de estado, no Brasil, no período de 1945 a 1964. Verificou que os movimentos vitoriosos contaram com apoio da imprensa de referencia e os outros, não.

9 Ver, Capelato (1988) e entrevista de Ruy Mesquita em *Lua Nova* (1974).

10 Sobre este ponto de vista consultar Kucinski (2002) e sobre a censura no período de Vargas, por exemplo, Goulart (1990) e Oliveira et al (1982).

11 Para um exemplo de um tipo de engajamento no projeto getulista, ver depoimento sobre um jornal criado para servir ao governo de Vargas, na fase constitucional, que desempenhou um importante papel nas relações entre comunicação e política, a partir de um projeto jornalístico de pretensão popular, nas memórias do jornalista Samuel Wainer (1988), que o produziu.

12 Vários estudos examinam a inserção da Rede Globo na política brasileira. Mencionem-se três trabalhos com contribuições complementares: Caparelli (1982), Herz (1987) e Lima (2001).

13 Observem-se, por exemplo, declarações do jornalista Oliveiros Ferreira, que, na época do regime militar, exercia o cargo de Secretário de Redação de *O Estado de S. Paulo,* em entrevista concedida em 2002, quando já era diretor do mesmo veículo; ver Kushnir (2002).

14 Para uma referência à distinção e uma síntese das contribuições de Juan Linz neste sentido, (Stoppino, 1991, p. 100-103). E para um amplo painel de discussão do conceito de "estado burocrático autoritário" para regimes do tipo do que vigorou no Brasil, (O'Donnel et al, 1979).

15 Na expressão utilizada por Mattelart (1981).

16 Cf. Referências bibliográficas do autor neste trabalho.

17 Um relato e uma análise do acontecimento encontram-se em Kucinski (1998).

18 Sobre a fórmula "Collor ou o caos", como parte das razões das elites brasileiras conservadoras, manifestas em face do processo eleitoral, ver capítulo IV desta obra.

19 A chamada doutrina do "perigo atual e evidente" de autoria do juiz Holmes, da Suprema Corte dos Eua (caso Schenke *versus* Estados Unidos (1919), estava relacionada com recrutamentos durante a I Guerra Mundial, cf. Holmes (1974).

Mídia e eleições em 1989: mitos e mitologias políticas

Passadas já quase duas décadas da primeira eleição presidencial direta, pode-se, ainda, afirmar que aquele pleito foi um dos poucos momentos, na história política brasileira, em que a sociedade foi pensada, em público, por suas elites, de modo abrangente? A questão se justifica a partir do fato de que, não só durante a campanha, propriamente dita, mas desde o início da definição das candidaturas nos meios partidários, cristalizou-se a impressão de que um amplo espectro de atores sociais debruçava-se interrogativo sobre a realidade brasileira naquele final de década.

Quando se coloca, porém, esse instante em perspectiva mais detalhada, vendo-o através dessa caixa de ressonância que é a mídia informativa de atualidades, que o registrou, articulou e amplificou, percebe-se o quanto o debate pode ter sido restritivo, no seu conteúdo temático e na representatividade social dos seus interlocutores. Em outras palavras, vislumbram-se os limites desse espaço no que tange à manifestação da pluralidade de interesses e projetos para a solução dos grandes entraves à ampliação e consolidação da cidadania social e política brasileira.

Descortinam-se, assim, duas ponderações. A primeira é que a mídia, em princípio, tende a atuar em consonância com as restrições

que o próprio processo eleitoral imprime ao debate, que ele mesmo instaura, dada a configuração dos poderes mais ativos na sociedade política. A segunda é que não se pode abrir mão do fato de que, nas democracias competitivas, o diálogo político é a garantia de realização daquela que pode ser considerada a principal razão de ser das campanhas eleitorais. Isto é, a constituição de certo grau de racionalidade na relação entre partidos, candidatos e votantes numa disputa eleitoral.

O reconhecimento da importância da discussão ainda mais se fortaleceu por ter sido esta a primeira eleição direta para Presidente da República, no Brasil pós-64, depois de 30 anos em que a população foi impedida de escolher seu dirigente máximo, e pela expectativa da projeção dos seus efeitos sobre a política e a economia brasileira, naquele momento, e dos seus desdobramentos nos anos seguintes.

Desse modo, para além do reconhecimento de que eleições constituem, antes de tudo, procedimentos imprescindíveis no processo democrático de decisões políticas, o pleito foi visto, sobretudo, como instrumento de constituição de poderes institucionalmente legítimos e socialmente representativos em face da realidade social concreta brasileira, com todos os seus desafios conjunturais e estruturais, gerados ou de algum modo transformados pelo regime recém-ultrapassado.

Expectativas à parte, não há como negar que o processo comunicativo, suscitado e constituído pelas Eleições Presidenciais de 1989, foi significativamente limitado, na sua efetiva realização. Duas, entre as suas principais características, podem ser destacadas. De um lado, constata-se que temas fundamentais da realidade brasileira daquele momento, notadamente, aqueles integrantes do legado do regime autoritário, ficaram de fora das discussões e manifestações isoladas, mais amplificadas, que alcançaram maior visibilidade pública. De outro, pode ser apontada a falta de proporcionalidade na distribuição dos

espaços de manifestação pública de pontos de vista representativos da sociedade brasileira, na sua diversidade. Em suma, a marca desse processo foi a escassez de pluralismo do conjunto de idéias e opiniões apresentadas, por exemplo, sobre questões relativas ao governo da economia, o que reforça a idéia de que houve uma representação distorcida dos interesses e demandas sociais realmente existentes.

Mesmo assim, as discussões públicas foram mais abrangentes e alcançaram uma densidade socialmente mais significativa em 1989, do que aquelas que se efetivaram nos dois pleitos seguintes, isto é, 1994 e 1998, consideradas as diferenças substanciais entre estes e aquele. E não se pode negar, ainda, quanto a 2002 e 2006, igualmente para além da consideração das diferenças entre as duas eleições, que, dessa perspectiva, ficam ambas numa posição intermediária: não houve um debate tão amplo quanto o de 1989, apesar dos seus limites, nem as discussões foram tão travadas quanto aquelas realizadas na década de 90.

Embora não se pretenda comparar aqui os debates que se efetivaram, nem os termos em que foram constituídos, nas eleições diretas realizadas após a transição e redemocratização, é preciso atentar para algumas observações. Recorde-se, pelo menos quanto ao pleito seguinte, portanto o de 1994, que o debate, não só entre os candidatos, mas, também, toda a discussão pública foi encurtada, inclusive formalmente, porque a disputa foi decidida no primeiro turno, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso no bojo da euforia provocada pelo chamado "Plano Real". Promovida sob a direção dele, como ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, a iniciativa redundou em resultados econômicos que, mesmo pouco conseqüentes no âmbito da questão social como um todo, alcançaram status de plataforma eleitoral. A queda da inflação, por exemplo, foi, via de regra, elevada à categoria

de tema-único sob o qual o eleitorado foi convocado a escolher o novo Presidente da República.

O ponto de partida desta constatação é o de que todos estes acontecimentos, começando pelo de 1989, congregam uma gama de significados, tanto no que têm de semelhanças, quanto de diferenças, que carecem de reflexões mais aprofundas, no que se refere ao que está sendo considerado como o debate midiático sobre as eleições no espaço da mídia de informação da atualidade.

Por uma série de circunstâncias que deram identidade aos processos políticos que tiveram lugar no Brasil pós-64, a eleição de 1989 ainda é um acontecimento que instiga interrogações sobre a relação entre mídia e política. A principal consideração neste sentido é a de que, bem feitas as contas e dada a estreiteza da discussão e da participação política no regime militar recém-superado, o debate de 1989, apesar dos seus limites, cresce em importância. Bem vistas as coisas então, não seria exagero admitir, com Ianni (1990), que a atmosfera política geral da primeira eleição presidencial direta pós-64 aproximou-se significativamente de outras mobilizações em que se envolveram intelectuais, políticos, profissionais individualmente ou em nome de coletivos diversos, grupos, classes sociais, movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião. Foram mencionadas, por exemplo, ocasiões como a Declaração da Independência de 1822, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República em 1888-1889 e a Revolução de 30.

Quanto à especificidade do debate nas páginas dos diários de referência dominante no Brasil em 1989, haveria de registrar rapidamente alguns apontamentos. A imprensa, por exemplo, e, mais concretamente, aquele espaço do jornalismo que podemos chamar de "comentarismo" (um termo talvez mais adequado do que cronismo ou ensaismo) foi certamente um dos segmentos mais amplos do que podemos no-

mear como "esfera pública discursiva temporária", no interior da qual o "pensar de 1989" foi articulado e alcançou maior visibilidade, ainda que os índices de leitura de jornais fossem, na época, como tradicionalmente tinham sido até então, muito modestos.

Isto não quer dizer que as revistas semanais de informação e a televisão, não contempladas neste estudo e apenas evocadas em algumas oportunidades, não sejam tidas como importantes do ponto do vista do discurso sobre as a eleições de 1989. Apenas destaca-se que elas não reuniram um conjunto de informação, interpretação e avaliação dos fatos e eventos do processo eleitoral visto em termos de abrangência de pessoas envolvidas nas abordagens e da própria quantidade de textos produzidos, comparáveis em importância ao que foi registrado pelos jornais impressos diários.

Deve-se ainda considerar que as revistas de informação, principalmente as de maior penetração, graças à amplitude de suas tiragens, apesar do seu protagonismo em determinados episódios, por causa de matérias que provocaram certo impacto, até pelo teor explosivo dos assuntos ou, pelo menos, dada a maneira como foram veiculados, não instalaram o que poderia ser considerado um debate organicamente constituído ao longo daquele ano.

Mesmo no caso do telejornalismo, que alcançou protagonismo graças a atuações episódicas extremamente questionadas na ocasião, pelo comprometimento ideológico explicito das principais emissoras[1], não se pode falar que tenha possibilitado uma discussão significativa. Os chamados debates eleitorais produzidos por esse gênero, foram muito condicionados pelos interesses das emissoras e do entorno político apoiado por estas. Destaque-se a superficialidade na abordagem dos assuntos e a forma como se deram as intervenções, impostas pelos modelos de "debate" escolhidos pelas emissoras.

No caso dos jornais impressos diários, até por suas próprias características, esses imprimiram uma dinâmica mais significativa à abordagem da eleição, contando com fatores como a periodicidade diária e a organização editorial bastante segmentada que os beneficiam, tanto na repercussão mais imediata, como nas reverberações dos materiais publicados. Também a produção diária lhes faculta dar continuidade a coberturas pontuais em abordagens ampliadas, sem intervalos cronológicos, recurso que, aliado à variedade de gêneros editoriais, lhes possibilitam, ainda, o acompanhamento conjuntural e de perspectiva, como registro e como interpretação de trajetórias de atores sociais e desdobramento de fatos e acontecimentos e suas contextualizações. Tais fatores lhes trazem maiores chances de estabelecimento de redes de interação que, por sua vez, reúnem, de um lado, atores sociais, protagonistas dos acontecimentos (que reconhecem ou que são construídos pela própria mídia, como tais); de outro, colunistas e ensaístas periodicamente presentes, num leque variado de nichos editoriais e finalmente, os leitores comuns. O resultado é uma teia mais amplificada de acercamento a eventos, atores sociais e circunscrições temáticas, em suma, uma representação mais densa da realidade.

Antes de tudo, o contorno das feições configuradoras do debate de 1989 deve muito ao fato de que o momento era percebido como de grande significado político. Por isso, ficou a impressão de que mesmo as minúcias da conjuntura passaram a ser abordadas com base em temáticas mais amplas da realidade social. Assim, as vozes que desfilaram pelas páginas dos jornais comportavam-se efetivamente como se estivessem atendendo a uma convocação para traçar um novo projeto para o país, novos rumos para a política, economia, cultura etc. Desse modo, o faziam como que fixando perspectivas de viabilidade

das suas aspirações ou dos segmentos aos quais representavam ou desqualificando alternativas que lhes fossem contrárias.

Como aquelas vozes do passado, nos momentos mencionados, as de 89 procuraram exprimir-se diante desse presente problemático, desafiador das explicações conhecidas, recorrendo à reelaboração de idéias antigas que se mesclavam com as recentes, nem sempre originais, já que, por vezes, eram pressupostas com base em proposições já ultrapassadas. E, igualmente como as anteriores, recordadas por Ianni, as contemporâneas procuraram pensar os desafios concretos com os quais se defrontavam, os objetivos que pretendiam alcançar e os aliados e opositores com os quais negociar, enfim, os interesses concretos, próprios e alheios, que se sentiam impelidas a interpretar.

Nos debates patrocinados em 1989, pelos jornais de referência dominante, ou seja, aqueles que contavam com maior prestígio ou quantidade de público, ou ambas as coisas, em níveis nacionais ou, pelo menos, nas principais cidades do Sul, Sudeste, Centro Oeste (notadamente no eixo Rio - São Paulo - Brasília), os interlocutores do debate político se serviram de determinadas estratégias editoriais, utilizaram formas discursivas, mobilizaram (ou imobilizaram) um leque de questões, trazendo-as a público ou silenciando-se diante delas. E ao fazê-lo, em alguma medida, avaliaram o passado recente, circunscreveram o presente e estabeleceram o que era desejável e possível para o futuro próximo do país, construindo, em última análise, um significado "oficial", permita-se dizer assim, para as eleições.

Não há, neste estudo, a pretensão de abordar o debate como um todo, ou seja, nas suas formas discursivas, na constituição dos interlocutores e no estabelecimento de temáticas [2]. Tão somente se pretendeu focalizar uma dimensão específica do "discurso" sobre as eleições de 1989, por meio do jornalismo de referência dominante no país, que, de

algum modo, parece estar presente nas demais eleições presidenciais que se seguiram após a superação do estado autoritário militar, inclusive na realizada no ano de 2006. Trata-se daquela dimensão em que predominam estratégias de uso da linguagem típicas do exercício da sedução, em que demonstrações de sensibilidades pessoais entrelaçam-se em descrições e prescrições embasadas em projetos e expectativas sociais.

Não que se considerem aqui razão e sedução como formas contrapostas, já que são idéias construídas na experiência vivida com o temor ou a esperança, portadores de interesses de grupos ou de classe, avalistas de projetos de algum modo representados no processo eleitoral.

Se não se trata de uma imaginação solta, também não seria o caso de falar de um razão impermeável nestas falas em que as consciências individuais parecem harmonizar-se ou assumirem-se como porta-vozes de expectativas coletivas. Os opinadores falariam não apenas de um lugar de fala, mas de um lugar social, que ora poderia ser um ideário político, ora um imaginário mítico. Ou, ainda, um ideário político que se exprimiria como imaginário mítico.

O momento, os atores, o imaginário

Se um dos caminhos mais diretos para uma aferição das linhas de força de um debate político é sempre a escolha de materiais que as explicite, em modalidades discursivas de caráter argumentativo, e destaque sua suposta racionalidade, por que focalizar a dimensão em que certas faces do imaginário simbólico nitidamente se sobrepõem àquele tipo de discurso? Em outras palavras, justifica-se atentar para estas formas? E que tipo de material jornalístico melhor revelaria a dimensão mencionada?

Interrogando o terreno em que as opiniões foram formalmente veiculadas, em lugar utilizado para exposição de idéias, procura-se chamar a atenção para a maneira como estas formas, tradicionalmente postas a serviço do poder, foram atualizadas e colocadas à disposição da disputa à Presidência da República, em 1989. Rastreia-se esta face do discurso político, tal como se explicitou nas afirmações individuais, em editoriais, colunas, artigos assinados ou manifestações oficiais dos meios jornalísticos, publicadas ao longo daquele ano nos diários *O Estado de S. Paulo* (*OESP*), *Folha de S. Paulo* (*FSP*) e *Jornal do Brasil* (*JB*). Outros periódicos com as mesmas características dos mencionados, como é o caso do *O Globo*, por exemplo, serão eventualmente evocados, embora o volume de material jornalístico de opinião, na linha do que se pode considerar "comentarismo" político na forma dos gêneros estudados, publicado na ocasião, tenha sido significativamente menor do que nos outros.

Toma-se como ponto de partida o fato de que, em se tratando de eleições, ou de quaisquer outras formas de conquista de poder político, o domínio do imaginário, visto aqui, seguindo Bazsco (1984), como a atividade imaginativa apontada para o social, precisamente no âmbito do processo de produção de representações sociais, equivale ao controle de um dos mais importantes lugares estratégicos.

Daí vem a consideração, levada em conta aqui, de que a mídia de informação e opinião sobre a atualidade dos assuntos de interesse público, trabalhando aspectos desse imaginário, constitui um local, por excelência, de processamento e manejo da representação política moderna. É, também, nesse ponto que se ancora a percepção do jornal como um espaço privilegiado para a detecção das formas por meio das quais os porta-vozes dos segmentos sociais, nele representados, lutam para circunscrever e estabelecer o *real*, posto em questão no momento da escolha eleitoral.

Mas o que, em termos de idéias e sentimentos passíveis de tratamento, de alguma maneira, mais imaginativo do que argumentativo, tecidos por meio de formulações apoiadas em razões demonstráveis, estava sendo posto em questão naquele momento pelos atores que adquiriram maior visibilidade?

As primeiras eleições diretas para Presidente, etapa decisiva para a superação do regime autoritário, aconteceram no final de uma década que marcou o renascimento da democracia em grande parte dos países da América do Sul, mas ocorreram também no bojo de um agravamento sem precedentes, na década, da crise econômica brasileira. Além disso, não se pode esquecer a especificidade da crise política, marcada, por sua vez, pelo entorno partidário, tido por alguns, naquele momento e ainda um pouco depois, como um desdobramento específico da fase de transição do regime[3], mas, também, pelo descrédito das instituições políticas, resultante de certa frustração com o governo da chamada "Nova República", como foi denominada a configuração da estrutura governamental resultante da volta do poder político às mãos dos civis.

O momento era visto de forma maximizada e diversas expectativas foram manifestas neste sentido. Para Lamounier (1990), por exemplo, o Brasil vivia, neste último ano da década de 80, o desafio de encarar um processo de reformulação econômica, política e institucional tão importante quanto o que se deu no século XIX, na passagem do Segundo Reinado, ou, naquele século, com a revolução de 30. Mais do que um líder nacional, as populações marginalizadas, pelo que diziam seus intérpretes, esperavam mudanças significativas no perfil, perversamente desigual, da distribuição de renda no País.

Do seu lado, as elites empresariais, falando por seus representantes ou por aqueles que, sem "procuração" para fazê-lo, de algum

modo o faziam, pareciam apostar no coroamento de sinais de ruptura, empreendidos pelo governo da "Nova República", com certos elementos do modelo econômico herdado dos militares. E aqueles setores, comprometidos com o avanço da redemocratização, para além da liberalização do regime procuraram, de alguma forma, pincelar, sob o pano de fundo do momento histórico, marcado pelas transformações internacionais e pelas peculiaridades explosivas da realidade nacional, um novo projeto para o país.

Recordem-se, pelo menos: a euforia que se seguiu à eleição, para Presidente da República, pelo Colégio Eleitoral, ainda pelas regras do poder militar, de Tancredo Neves, candidato apoiado pela maioria dos coletivos redemocratizadores e a consternação produzida por sua morte, antes mesmo que assumisse o cargo; as dificuldades que rodearam a posse do vice-presidente, José Sarney, um político membro do partido que deu suporte ao regime em fase de superação e que, no final do seu governo, enfrentava um declínio significativo de popularidade.

O próprio cenário eleitoral em si mesmo diferiu bastante dos anteriores em que se realizou a última eleição presidencial antes do golpe de 64. Destaque-se, por exemplo, a ampliação do eleitorado com a permissão do voto aos maiores de 16 anos e aos analfabetos. Contudo, haveria que ponderar que o absenteísmo registrado (em forma de votos brancos ou nulos ou ausência à votação) também foi alto em 89. E, também, se não se pode esquecer a significativa representatividade das tendências e motivações ideológicas, no pleito, não se pode, da mesma forma, ignorar o descompromisso partidário de alguns candidatos e lideranças políticas em evidência naquele momento. Ainda haveria que considerar a percepção dos estudiosos [4] para o fato de que, naquelas eleições, a campanha se processou por meio de verdadeiras "empresas eleitorais", algo que al-

cançou um protagonismo ascendente daí por diante, mas que, naquele momento, era uma inovação no processo eleitoral.

Se, por um lado, as eleições presidenciais de 1989 sinalizavam a volta do país à normalidade democrática e, neste sentido, foram naturalmente portadoras de esperanças, por outro, traziam para o centro das considerações um alargado sentimento de incerteza. Inerente aos processos eleitorais, nas sociedades de democracia representativa, a incerteza, no caso, foi agravada, do ponto de vista dos setores conservadores, pela presença, na disputa, de partidos de esquerda, um deles inclusive, o Partido dos Trabalhadores, com seu candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, bem posicionado nas sondagens eleitorais desde o início da campanha.

Assinalava-se ali, o fato de que, pela primeira vez, na história política brasileira, um ex-líder operário ascendia à posição de candidato com chances de vitória, numa eleição para a presidência da República. Além disso, desde os primeiros momentos do processo sucessório, ficou clara a dificuldade que os setores conservadores tiveram de encontrar o candidato ideal, ideologicamente confiável e eleitoralmente viável. Tal situação de impasse, ou pelo menos, vista desta maneira, pelos setores dirigentes do país, foi objeto de manifestações muito expressivas, pelo menos *da* e *na* mídia informativa de elite.

Um exemplo emblemático foi a tomada de decisão do então dirigente máximo das Organizações Globo, Roberto Marinho, que publicou em seu jornal *O Globo*, no início do mês de abril, um veemente artigo intitulado "Convocação", no qual faz uma espécie de ultimato aos partidos existentes na época, que, em sua opinião, tinham o dever de definir-se o mais rápido possível em favor de uma candidatura capaz de fazer frente ao protagonismo do candidato do PT. Lendo o arrazoado do Senhor Marinho (1989), que foi republicado dois dias

depois, no matutino da família Mesquita, *O Estado de S. Paulo*, percebe-se com que vigor, inaugurava-se ali a prática do "quase todos (da direita ao centro) contra o único" (naquele instante) candidato viável da classe trabalhadora, que encarnava o sentimento e um perfil de oposição aos interesses dos setores dominantes da sociedade.

No mesmo dia em que o então dirigente das Organizações Globo publica seu editorial, outro líder, desta vez do setor financeiro, Leo Cochranne Junior, naquela época, presidente da Federação Brasileira de Bancos, assina um artigo, publicado pela *Folha de S. Paulo,* conclamando seus pares a uma participação mais efetiva na sociedade. O título é sugestivo "O papel das elites". O escrito afinava-se com a linguagem mais direta de Roberto Marinho, para quem o apelo ao PFL e PMDB, nos quais esperavam encontrar seu candidato, foi o de que se apressassem a definir suas candidaturas, sob o risco de serem alijados da corrida presidencial. Recorde-se que, até aquele momento, os postulantes reconhecidos eram Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jânio Quadros qualificados, invariavelmente em bloco, como "líderes populistas" pela mídia dominante.

Quanto ao plano da expressão e manifestação pública, em geral, deve-se que registrar que, ao final da década de 80, a chamada sociedade civil já era significativamente mais representada na esfera discursiva brasileira. A imprensa já contava, em suas páginas, com a participação rotineira de lideranças intelectuais, políticas e empresariais envolvidas no debate de idéias sobre o país, ao contrário do que ocorria nos anos de chumbo do regime militar[5].

Contudo, a despeito desta desobstrução e da própria ampliação dos espaços para intelectuais de centro e esquerda, que vinha se registrando, nos anos anteriores, no âmbito da imprensa de referência dominante do país, predominava a presença do que pode ser distin-

guido como pensamento de tendência liberal-conservadora. Ou simplesmente, como pensamento conservador, no sentido em que se pode apontar o cultivo de idéias e atitudes que visam a manutenção dos sistemas político e econômico vigentes e dos seus modos de funcionamento. Ou seja, como uma contrapartida ao que se pode denominar como progressismo, tal como se define na dinâmica em que se situam valores e práticas no terreno do desenvolvimento econômico e social e, dada a moldura do instante eleitoral no terreno do exercício do poder político.

Dois aspectos desse conservadorismo podem ser mencionados. Em primeiro lugar, nenhum dos grandes jornais, desde os primeiros momentos da trajetória da superação do estado autoritário, evoluiu para uma posição constante de porta-voz dos segmentos comprometidos com a luta pela redemocratização da sociedade, em sentido amplo, embora anteriormente já tivesse sido registrado o que poderia ser chamado de "parcerias episódicas" entre representantes de perspectivas ideologicamente antagônicas. O caso da campanha pelas eleições diretas[6] para presidente, no início dos anos 80, é o exemplo mais significativo de participação da imprensa em ação conjunta com setores partidários ou independentes, em favor da liberalização do regime.

Em segundo lugar, recorde-se que também não se consubstanciou nenhuma manifestação efetiva, em 1989, em favor da idéia de que a eleição de um candidato vindo de um outro estrato social fosse legítima, ou que caracterizasse um efetivo compromisso com a alternância no poder por parte dessa mesma imprensa de referencia dominante no país. Em suma, as eleições diretas foram vistas com entusiasmo, como elemento constitutivo da ultrapassagem do regime autoritário, mas não como mecanismo propulsor de mudança no núcleo fundamental do poder político.

A não-sintonia entre o pensamento dos segmentos que propugnavam pelo avanço da redemocratização e o pensamento dos dirigentes dos jornais de prestígio, igualmente expressos ou de algum modo perceptíveis nas mesmas páginas, acentuou-se ao longo do processo sucessório. Ela se revelou tanto no tocante à opção eleitoral em si, como no que se refere às questões em discussão naquele momento. Recorde-se que nenhum dos grandes jornais brasileiros apoiou o candidato do Partido dos Trabalhadores, no segundo turno, embora este tenha sido apontado, pela ampla maioria das lideranças de centro, partidárias (PMDB e PSDB) ou não, como a opção progressista na disputa. Também nenhuma das principais publicações manifestou editorialmente, como postura própria, oficial, rejeição das propostas de cunho neoliberal, vitoriosas afinal, com a eleição de Fernando Collor de Melo. [7]

O conjunto das falas das elites, bem como certos arranjos editoriais, por meio dos quais a imprensa organizou o espaço formalmente opinativo no período, revelam o universo de expectativas e temores diante do que era percebido como desdobramento possível dos resultados das eleições. Logo, não conseguiram manter uma face isenta de ambigüidades e contradições.

Entretecidos com sentimentos e raciocínios alimentados pela experiência imediata e informados pela pretensão de influir no momento histórico vivido, tais discursos revelam a busca de roupagens justificadoras de projetos de grupos ou classes, em níveis regionais, nacionais e internacionais. Apesar de figurarem em espaços jornalísticos, considerados como "lugares de exercício da racionalidade", não privilegiaram apenas estratégias típicas do uso público da razão, com vistas ao convencimento, por meio da argumentação, mas, também, estratégias típicas de uma espécie de exercício da sedução. Razão e sedução, como

ferramentas simbólicas na busca de resultados em ação política, alternam-se, mas, também, interpenetram-se, complementando-se.

Podem ser evocados textos publicados que ostentaram mais sua pretensão à racionalidade do que outros, porque procuraram articular significados no âmbito do confronto ou justificação de idéias, por meio de estratégias argumentativas, que se reportam, implícita ou explicitamente, a um quadro teórico estabelecido ou a doutrinas ou sistemas de pensamento, de algum modo, reconhecíveis. São fórmulas demonstrativas por excelência, presentes numa aparente diversidade de temas que, desembaralhados seus mecanismos básicos de raciocínio, revelam um pequeno número de pares conceituais que concentraram as polarizações, como por exemplo, moderno *versus* arcaico, estatismo *versus* privatização e governabilidade *versus* ingovernabilidade.
Entretanto, em tais pares conceituais intensamente evocados, encontram-se correspondências, às vezes diretas, com significados expressos em formulações imaginárias, daí a importância de que se atente, em alguns momentos, para articulações entre esta e a outra.

Três modalidades de leituras imaginárias se destacaram nesses discursos. São formulações que, mesmo evocadoras de elementos concretos da situação histórica, foram construídas a partir de certos *mitos*, *estereótipos* e *tradições*.

Da conspiração à salvação

Mitos políticos tradicionais e, às vezes, universais, como o da grande conspiração e o do salvador, presentes historicamente na cultura brasileira, foram evocados em 1989, entremeados com reações intelectuais e sentimentais modernas. Aliás, a referência mitológica, ou seja, a representação, por meio da fabulação, deformação ou inter-

pretação objetivamente recusável do real, ou mesmo, a narrativa legendária, que exerce também uma função explicativa, é o elemento mais facilmente perceptível nessas leituras imaginárias. Tais representações, como reconhece Girardet (1987), oferecem certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia, mediante a qual pode parecer ordenar-se o desconcertante dos fatos e dos acontecimentos, passando a desempenhar o papel de mobilização.

Sabe-se que o apelo à linguagem mítica, por meio da evocação do sagrado, do uso de um vocabulário de tom profético e do uso dos apelos do tipo messiânico, não constitui novidade nas campanhas eleitorais brasileiras. E, talvez, seu uso tenha sido exacerbado em 1989 pelas características do pleito, na sua feição de parte constitutiva do processo de redemocratização, como já foi apontado. Contudo, o que chama mais a atenção é sua vultosa presença nos discursos *sobre* as eleições e, precisamente, naquelas falas elaboradas por ensaístas, justamente postados na função de explicadores do sentido das eleições. Isto é, sua utilização pela fala que se apresentava como crítica, analítica, produzida, supostamente, "de fora" do embate eleitoral, propriamente dito e que, por isso mesmo, pretendia constituir-se em apanágio da racionalidade.

Vale a pena observar que é justamente no terreno da mitologia política que existiu a maior convergência entre os *discursos sobre as eleições* e o *discurso das eleições,* entendido este último como "falas" integrantes da campanha eleitoral, propriamente dita. Aqueles que observaram a propaganda eleitoral pela televisão e os diversos materiais de campanha apresentados aos eleitores sabem o quanto os candidatos se serviram de imagens verbais ou não-verbais extraídas do imaginário mítico.

A idéia da grande conspiração sustentou-se em argumentos diferentes, mas o núcleo comum foi tecido em torno do sempre re-

visitado legendário do complô maléfico. Esteve aí presente todo um repertório de temas, imagens e referências. Destaque-se a presença constante de uma espécie de teoria conspiratória geral, que culminava com a evocação de um complô de grandes proporções, abrangendo desde o plano da realidade social, econômica e política até a esfera da moral, dos costumes, das crenças e da produção de artefatos e práticas culturais.

Para o então professor da Escola Superior de Guerra, Jorge Boaventura ("O Preço da Aventura", *FSP,* 07/08/89), por exemplo, a ameaça que ultrapassaria os efeitos de uma decisão eleitoral sobre o campo político era encarnada pelas chamadas esquerdas, em geral.

Como nas conhecidas narrativas sobre os complôs judaico, jesuítico e maçônico, numa versão incrementada pela doutrina da segurança nacional, adotada pelo regime militar brasileiro, não faltou a idéia da organização poderosa, cuja engrenagem eficaz não permite escapatória, e da temível infiltração dos seus membros nos espaços culturais mais significativos, como os meios de comunicação de massa e a educação pública. Desse modo, não faltou a evocação do "perigo comunista".

O fantasma, sempre redescoberto em momentos de "stress" na vida política brasileira de já tantos anos, é reintroduzido em cena por aqueles que prenunciaram um colapso nos regimes político, econômico, cultural e, particularmente, jurídico, no caso de uma vitória do Partido dos Trabalhadores. Desnecessário é lembrar o quanto esta referência, que encarnou o pânico das elites conservadoras, em momentos de expectativas de mudanças políticas ou sociais, já abriu caminho ou justificou soluções inconstitucionais, respaldando a implantação ou o funcionamento de regimes autoritários ou algum tipo de medida de força, no país.

Apesar da extemporaneidade do argumento, em pleno instante em que se propalava como irreversível a queda do socialismo, na for-

ma de sistema, na Europa do Leste e claudicava o império soviético, o argumento do perigo comunista, por exemplo, foi exaustivamente repisado. Foram vários os editoriais publicados nos jornais estudados, principalmente no *OESP*, mas, também, muitos comentaristas, entre os quais se destacaram o colunista José Neumane e o já citado cineasta Ipojuca Pontes (*OESP*). Também os veteranos jornalistas, agora já falecidos, Paulo Francis (*FSP*) e Carlos Castelo Branco (*JB*) trabalharam, embora com variações de palavreado, graus e ênfase, o solo comum da idéia da infiltração e da conspiração de esquerda.

Francis e Castelo enfatizaram, sobretudo, uma suposta conspiração jornalística, por sua vez, uma fórmula que já serviu a vários adeptos do pensamento autoritário brasileiro e que, desta vez, encontrou arautos nos meios acadêmicos e empresariais tidos como liberais. O mais significativo, porém, é que a idéia tenha encontrado defensores prestigiados no próprio meio jornalístico. Castelinho, como era conhecido, por exemplo, era um dos mais conhecidos e respeitados colunistas políticos do país, na época, principalmente pelo fato de que sua coluna não deixou de ser publicada, mesmo nos períodos mais fechados do regime. Por si só, este fato já lhe garantiu o reconhecimento de ter conseguido escrever, de forma independente, acreditava-se, sobre política, graças a habilidades tidas como próprias, quando tantos outros foram impedidos de fazê-lo.

Antes de apontar a conspiração jornalística, Castelo já tinha escrito que as esquerdas tinham-se unido "informalmente ns universidades e nas ruas para agredir o candidato [Fernando Collor] do PRN, e faze-lo retroceder (...)", denunciando ainda que "as táticas anti-Collor acentuaram-se em seguida, levando o candidato do PRN a recorrer á violência" ("Polarização na reta final", *JB*, 14/10/89). Em novembro, o colunista já acusa diretamente a "mídia esquerdista" como parte res-

ponsável pela rejeição ao candidato Fernando Collor, como pessoa ("Inconfiabilidade de um e despreparo de outro", *JB*, 12/12/89).

Às vésperas da votação no segundo turno, o colunista volta à tese da conspiração de esquerda contra Collor, mencionando uma euforia de grupos políticos vinculados a tal perspectiva, "que poderia atingir um grau de excitação tal que" tornaria "sufocante para os que dela não" participassem "fazer qualquer coisa como sair de casa, falar, ir ao cinema, ao teatro ou ao restaurante" ("A Lula cabe arrumar a sua retaguarda", *JB*, 12/12/89).

A estranheza maior diante de tal vocabulário deve-se ao fato de que, neste caso, tratava-se do colunista político mais influente do País, cujo nível de informação sobre a atualidade (que de algum modo registrava o tipo de campanha política realizada por Collor de Mello, na qual uma das marcas registradas era a demonstração de um poder exacerbado, nas falas e nas atitudes) e cujo conhecimento sobre a história política contemporânea, o faziam, naturalmente, sabedor do *modus operandi* das oligarquias remanescentes deste país, do seio das quais saiu o candidato Fernando Collor de Mello.

Mas Castelo não estava sozinho em suas acusações. A idéia da conspiração jornalística contra Collor de Mello encontrou adeptos nas páginas de opinião, em textos assinado por outros dois veteranos articulistas, como Fernando Pedreira (*JB*) e Aristóteles Dumont (*OESP*).

Mas, houve ainda uma terceira formulação, mobilizando a idéia de uma espécie de "conspiração branca", no caso, o complô, formado pelos partidos de esquerda e centro-esquerda, supostamente beneficiários do golpismo. Estes se omitiriam na votação do segundo turno, contribuindo, assim para a vitória de Lula. Só aí, segundo a versão, empreenderiam uma intervenção salvadora, ocupando o poder. Nesta modalidade, compareceram aos jornais os inconformados com a deci-

são do PDT e, principalmente do PSDB (que tinham concorrido com candidatos próprios no primeiro turno) de apoiar Lula, no segundo turno, e não o candidato Fernando Collor.

Marcos Poggi de Araújo, um conhecido empresário, colaborador de um prestigiado jornal carioca, por exemplo, lançou a suspeita de que a decisão fora ditada pelo engajamento dos peessedebistas em um suposto projeto de tomada do poder, nas eleições seguintes, das quais sairiam os parlamentares encarregados de reformar a Constituição em 1993 ("A opção do Centro", *JB*, 04/12/89).

E como a imagem do complô tem como contrapartida a idéia da santa conjuração, o mito do " salvador da pátria" também foi muito evocado na fala das elites sobre as eleições presidenciais de 89, nas páginas da imprensa, não só nos jornais, mas, também, nas revistas de informação. Vale a pena recorrer a uma edição de *Veja* (de 23/03/88), portanto veiculada antes da deflagração da campanha eleitoral, porque ela condensa os elementos principais da forma como a imagem do candidato Collor foi construída como "salvador da pátria", na mídia informativa em geral.

Mesmo que a matéria tenha sido produzida no estilo característico da publicação, de sugerir ironicamente uma dose de desconfiança em relação ao discurso do entrevistado, como que alertando ao leitor para que descontasse pequenos exageros no que estava sendo dito, não há duvida de que a matéria o beneficiava devido a esta imagem. Lá estavam nitidamente distribuídos os recursos verbais e visuais utilizados no material ilustrativo da reportagem, que o caracterizava como "herói salvador".

Não só as fotografias, como os recursos gráficos procuraram fixar sua imagem como personagem em tudo talhado para a liderança do país, pela forma de expressar-se e comportar-se. O que a revista "disse", principalmente, por meio de imagens visuais, ensaístas, colunistas e editorialistas o fizeram verbalmente, apelando, principalmente, para

uma vinculação entre o candidato e uma suposta idéia, vagamente enunciada de "modernidade". Tão convictos estavam os autores da matéria que nem se deram ao trabalho de justificar ou fundamentar a noção caricata de que Collor era o "herói salvador", que tinha o poder, a capacidade e a vontade de implantar a modernidade. Em nenhum momento também tal perfil foi contrastado seja com a trajetória política pessoal do candidato, seja com um mínimo de atenção a significados atribuídos contemporaneamente a conceitos como o de modernidade e mesmo de modernização.

Aliás, o tema da modernidade e a polarização entre os termos moderno e arcaico desempenharam, no discurso jornalístico sobre as eleições, a função de uma espécie de "idéia-dobradiça", pois articulava a esfera do imaginário mítico (o tema da conspiração e o do salvador) com a esfera, que poderia ser considerada como mais racional, porque no seu interior era enfocado o eixo política/economia e seus desdobramentos como a questão do papel do Estado, no bojo da discussão sobre a estatização *versus* privatização de empresas públicas. [8]

É possível que a maior aproximação entre o *discurso da* campanha eleitoral e o *discurso* pretensamente analítico *sobre* as eleições tenha se dado através do tema da modernidade. A publicação, na edição citada, já naquele momento, a única que contava com a cifra significativa de quase um milhão de exemplares semanais, circulava no Brasil de ponta a ponta, uma façanha que nenhum dos jornais do eixo Rio-São Paulo conseguia realizar, foi pioneira na ação de tornar conhecida a imagem de Fernando Collor, como "caçador de marajás", muito antes que a própria propaganda do candidato o fizesse.

A idéia do chefe providencial, embutida no epíteto, repetiu-se, apenas com algumas variações, mais próprias ao discurso dos jornais, nos escritos dos defensores da candidatura na imprensa, ao longo do período em que durou a campanha eleitoral.

Contudo Collor não foi o único candidato associado à figura do "salvador". E nem esta foi manejada apenas pelo discurso leigo. A imagem do homem providencial foi atribuída também a Mário Covas e defendida no âmbito do *staff* acadêmico do seu partido, o PSDB, no bojo de uma campanha de voto útil para este candidato, derrotado no primeiro turno. A versão utilizada no caso, exclusivamente, foi a do "herói da normalidade", ao contrário do candidato Fernando Collor, que foi alternadamente considerado também "herói da excepcionalidade", ainda que qualificado como de uma excepcionalidade tida como desejável.

Collor chegou a ser apresentado pelos seus apoiadores como um fenômeno excepcional do reino do maravilhoso: um líder, que por suas qualidades foram do comum, teria o poder de transformar o Brasil. Por sua vez, tentando pôr em questão esse espaço simbólico, os que apoiavam o candidato do Partido dos Trabalhadores procuraram enfatizar que excepcional era o que Lula representava em direção ao avanço da presença do universo oprimido na política brasileira. Inclusive tentou-se explorar o caráter "moderno" de uma opção por um líder, forjado no setor "moderno" da economia, no coração do complexo industrial paulista, nas lutas operárias e na resistência ao regime autoritário e assim por diante, em contraste com um representante das oligarquias tradicionais brasileiras que se serviram, por longos anos, dos chamados currais eleitorais. Mas daí também a dificuldade de fixação de significados ligados à idéia de salvação no caso do candidato do Partido dos Trabalhadores, já que se procurava também estabelecer o princípio de que a sua escolha revestia-se do caráter de ação construtiva da democracia brasileira, porque excepcional era a não-aceitação da possibilidade de um candidato oriundo dos meios majoritários da sociedade ascender ao poder. Mas, para os que o rejeitavam, bastava-

lhes considerar a opção Lula como excepcional, porém, do reino da transgressão da ordem, a perturbação da normalidade existente, depois da ultrapassagem do regime autoritário.

Covas, por seu turno, foi tido como a perfeita normalidade; a garantia de que, com ele, não se correria o risco de mudança indesejada, que pudesse figurar em qualquer das perspectivas ideológicas adotadas pelos outros dois candidatos, mas, principalmente pelo que foi mais associado ao tipo de construção simbólica aqui apontada.

Todo o discurso que respaldou a imagem do então senador Mário Covas, como único capaz de governar o país naquela conjuntura, insistia em atributos como equilíbrio, sobriedade, moderação e competência comprovadas. Com base na alegação de que o candidato possuía tais virtudes, seus defensores associavam-no tanto a estereótipos populistas de direita, quanto de esquerda para deixá-lo em expressiva vantagem em relação ao candidato de direita, Fernando Collor, e de esquerda, Luiz Inácio da Silva Lula.

Das vozes que elegeram o candidato do PSDB como sinônimo de "salvação nacional", destacou-se a do cientista social Helio Jaguaribe. Todo o seu raciocínio foi construído em torno da idéia do risco da ingovernabilidade em que o país cairia, caso ele não fosse eleito. Em três artigos, publicados no *Jornal do Brasil* e na *Folha de S. Paulo,* no período de um mês, o sociólogo proclamou de forma veemente a idéia de que era "Covas ou o caos": "Para evitar o caos" (*FSP*, 12/11/89; "O Presidente de 90 dias" (*JB*, 26/11/89) e "Para evitar a ingovernabilidade" (*FSP*, 12/12/89), recorrendo ao famoso slogan utilizado por De Gaulle, no referendum francês de 1969: "De Gaulle ou o Caos".

Recorde-se que Helio Jaguaribe tem em sua biografia o fato de ter sido crítico do Regime Militar, pelo menos em dois dos seus aspectos: o autoritarismo tecnocrático e o próprio pressuposto do salvacionismo

militar, o que torna curiosa sua posição em 1989, valendo-se exatamente da idéia da salvação. À crítica do autoritarismo ofereceu uma contribuição na forma de discussão e proposições para problemas econômicos e sociais brasileiros, herdados ou ampliados no período do regime passado.

Mas cabe ainda observar que o tema do salvador articula-se com a noção de governabilidade, que já usufruía de certo prestígio no estudo de processos políticos, embora, ao mesmo tempo, fosse objeto de muita crítica. Mais do que isso, a própria idéia do perigo da ingovernabilidade [9], aponta para o ameaçador discurso do risco de retrocesso político. Figura de proa como elemento controlador, tanto da prática quanto da doutrina da política autoritária no Brasil, a ameaça foi amplamente manejada pelos militares, no que os seguiram seus apoiadores civis, na fase da "transição pactada" entre a hierarquia militar e lideranças sociais e políticas do regime autoritário para um regime mais aberto. [10]

Note-se, ainda, que à proporção que o calendário sucessório avança, o professor retoca o perfil do "salvador", sem abandonar a idéia da "salvação". No primeiro artigo publicado na *FSP* ("Para evitar o caos", 12/11/89), conclamou os *setores integrantes da sociedade moderna*[11] a concentrarem seus votos, desde o primeiro turno, no senador Mário Covas, como única possibilidade de evitar o altíssimo risco da ingovernabilidade. Observem-se os destinatários da conclamação, situados como co-autores, junto ao candidato, da "salvação".

No artigo publicado pelo *JB* ("O Presidente de 90 dias"), exatamente, quatorze dias depois, ou seja, no dia 26/11/89, portanto já após a derrota do seu candidato no primeiro turno, o autor atribuiu às "forças progressistas brasileiras", que aspirariam "a combinar os requisitos da modernidade econômico-tecnológica com os de uma equâni-

me democracia social", a tarefa de intervir "para salvar a República e suas instituições (...)". Instava-as a fazê-lo, não apoiando nenhuma das duas candidaturas, nem assumindo qualquer participação no futuro governo, mas apoiando um novo modelo de regime de governo. A perspectiva de salvação emigra, neste texto, do candidato ausente no segundo turno para um "moderno parlamentarismo", nos termos em que o define.

No terceiro artigo mencionado "Para evitar a ingovernabilidade" (12/12/89), encontra-se o mesmo diagnóstico da crise iminente; contudo o autor faz uma alteração no cronograma da intervenção salvadora, propondo "uma antecipação na forma de posicionamento político a ser adotado por uma frente ampla antes mesmo do segundo turno, porque independeria do pleito". Também em relação à identidade das forças salvadoras, há mudanças de enfoque. No artigo anterior, o autor falou de "forças progressistas", mas nomeou apenas o próprio PSDB.

Neste terceiro, o apelo é mais amplo. É dirigido aos "setores responsáveis pelo país" e são citados "o PSDB e o setores sérios do PMDB, os sindicatos e empresários modernos, as organizações de classe média, tecnocracia estatal (...)".

Todos esses setores, afirmou o professor Jaguaribe, tinham "o mais prontamente possível de se posicionar, votando em um ou outro candidato ou mesmo não votando em nenhum, porque a crise viria com qualquer que fosse o eleito" ("Para evitar a ingovernabilidade", *FSP,* 12/12/89).

É interessante notar que o professor Jaguaribe não hesitou em ficar em posição minoritária no partido que ajudou a fundar e do qual era, na época, um dos dirigentes. Oficialmente, o Diretório Nacional do PSDB havia indicado a candidatura de Luiz Inácio da Silva como opção progressista para o segundo turno, depois da derrota de Mário

Covas. Ratificava assim a posição que já havia sido adotada pela Executiva Nacional da agremiação, anteriormente.

Do povo cordial ao eleitor ideal

O tema do eleitor foi objeto de uma segunda modalidade de leitura imaginária das eleições de 1989, que pode ser nomeada, utilizando um rótulo mais geral, como uma leitura estereotípica. Vale recordar que foram utilizadas pelo menos fórmulas que encaixam uma percepção, tanto da condição sócio-econômica e cultural do eleitorado brasileiro, quanto do comportamento do eleitor propriamente dito.

Revisitou-se a idéia dos "dois brasis", desenvolvida por Jacques Lambert (1959), na década de 1950, que já tinha acumulado décadas de crítica na sociologia brasileira, para retratar superficialmente algo como um eleitorado cindido entre uma maioria residente no Brasil marginalizado e uma minoria que usufrui de um país em tudo diferente do outro. Ambas as partes estariam irremediavelmente separadas entre si, mas se encontrariam no instante eleitoral, momento em que perceberiam suas existências como opostas.

E foram evocadas, algumas vezes de forma relacionada ou até mesmo superpostas, duas classificações do contingente de votantes: o "eleitor inculto" e o "eleitor cordial". A primeira reportou-se diretamente a uma referência a um suposto despreparo dos brasileiros para o exercício do voto e a segunda evocou a velha idéia do brasileiro cordial, tomada aqui como base para a interpretação do comportamento do eleitorado na sucessão presidencial, a partir de uma associação entre o que seria um suposto "eleitor de centro" e um, também, suposto, "eleitor ideal".

As três fórmulas foram adotadas como uma espécie de matrizes geradoras de tipos eleitorais, sendo que a mais solicitada nos escritos

menos preocupados com argumentações elaboradas foi, sem dúvida, a da "cordialidade", como qualidade imaginada do eleitor, respaldadora, deste modo, da rejeição às alternativas eleitorais tidas como "radicais".

A idéia da cordialidade, utilizada no passado para justificar uma presumida índole pacífica do povo brasileiro, foi manejada, no debate sucessório de 1989, principalmente para uma classificação do eleitorado nos momentos em que este foi visto pelas sondagens de intenções de voto como mais próximo dos interesses dos segmentos que não queriam mudanças no modelo de governar o país, nem alternância no poder.

Referir-se a esta classificação é reportar-se a raciocínios presentes em um conjunto de questões que mobilizaram o debate intelectual, nos anos 20-30, em torno da existência ou não de um tipo próprio de cultura nacional e/ou de um caráter nacional brasileiro. A maioria dos enfoques pretendeu trazer os sentimentos e a afetividade para um papel relevante na constituição de uma idéia de nação (Havelino Filho, 1990).

Para os intelectuais conservadores, tratava-se de um fundo cultural ideal, uma espécie de potencial para a missão de orientação política que desejavam exercer na sociedade. Recorde-se que foi significativo o papel desempenhado, a partir desta premissa, por um número representativo de intelectuais na constituição e difusão da doutrina do Estado Novo (Oliveira, Veloso e Góes, 1982).

Para outros, e aí a fonte, mesmo que distante, é Sergio Buarque de Holanda, cuja concepção do homem cordial colocava em relevo a existência de um fundo emotivo responsável, sobretudo, pela preferência dos brasileiros por comportamentos afetivos, em detrimento dos comportamentos impregnados de ritualismo, por exemplo. Tratava-se para este autor, para além dos estereótipos, de mostrar a "existência de um vínculo social, não político, que une, até mesmo, dentro da mais acentuada diversidade" (Holanda, 1956).

A simplificação da idéia do brasileiro cordial serviu para o elogio do eleitor, por uma presumível rejeição às chamadas "teses radicais de esquerda" e adoção de uma postura chamada, eufemisticamente, de "centro", entendida, na realidade, como a soma de matizes da direita. Para se ter uma idéia do tratamento enaltecedor presente em certas abordagens concedidas ao eleitor, com base naquela constatação, basta rever alguns editoriais publicados pelo matutino da família Mesquita.

Em setembro de 1989, o *OESP* explicita expressivo regozijo pela ligeira subida dos candidatos Paulo Maluf e Guilherme Afif Domingos, em pesquisa de intenção de voto, classificando-os como candidatos de "centro", curiosamente, na mesma categoria em que foi colocado o candidato do PSDB, Mário Covas e, ainda, figuras do passado como Dutra, Juscelino e Jango. Na mesma oportunidade, Getulio é apontado como de esquerda.

A dois meses, portanto, da realização do primeiro turno das eleições presidenciais, o OESP publica que os dados relativos à melhora da posição de Afif e Maluf confirmavam "uma antiga verdade sobre as eleições, no Brasil: o eleitorado brasileiro é como sempre foi majoritariamente centrista" ("O caminho do centro", *OESP*, 23/9/89).

A explicação do jornal é que existiria um estado, que admitia possível de ser definido como de "pré-racionalidade", que faria o eleitorado "manifestar-se com coerência surpreendente, pelo menos para quem pensa e até diz que o brasileiro não sabe votar". O editorialista manifestava ainda satisfação pelo fato de que, a seu ver, o eleitorado de centro deixava claro não estar disposto a entregar o segundo turno apenas à esquerda. "A ligeira queda de Collor", ao lado da pequena subida de Maluf e Afif, constatadas por sondagens eleitorais, na ocasião indicavam, segundo o editorial, "a tradicional tendência da sociedade brasileira de procurar soluções de centro".

No retrato traçado por estes e outros textos de opinião que o jornal publicou, é nítida a superposição das categorias "eleitor" e "povo". O eleitorado é considerado consciente (embora dotado de uma "pré-racionalidade") quando é de centro, assim como o povo é "bom", quando faz a mesma opção política (neste contexto, não importa em que condições) dos setores poderosos da sociedade. E, melhor ainda, se não tem ideologia alguma, como ficou registrado em intervenções editoriais que enfatizaram sua ausência, como critério adotado pelo eleitor na decisão do voto, em 1989.

Haveria aqui de chamar a atenção para o fato de que o tema do confronto ideológico entre os candidatos foi um dos mais controvertidos no debate em torno da sucessão presidencial em 89. Tanto a esquerda (inicialmente), como a direita (quase todo o tempo) tentaram negá-lo. Recorde-se que a famosa tese da "morte da ideologia", do ex-funcionário do pentágono, Francis Fukuyama, estava no auge de sua "popularidade" naquele ano. [12]

O elogio do eleitorado é retomado, pelo mesmo jornal, cerca de um mês depois, a bordo de mais um comentário sobre sua presumida racionalidade. Desta vez, o assunto foi o candidato Silvio Santos, empresário de televisão, cuja queda nas preferências eleitorais captadas por sondagens de intenção de voto inspirou o editorial, sugestivamente intitulado "O povo não é bobo", a afirmar que "emoção e popularidade" não eram pesos únicos a exercerem influência exclusiva, livre e soberana sobe o eleitor no momento do voto. Individual e coletivamente, a população brasileira recorreria também a "critérios racionais e objetivos ao preencher a cédula única".

Empresários e representantes de setores emblemáticos da economia brasileira vieram a público, também, bater na mesma tecla do elogio do eleitor. Leo Cochrane Júnior, presidente da Febraban (Fede-

ração Nacional dos Bancos e Confederação Nacional das Instituições Financeiras), com um artigo primariamente revelador da retórica utilizada: "O recado do povo" (*FSP*, 19/11/89), é apenas um exemplo da expressividade pública adotada por este segmento social.

Comparar as elites com o povo (leiam-se, respectivamente, políticos profissionais e eleitores), foi outro recurso largamente utilizado por editoriais, artigos assinados por jornalistas profissionais ou colaboradores oriundos de âmbitos diversos, engajados nas discussões mais acirradas do debate sucessório, como a questão do papel do Estado na economia, cristalizada na polêmica "estatização *versus* privatização, que envolveu economistas de centro e de esquerda, liberais e neoliberais".

Entre os jornalistas, mencione-se, por exemplo, Gilberto Dimenstein, da FSP, que também registrou avaliações do comportamento do eleitor, com base nessas discussões. Também de olho nas sondagens realizadas pelo instituto de pesquisas Data-Folha, do mesmo jornal, escreveu que o eleitorado dos grandes centros se identificava "com os candidatos adeptos de programas favoráveis integralmente à economia de mercado" ("O PT e as pesquisas", *FSP*, 09/11/89). O raciocínio, vazado na linguagem típica do texto ligeiro, tão freqüente no jornalismo brasileiro, era, evidentemente, temerário, no mínimo, pelo grau de consciência analítica sobre economia e política atribuída aos eleitores, com base numa pesquisa que, independentemente dos méritos que pudesse ter, não respaldava tal percepção.

De resto, o elogio do eleitorado, em contraposição a uma crítica genérica à sociedade política, sempre nomeada genericamente como "elites", foi bastante repetido, sem muitas variações, até o final do processo eleitoral. E ao final, realizadas as eleições, proclamados seus resultados finais, consagradores da vitória de Fernando Collor de Mello, certas correntes ideológicas já não tinham o que temer. E a glorificação do eleitor assume certo ar de reconhecimento.

Um exemplo que pode ser evocado foi a manifestação do empresário Sérgio Quintella, cujo dado biográfico principal, significativo para que o público leitor o situasse no processo eleitoral, foi omitido pelo jornal que publicou o seu texto. Foi ele um dos fundadores do chamado Movimento de Convergência Democrática, que reuniu ex-ministros dos governos militares e outros representantes do pensamento conservador, em geral, ou posturas autoritárias, em particular, com vistas a influenciar o resultado da disputa.

Quintela, apresentado pelo jornal como membro do Conselho Monetário Nacional, vice-presidente da Associação Brasileira para o desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib) e membro do Conselho da PUC-RJ, atribui à sabedoria do povo a derrota do que considerou uma "coligação e, com ela, o que houve de mais obsoleto e retrógrado: o socialismo estatizante, a república sindicalista e o corporativismo" (*FSP*, 26/12/89). Não faltou, também, nas falas que se pretendiam plenas de racionalidade, dos economistas, sociólogos, políticos e outros, a evocação da dicotomia "moderno *versus* arcaico", uma estratégia que, com base em imagens estereotipadas, associou maniqueísticamente a esquerda ao arcaísmo político e o neoliberalismo (nomeado diretamente ou não) à modernidade.

Esse campo semântico, do qual se apropriou, exaustivamente, a retórica conservadora, na esfera da opinião jornalística da imprensa naquele momento, teve o clímax de sua utilização nos meses de novembro e dezembro, intensificado pela própria polarização ideológica, posta pela disputa no segundo turno.

O grau zero da História

A terceira modalidade de leitura imaginária, veiculada nos debates em torno das eleições presidenciais de 1989, para a qual é inte-

ressante chamar a atenção, consistiu na mobilização de uma vaga idéia do "novo" contraposto ao "velho", consubstanciada numa percepção de "ruptura" com o "antigo", que qualificava o presente histórico. A recusa do existente a ser expurgado e purificado redundou num tipo de celebração do "novo", que se acreditou ter vindo.

Trata-se de variações em torno da idéia recorrente de recomeço, que ronda a avaliação da vida brasileira e que, volta e meia, está em evidência no procedimento de apresentar a história como uma sucessiva construção de marcos iniciais: "República nova", "Estado Novo", "Nova República" e assim por diante – uma espécie de "grau zero" da história, que se atualiza, ou se reprisa, nas falas que erigiram o instante eleitoral como um momento de ruptura na sociedade brasileira.

Sobre esta perspectiva, Paz (s/d) recorda que "por esgotamento das possibilidades vislumbradas num tempo anterior, surgem condições de um verdadeiro ajuste de contas". E, neste sentido, produzir o grau zero da história significaria negar o passado tal como ele se realizou, portanto, "transcender a hereditariedade".

É claro que haveria de cuidar-se, com a idéia de condições de ajuste de contas, uma vez que a historiografia brasileira é pródiga no registro de ações que, na prática correspondem ao seu adiamento nos processos políticos. O alerta, talvez, seja ainda mais válido em se tratando do debate eleitoral, que em geral não vai muito além da consagração de táticas retóricas, para uso pontual em certas situações. Mas, também, seria imprudente não reconhecer que uma gama de significados portadores de expectativas sociais organizou-se em torno da idéia de recomeço, no debate sucessório, e foi manifesta, de alguns modos na imprensa de maior difusão no país.

A visão daquelas eleições como um marco inicial na vida política brasileira e seu desdobramento na idéia subseqüente de que nada seria

como antes, depois da sua realização, apoiou-se em conjunto de idéias e sentimentos políticos correspondentes, por sua vez, a um conjunto de fatos. Em primeiro lugar, recorde-se a própria condição do país, caracterizada como situação-limite, representada, de um lado, pelos impasses colocados pela lentidão do processo de redemocratização; e de outro, pela crise econômica, precipitada ou agravada pelos governos anteriores. O do último presidente militar, marcado pela exaustão do ciclo autoritário, e o do primeiro governo civil, do político conservador José Sarney, que ajudou a impedir no Congresso a aprovação das eleições diretas, quando cumpria mandato parlamentar, governo que se encerrava marcado pela paralisia no âmbito político e pela debilidade administrativa no trato da crise econômica.

Retratando esse quadro de sentimentos e expectativas, chegou-se a afirmar, já depois das eleições, em um texto acadêmico, que seria inconcebível imaginar que o voto de 82 milhões de eleitores conduzisse ao Palácio do Planalto um governo rotineiro, timorato (Lamounier, 1990).

Em segundo lugar, considere-se o próprio sentimento de legitimidade do qual o pleito se revestiu. Os seguintes aspectos podem ser evocados: a adoção, pela primeira vez, no Brasil, do mecanismo de eleição em dois turnos, o que permitia a condução de um presidente pela maioria absoluta dos eleitores e as dimensões representativas do eleitorado, até pela ampliação quantitativa do contingente de votantes. Recorde-se que compareceu às urnas, no dia 17 de dezembro de 1989, a expressiva cifra de 72 milhões de eleitores, de um universo de 82 milhões, totalizando 55% da população total. Já na última eleição direta para presidente da República, em 1960, o comparecimento fora de 16 milhões de eleitores, o que representou 20% da população total (Lamounier, 1990).

E, além do mais, poder-se-ia acrescentar a necessidade de levar em conta o fato fundamental de que, com eleições diretas para o cargo, o país cumpria importante etapa no processo de redemocratização.

O sentimento de que nada seria como antes também se alimentou de um cenário mais amplo, marcado por transformações políticas internacionais de grande amplitude, principalmente as deflagradas pela chamada *Perestroika* soviética e pelas mudanças no Leste Europeu. Mostradas dia após dia pelos meios de informação, reforçavam a idéia de que "os tempos eram fortes e a hora, grande". Para muitos olhos e ouvidos, se se permite um vocabulário bíblico, as notícias soavam quase proféticas, como "boas novas de grande alegria", levando a pensar que o seriam "para toda a terra".

Como ficar indiferente, se os fatos de 1989 evidenciavam-se como históricos, na medida mesma em que aconteciam? Hobsbawn (1990) chegou a alinhar 1989 ao lado de momentos como o do ano da revolução Francesa e o da Revolução Russa (1917), argumentando que "existem épocas em que os acontecimentos concentrados num curto período de tempo são evidentemente históricos e imediatamente percebidos como tais".

Mesmo que seja difícil precisar o impacto dos acontecimentos, na então União Soviética, e na Europa do leste, nas percepções dos que vieram a público naquele momento, para manifestar-se por meio da mídia de ampla penetração na sociedade, se tenta traçar parâmetros, os mais diversos, nem que fosse para dizer que o Brasil precisava mudar, tinha que mudar, porque tudo estava mudando, lá fora. Houve quem, por exemplo, como o diplomata Rubens Ricupero, na época exercendo o estratégico cargo de embaixador do Brasil na ONU, aconselhou o país a adotar uma *Perestroika* para "pôr fim à desordem econômica e retomar o crescimento e, ainda, transformar as relações sociais e o sistema político".

Veemente, o diplomata concluiu que os brasileiros:

> (...) não podiam ficar parados quando o mundo se renova sob nossos olhos. Só se nos juntarmos aos esforços mundiais de renovação, podemos dizer como Goethe: 'Deste lugar e deste dia, data uma nova era para a história'. "Fim do Muro, começo de uma nova Era"(*OESP*, 11/11/89).

Para outros nem era preciso evocar o cenário internacional para prognosticar mudanças no Brasil, que deveria mudar, mesmo porque não poderia deixar de fazê-lo, uma vez que as mudanças já tinham começado a acontecer. Seriam elas mesmas detonadoras das transformações mais profundas, que certamente, viriam.

A idéia de que as eleições significavam uma ruptura histórica foi só uma seqüência natural destes argumentos. Foi trazida às páginas dos jornais por representantes de diferentes setores, como jornalistas, cientistas sociais, políticos profissionais de perspectivas ideológicas diversas. Nos textos pró-Lula, o tema foi tratado com detalhes. Nos outros, a tônica era a idéia de que as eleições constituíam, por si mesmas, um fator de mudança, mesmo que não se conseguisse especificar em que sentido e em que direção.

Em texto pró-Lula, o então petista Francisco Weffort, professor da USP e ideólogo de primeira hora da agremiação, em artigo para o jornal OESP, escreveu que estava em curso, no país, uma revolução pacífica, representada por uma vitória do candidato do Partido, que lhe parecia inevitável. O título do artigo especificava a natureza da revolução que anunciava: "A revolução das Consciências" (*OESP*, 15/12/89).

Alguns traços caracterizariam, em sua opinião, o desenrolar de uma revolução: o primeiro deles, a surpresa histórica:

> Lula, o metalúrgico, eleito Presidente do Brasil. E a surpresa diante de uma virada da histórica, seria o primeiro passo de uma revolução. O segundo passo, a ruptura histórica, carac-

> terizada por uma nova correlação de forças: os trabalhadores – ou seja – o movimento operário organizado – passam de figurantes a protagonistas do jogo político nacional. É um enorme deslocamento, que aparenta ser irreversível, do eixo do processo político. É um novo começo para o desenvolvimento político social do país. (*OESP*, 15/12/89)

Vai-se encontrar o mesmo sentimento de iminência revolucionária nas falas de um político profissional, Eduardo Suplicy, na época o único senador do Partido dos Trabalhadores. Faltavam três dias para a votação em segundo turno. Os termos são grandiloqüentes e não falta o tom do "já ganhou". Para o parlamentar paulista, a eleição de Lula significava "a oportunidade de uma revolução pacífica, realizada por uma das armas mais eficazes já descobertas; o voto. Daí a aproximação do que imaginava estar acontecendo no Brasil com a "utopia de Allende" e "o sonho de Dubcek".

Em contrapartida, vozes outras se levantavam para pregar o risco de um verdadeiro pânico nacional, caso se concretizasse a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores. A estes, cujas vozes foram reforçadas por apelos vindos, inclusive, de um cientista social como Helio Jaguaribe, que alertava para o risco da ingovernabilidade outros, como o também cientista social, José Álvaro Moisés, respondia que a revolução pacífica de Lula representava, ao contrário, a garantia de governabilidade, porque se fundava na esperança de efetivas mudanças sociais ("Enfim, governabilidade com esperança", *FSP*, 14/12/89).

O cenário era propício para extravasamento de emoções, com a corda portadora de tensão esticada ao máximo. O palco típico das brigas de torcida, em manifestações de rua, encontrava correspondência nos escritos de intelectuais que falavam de ruptura histórica. Se as eleições foram percebidas assim, por muitos ou poucos atores políticos, ou estrategicamente colocadas desta maneira, por outros tantos ou pou-

cos; ou em alguns casos, houve expectativa, noutros, vontade, ou em outros, ainda temor de ruptura, pouco importa. Importa reconhecer a presença desta constelação de idéias e sentimentos, por mais contraditória que seja, como um elemento ativo, do processo eleitoral.

Afinal, a importância das datas decorreria, como ponderou Bresciani (1978), não tanto de uma transformação evidente, mas, principalmente, de uma intenção transformadora. Em alguma medida, portanto, caberia levar isto em conta, já que a consciência da ruptura iminente em 1989 levou alguns à impressão de que ela estivesse ocorrendo e até a de que, efetivamente, já ocorrera.

A vontade da mudança, aliada ao esforço para que se concretizasse, levou alguns segmentos, que fizeram oposição aos governos pós-64, a superestimar o alcance do efeito das eleições. Mesmo que certos sinais denotativos da existência de fatores pró-mudança, que culminaram ao final da década de 80 com o alargamento do caminho institucional em direção à democracia, fossem realmente importantes (e, sem sombra de dúvida, o eram), o realismo político aconselhava prudência, em se tratando do transporte de tais resultados para uma expectativa de comportamento do eleitorado na direção das opções mais comprometidas com efetivas mudanças estruturais, tanto políticas, quanto econômicas. Porque o que contaria, no final das contas, era a decisão do eleitor, motivada, também é certo, por um conjunto de fatores, em sua maioria manejada pelos setores que resistiam às mudanças, naquele momento.

Últimas considerações

A consideração das formas imaginárias que se explicitaram com mais freqüência, nos chamados textos de opinião publicados pela imprensa ao longo da abordagem do processo eleitoral de 1989, da que

são apresentados aqui alguns poucos exemplos, retirados de uma pesquisa mais ampla que examinou o universo composto pelas edições diárias dos jornais de maior tiragem, no país, durante o ano de 1989, revela uma dimensão significativa da mentalidade do segmento constituído pelos interlocutores do debate político, naquele momento.

Evocar tais formas ajuda a compreender aspectos das estratégias, por meio das quais a imprensa de referência dominante, na sua forma especifica de agir, interveio no processo eleitoral, expôs-se e integrou-se às forças em jogo. Isto é, como, assumindo a tarefa, que tem assumido ao longo da história política contemporânea das sociedades de democracia representativa – dispor o cenário e os atores sociais, distribuir a palavra, eleger e confirmar os temas e os termos do debate público – circunscreveu, para seus leitores e todo o campo de influência seu (da própria mídia) e deles, o significado e o alcance do acontecimento "eleições". E, em meio a tudo isto, tornou mais visíveis confluências e discrepâncias entre interesses e projetos sociais.

A dimensão do discurso sobre as eleições, aqui enfatizada, que para os objetivos destas notas foi designada como leituras imaginárias, não é algo de importância menor em relação àquela esfera em que o debate poderia ser considerado mais racional, pela escolha dos temas e das formas de argumentação escolhidas, não abordada aqui. Diz-se isto até porque existiram complementaridades entre ambas as esferas.

Mitos, estereótipos e falas tradicionais tiveram uma correspondência significativa com as formas mobilizadas neste debate, que poderiam ser consideradas mais racionalizadas, por terem sido mais elaboradas, de modos mais sistematizados e conceitualmente mais fundamentados. Interlocutores houve (certos representantes de setores sociais, legitimados por seus pares, tanto no mundo do pensamento acadêmico, quanto no setor produtivo, quanto na política), participantes

desse debate, supostamente mais racional, que também lançaram mão de fórmulas aqui apontadas.

Por isto, não se pode perder de vista esta dupla perspectiva do discurso sobre as eleições, que circula na mídia informativa impressa, porque possibilita uma melhor compreensão do comentário jornalístico, como parte relevante das estratégias desse ator político que é o jornal. Refletir sobre este ângulo da linguagem política é buscar compreender aspectos da contribuição do jornal para a dinâmica da construção da própria idéia da política e do processo eleitoral, na sua definição do que pareceu pertinente e significativo para o país, naquela ocasião.

É, sobretudo, abrir caminhos para a compreensão de como, articulando, registrando e difundindo imagens da política, o comentarismo jornalístico forneceu representações para outros gêneros e outros meios de comunicação e, conseqüentemente, para toda a sociedade que, de alguma forma, tem, na informação da atualidade, elementos para a formação de uma cultura política.

Mas é importante considerar, também, a contribuição que o recurso ao tratamento mítico e estereotipado das eleições pode trazer para a uma "despolitização das eleições", pela constituição distorcida do universo eleitoral, pela mascaramento, pela negação e pelo disfarce de certos elementos fundamentais do processo político como um todo.

Notem-se, por exemplo, certas iniciativas que pareceram resultar da fuga ao diálogo efetivo, pelo deslocamento dos debates de temas da realidade social para o terreno da fabulação. No caso da evocação de idéias que apontaram riscos inerentes a supostos projetos de conspiração, vagamente apresentados, por exemplo, tal deslocamento, entre outras conseqüências, abriu caminho para o velho recurso à tentativa de amedrontamento do eleitorado.

Ao concorrer para o enfraquecimento da expressão política das divergências ideológicas, desviadas do plano da discussão efetiva para o patamar em que não há lugar para explicitação de pressupostos e justificativas de propostas, com vistas ao diálogo e à negociação, tal estratégia confirmou o quanto o medo pode ser evocado como um sentimento político, potencialmente gerador de conseqüências, na política brasileira.

Naquele momento, uma das principais conseqüências da evocação mitológica no debate sucessório foi contribuir para o delineamento de uma constelação de idéias que configuraram o "antilulismo" que viria a ter vida longa na política brasileira. As leituras imaginárias, aqui agrupadas sob o rótulo de conspiração e salvação, funcionaram muito mais a serviço da desqualificação do candidato Lula, oriundo das classes trabalhadoras, do que de linhas de racionalização do processo eleitoral, nessa primeira eleição direta para presidente da república brasileira, após o estado autoritário militar. Isto porque, sobretudo, não se tratava da avaliação de um candidato em si, ou de um partido, mas da rejeição de tudo o que ele significava, pelo menos, naquele momento, a alteridade, no sentido mais amplo do termo.

A identidade política do candidato, bem como seu reconhecimento como líder e representante das classes trabalhadoras já haviam sido suficientemente construídos ao longo dos anos de chumbo, quando ele enfrentou a ditadura militar. O discurso de rejeição a um candidato vindo de um outro estrato social, diverso do celeiro tradicional de "construção" de vocações políticas, legitimado historicamente, também significava a não-aceitação efetiva do compromisso com a alternância no poder por parte da imprensa de referencia dominante no país.

A fotografia "retocada" do eleitorado só vem completar a configuração do candidato das classes trabalhadoras e de um partido que surgiu, tendo como motor a idéia de construção de uma alternativa efetiva de representação social das maiorias que compõem a sociedade brasileira. As idéias e sentimentos sobre o eleitor brasileiro, cultivadas e, de algum modo, expressas no âmbito do antilulismo, também teriam vida longa na política brasileira. Elas revelam o fundo conceitual ou perceptivo a partir do qual estes atores políticos vêm sendo enquadrados, entendidos e interpretados. Elas relevam, na sua variada forma de argumentação e justificações, um profundo desprezo das elites e de seus porta-vozes bem-pensantes contra as classes subalternas, que entendem genericamente como "o povo brasileiro", alinhado ou não com o projeto político manifestado pelo seu mais ousado candidato a representante.

Notas

1 O mais comentado, sem dúvida, tem sido o que se tornou a famosa edição do "dia seguinte", do ultimo debate entre Lula e Collor, no qual a emissora colocou no ar, o que poderia ser considerada uma obra de ficção, graças a uma "editorialização", manipulada, do desempenho dos candidatos, nitidamente favorável ao postulante, afinal vencedor das eleições, Fernando Collor.

2 O estudo completo constitui a tese de doutoramento defendida pela autora (cf. Aguiar, 1993) na ECA/USP.

3 Confrontar, por exemplo, Lamounier (1990).

4 Sobre este assunto ver comentário de Sallum JR (1990).

5 Konder (1985) e Singer (1988) contribuem para uma visão panorâmica deste registro.

6 Entre o final de 1983 e o início de 1984, a *Folha de S. Paulo* apoiou o chamado "Movimento Diretas Já", uma campanha desenvolvida por políticos de oposição ao governo do general João Baptista de Figueiredo pela realização de eleições diretas, barrado no Congresso Nacional sob a retaguarda dos militares.

7 Pelo menos três alas representativas do pensamento conservador e, eventualmente, autoritário, arraigado na imprensa de elite brasileira, eram perceptíveis naquele momento: a que se exprimiu através da presença de jornalistas leais ao pensamento de direita e extrema direita em postos de comando ou titulares de colunas periódicas; a

que se exprimia através da presença de herdeiros do antigo regime, como ex-ministros ou detentores de altos cargos nos governos militares, que atuavam como colaboradores externos dos jornais, dentre os quais se destacaram os economistas Delfim Neto e Roberto Campos e aquela formada por intelectuais, que se aliam ao pensamento conservador em conjunturas específicas e assumem tarefas ocasionais. Em 1989, por exemplo, observou-se o cineasta Ipojuca Pontes, até então ausente do cotidiano das páginas de opinião dos jornais, que passou a assinar coluna semanal no jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*), escrevendo praticamente sobre um único tema: as eleições. Estes, juntamente com alguns jornalistas integrantes da primeira ala mencionada, foram muito mais contundentes na defesa dos interesses conservadores e autoritários do que os representantes destes, reconhecidos como tais por sua atuação partidária ou de representação oficial de setores econômicos ou financeiros. Eleito Fernando Collor, Ipojuca Pontes assumiu a direção de um órgão, o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC, muito criticado posteriormente por produtores e artistas de teatro e cinema.

8 A polarização Estatismo x privatização foi tratada em termos de uma verdadeira campanha jornalística que se intensificou nos últimos meses que antecederam à eleição, numa defesa exacerbada da redução da participação do Estado na economia. Observar, especialmente a participação do jornal *Folha de S. Paulo* que se destacou pela intensidade como que participou da ação jornalística. Um comentário sobre esta dimensão do debate jornalístico sobre as eleições de 1989, está em Aguiar, 2003.

9 Uma introdução à noção de governabilidade e seu contrário, a ingovernabilidade encontra-se em Pasquino (1991). E uma discussão importante do conceito, aplicado aos países que consolidaram a democracia pluralista e constitucional de tradição liberal, pode ser lida em Arbós y Giner (1993).

10 Sobre o discurso do risco de retrocesso, ver nesta coletânea o capítulo: Continuidades e rupturas na imprensa brasileira do pós-64, ver capítulo III desta obra.

11 Grifos da autora.

12 O *Jornal do Brasil* publicou um texto ("O fim da História", Idéias, 13/8/89) do próprio autor, que era uma adaptação do original que deflagrou o debate, em meados de 1989.

REFERÊNCIAS

ABC Nacional. Disponível em: http://www.abc.es/hemeroteca/historico. El PSOE replica al PP con un vídeo que recuerda su gestión de la tregua de 1998. 153170914637.html. Acesso em: 27/11/06.

ABRAMO, P. Significado político da manipulação. In: *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, T. O ensaio como forma. In: *Notas de Literatura* I. Trad. e apresentação de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2003, p.15-45.

AGUIAR, C. B. de. *Imprensa e eleições 89*: razão e sedução na opinião das elites. Tese (Doutoramento, Escola de Comunicação e Artes), Universidade de São Paulo, 2003, 2 Vols.

_____. Sciascia e o "caso Moro": 20 anos de um retrato da (In)comunicação política, *Comunicação & Política*, vol. VI, nova série, jan-abr, 1999, p. 209-229.

_____. Mídia e autoritarismo no Brasil pós-64: a propósito de continuidades e rupturas, *Comunicação:* Veredas, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Marília: Editora Unimar, 2004, p. 255-286.

AGUIAR, S. O Caso Moro revisitado. Disponível em http://publique.festivaldorio.com.br, Acesso em: 8 out.2003.

AITH, M. EUA estudam divulgar informações falsas, *Folha de S. Paulo*, p. A11, 20/12/2002.

ANDRADE, J. de . *Um jornal assassinado* – A última batalha do *Correio da Manhã.* Rio de Janeiro: José Olimpio, 1991.

AQUINO, M. Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado Autoritário* (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de S. Paulo* e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARBÓS, X.; GINER, S. *La governabilidad*: cidadania y democracia en la encrucijada mundial. México: Siglo XXI, 1993.

ARIAS, J. El culto de la amistad, *El País*, p.41, 21/11/89.

ARRANZ, G. F. (1997) Televisión y Participación Política en Euskadi, Zer, *Revista de Estudios de Comunicación,* ART.GALI. Disponível em: html. zerrev.lp.ehu.es. Acesso em: maio 2006.

AVELINO FILHO, G. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 12, vol 5, p. 6-26, 1990.

BACZCO, B. A imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 296-331. v. 25.

BAGDIKIAN, B. H. *O monópolio da mídia*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

BENITEZ, E. Identidad y Justicia, *El País*, p. 42, 21/11/1989.

BIONDI, A. Mentira e caradurismo. In: Abramo, Perseu. *Padrões de Manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 53-63.

BLANCO, A. J.; SIMANCAS, J. M. *El Estado de las Autonomias*, Centro de Estudios Ramón Areces, 1997. 4v.

BRESCIANI, M. S. As voltas do parafuso, *Cadernos de História*, n. 2, p.7-20, 1978.

CAMPANINI, G. *Aldo Moro:* La vida de un mártir del terrorismo y el testemonio de Carlo Maria Martin Trad. Carlos Gard. Barcelona: Gedisa, 1989.

CAPARELLI, S. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

_____. Das políticas de comunicação à comunicação Política (e vice versa). GT. Comunicação e Política, Compós, (s. ed), 1997.

CAPELATO, M. Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. *Os arautos do liberalismo*: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASO MORO: Novitá gennaio-aprile – 1999. Disponível em: http://freeweb.supereva.com/elezioni.freeweb/moro99a.htm, Acesso em: out. 2006.

CASTRO, C. et al. Radiografia Eleitoral de Herri Batasuna, *La Vanguardia*, p. 16-18, 20/071997.

CONSIGLIO DE MINISTRI. *Aldo Moro:* Stato e societá, a cura di Annalisa Cicerchia, Atti del Convegno Internazionale, Roma, 1988.

CORTAZÁR, F. G.; VESGA, J. M. G. *Breve Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, v. 1, 1994.

CRELISTEN, R. D. Victim's Perspectives. In: PALETZ, D. L. and SCHIMID, A . P., (ed), *Terrorism and the media*. London: New Delhi: Sage Publications, 1992, p. 208-38.

DAMBORENEA, P. Carlos Totorica – alcalde de Ermua: Ermua era um barril de pólvora, *El País, p.* 18, 15/7/97.

D'ALIMONTE, R. Espaço político. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1991, p. 392-94.

DE MARCO, V. Um pacto de silêncio. In: COGGIOLA O. (org) *Espanha e Portugal*: o fim das ditaduras. São Paulo: Xamã, 1995.

DE MIGUEL, A. Terrorismo y medios de comunicación: una sociología imposible. In: REINARES-NESTARES, F. (Org.) *Terrorismo y sociedad democrática*. Madrid: AKAL, 1982, p. 129 e ss.

EL MUNDO. Interior realiza um vídeo destinado a países que amparam etarras, (CONFERIR)

DREIFUSS, R. *A conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

ECHARY, F. J. *Dissolución y suspención judicial de partidos políticos,* Casi Editorial Dyk Inson, 2003.

ECO, U. Umberto Eco. In: *A sociedade*. Trad. Sergio Flaksman. São Paulo: Ática, 1985, p. 106-111. Série Entrevistas do *Le Monde.*

_____. Il silenzio. *L'Espresso*, p. 13, 2/04/1978.

ELLIOT, P. Televis Ing "Terrorism: political violence" In: ELLIOT, P. et al. *Popular Culture*, London, Comedia, 1983.

El Mundo. Interior realiza um vídeo destinado a países que amparam etarras, Acesso em: 05/04/2006.

EL PAIS. Ley o Selva, p. 10, 11/01/97.

_____. El miedo es vencible, p. 11, 8/03/97.

_____. Chantaje terrorista, p. 13-53, 12/07/97.

_____. La totalitária ETA, p. 33, 15/07/1997.

_____. Contra la impunidad, p. 12, 05/10/97.

_____. El Supremo pone la ley sobre la Mesa, p. 12, 02/12/97.

_____. Siete años de cárcel para los 23 dirigentes de HB, por colaborar com ETA, p. 1, 02/12/97.

_____. El Supremo condena a HB, p. 15-18, 02/12/97.

_____. A sociedade manifestou-se de forma livre em um plebiscito que não tem parâmetro na historia da Espanha, p. 1, 15/07/97.

_____. A rebelião dos cidadãos, 15/07/97.

_____. O Plebiscito pela paz se estende desde Ermua a todo país, p. 1, 15/07/97.

_____. Todo o pais contra ETA, p. 1, 12/07/97.

_____. Um grito umânime, p.2, 12/07/97.

_____. Hemos lanzado señales de humo a ETA, dice um compañero de HB, p. 17, 12/07/97.

_____. El parlamentario 'abertzale' Patxi Zabaleta pide `exprezamente` a ETA que liberte al concejal, p. 17.

FERNANDEZ, A M. F. *Violencia y comunciacion la violencia como metodo de presión en los paises democratico*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992.

FERRY, J.M. Las transformaciones de la publicidad politica. In: FERRY, J.M.; WOLTON, D. y otros. *El nuevo espacio publico*. Trad. Maria Renata Segura. Barcelona: Gedisa, 1992.

FRAT INI, S. Il rapimento di Aldo Moro: 20 anni dopo, Roma. Disponível em: http://geocities.com/Paris/Bistro/6677/morobibl.htm. Acesso em: 1999. http://freeweb.supereva.com/elezioni.freeweb/moro99a.htm?p. Acesso em: maio 2006.

FUNREDES. Personalidades Políticas Contemporâneas, Observatório de La Diversidad Lingüística y Cultural em la internet, Disponível em: http://funredes.org/LC/espanol/cultura/politica.htm. Acesso em: out. 2006.

GANDARA, A. Há muerto la verdad, *El País*, p. 42, 21/11/1989.

GARITAONANDIA, C. Estrutura y Política de Comunicación en Euskadi. In: MIGUEL, J. Carlos de, (ed.) *Comunicación en las Naciones sin Estado*. Bilbao: UPV-EHU, 1989.

GASTAMIZA. G. *Egin*. La columna vertebral, *El País*, 20/08/98, 1998, p. 17.

GIRARDET, P. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDEINSTEIN, G. T. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GOULART, S. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUIBERNAU, M. *Los nacionalismos*. Trad. Carles Salazar. Barcelona: Editorial Ariel1996.

HALL, S. Significação, representação, ideologia: Altusser e os debates pós-estruturalistas. In: *Da diáspora*: identidades e mediações culturais, (org. Liv Sovik), Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, Representação da UNESCO, p. 160-196, 1993.

HERZ, D. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

HERNÁNDEZ, F. y MERCADÉ, F. *Estructuras sociales y cuestión nacional en España,* Barcelona: Editorial Ariel, 1986.

HEWITT, C. Publics Perspectives. In: PALETZ, D.; SCHMID, Alex P. (Ed.) *Terrorism and media*. Newbury Park, CA: Sage, 1992, p. 31-56.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____ . 1989 - O que sobrou para os vitoriosos, *Folha de S. Paulo*, 12/11/90.

HOCKING, J. J. Government's Perspectives. In: PALETZ, David L.; SCHIMID, Alex P. *Terrorism and the Media*. California/London: Sage Publications, 1992, p. 86-104.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil.* 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

HOLMES, O. W. Perigo atual e evidente In: CAPALDI, Nicholas. *Da liberdade de expressão*. Uma antologia de Stuart Mil a Marcuse. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974, p. 49-53,

IANNI, O. A idéia do Brasil moderno, *Resgate*, n.1, 1990, p. 19-38.

IBANEZ, J. G. Juan Maria Atutxa: muchíssima gente paga a ETA através de Egin, *El Pais*, p. 15, 1/09/1996.

INSTITUTO ESPANÕL DE ESTÚDIOS ESTRATÉGICOS, http://www.ieee.es/. Acesso em: 2004.

IN:TXAUSTI, A. El parlamentar 'abertzale' Patxi Zabaleta pide 'expresamente' que ETA librte al concejal, *El País*, p. 1712/7/97.

IPSOETV.ES, la televisión por Internet del partido socialista**.** Disponivel em: http://www.psoetv.es/ Index.html. Acesso em: 20 set. 2006.

JÁUREGUI, G. *Entre a tragédia e a esperança*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

JULIÁ, S. De Espíritus y fantasmas, *El País*, p. 20, 28/09/97.

LA VANGUARDIA, El Terrorismo y las Leyes, p. 25, 20/07/97.

_____. Cinco autores e o terrorismo, p. 16, 20/07/1997.

KONDER, L. Os intelectuais. In: MELLO, J. M. *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto/ Intercom, 1985, p. 129-136.

KUSHNIR, B. Entrevista com Oliveiros Ferreira. In: CARNEIRO, M.L. TUCCI (org). *Minorias Silenciadas*: história da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002, p. 587-603.

KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. A Primeira Vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, M, L. TUCCI (org). *Minorias silenciadas*: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2002, p. 535-551.

LAMOUNIER, B. El Brasil de la pós transición: antecedentes, riesgas y posibilidades del Gobierno Collor. *Revista Mexicana de Sociologia*, Año II, n. 4, Oct-Dec., p. 3-24, 1990.

LAMBERT, J. *Os Dois Brasis*. Rio de Janeiro: INEP/ MEC, 1959.

LAQUEUR, W. *Terrrorism*. Madrid: Espasa-Calpe, 1980.

LARRAURI, E. La lucha por la paz em Euskadi también está em lãs calles, *EL PAIS* , p. 22, 16/06/96.

LIMA, V.A. A Rede Globo e a transição para a democracia: 1982-1985. In: *Comunicação*: teoria e política. São Paulo: Editora Perseu Abramo, p. 141-173, 2001.

L IN:Z, J. J. *Conflicto en Euskadi*. Madrid: Espasa-Calpe, 1986.

LLOBERA, J. R. *El Dios de la modernidad*. Barcelona: Anagrama, 1994.

LOPEZ-ARANGUREN, E. e Ibarrondo, Andrés Lopez. A. La Imagen del Nacionalismo Vasco y de la Violencia política en el País Vasco. In: _____. *Accesits del premio "Miguel de Unamuno", de Ensayo de 1991*. Vitória-Gasteiz: Publicações Governo Vasco, 1991.

LUA NOVA, *O Estadão* e o Golpe de 64: entrevista de Ruy Mesquita, n. 2, v. 1, p. 27-31, 1974.

MACEIRAS, M. Violência, lenguaje e interpretación, *Cuaderno Gris*, Época III, n.2, p. 353-367, 1997.

MAGALHÃES, A.V.; COELHO, A. G., L*eonardo sciascia, linguagem, tradição e poder*. Disponível em: Filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno03-08.html. Acesso em: out. 2006.

MARCELLINI, M. & AVALLONE, F. *Il ruolo dell' Informazione in una situazione di emergenza*. Turin: RAI-VAPT 1, 1978.

MARCONDES FILHO, C. Notícias e atividade mercantil. In: _____. (org.) *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984, p. 13-22.

MATA-LÓPEZ, J. M. *El Nacionalismo Vasco Radical*: discurso, organización y expresiones. Bilbao: Servicio Editorial/ Universidad del País Vasco, 1989.

MATTELART, A. Ideologia, información y Estado Militar'. In: *Comunicación y ideologias de la seguridad*. Barcelona: Editorial Anagrama,1 978, p. 41-131.

_____. Comunicación y Estado de Excepción. In: *Comunicación y Nueva Hegemonia*. Lima: Celadec-Cedec, p. 55-79, 1981.

MELLO, K. Pós-modernidade: os novos atores. Para Manuel Castells, a política hoje está no espaço da comunicação, *IstoÉ* on line, 2/6/2004. Disponível emhttp://www.terra.com.br/istoe/1808/ In:ternacional/1808_novos_atores.htm. Acesso em: set.2006.

MELUSSI, A. *A invenção do presente*: movimentos sociais na sociedade complexa, Petrópolis: Vozes, 2001.

MESQUITA, Ruy. Entrevista. *Lua Nova*, v.1, n. 2, 1964.

MIGUEL, A. Terrorismo y médios de comunicación: uma sociologia impossible. In: FERNANDEZ, *Terrorismo e sociedade democrática*, 1992, p. 11.

MIGUEL, L. F. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as Eleições Presidenciais de 1989 a1998, *Comunicação e Política*, n.2-3., v. VI, maio-ago., set.-dez., p. 119-138, 1999.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MOISÉS, J.A.; ALBUQUERQUE, J.A.G. (org) *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORAGAS SPÁ, M. Comunicación de masas y tránsito político na Espanha (1975-80), *Comunicación y Cultura* n.7, p. 151-174, jan.1982.

MUNCH, G.; LEFF, C. S. Modos de Transição em Perspectiva Comparada. *Lua Nova*, p. 40-41, 1997.

NEGRI, T. Entre "compromis historique" et terrorisme: Retour sur Italie des années 70, *Le Monde Diplomatic*, ago. 1998.

O'DONNEL, G. "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?" In: L INZ, Juan et al., O *Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 23-116.

_____. Prefácio. In: Moisés, J.A.; ALBUQUERQUE, J.A.G. (org). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 7-10, 1989.

OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M.P.; GOMES, A.M.C. *Estado Novo:* ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PALETZ, D. L. (ed.). *Terrrorism and the Media*. Newbury Park: Sage, 1992.

PARAMIO, L. Agonia e Morte de duas Ditaduras. In: MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE, J.A.G. *Dilemas da consolidação democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PASQUINO, G. Governabilidade. In: BOBBIO et al. *Dicionário de Política*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, p. 547-553, 1991.

PAZ, F. *O Grau Zero da História*: as perversões da Política. Mimeo, s. d.

PÉREZ-AGOTE, A. *El Nacionalismo vasco a la salida del franquismo*. Madrid: C.I.S. Ediciones Siglo XXI, 1987.

_____. (org.) *Sociologia del Nacionalismo*. Ponencias do Congresso Mundial Vasco. Bilbao: Universidad del Pais Vasco, 1989.

PIÑUEL, J. L. *El terrorismo en la transición Española 1972-82*. Madrid: Fundamentos, 1986.

PRADERA, J. Recogida de Nueces, *El País*, p. 3, 27/10/1998.

RADIOTELEVIZIONE ITALIANA, Consiglio d'Amm In:istrazione-Segretaria Verifica Qualitativa Programmi Trasmessi, Il Ruolo dell' Informazione In: una Situazione d'Emergenza, il Rapimento di Aldo Moro, a cura di Mario Morcellini e Franco Avallone, Roma, 16/3/1978.

RICOEUR, P. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. *O discurso da acção*. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. Ética e política. *Do texto à acção*: ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.

_____. Amor y justicia. In: *Amor y justicia*. Trad. Tomás Domingos Moratalla, Madrid: Caparrós Editora, 1993.

_____, *Sí Mismo como Otro*, Trad. Agustín Neira Calvo, com la colaboración de Maria Cristina A. de Tolivar. Madrid/México: Siglo Veinteuno, 1996.

_____. Lenguaje politico y retorica, *Nueva Revista de Politica, Cultura y Arte*, n. 53, sept-oct., p. 158-170, 1997.

_____. Dever de memória, dever de justiça. In: *A crítica e a convicção*. Lisboa: Edições 70, p. 161-2, 1997.

RODRIGO ALSINA. M. *Los médios de comunicación ante el terrorismo*. Barcelona: Içaria, 1989.

RODRIGO, M. Medios de comunicación y terrorismo: apuntes para un debate, *Anàlisi - Quaderns de Communicació i Cultura,* n. 12, p. 101-110, 1989.

ROMERO, E.U. *El Tratamiento periodistico sobre ETA desde 1964 a 1975*. Tesis doctoral, Universidad del Pais Vasco, 1998.

RORTY, R. Entre quatro paredes, *Folha de S. Paulo*, p. 10-11, 11/04/2004. Caderno Mais.

ROSSANDA, R. La mala memoria, *El País*, p. 12, 03/01/1997.

RUBIN A.A.C. & AZEVEDO, F. A. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa, *Lua Nova*, São Paulo, n. 43, p. 189-216, 1998.

SAIZARBITORIA, R. De Madrugada, *El País*, p.11, 12/07/1997.

SALLUM JR. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário, *Lua Nova.* Revista de Cultura Política, p 68-87, maio 1990.

SARLO, B. *Tiempo pasado:* cultura de la memória y giro subjetivo, uma discusión, Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2005.

SAVATER, F. El Final da Coartada, *El Pais*, p. 11, 15/07/1997.

_____ .Carta a Dario Fo, *El País*, p. 13, 07/12/1999.

SCHLESINGER, P. *State and nation*: political violence and collective Identities, London: Sage, 1991.

SEMPRUM, J. La totalitária ETA, *El País*, p. 33, 15/07/1997.

SCIASCIA, L.; PADOVANI, M. *La Sicilia como metafora.* Interviste di Marcelle Padovani. Milão: Mondadori, 1979.

SCIASCIA, L. *Negro sobre negro*. Trad. Joaquin Jordá. Barcelona: Bruguera, 1984.

_____. *Todo modo*. Trad. Joaquín Jordá. Barcelona: Tusquets Editores 974, 1995.

_____. *El caso Moro*. Trad. Atilio Pentimalli. Barcelona: Ediciones Destino, 1978.

_____. *Oeuvres complètes, de Leonardo Sciascia.* Prefácio e anotações de Mario Fusco. Paris: Ed. Fayard, 2002.

SENATO DELLA REPUBBLICA, Camera dei deputati. Doc. XXIII, 2 vol. Roma: Tipografia del Senato, p. 203-443.

SILJ. A. *Brigatte Rosse-stato lo scontro spettaculo della stampa quotidiana*, Firenzi, 1978.

SINGER, P. Intelectuais de Esquerda no Brasil, a experiência do Poder. In: SOLA, L. (org), *O estado da transição política e econômica na nova, 1988 República*. São Paulo: Vértice Edit./ Revista dos Tribunais, p. 63-91.

SINGER, A. Nota sobre o papel da imprensa na transição brasileira. In: FILGUEIRA, C. H. & NOHLEN, D. (orgs) *Prensa y transición democrática*: experiencias recientes en Europa y America Latina, Vervuert; Iberoamericana, p. 178-87, 1994.

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STEPAN, A. O funcionamento do "Padrão Moderador": uma análise comparativa de cinco movimentos, 1945-1964. In: *Os militares*: da abertura à Nova República. Trad. Adriana Lopez & Ana Luzia Amdeola. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986, p. 66-100.

STOPPINO, M. Autoritarismo. In: BOBBIO, N. et al. (orgs) *Dicionário de Política.* Brasília:UNB, 1988, p. 94-104. vol. 1.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade* – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TREMLETT, G. Vídeos sobre ETA, *European/ El País,* 7/10/1997.

UNZUETA, P. *El terrorismo ETA y el problema vasco*. Barcelona: Ediciones Destino, 1997.

WAGNER-PACIFICI, R. E. *The Moro play terrorism as social drama*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

WEINBERG, L.; EUBANK, W. *The rise and fall of italian terrorist.* Boulder. CO, 1987.

WAINER, S. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEFFORT, M. Jornais não partidos? *Lua Nov*a. Revista de Cultura e Política, n.1.v.2, jul/set, p. 37-40, 1984.

WENDELL, O. H., Perigo Atual e Evidente. In: CAPALDI, Nicholas. *Da liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência, *Tempo Social.* Revista de Sociologia, USP, São Paulo, n. 9, v. 1, p. 5-41, maio. 1997.

WIEVIORKA, M.; WOLTON, D. *Terrorisme à la une:* media, terrorisme et democratie. Paris : Gallimard, 1987.

ZULAIKA, J. *Violência Vasca*: metafora y sacramento. Trad. José Luis Gil Aristu. Nevada: University Nevada Press, 1990.

Editora Arte & Ciência
Rua Treze de Maio, 71 – Bela Vista
São Paulo – SP - CEP 01327-000
Tel.: (011) 3258-3153
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR
Av. Higyno Muzzy Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br

Unimar
FORMANDO EMPREENDEDORES

Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.